

GLAYDSON JOSÉ DA SILVA
ANTIGÜIDADE, ARQUEOLOGIA E A FRANÇA DE VICHY: USOS DO PASSADO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Titular Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 04/03/2005.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (Orientador)
Profa. Dr^a Margarida Maria de Carvalho (FHDSS – Unesp)
Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira (ICH – UFPel)
Profa. Dr^a. Lourdes Madalena Gazarini C. Feitosa (NEE-Unicamp)
Prof. Dr. Leandro Karnal (IFCH – Unicamp)

Suplentes:

Profa. Dr^a. Luzia Margareth Rago (IFCH – Unicamp)
Prof. Dr. Gilson Rambelli (NEE – Unicamp)

Campinas

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Si38a	Silva, Glaydson José da. Antigüidade, Arqueologia e a França de Vichy : usos do passado / Glaydson José da Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005. Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari. Tese (doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1. História Antiga. 2. Arqueologia. 3. Nacionalismo. 4. França – Política e governo – 1940-1945. 5. França – História – Ocupação alemã, 1940-1945. I. Funari, Pedro Paulo Abreu. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
-------	--

Tradução do título e subtítulo em inglês: Classic studies, Archaeology and the France of Vichy : uses of the past.

Palavras-chave em inglês (Keywords): History, ancient.
Archaeology.
Nationalism.
France – Politics and government – 1940-1945.
France – History – German Occupation, 1940-1945

Titulação: Doutor em História.

Área de concentração: História Cultural.

Banca examinadora: Pedro Paulo Abreu Funari, Margarida Maria de Carvalho, Fábio Vergara Cerqueira, Lourdes Madalena Gazarini C. Feitosa, Leandro Karnal.
Data da defesa: 04/03/2005.

Dedico esta tese a meu pai e minha mãe, cujo apoio e solicitude, exteriorizados através do amor e do incentivo, sempre me acompanharam em meus projetos, e não de seguir comigo vida afora aonde quer que eu vá. Dedico ao Prof. Pedro Paulo Abreu Funari, de diversas maneiras sempre muito presente em minha formação. Dedico, também, ao companheiro de todas as horas, Adilton Luís Martins, sem o qual a trajetória até a finalização deste trabalho teria sido muito mais difícil e menos prazerosa.

Agradecimentos

A conclusão deste trabalho de doutorado representa o fechamento de um ciclo há muito iniciado, sendo, ao mesmo tempo, o início de tantos outros. Ao longo dessa trajetória, muitas pessoas, muitos lugares, muitos prazeres e muitos desprazeres.

Mostrar-me grato aqui para com aqueles que me acompanharam no percurso transcorrido e que por vezes, muitas vezes, viabilizaram, direta ou indiretamente a produção desta tese é antes de uma formalidade um reconhecimento, ao qual não me furto por um “que” de dever moral que me inquieta. Sou grato à amiga e orientadora de graduação Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, com quem dei os “primeiros passos” na área escolhida; foi por seu intermédio que pude estabelecer contato com o Professor Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, que viria orientar-me no mestrado e doutorado na Unicamp. A ele agradeço não só a grande confiança, o respeito e tantas inspirações, mas o apoio irrestrito, sempre presente em todos os momentos. Minha formação acadêmica em muito se beneficiou e se beneficia de suas importantes contribuições. Ao Professor Dr. Laurent Olivier, co-orientador estrangeiro desta pesquisa, agradeço a excelente acolhida em Paris e sua marcante presença no processo de elaboração deste trabalho. Ressalto e agradeço as importantes indicações do professor Christian Amalvi (Université de Montpellier), do professor José d’Encarnação (Universidade de Coimbra) e do professor Carlos Fabião (Universidade de Lisboa). Sou grato à banca do Exame de Qualificação por suas críticas e sugestões, que foram consideradas na re-elaboração da versão final do texto.

A vida no espaço acadêmico, como em todos os outros, é muito mais fácil quando se tem amigos. As amizades humanizam os espaços e tornam mais agradáveis os nem sempre agradáveis imperativos da vida acadêmica. Muitas pessoas passam, mas poucas ficam. É com grande carinho que lembro a presença sempre amiga de Solange Nunes de Oliveira Schiavetto e o caráter incondicional de sua amizade. A Fábio Adriano Hering devo muitas parcerias que só se tornaram possíveis em virtude de nossa relação de camaradagem e amizade. À Lourdes Madalena Gazarini Conde Feitosa e Renata Senna Garraffoni agradeço as idealizações e realizações de projetos comuns. À Mônica Selvatici a solicitude. Aos funcionários do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, a cordial presteza.

Sou grato também àqueles que, ao longo dos anos de mestrado e doutorado, e antes deles, sempre estiveram presentes em minha vida de modo muito especial: a Marcelo Francisco de Almeida (*in memoriam*), cuja ausência nenhuma palavra cobre; aos cúmplices e amigos queridos Alex Ronieri, Alexandre Bonafim Felizardo, Emmanuel Roberto de Oliveira Souza, Evandro César Minelli, Flávio Henrique Frignani Ferrão, Isabela Ruiz, Jair Batista da Silva, Luís Fernando Teixeira, Marcelo Benedicto Flores, Mauro Feola, Nathália Quarz, Oziris Borges Filho, Paulo Piva, Robert Daibert Junior, Roberta Alexandrina da Silva, Roberto Rivelino Rezende, Samuel Fernando de Souza, Sauloéber Társio de Souza, Sigisfredo Luís Brenelli, Tessy Pavan e Valdiney Alves Pimenta.

A saudade do Brasil e dos amigos aqui deixados durante a pesquisa no exterior foi atenuada pela presença de novas e caras amizades como de Carolina Camelo, Flávia e Luís Maia e Francisco de Fátima da Silva. A grande camaradagem dos amigos brasileiros que me receberam em Paris, Airton Pollini e Júlio César Magalhães Oliveira, deve ser ressaltada.

Com meus amigos lembro a confusa impureza dos seres “*umanos*”; a eles devo não só parte substantiva das inspirações e motivações que aqui vão, mas, também, muitas das alegrias de viver. Lembram-me a vida como a poesia desejada por Pablo Neruda, *desgastada como por um ácido pelos deveres da mão, penetrada pelo suor e a fumaça, olente à urina e à açucena salpicada pelas diversas profissões que se exercem, dentro e fora da lei (...) impura como um traje, como um corpo, com manchas de nutrição e atitudes vergonhosas, com rugas, observações, sonhos, vigílias, profecias, declarações de amor e de ódio, animais, sacudimentos, idílios, crenças políticas, negações, dúvidas, afirmações...* O percurso transcorrido teria sido muito menos prazeroso sem a presença de meus amigos.

Para finalizar, não posso deixar de agradecer à minha família a compreensão da ausência e ao Adilton a companhia, dedicação, paciência e incentivo. A ele ainda agradeço a constante presença em todos os momentos de elaboração deste texto, sempre a lembrar a importância da clareza e da concisão das linhas que seguem.

A todos o meu reconhecimento, a minha gratidão.

A única coisa que devemos à História é a tarefa de reescrevê-la.

Oscar Wilde

Apresentação

O texto de tese de doutorado ora apresentado a é decorrência de três anos de atividades de pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (março de 2002/março de 2005). Nesse período, foi desenvolvido com o suporte de diferentes instituições de ensino e pesquisa, no Brasil e no exterior. Para realização desse trabalho pôde-se contar com o apoio financeiro da FAPESP, no Brasil (fev. 2002/ago. 2003 e set.2004/fev.2005), e da CAPES, na França (set. 2003/ago. 2004), sem o qual o empreendimento de que resulta não teria sido possível. O estágio no exterior, imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa, foi acompanhado pelo Prof. Dr. Laurent Olivier, da Université de Paris I – Sorbonne e do *Musée des Antiquités Nationales* de Saint-Germain-en-Laye. Sob orientação do Prof. Olivier, arqueólogo que coopera com o Prof. Pedro Paulo Abreu Funari (orientador) em uma perspectiva pós-processual, teve-se facilitado o acesso a fundos documentais e bibliográficos específicos acerca da temática tratada.

O presente trabalho pôde se beneficiar, em muito, de colóquios com diversos especialistas brasileiros e estrangeiros dos domínios histórico e arqueológico, assim como, também, da infra-estrutura e dos espaços de debate do CPA - *Centro de Estudos e Documentação do Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e sua Posteridade Histórica* e do NEE – *Núcleo de Estudos Estratégicos* da Unicamp. Críticas e sugestões decorrentes das apresentações dos primeiros resultados da pesquisa em colóquios, seminários e palestras foram observadas. O texto foi elaborado dentro de uma lógica interna de rupturas e continuidades, cujas razões podem ser lidas na introdução.

Lista das principais siglas

CGQJ - *Comissariat General aux questions Juives*

CNRS - *Centre National de la Recherche Scientifique*

EFR - *École française de Rome*

ENS - *École Supérieure*

F.N. - *Front National*

GRECE - *Groupement de Recherche et d'Étude pour la Civilisation Européenne*

GUD - *Groupe Union et Défense – Jeune Résistance*

LFC - *Légion Française des Combattants*

N.H. – *National Hebdomadaire*

R.N. - *Revolution Nationale*

SEENJ - *Secrétariat d'État à l'Education Nationale et à la Jeunesse*

SGI - *Secrétariat Général à l'Information*

T.P. - *Terre et Peuple*

SUMÁRIO

Resumo	XV
Abstract	XV
Introdução	XVII
Capítulo I - O caráter moderno da Antigüidade: considerações teóricas e análises documentais acerca da instrumentalização do passado	
Prólogo	27
1 – História da Antigüidade no século XX: alguns exemplos de instrumentalização do passado clássico	35
2 – Antigüidade e modernidade, o nascimento de Vercingetórix na escrita da História nacional após a Revolução Francesa	70
Capítulo II – A Antigüidade a serviço da colaboração : nas trilhas da memória, a reescrita da História na França dominada (1940-1944)	
Prólogo	95
1 – O retorno do mito : Vercingetórix e a <i>Revolução Nacional</i>	113
2 – História, Arqueologia e a construção dos sujeitos universais: gauleses, romanos e galoromanos no universo vichysta	143
Capítulo III - Jérôme Carcopino - um historiador da Antigüidade sob Vichy	
Prólogo	159
1 – Carcopino no cenário político vichysta – a História e a Arqueologia a serviço do Fascismo francês	173
2 – Carcopino no pós-guerra: a difícil reabilitação	191
Capítulo IV – História da Antigüidade e as “<i>extremas direitas</i>” francesas, a pesada herança de Vichy	
Prólogo	199
1 – O <i>Front National</i> , a luta contra os imigrantes e a Gália	214
2 – O papel da Antigüidade na “guerra étnica” de <i>Terre et Peuple</i>	230
Conclusão	239
Referências bibliográficas e de fontes	241
Índice onomástico	261
Anexos	

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar os usos do mundo antigo, pela História e pela Arqueologia, como forma de estabelecer compreensões do mundo contemporâneo. Propõe uma reflexão acerca do papel do passado nos jogos de estratégia e afirmações identitárias, à medida que percebe os estudos sobre a Antigüidade muito próximos das representações coletivas na contemporaneidade. Parte da premissa de que o saber sobre o passado, sua e escrita e suas leituras, são poderes e geram poderes. Do ponto de vista temático, trata da apropriação do passado gaulês, romano e galo-romano na França durante o Regime de Vichy (1940-1944). Mas trata, também, da inserção do objeto num contexto mais amplo, europeu, na medida em que analisa as instrumentalizações da Antigüidade pelo Nazismo e pelo Fascismo. Aproxima-se do objeto com uma análise das figurações da Gália e dos gauleses na historiografia francesa, principalmente a partir do século XIX. Trata do estatuto dos historiadores ao se relacionarem com os poderes do Estado, especificamente, no caso, de Jérôme Carcopino, notável romanista que foi ministro da educação sob Vichy. Por perceber na sociedade francesa atual uma presença muito marcante da Antigüidade, como forma de legitimação de direitos, advindos da origem, analisa-se, também, as formas de apropriação do mundo antigo pelas extremas direitas, representadas no trabalho pelo *Front National* e pelo grupo *Terre et Peuple*.

Abstract

The purpose of this research work is to analyze the uses of the ancient world by the fields of History and Archaeology as a way to establish understandings of the present world. As ancient studies are very close to present time collective representations, this study proposes a reflection on the role of past in strategy and identity affirmation games. It has as a premise the notion that knowledge of the past, its writing and its interpretations, are powers and create powers. In terms of subject, this study focuses on the appropriation of the Gaul, Roman and Gaul-Roman past during the Vichy Regime (1940-1944). It also analyzes the subject within a greater European frame, for it focuses on the ‘instrumentalizations’ of Antiquity by the Nazi and Fascist regimes. It analyzes, especially from the 19th century on, the characterizations of Gaul and Gaul people in French historiography. It focuses on historians’ status while they related to State powers, as in the case of Jérôme Carcopino, remarkable scholar in Roman studies, who was Minister of Education under the Vichy regime. As Antiquity is present everywhere in modern French society, this research work also analyzes the different forms of appropriation of the ancient world by extreme Right parties, represented in the text by the *Front National* party and the *Terre et Peuple* group.

Introdução

Este trabalho, como todas produções intelectuais, é resultado de muitas escolhas: escolha do campo, do tema, de documentos, de fragmentos desses documentos, de formas narrativas, de questões propostas, etc; estas diferentes escolhas se encontram vinculadas ao papel do historiador como leitor-intérprete de um passado construído e/ou desconstruído, dizendo dos lugares constitutivos do discurso. Nesse sentido, esse texto é elaborado segundo uma visão epistêmica que concebe a História ligada a modos discursivos de apreensão do passado.

A consciência de que o historiador produz, com seu ofício, espaços, tempos, indivíduos e práticas, ao passo em que ele próprio se encontra inserido em contextos e conjunturas específicas têm aportado, desde algumas décadas, significativas mudanças para epistemologia da História. A convicção por parte de muitos historiadores da cultura, mas não só, de que os objetos são criados, constituídos e de que o historiador é também uma espécie de narrador tem conferido um deslocamento da acentuação de grandes paradigmas explicativos para uma História que se quer mais plural, mais diversa. O rompimento com modelos normativos e homogeneizadores trouxe, em seu bojo, uma visão mais ampla da complexidade dos processos culturais, propondo novas relações da ciência histórica com o tempo, com os fatos, com a realidade, com as tradições. Na trilha de autores como Michel De Certeau, Jacques Le Goff, Michel Foucault, Hayden White e Roger Chartier, de perspectivas por vezes diferentes, mas que se encontram na tentativa de rompimento com o *status quo* historiográfico na busca de evidenciar as especificidades discursivas da ciência histórica que este trabalho se inspira. A busca de um olhar pretensiosamente diferente.

É a partir desse contexto epistemológico que a pesquisa foi elaborada, um contexto no qual não é indiferente, por exemplo, a forma de se conceber e trabalhar o tempo. Passado e presente são elaborações dos historiadores. O saber histórico é tomado mais como um espaço de desconstruções que de construções e reconstruções. Busca-se neste trabalho a compreensão dos meandros, dos escaninhos de um domínio onde a memória e a sua destruição são recorrentes na reconstrução dos acontecimentos históricos, onde memória e esquecimento se ligam e tomam forma atendendo a imperativos circunscritos do tempo presente. Espaço onde não se pode dizer, como bem observava Walter Benjamin, que *o passado ilumina o presente ou que o presente ilumina o passado* (1989: 478). Mudança de referenciais que exige um rompimento da relação temporal e seqüencial do presente com o passado como um *continuum* da História. Instância do atual, do agora, o presente é o espaço/tempo em que a História é desenvolvida, constituindo-se lugar de referência do trabalho histórico.

Sem pretender se constituir numa análise da totalidade dos fenômenos observados e estudados este trabalho resulta, como dito inicialmente, de escolhas – o que implica dizer que suas descrições são seletivas, porque subjetivas, mas não arbitrárias. Os recortes cronológicos e temáticos se inserem numa ótica de fragmentação, mas cuja lógica se percebe na idéia de conferir um *sentido* à tese, inculcando-lhe uma grande unidade temática, contínua e descontínua, ao mesmo tempo em que permite a coexistência de unidades quase autônomas (os capítulos) em relação ao todo do texto. Nesse sentido, vai-se da apropriação do passado clássico romano e grego pelo Nazismo e pelo Fascismo (de modos bem distintos) à instrumentalização do passado indo-europeu, grego, romano e gaulês por grupos franceses de radicalização política (oriundos da *Nouvelle Droite*). O objetivo está na busca da contextualização de um certo uso do mundo antigo na França de

Vichy, mas cujo espírito similar e amplamente se manifesta no cenário europeu das grandes guerras. Na perspectiva de uma espécie de *continuidade* esse uso do mundo antigo é observado no estudo de alguns grupos da extrema direita francesa, lidos pela historiografia como herdeiros do Regime de Vichy (1940-1944).

Sob Vichy, o passado gaulês, romano e galo-romano é lido, em grande medida, no sentido de justificar a dominação alemã e o colaboracionismo do governo francês com os alemães.

Ciente de que por essência a História é conhecimento mediante documentos¹ (VEYNE 1992: 12), este texto baseia-se no levantamento e análise de extensa documentação, pesquisada para compor não só as partes centrais da tese, mas, todo o conjunto do trabalho. Nesse sentido, livros acadêmicos, livros de vulgarização científica, manuais de História e de Arqueologia, jornais, revistas, discursos, textos oficiais, correspondências, cartazes, moedas, etc. compõem o *corpus* documental da pesquisa, procurando situar o objeto analisado nos períodos que o antecedem e sucedem, tentando compreendê-lo no ambiente que o gerou e, também, no que dele é beneficiário na posteridade.

Do ponto de vista organizacional, o texto está dividido em quatro capítulos, compostos de duas partes, iniciando-se, cada um deles, com um breve prólogo contextual do tema a ser tratado.

O primeiro capítulo - *O caráter moderno da Antigüidade: considerações teóricas e análises documentais acerca da instrumentalização do passado*, inicia-se com

¹ Mas ciente também de que os fatos não são objetos herméticos dados ao historiador e de que, como observou Funari (2002: 15), tanto o conceito de História quanto o conceito de documento redefiniram-se. Importante é considerar que nesta perspectiva historiográfica isso não conduz nem a um relativismo nem a um subjetivismo radicais.

um prólogo a respeito do estatuto epistemológico dos estudos sobre a Antigüidade hoje, dividindo-se, a seguir, em duas partes: na primeira (*História da Antigüidade no século XX: alguns exemplos de instrumentalização do passado clássico*) procura-se estabelecer algumas considerações teóricas acerca das relações entre a Antigüidade e o mundo moderno, entre o passado e o presente na escrita da História do mundo antigo. A título de exemplo e contextualização, e visando inserir o caso francês, objeto maior desse estudo, em uma compreensão mais ampla, procura-se analisar, brevemente, algumas similaridades das apropriações do passado clássico pelo Nazismo e pelo Fascismo. Regimes antecessores e contemporâneos do Regime de Vichy, esses exemplos foram tomados visto serem, Alemanha e Itália, os países onde o discurso sobre as origens nacionais, que teve como escopo o mundo antigo, ter sido levado a conseqüências mais extremas. Na segunda parte deste capítulo (*Antigüidade e modernidade, o nascimento de Vercingetórix na escrita da História nacional após a Revolução Francesa*), visando introduzir e fazer melhor compreensível o capítulo que seguirá, apresenta-se uma discussão sobre as figurações de Vercingetórix e dos gauleses no imaginário nacional francês, tentando observar que, comumente, essa personagem e toda simbologia que ela representa estiveram associadas às narrativas das venturas e desventuras da nação, principalmente após a Revolução Francesa.

O segundo capítulo - *A Antigüidade a serviço da colaboração : nas trilhas da memória, a reescrita da História na França dominada (1940-1944)*, tem por objetivo discutir o status da História e da Arqueologia romana e galo-romana francesas durante a ocupação alemã, e está dividido em duas partes. No prólogo, visando inserir o leitor, nem sempre inteirado a respeito desse período da História francesa (desconhecido inclusive por muitos franceses, visto como um período curto e sem importância por uns e como um parêntese histórico por outros) no cenário das problemáticas a serem desenvolvidas na

seqüência do texto, é realizada uma breve discussão historiográfica sobre o Regime de Vichy. Apesar de se valer de leituras e análises documentais referenciadas, o objetivo dessa primeira parte do capítulo é tópico, contextual, não chegando a desenvolver muitas e importantes questões pontuais, mas, apontando para bibliografia especializada a respeito. Na primeira parte (*O retorno do mito : Vercingetórix e a Revolução Nacional*) objetiva-se analisar, à luz de documentos do período (manuais de História, textos jornalísticos, discursos, etc.), como a figura de Vercingetórix e dos gauleses pôde ser instrumentalizada pela *Revolução Nacional* – termo designado pelo Marechal Philippe Pétain para referir-se à *retomada à ordem* no país após a derrota militar. Assentado em valores comuns da memória nacional, o patrimônio histórico e cultural a respeito da Gália e dos gauleses é utilizado como fator de compreensão da derrota e modelador de ações face ao colaboracionismo. Busca-se compreender aí como o passado das origens nacionais é apropriado pela ideologia da R.N. Na segunda parte deste capítulo (*História, Arqueologia e a construção dos sujeitos universais: gauleses, romanos e galo-romanos no universo vichysta*), procura-se observar que tanto a História quanto a Arqueologia, enquanto disciplinas, foram utilizadas como instrumentos de afirmação e legitimação na busca do rompimento com as tradições republicanas. Gauleses, romanos e galo-romanos serão, sob Vichy, imagens do passado construídas no presente com a finalidade clara de lhe dar entendimento.

O terceiro capítulo - *Jérôme Carcopino, um historiador da Antigüidade sob Vichy*, é introduzido com um breve prólogo acerca do papel dos intelectuais, centrado na relação entre engajamento político e produção científica. Parte-se da constatação que os estudos da Antigüidade Clássica, e do mundo antigo, de modo geral, comumente são lidos sem que se considere o processo epistemológico no qual foram vazados. Segue esse

prólogo dois tópicos : no primeiro (*Carcopino no cenário político vichysta – a História e a Arqueologia a serviço do Fascismo francês*), é desenvolvida uma análise a respeito da participação de Carcopino no Regime como ministro de Vichy. Intenta-se observar como a vida e a obra do romanista tornam melhor compreensível sua atuação à frente da *Secretaria de Estado da Educação Nacional e da Juventude - SEENJ*, ou seja, como o colaboracionismo de Estado no qual se engaja está inserido na própria lógica do intelectual historiador, oriundo da meritocracia republicana. Nessa perspectiva, procura-se analisar as opções, as escolhas de Carcopino sob Vichy, em paralelo com a cultura política na qual ele é formado. Considera-se, brevemente, alguns aspectos de sua reforma educacional e sua participação ativa na aplicação das leis raciais e de exclusão do Regime, ao mesmo passo em que está constantemente comprometido com o salvaguardar de muitas pessoas, principalmente intelectuais do meio universitário, das políticas segregacionistas e racistas de Vichy. O segundo tópico (*Carcopino no pós-guerra, a difícil reabilitação*) visa apresentar o debate acerca do engajamento de Carcopino no pós-guerra, e é elaborado tendo por base o confronto entre *Souvenirs de sept ans* (obra na qual Carcopino narra sua trajetória sob Vichy) e *Jérôme Carcopino, um historien au service de l'humanisme* (obra de Claude Carcopino, Paul Ourliac e Pierre Grimal em homenagem a Jérôme Carcopino), sendo desenvolvido à luz de bibliografia atual sobre o tema e de análises documentais levadas a termo ao longo da pesquisa. Trata-se, aí, da difícil reabilitação do historiador que, reconhecido mundialmente, enfrenta sérias dificuldades de inserção nos espaços intelectuais em seu próprio país após a Liberação, em virtude do papel por ele desempenhado durante o Regime de Vichy.

O quarto capítulo – *História da Antigüidade e as “extremas direitas” francesas, a pesada herança de Vichy*, inicia-se com um prólogo no qual se trata da

ascensão dos grupos de “extrema direita” na França no pós Segunda Guerra. Tem-se por objetivo, aí, contextualizar o momento de formação de grupos ligados à *Nouvelle Droite*, como o *Europe Action*, o *GRECE* e o *Club de l’Horloge*, visto serem a matriz ideológica dos grupos de direita das décadas de 70, 80 e 90. Essa contextualização é importante porque auxilia numa melhor compreensão dos grupos sequencialmente analisados – o *Front National* e o *Terre et Peuple*. Tanto nesses grupos quanto naqueles no qual se encontra o seu gérmen, a radicalização política que propugnam, assentada na exclusão social, com base nas origens, encontra-se fortemente respaldada pela leitura que fazem do mundo antigo. A Antigüidade está na origem das justificativas de suas propostas, como instrumento legitimador de seu ideário. Na primeira parte deste capítulo (*O Front National, a luta contra os imigrantes e a Gália*), procura-se analisar como o maior grupo da direita francesa, o F.N., um movimento personalizado em torno de Jean-Marie Le Pen, lê a História nacional, principalmente da Gália e dos gauleses e dela se apropria em benefício da legitimação de suas propostas. Essa apropriação é principalmente utilizada no combate virulento do partido contra a imigração. É esse o espaço em que a Gália e os gauleses representam o retorno a um passado nostálgico, única possibilidade de frear a *decadência nacional*. O segundo tópico (*O papel da Antigüidade na “guerra étnica” de Terre et Peuple*), visa apresentar e discutir as proposições do grupo extremista radical T.P., personalizado, como o F.N., mas em torno de Pierre Vial. Defensor de uma articulação necessária entre “terra” e “povo”, como única forma de livrar a Europa e os europeus dos conflitos vividos e que se anunciam, o grupo vislumbra uma “guerra total”, “étnica”. A Antigüidade é, aqui, mais uma vez, um dos principais veículos da ideologia direitista.

A eleição dos jogos identitários franceses como objeto de pesquisa, seja na França de Vichy ou na França das Novas direitas traz, em si, muitas peculiaridades na

análise, principalmente quando se considera que o historiador que a isso se propõe é um sul-americano e não um francês. À estranheza conhecida em relação aos historiadores da Antigüidade no Brasil, seja nos círculos acadêmicos, familiares, sociais enfim, junta-se a estranheza do objeto – *História da Antigüidade na França... no Brasil?* Contudo, um outro aspecto é também observado, tanto no Brasil como no exterior - a grande independência intelectual que tem a esse respeito um historiador da *periferia*, ou seja, de fora da Europa. O estudo das apropriações do mundo antigo e de seus usos no fabrico das construções identitárias revela a importância da necessidade de um conhecimento diferente daquele que se tem da Antigüidade em contextos não europeus (por um viés outro que não o da herança). Ele também contribui para uma reflexão acerca das construções discursivas dessa área do conhecimento, ainda em constituição no cenário historiográfico brasileiro.

Este trabalho se constitui em um empenho, um exercício de leitura e crítica de documentos e de bibliografia especializada na busca da compreensão dos usos do passado no presente. Pretende ser uma crítica a modelos classificadores, homogeneizadores e normativos que marcam, ainda hoje, os estudos da Antigüidade. Por não se “encaixar bem” no grande contexto dos trabalhos de História Antiga, nem pelo tema nem pelas abordagens, assume o risco de propor problematizações nem sempre usuais no seu domínio, mas entende ser aí, também, o espaço de contribuição intelectual de uma tese.

CAPÍTULO I

O caráter moderno da Antigüidade:
considerações teóricas e análises
documentais acerca da
instrumentalização do passado

Prólogo

Acredita-se que a área de “Estudos Clássicos” é, dentre as disciplinas acadêmicas, aquela que está mais afastada do campo da política moderna. Por conta disso, atribuiu-se a ela não apenas um espaço de destaque, mas mesmo o ponto mais isolado em uma dita “torre de marfim”. Questionando esse pressuposto do estereótipo do isolamento e da alienação conferido aos Estudos Clássicos, Martin Bernal os vê tendo incorporado os padrões sociais e culturais dos contextos em que se desenvolveram, fornecendo, em troca, argumentos em favor da noção de uma incontestável superioridade européia sobre todos os outros continentes (BERNAL 2003: 9). Os aspectos considerados nas assertivas acima citadas são, ainda hoje, pouco contemplados nos estudos da Antigüidade.

Vista como conservadora, hierárquica e patriarcal, essa área do domínio histórico resta, ainda hoje, pouco problematizada, porque pouco teórica². Desde a década de 90, principalmente, historiadores das mais diversas origens têm procurado se bater contra esses ranços. Na Europa, lugar onde conheceu e bem desempenhou, à sombra dos Estados Nações, mas não só, o papel de legitimação histórica da cultura européia ocidental, a área de estudos clássicos conhece, hoje, uma espécie de agitação teórica, que a liga a problemáticas da teoria histórica contemporânea marcadamente inovadoras, malgrado ainda ressentir-se das seqüelas de um longo período a-teórico. Parece haver uma espécie de

² Críticas historiográficas dessa ordem comumente vêm dos países anglo-saxões e carregam uma certa postura etnocêntrica de seus propugnadores, a dizerem, por exemplo, que tanto o domínio histórico como o domínio arqueológico em outros países são por demais preocupados em justificar políticas, identidades, valores, etc. Contudo, parecem não observar que, ao condenarem seus outros ocidentais como a-teóricos reivindicam pra si o status de teóricos e realizadores de práticas históricas e arqueológicas descomprometidas com ideologias políticas, questões identitárias, pensamentos, etc. Considerado esse componente discursivo pode-se passar, então, ao saldo positivo dessas análises críticas, que muito têm a contribuir para a consolidação de uma História Antiga e de uma Arqueologia um pouco mais libertadoras, justamente por apontarem para problemas centrais que têm conduzido esses domínios ao longo de sua História.

vontade de mais compreender do que de explicar, uma vontade mesmo de querer romper com modelos descritivos e normativos que, ainda às portas do século XXI, assombravam e ainda assombram esse domínio do conhecimento. Nos países ditos do “Terceiro Mundo”, ou periféricos, seus históricos de territórios e povos colonizados parecem ter imposto aos mesmos as duras marcas da violação colonial, manifestas da escolha dos temas às abordagens, que guardam estreitos laços com um passado onde nem sempre a passividade e a subserviência diante dos impérios coloniais foram objetos de problematização, talvez por terem sido percebidas pela historiografia como aprioristicamente já dadas. Por outro lado, ainda que com ressalvas, em muitos desses países, como o Brasil e demais países do cone-sul, a ausência de uma certa *tradição clássica* parece ter contribuído para o desenvolvimento de uma historiografia menos comprometida com valores identitários e nacionais. Isso os eximiu e exime da necessidade quase constante que os países europeus têm de justificar seu presente às expensas gloriosas de um passado clássico nem sempre glorioso, nem sempre adequado, e que, por isso, imaginado, criado, forjado.

A História como disciplina talvez nunca tenha experimentado tantas mudanças como as por ela vividas desde os anos trinta do século passado. A História Antiga, mais que as outras apegada à tradição, nem sempre acompanhou de perto essas mudanças, contudo, esse distanciamento das metamorfoses do meio não foi uma regra. A História da Antigüidade Clássica, e do mundo antigo de maneira geral, tem sido acompanhada, ao longo dos últimos anos, principalmente a partir do início da década de 90, de grandes mudanças ocorridas nos domínios da História. Muitos e atuais trabalhos nesse campo evidenciam isso. Do auxílio epistemológico de outras áreas do conhecimento humano à consolidação da interdisciplinaridade como práxis de pesquisa e de uma narrativa positiva e ensimesmada a uma História problema, o “presentismo”, como corolário de

todas essas inquietações, talvez seja uma das conseqüências mais incômodas, e, ao mesmo tempo, uma das que mais contribuições teóricas aportou à História Antiga. Campo profícuo, foi esse um espaço marcado por evidenciar aos historiadores da Antigüidade o aspecto eminentemente discursivo de seu ofício, levando-os a refletir acerca da relatividade de seu próprio fazer.

O estudo das relações entre a Antigüidade e o mundo contemporâneo, entre o passado e o presente na escrita da História do mundo antigo tem sido, desde então, objeto de inúmeros estudos recentes (BERNAL: 2003; CAUCANAS, CAZALS e PAYEN: 2001; DROIT 1991; DUBUISSON 2001; HINGLEY 2001 ; MICHEL 2002, entre muitos outros) e tem contribuído para o desenvolvimento de uma História Antiga que se pretende mais problematizada.

Há pouco ainda considerada como muito propensa a se fechar em suas próprias fronteiras (SCHIAVONE 2003) e pouco dada à interpretação (McDONALD 1991: 830), a História da Antigüidade tem produzido, hoje, muitos e diferentes trabalhos, que têm por objetivo melhor compreender as tênues relações entre o passado estudado e o presente vivido por seus intérpretes. Em uma ampla perspectiva, esses trabalhos têm se pautado por uma análise histórica e historiográfica na qual seus objetos não se desvinculam de suas tradições histórico-interpretativas. Nesse sentido, não raro a Antigüidade tem sido percebida a serviço de uma certa lógica justificadora e legitimadora³, onde se pôde ver, ao longo do século XX, suas ligações com as questões identitárias nacionais (CABANEL 2001; CITRON 1984,1995; DÍAZ-ANDREU 1999; DÍAZ-ANDREU & CHAMPION 1996; KASCHUBA 1997; KOHL & FAWCETT 1995; TAILLEFER 2001; VIDAL-

³ Essa generalização não é normativa e não decorre de uma concepção da História e da Arqueologia do mundo antigo intrinsecamente concebida como instrumento ideológico, ligada a uma idéia de projeto e estratégia.

NAQUET 1990; KASTORYANO 2001), com os regimes autoritários⁴ (AMBROZOLI 1991; FORO 2001; INSOLERA & CEDERNA 2001; INSOLERA & PEREGO 1983; SCHNAPP 2003), com o racismo (ASSAYAG 1996; BERNAL 2003; SCHNAPP 1981; VILLARD 1972), com o machismo (RABINOWITZ & RICHLIN 1993; FUNARI et al. 2003) e com práticas políticas e sociais de toda sorte; contudo, *o estudo da Antigüidade Clássica não precisa reforçar preconceitos nem constituir-se em elemento de opressão* (FUNARI 2002: 30). Essa consideração pode ser estendida aos estudos do mundo antigo, de modo geral.

Um olhar armado criticamente pode evidenciar uma certa instrumentalidade da História Antiga e sugerir que o debate a respeito das relações entre o passado e o presente deve, também, fazer parte das pesquisas nesse campo, alargando seu universo de temas e abordagens. O estudo da Antigüidade, como os discursos sobre o passado de uma forma geral, não deve ser dissociado de seus contextos de produção, assim como, também, de suas apropriações posteriores (SILVA 2003: 30).

As narrativas sobre o presente, que tiveram como escopo o mundo antigo, evidenciaram e evidenciam um caráter marcadamente discursivo a respeito da Antigüidade, que por vezes foi inventada para atender aos interesses daqueles que reivindicavam uma certa herança antiga, os seus beneficiários. Como observa Roger-Pol Droit (1991: 7), *de Renascença em Renascença a Europa inventou todas as sortes de Antigüidade*.

Construtora de um discurso atrelado à produção de evidências históricas em relação aos passados nacionais, é à memória, em sua dialética do lembrar/esquecer e àqueles que a gerem que cabe a produção de passados comuns, a produção das *adequações*

⁴ A revista de História *Vingtième Siècle* publicou, recentemente, a esse respeito, o Dossier "Antiquité et dictatures du 20^e siècle", constituído de importantes contribuições nesse domínio historiográfico (ver ref. completa ao final).

e das *deformações* históricas. No que tange aos estudos sobre a Antigüidade e sua relação com os nacionalismos, a instância do tempo presente, antes de qualquer outra, é a que determina a produção das memórias nacionais. Pode-se concluir que o discurso da nação obedeceu na Europa, desde a Idade Média, a uma tríplice função: 1- afirmar uma identidade; 2- garantir uma continuidade; 3- solidificar uma comunidade de destinos (REVEL 2001). É em torno dessas perspectivas que se estabeleceram muitos dos discursos sobre o mundo antigo nesse período; na atualidade, isso não é muito diferente.

O século XX na Europa parece ser marcado por uma espécie de obsessão pela comemoração (CABANEL 2001: 49), de obsessão pela memória⁵; memórias lembradas nas constantes necessidades de narrar, ilustrar, comemorar, etc., as memórias da nação encontrarão sua origem e razão de ser nas necessidades de justificar - de justificar o presente em que foram vazadas, como se uma grande entidade, personificada à forma do Winston Smith de George Orwell, à frente do Ministério da Verdade, tivesse por objetivo adulterar o passado, sempre a lembrar que quem controla o passado, controla o futuro, e quem controla o presente, controla o passado (1998: 36). Delicada, mas com o mesmo poder de matar que uma bomba (HOBBSAWM 1998: 17), veículo da memória, a História, discurso do passado, passa-se no presente.

Conservadores, os historiadores da Antigüidade pouco pensaram suas obras e a historiografia por eles estudada como produtos discursivos, olvidando-se, por vezes, da contemporaneidade de sua História. Não se trata de propugnar aqui por mais um fim da História, com a morte do passado, o fim dos fatos e uma eternização do presente; e nem propor, na esteira das filosofias da História de Croce, Collingwood e tantos outros que os

⁵ No caso francês isso é bem percebido no exercício da presidência comemorativa de François Mitterrand (REVEL 2001).

acontecimentos históricos, por poderem ser repensados constantemente deixam de “estar no tempo” (LE GOFF 2003 24-25 e 96-99). A pretensão é mais simples. Importa saber é que a História é um discurso sobre o passado, e como todo discurso é bem representativo da visão de mundo na qual foi concebido, isso atenua e propõem outra compreensão do conhecido aforismo de Croce, que diz que *a única história verdadeira é a contemporânea*. Em uma perspectiva mais ampla, tem se procurado perceber na historiografia sobre o mundo antigo, hoje, que imagens e lógicas históricas, em maior ou menor grau, estão comprometidas com o contemporâneo, o que consiste em pensar não a História simplesmente, mas suas próprias tradições interpretativas.

Pode-se considerar que a História da Antigüidade foi, até bem recentemente, pensada sob a égide das heranças e dos legados, sempre reivindicados, contudo, uma História da Antigüidade mais crítica seria aquela que pensasse os substratos greco-romanos ou judaico-cristãos da cultura ocidental de maneira mais problematizada, ligando-os aos interesses daqueles que pleitearam e pleiteiam esses legados, essas heranças. Em trabalho recente Michel Dubuisson se indagava não sobre a justificação ou manutenção dos estudos clássicos, mas, ao contrário, sobre o lugar privilegiado que eles ocupavam e ocupam na História universal e no saber humano, em uma perspectiva quiçá profícua de compreender os retornos, os revisitamentos à História da Antigüidade e também seu florescimento e “*estranha permanência*” nos dias de hoje (2001).

Talvez caiba à História da Antigüidade, de modo geral, hoje, uma percepção maior acerca de suas apropriações, acerca do papel que desempenhou e desempenha em relação às construções identitárias, às reivindicações políticas, enfim, aos mais distintos jogos discursivos – algo a evidenciar seus aspectos comumente elaborados e, não raro, utilizados. A ela cabe desfazer seus próprios ditos, desfazer seus mitos e melhor perceber,

para além da capacidade e erudição, as interfaces entre passado e presente dos trabalhos de historiadores como Mommsen, Foustel de Coulanges, Carcopino, Finley e tantos outros. Em resumo, pode se dizer que o papel desempenhado pelos historiadores da Antigüidade resta, ainda, por ser estudado. Talvez convenha aos historiadores da Antigüidade, hoje, considerarem não só os problemas intra-epistemológicos inerentes à disciplina, mas, também, a face do funcionamento discursivo da História Antiga. Cabe ao historiador estar atento a dois âmbitos, duas faces de seu domínio, a dos limites epistemológicos e a dos agenciamentos discursivos; ainda um outro limite seria os próprios problemas éticos e políticos colocados pela própria área do conhecimento.

Exorcizada a História do passado das nações, em que a História da Antigüidade esteve a serviço dos grupos nacionais, das construções identitárias, do Nazismo e do Fascismo; exorcizada a História da Antigüidade positiva e homogeneizante dos indivíduos, das práticas e dos grupos, a História descritiva, normativa, sem problemas e sem conflitos, resta, aos historiadores do mundo antigo, hoje, indagarem-se sobre que o que é possível dizer, o que é possível fazer, em suma, que História da Antigüidade é possível ser escrita.

1. História da Antigüidade no século XX: alguns exemplos de instrumentalização do passado clássico

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês⁶.

Não se pode falar de Antigüidade, grega, romana, ou qualquer que seja, sem precisar, além desses adjetivos, a que Antigüidade se quer referir. A respeito da Antigüidade Clássica, por exemplo, melhor seria se perguntar qual Antigüidade? Aquela renascentista do XV e do XVI, que buscava no pensamento clássico seu *modelo*? Aquela comparativista do XVI e XVII que, à luz da *descoberta* dos ameríndios se desenvolvia no estabelecimento de paralelos etnocentristas? Aquela de 1789, que servia a interesses de jacobinos e girondinos? Aquela do XIX, que ajudou a forjar os ideais de identidade, continuidade e comunidade dos Estados-nações? Ou aquela do XX que, a serviço dos arquitetos da modernidade, homens, europeus, brancos e cristãos, serviu para legitimação dos regimes autocráticos e práticas políticas? Grandes generalizações essas, mas se por um lado pretensiosas, por resumirem o pensamento sobre a Antigüidade durante séculos a raciocínios monológicos, por outro bem verossímeis, apontando sempre para uma Antigüidade guiada, imaginada, reconstruída.

⁶ Reprodução das falas de soldados nazistas por um sobrevivente de um campo de concentração. Trecho citado em LEVI 1990: 1.

Essas diferentes antigüidades, ou melhor, essas diferentes leituras da Antigüidade, apontam sempre para o presentismo do pensamento antigo na elaboração das práticas políticas, das doutrinas, dos jogos identitários, enfim, das visões de homem e de mundo no Ocidente⁷. Tudo isso coloca, para um estudioso do mundo antigo hoje, algumas questões cujas respostas nem sempre são consensuais. Que lugar ocupa a recepção dos documentos relacionados ao mundo greco-romano nas sociedades contemporâneas? Sua recepção é igual na Europa e em outros lugares do mundo, como nas Américas e no Oriente? Esses documentos são a atestação da herança clássica ocidental tal como reivindicada?

É dispensável recorrer a dicionários para bem compreender o significado da palavra herança; sempre se liga à idéia de patrimônio passado, transmitido, por uma pessoa ou grupo, por sucessão. Um patrimônio que é sempre reivindicado por herdeiros diretos ou por aqueles que julgam ter direitos de herança. No caso das civilizações antigas, cujo *legado* constitui o patrimônio cultural, há que se ressaltar que esse é e sempre foi um objeto em litígio.

Insistimos muito sobre os momentos onde a tradição clássica funcionou com o sentido de uma libertação, na Renascença ou durante o século das Luzes ou nas revoluções – americana e francesa. Mas, como toda “herança”, a tradição clássica pôde ser utilizada de maneiras muito diversas. A tradição clássica desempenhou seu papel de “maldosa” quando os portugueses reinventaram o escravismo sobre os modelos do direito romano, ou quando o Nazismo, de igual modo, fez uma referência intelectual e estética.

(TRABULSI 1998a: 9)

⁷ Muitas são as referências atuais às várias reivindicações nacionalistas dos países europeus calcadas na Antigüidade; para um breve panorama ver: CABANEL 2001: 51 e 52, principalmente.

Aos historiadores, arqueólogos e estudiosos do mundo antigo hoje talvez caiba uma problematização maior em torno da idéia de herança, de herança do mundo clássico. Talvez caiba, mesmo, recusar a herança infringida às sociedades modernas e indagar, a esse propósito, quem são os beneficiários dessa herança clássica e o que eles reivindicaram e reivindicam. Diversos estudiosos têm procurado compreender, desde algum tempo, essas questões, ainda incipientes no meio histórico e arqueológico. Contudo, o grande número de temas e subtemas de livros, de autoria individual ou coletiva, de colóquios entre especialistas e de atas publicadas desses mesmos colóquios apontam para um novo rumo nas pesquisas sobre a Antigüidade. Apontam para uma Antigüidade cujas leituras já vazadas, por exemplo, tendem a ser mais problematizadas, assim como, também, as leituras feitas e por serem feitas. Em resumo, para uma Antigüidade pensada de uma maneira um pouco mais discursiva, menos linear, ainda que para isso seus leitores percam uma parcela talvez não pouco substantiva de uma herança outrora reivindicada.

Problematizada a questão da herança e o que ela coloca, em termos de direito ou da ausência dele, perguntarmo-nos hoje, simplesmente, sobre o porque se estudar História Antiga ou Arqueologia dos povos antigos perde bastante o sentido. Justamente pelo fato de que as respostas tendem a vir, com recidiva freqüência, no sentido de melhor compreender a dita questão da herança nos países do velho mundo ou no sentido de justificar, nos países do novo mundo, para as agências e órgãos de fomento, a importância dos estudos clássicos na formação das pessoas. De uma maneira ou de outra o papel da herança tem sempre seu lugar, sempre atuando no sentido de justificar, pela idéia de legado. Uma questão mais pertinente talvez esteja no indagar sobre o porque do lugar privilegiado

que os estudos clássicos ocupam nos quadros sociais e escolares de uma forma geral⁸ (DUBUISSON 2001). Quando ao invés de se perguntar: porque se estudar História Antiga ou Arqueologia dos povos antigos hoje se pergunta: porque esses estudos têm uma permanência tão presente em todos momentos e ocupam um lugar tão privilegiado, uma situação é imposta aos estudiosos - não mais a do dever de memória, mas, mesmo, aquela do dever de História.

De diferentes modos e em diferentes períodos, a Antigüidade Clássica foi constantemente retomada ao longo da História do Ocidente. Objeto de semelhantes interpretações, o mundo antigo freqüentemente esteve presente na constituição das identidades nacionais, por exemplo, na legitimação de regimes autocráticos de direito e no pleitear de uma certa “herança” justificadora (ampla), utilizada por diferentes países – desde Grécia e Itália à Portugal, Espanha, França e Alemanha, passando até mesmo por países como Estados Unidos e Brasil. Preocupados em definir-se em relação aos *selvagens*, aos *primitivos*, os europeus do XVII e do XVIII vão buscar, na Antigüidade, referenciais legitimadores de sua ascendência étnica - romana ou grega - e sua conseqüente superioridade, criando, a partir daí, um espelho onde os ocidentais pudessem mirar essa mesma superioridade, no suplantar de suas origens mestiças, construindo-se à medida que construíam os outros (FONTANA 1994: 10). Essa *invenção* do Ocidente repousará sobre os mitos fundadores e terá importante papel na busca da constituição das identidades nacionais dos diferentes países europeus. Heróis da Guerra de Tróia, a exemplo, irão figurar, da Antigüidade ao mundo europeu pós Revolução Francesa nas árvores genealógicas

⁸ Essa questão assume maior pertinência quando se refere aos países europeus e aos Estados Unidos (exceção no quadro dos países não europeus), à medida que não se aplica a países da América Latina, por exemplo, onde tanto a História Antiga quanto a Arqueologia não tiveram papéis relevantes na configuração das tradições nacionais. No Brasil, como em outros países sem vínculos diretos com o passado clássico, a situação é inversa: comumente pesquisadores dessas áreas se vêem diante do problema de justificarem a permanência de suas cadeiras junto a seus departamentos e universidades.

européias; a ascendência troiana, gloriosa, antiga, garantiria àqueles que a reivindicavam um parentesco racial com os romanos e justificaria seus direitos de posseção, imperialistas, colonialistas.

Nesse turbilhão mitológico, a História da Antigüidade e sua Arqueologia terão um papel similar e definidor na leitura e na escrita das histórias nacionais européias. Pensá-las num contexto europeu em que se busca compreender a instrumentalidade a que foram dadas no final do XIX e início do XX implica inseri-las num contexto muito mais amplo, que remonta ao início do XVI e se manifesta até o limiar do XIX, indo da *descoberta* dos ameríndios até o ápice dos nacionalismos, no XIX, século em que os historiadores franceses foram muito marcados pelas histórias nacionais. Nesse grande contexto, principalmente no que se refere ao XVIII e ao XIX, como observa Patrick Cabanel, *a Antigüidade está presente em todos os lados; polissêmica, ambivalente, furiosamente moderna, na Europa dos jovens nacionalismos* (2000: 50).

A descoberta da existência de povos contemporâneos aos europeus, diferentes dos já conhecidos, instaurará um amplo debate no âmbito das ciências, levando-as a se redefinirem. Esse debate trará à luz reflexões e teorias acerca da evolução da humanidade, envolvendo desenvolvimento físico, progresso civilizatório e avanço tecnológico. Os *selvagens* sul-americanos, homens não civilizados, desconhecedores da moral cristã, dos princípios elementares de organização social e política, mas de constituição física similar à dos europeus, irão evidenciar, aos olhos eurocêntricos dos colonizadores, sua superioridade em relação a eles – descrita no comparativismo etnocentrista dos relatos de viagem do XVII e do XVIII. Pensar o outro aí significa, antes de mais, pensar a si mesmo em relação a ele; o outro é, assim, aquele que não faz parte do universo étnico europeu, sendo estabelecido como o seu contraponto, a sua antítese.

Nesse sentido, o conceito de bárbaro, da Antiguidade, em seu sentido pejorativo, tão marcado pelas comédias gregas nas suas tentativas de diferir os gregos dos não gregos, irá servir de noção definidora, conceito ao qual se opõe o termo civilizado. Ambos os termos caminham juntos, definindo-se um em relação ao outro em uma lógica binária de superioridade e inferioridade, desenvolvimento e atraso, enfim, civilização e barbárie⁹. Como observou François Hartog, *sem grego não há bárbaro* (HARTOG 1980: 329). A essência dessa dinâmica de oposições residirá na interpretação da diversidade como inferioridade e terá como corolário, sob o pretexto de civilizar o outro, práticas império colonialistas e justificativas de dominação de cunho classista. A nascente mitologia nacional, ao transpor esse discurso para as práticas políticas, inspirada nos modelos da Antiguidade terá, aí, seu papel de maior relevância.

Esta concepção da superioridade ocidental teve um grande papel no imperialismo. Roma era interpretada como aquela que trouxe a civilização clássica aos povos bárbaros ao longo do Império e, o Ocidente moderno, por sua vez, redesenhou esses conceitos clássicos imperiais ao definir seus próprios mitos de origem e propósito imperial.

(HINGLEY 2002: 45)

Presente na formação das identidades étnicas dos mais diferentes países, os mitos de origem dos países europeus vão guardar a especificidade de terem tomado forma e se difundido em torno dos estados nacionais, lançando mão de velhas estruturas abstratas,

⁹Essa lógica dicotômica e que negligência as autonomias culturais e as resistências, por exemplo, fez-se sentir com grande efeito na produção historiográfica. Funari observou, recentemente (1998a: 179), que a adoção de modelos de uma cultura superior não tem se importado *com a crescente literatura crítica do uso de conceitos como “superioridade” cultural helênica e, por conseguinte, romana*. Nota também o autor que, em sociedades como a brasileira, *muito mais desigual do que a americana, mais patriarcal e autoritária, a crítica do conceito de civilização parece um imperativo na luta contra as opressões de classe, mas também de gênero, assim como na batalha contra o racismo* (FUNARI 2001: 174).

já perpetuadas desde a Antiguidade, em uma dinâmica que lida, a um só tempo, com instâncias do mito, da memória e da História. Ao dizer do triunfo de uma nova História, fundada sobre os arquivos, entre 1830 e 1840, com o objetivo de alcançar uma maior cientificidade, Pierre Vidal-Naquet observa, sobre a mesma época que, *da Finlândia aos Bálcãs, as nações que emergem ensaiam se dotar de sua Iliada, mas o mito aí se situa em relação à História nacional* (VIDAL-NAQUET 1990: 142).

Dos três componentes ativos da dinâmica acima referida (mito, memória e História), por sua natureza dúbia, que o prende ao mundo *real* e imaginado, é sobre o mito, mais precisamente os mitos nacionais fundadores, que repousam as nações européias; é essa característica híbrida que torna o mito mobilizador de ações. *O mito, compreendido aqui como uma soma de lembranças coletivas, é uma idéia subjacente à toda estrutura identitária étnica ou nacional* (KASCHUBA 1997: 502). Mito e invenção são instâncias essenciais à construção das identidades nacionais. É na coloração atual que se dá aos mitos que se forjam as ideologias. Nesse sentido, pode-se entender o mito aqui como uma espécie de meio pelo qual os grupos elaboram sua estabilidade e longevidade, *o que a moderna antropologia cultural chama “o efeito motor dos mitos”* (KASCHUBA 1997: 502). Sob a égide ditatorial dos legados, Roma foi imaginada e construída, de diferentes maneiras, nos mais distintos lugares e épocas, legitimando ou desautorizando grupos, práticas e políticas. Mas de todos os seus legados, *apropriados* ou frutos de invenções, a idéia de império e sua perenidade, assim como tudo o que ela acarreta, talvez seja o que mais tenha marcado o Ocidente. A efígie do Império romano, como observou Richard Hingley, *proporcionou um mito de origem para muitos povos da Europa e, em particular, para a História do Ocidente como um todo* (2002: 29), tendo proporcionado, por consequência, em muitas nações que se

arvoram como herdeiras, direitos naturais do Império. O passado imperial de países como Inglaterra e França irá ter no Império romano sua maior fonte de legitimação.

A Grécia, aqui, também terá seu lugar. A História medieval das origens, assentada nas tradições dinásticas desses eminentes países europeus, tomará de empréstimo à mitologia grega sua fundamentação, que irá ecoar, às portas do XIX, a legitimidade de seus direitos.

Troianos teriam logrado êxito na fuga do palácio de Príamo em flamas, entre os quais um certo Francus, filho de Príamo. Francus e os seus teriam passado pelo Danúbio, depois pela Germânia, antes de se estabelecerem, enfim, sobre o solo de um país acolhedor, que deveria tornar-se mais tarde a França, onde eles teriam estabelecido a primeira realeza franca. Encontramos na Inglaterra uma versão completamente comparável à versão francesa (...) um certo Brutus, também teria fugido de Tróia, teria se estabelecido na Grã Bretanha, com seus dois irmãos menores; Brutus teria reaparecido na Inglaterra, enquanto que seus irmãos caçulas teriam partido para a Escócia e para a Irlanda.

(OLIVIER 1998: 188).

Essa interpretação mitológica do passado permitiria aos poderes monárquicos ingleses e franceses, por exemplo,

esvaziar a questão da conquista romana e se apropriar da legitimidade da herança do poder imperial romano. Se as monarquias inglesas e francesas têm, também, à semelhança dos romanos da Antiguidade, raízes troianas, então essas potências não são mais descendentes dos bárbaros vencidos por Roma, mas, ao contrário, uma espécie de parentes dos romanos; a esse respeito, as monarquias medievais se impõem de forma absolutamente natural, como herdeiras dos direitos do Império.

(OLIVIER 1998: 188)

A utilização da imagem do Império romano permite veicular, então, além da idéia de direito imperialista das nações emergentes, a idéia de pertencimento à nação, atuando no fábriço das identidades nacionais. O ideal de potência, imperialismo e civilização dos modernos europeus é, dessa forma, o mesmo dos romanos, que lhes transmitiram uma espécie de *missão imperial civilizatória*. O poder *civilizador* do Ocidente leva à ordem, estabelece a paz e faz imperar o progresso; é a romanização a livrar os povos da barbárie. Essa bizarra fórmula parece hoje bem atual quando se considera o papel exercido pelos Estados Unidos junto aos países do Oriente e do dito Terceiro Mundo. Vidal-Naquet, pertinentemente, observava, no começo da década de 80, que *nenhuma época melhor que a nossa é capaz de compreender o que se passou quando os gregos impuseram seu modo de civilização ao Oriente* (1980: 16).

A passividade com que os povos colonizados, dominados, recebem e incorporam a cultura, tal qual modelo interpretativo dominante até bem recentemente, tem sido objeto de severas críticas por parte de teóricos do nacionalismo. Há pouco, Aijaz Ahmad (1999: 61) observou sobre suas dúvidas acerca da idéia de “ideologia ocidental”, propugnando, mesmo, acreditar que esta não exista, visto ser *uma concepção por demais amorfa (...), nem mesmo nações isoladas conseguem ter apenas uma ideologia ou uma única cultura*.

Justificador dos impérios modernos, o Império Romano ajuda a construir os pertencimentos, as identidades, as nacionalidades, em universo de empréstimos simbólicos, sentidos construídos e interpretações falseadas, em muitas tentativas das nações européias de estabelecer “passados apropriados”. A expressão *invenção das tradições*, cunhada por Hobsbawm, a isso se aplica com perfeição. Para ele, *toda tradição inventada, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal* (1984: 14). Raoul

Girardet, a respeito dos mitos e mitologias políticas atuais estabelece, também, pressupostos aplicáveis quando afirma que

“(...) quase não há, hoje, grupo político que não ache sempre necessário, quando se trata de afirmar sua legitimidade ou de garantir sua continuidade, apelar para o exemplo e para as lições dos *grandes ancestrais*”.

(1987: 78)

Ao perpetuarem algumas recriações como se sempre tivessem existido na memória nacional, os grupos sociais têm sempre por objetivo estabelecer uma continuidade em relação ao passado histórico, tanto étnica como, também, de algumas instituições. A idéia de valores transmitidos liga-se, assim, à evocação de uma certa ancestralidade, de uma antiguidade da nação e de seus valores, perpetuada nas imagens da vida nacional com o objetivo de forjar identidades, pelo uso da idéia de permanência.

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos, inclusive o nacionalismo – sem antecessores - tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapola a continuidade histórica real, seja pela lenda (...) ou pela invenção.

(HOBSBAWM 1984: 14)

Instrumento ideológico da História e da Arqueologia, essa memória fabricada exerceu grande papel na definição de propósitos colonizadores, imperiais, atuando na construção discursiva de fatos e eventos de um passado *desdobrado por europeus e povos do mundo ocidental em geral, para esculpir identidades que se opõem,*

para construir o Ocidente e o não-ocidente e criar uma ascendência cultural (HINGLEY 2002: 28).

A História e a Arqueologia, assim como a Biologia e outras áreas do conhecimento, comumente foram objeto de utilizações justificadoras ao longo dos séculos XIX e XX, sempre estiveram ligadas às questões políticas dos Estados. No que se refere à Arqueologia na França, por exemplo, pode-se dizer que esta sempre esteve a serviço do Estado (SCHNAPP 1996: 48), a serviço da construção de uma memória nacional, visto que é ela que determina, também, que tipo de memória a cultura material permite (re)construir (OLIVIER 2000: 387). Também em relação à História, como observou Marc Ferro (1994: 118), não raro, ainda hoje, a disciplina está a serviço da glorificação da pátria e da legitimação do Estado. A própria História da Arqueologia, já em seus primórdios enquanto disciplina estruturada teve como principais preocupações as manifestações das origens nacionais. Na atualidade não é diferente, *basta observar na União Soviética de Stalin, no Portugal de Salazar, na Espanha de Franco, na Alemanha de Hitler, na China de Mao, na Geórgia de Gamsakhourdia ou na Jugoslávia de Milosevic ou em outros países onde a Arqueologia esteve a serviço dos grupos étnicos no poder* (KOHL e FAWCETT 1995: 6).

No caso da Arqueologia em específico, manifesta na cultura material, mas, também, na sua representação em forma de texto, *a discursividade (...) tem merecido particular consideração* (FUNARI 1999). No que concerne às arqueologias nacionais, campo no qual se insere também esta pesquisa, *a análise da relação entre uma teoria política – o nacionalismo – e a ciência arqueológica constituiu um dos campos de maior crescimento nos anos 90* (DÍAZ-ANDREU, 1999: 161). *Atestando isso que os arqueólogos estão cada vez mais sensíveis ao papel desempenhado pela Arqueologia na constituição das identidades coletivas e, singularmente, na justificação das origens da identidade*

nacional (OLIVIER 1998: 241). Para Díaz-Andreu isso não significa que tenha sido aí a primeira vez a se refletir sobre esse assunto, mas a década de 90 produziu “*uma explosão nesse tipo de estudos*”.

Estudos multidisciplinares têm procurado compreender as apropriações do passado histórico e arqueológico por diferentes países europeus; no que se refere à Arqueologia, o papel preponderante por ela desempenhado nas elaborações identitárias durante os regimes totalitários que assolaram a Europa ao longo da primeira metade do século XX tem sido objeto de muitas problematizações. Alemanha nazista, Itália fascista, França de Vichy e Espanha franquista podem ser alguns dos principais exemplos sobre os usos e abusos da Arqueologia. Provocativamente, Díaz-Andreu sustenta a proposição de que a profissão arqueológica *não existiria se o nacionalismo não tivesse triunfado como ideologia política* (1999: 163).

Saber e prática política, a Arqueologia não se desvincula de seus contextos de produção. Nessa perspectiva e muitas vezes por ela é que o discurso arqueológico sobre a nação repousa – um discurso datado e notoriamente identificável.

“A Segunda Guerra mundial de 1939-1945 e a época que a precedeu foi o exemplo claro de até que ponto a Arqueologia pôde estar a serviço do Estado, porque foi o momento em que de forma mais descarada se manipularam seus dados em favor de hipóteses que os políticos – e que determinados arqueólogos – pretendiam impor”.

(DÍAZ-ANDREU 1999: 169)

Presas a mecanismos discursivos, a construção dos objetos arqueológicos se conforma, aí, a uma idéia de nação, a um conceito que *não se pode sustentar sem um passado adequado e sem um futuro crível, o que requer que a comunidade se anuncie*

possuidora de uma História e de um destino (SMITH 1997: 36 *apud* DÍAZ-ANDREU 1999: 163). Tudo isso em meio a um complexo emaranhado de valores nacionais, de classe, raça e gênero, que constrói identidades e alteridades, em meio a negações, afirmações, enfim, (re)construções do passado. Como observou Hobsbawm (1998: 285):

As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista de sua História consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de História de identidade, antigas ou recentes.

(HOBSBAWM 1998: 285)

Essa tradição de apropriação do passado nacional, que assume grandes dimensões no XIX, ainda fará ecos na Europa do XX, principalmente no contexto das duas grandes guerras; a memória, aí, figurará no sentido mesmo de uma criação, uma reconstrução engajada do passado. Chamadas a se pronunciarem, ora para legitimarem ascendências étnicas gloriosas ou para conferirem direitos territoriais assentados na ancestralidade de ocupação dos espaços, a História Antiga e Arqueologia tiveram a esse respeito um papel definidor em diversos países europeus, principalmente em seus governos totalitários. O papel desempenhado por essas duas áreas do conhecimento humano nesse período, em diferentes países da Europa, tem um fundo bem similar, isso não nega, contudo, as muitas especificidades que carregam. Apresentar-se-á aqui, de maneira tópica e sucinta, um pouco dessas similaridades, tentando compreender o caso francês num contexto maior, europeu. Contudo, essa apresentação se restringirá somente a dois países

nos quais se julga terem sido levadas essas apropriações dos passados nacionais a conseqüências mais extremas - a Itália e a Alemanha¹⁰.

De todos os países europeus a Itália talvez seja aquele em que o uso da Antigüidade a serviço dos governos autoritários tenha atingido seu ponto máximo. De unificação tardia - 1859-1870 -, a Itália teve na sua união política um dos maiores eventos de sua História. A esse processo de unificação sucederá a escolha de Roma como capital, que rapidamente conhecerá o Fascismo com Benito Mussolini. É sobre a *Cidade Eterna* que, na luta pelo poder, o futuro Duce conduzirá a sua Marcha, evocando, oportunamente, a continuidade e a herança da Roma imperial. Nesse sentido, a escolha de Roma não é, de nenhuma forma, ocasional, visto que ao mesmo tempo em que é a sede da Itália unificada representa, também, o glorioso passado ao qual o Fascismo faz apelo e do qual vangloria-se como herdeiro. O discurso retórico em torno da superioridade latina irá se centrar na continuidade da Roma moderna em relação à grandiosidade da antiga Roma imperial, em uma exaustiva apelação ao mito da romanidade¹¹.

¹⁰ A ausência da Península Ibérica aqui merece uma explicação outra que a da delimitação. Portugal e Espanha constituem exceções no contexto europeu, visto o fraco investimento na Arqueologia e História da Antigüidade como fatores de legitimação nacional. Portugal é um país de gênese medieval e o que se encontra, quer sob o Regime Militar quer sob o Estado Novo, são tentativas de arqueólogos portugueses de construir imaginárias pré-figurações remotas, que, na realidade, nunca conheceram grande sucesso junto do poder, sempre mais interessado em celebrar as origens medievais ou as grandes navegações; era aí, no âmbito do Império Colonial, que se travavam as mais duras batalhas legitimadoras. A Espanha franquista e simpatizante do Nazismo não reconhecerá suas origens ibéricas, mas, somente, célticas, visto os celtas se vincularem à centro-europa, espaço preconizado por Hitler como dos arianos. Contudo, como ocorre com Portugal, a utilização das imagens de Roma não são mais que episódicas. Ressalto aqui a ajuda do professor Carlos Fabião, da Universidade de Coimbra, nessa compreensão.

¹¹ Em seu discurso de 21 de abril de 1924 – *Per la Cittadinanza di Roma* – Mussolini buscará, como em tantos outros, estabelecer essa relação de continuidade da Roma fascista em relação à Roma antiga, conferindo à segunda uma posição de herança em relação à primeira: “(...) frequentemente me ocorre meditar sobre o mistério de Roma, sobre o mistério da continuidade de Roma (...) por qual projeto de uma inteligência suprema, um pequeno povo de agricultores e de pastores pôde, pouco a pouco, tornar-se uma potência imperial e transformar, no curso de poucos séculos, a obscura aldeia (...) em uma cidade gigantesca que contava com milhões de cidadãos e que dominava o mundo com suas leis.” Essa ligação entre a cidade antiga e a cidade moderna será uma característica muitíssimo comum aos discursos de Mussolini e acompanhará, também, as publicações e manifestações oficiais do partido fascista. Obs: Este e outros extratos dos discursos

Muito mais que as outras cidades da Península, Roma foi o teatro de predileção da “fabricação do *consensus*”, fundado aqui sobre a utilização seletiva da Arqueologia e da História. Evocar, com efeito, Turim, Milão, Veneza ou Florença, o mito admissivelmente sem frescor da romanidade tinha poucas chances de encontrar um eco entre populações cuja cultura se inscrevia num *continuum* histórico cujas seqüências as mais gloriosas não coincidiam com as horas de glória do Império pagão. Em Roma, em contrapartida, onde tinha sobrevivido no tempo o sentimento de pertencimento a uma capital de essência universal, a orquestração do mito não reconheceria a mesma resistência e encontraria uma audiência em todos os extratos da sociedade.

(MILZA 1999: 609)

As constantes referências a Roma ligam-se à própria idéia de projeto que o Fascismo tinha em relação à Itália e ao seu expansionismo territorial; a difusão desse ideário visava, então, não só o território da nação, como, também, o estrangeiro. Para o Duce, *O estado fascista é uma vontade de potência e de império* (1932: 851). Em discurso de 26 de outubro de 1932, em Milão, Mussolini irá manifestar explicitamente seus ideais ao dizer: *Em dez anos o mapa da Europa será modificado (...) Em dez anos a Europa será fascista ou “fascicizada”* (ver MILZA 1999: 613). Muitíssimo presente em seus discursos, o louvor a Roma e sua celebração encontrarão sua finalidade maior na comparação entre o antigo e moderno, entre a Roma imperial e a Itália fascista, enfim, entre o que foi e o que é, ou o que poderá ser. Assim, não raro Mussolini associa diretamente sua figura à imagem de César e de Augusto e a toda simbologia por eles representada. Para além das palavras, os instrumentos dessa prática do convencimento são bem conhecidos e bem evidentes – a História e a Arqueologia. Para Manuel Royo (1997: 35), de 1922 ao fim da Segunda Guerra, a prática arqueológica é a tal ponto dominada pela fascinação do *passado* que a

de Mussolini citados foram extraídos de *Opera omnia di Benito Mussolini (...)* – ver referência completa ao final. Extratos de fontes diversas terão sua origem explicitada no texto.

imagem mitificada da Roma antiga produziu um monstruoso compromisso entre os imperativos da pesquisa científica e as escolhas, para a maior parte desastrosas, do desenvolvimento urbano. Antônio Cederna, um dos maiores especialistas nos estudos da Arqueologia italiana nesse período assim irá resumi-la:

Uma Arqueologia cultivada por cérebros débeis, concebida (...) como uma medida de evasão, como o élan de uma curiosidade levada ao irracional e ao esteticismo, impelida pela irresistível miragem das civilizações submersas, mas susceptíveis de “ressurreição”. A isso se ajuntaria a nostalgia reacionária de uma grandiosidade jamais desaparecida e a pretensão de a fazer reviver (...). Quase uma prática de Espiritismo, se bem que o espírito assim evocado não poderia mais que ter traços comuns àqueles que aí improvisavam sua aparição, sem nenhuma relação com seus traços originais.

(CEDERNA 1979: 68 *apud* ROYO 1997: 35)

As constantes referências à romanidade da Itália e à glória da Roma antiga e dos romanos *conferiram* à Roma fascista a necessidade de se adequar à imagem da Roma ideal. Para o Fascismo, Roma antiga e Itália moderna são dois termos inseparáveis. A grandiosidade evocada encontrará seu lugar na construção ou reconstrução da monumentalidade arquitetônica romana, onde o apelo à continuidade material e política da nação é notório¹². A romanidade é, aí, a manifestação da glória imperial utilizada para fins nacionalistas, imperialistas, fascistas, onde a veneração de César, Augusto e outros contribuía para a exaltação de Mussolini e seu governo. Nesse sentido, a Roma moderna, sob comando do Duce e execução dos arquitetos da Roma renovada, é *limpa* de seu passado

¹² Muitas obras são construídas ou reconstruídas com esse intuito. A esse respeito ver ROYO 1997: 37. O discurso de Mussolini de 21 de abril de 1922, *Per la celebrazione della fascista “Festa Del Lavoro” e “Fondazione di Roma”* evidencia essa continuidade de maneira sintomática: “Roma e Itália são dois termos inseparáveis. (...) Roma é nosso ponto de partida e referência. Roma é nosso símbolo, ou, se preferirmos, nosso mito. Nós imaginamos a Itália romana, sábia, forte, disciplinada e imperial. Muito do que foi o espírito imortal de Roma ressurge no Fascismo: romano é o fascio dos lictores, romana é nossa organização de combate, romanos são nosso orgulho e nossa coragem. “Civis romanus sum”.

medieval e renascentista¹³. O discurso em torno da romanidade não concerne mais que à Antigüidade. A História e a Arqueologia da Roma medieval ou da Renascença estão fora de todos os discursos oficiais (ROYO 1997: 37), visto serem tomadas como símbolos de uma decadência da qual o regime não se via como herdeiro. *O período de entre guerras corresponde para a Arqueologia italiana a uma fase de brilhante expansão de pesquisas, para as quais o Estado fascista contribui com importantes subvenções, tanto par aos trabalhos na metrópole como para a Arqueologia mediterrânea* (GRAN-AYMERICH 1998: 380-381).

(...) nos anos em que Benito Mussolini se esforça em vangloriar de seu regime de glória da cidade antiga, um vasto programa de valorização do patrimônio arqueológico é posto em prática. Os fóruns imperiais são desimpedidos, ao preço de numerosas destruições e do deslocamento expeditivo de quadras inteiras do centro da cidade. O mausoléu de Augusto é restaurado e colocado em destaque em um largo espaço público.

Como observou Laurent Olivier, a criação da Via dell'Impero e a destruição extensiva das ruínas dos Fóruns imperiais engajou-se na colaboração com o Instituto Arqueológico alemão e resultou na destruição massiva do tecido urbano medieval e da Renascença (1998a: 248). A Arqueologia pré-histórica, excluída dos círculos universitários, é preterida em favor da Arqueologia das antiguidades históricas, e essa é uma característica marcante não só na Arqueologia da Itália de Mussolini como, também, da França de Vichy, em contrariedade à sua valorização na Alemanha.

Em seu discurso *Per la cittadinanza di Roma*, de 21 de abril de 1924, Mussolini irá dizer:

¹³ Sobre a destruição de obras que não atendiam aos interesses fascistas ver: FORO 2001: página 210 e seguintes.

Os problemas de Roma, da Roma do século XX, gostaria de dividi-los em duas categorias: os problemas da necessidade e os problemas da grandeza. Não podemos afrontar os últimos se os primeiros não tiverem sido resolvidos. Os problemas da necessidade decorrem do desenvolvimento de Roma e estão nesse binômio: moradia e comunicações. Os problemas da grandeza são de outra espécie: é necessário liberar das deformações medíocres toda a Roma antiga, mas ao lado da antiga e medieval é necessário criar a monumental Roma do século XX. Roma não pode, não deve, ser simplesmente uma cidade moderna, no sentido contemporâneo e banal da palavra, ela deve ser uma cidade digna de sua glória e esta glória deve ser renovada sem cessar, para ser transmitida, como herança da era fascista, às gerações posteriores¹⁴.

Os exemplos de destruição patrimonial no período poderiam ser vários. Entre 1924 e 1931, por exemplo, *todas as casas freqüentemente em mau estado, que datavam da Renascença e do século XVIII foram demolidas* entre o Tibre e a *Via Cavour* (SERONDE-BABONAUX 1980: 119 *apud* FORO 2001: 210). Dessa forma, *limpava-se* a cidade de seu passado indesejado, porque não glorioso, não útil; e evidenciava-se, aos olhos dos italianos e do mundo, a grandiosidade de Augusto e dos césares, em uma Roma monumental, cuja potência se afirmava. Expurgava-se os séculos de decadência¹⁵. O discurso de Mussolini de 01 de janeiro de 1926 é sintomático a esse respeito, nele Mussolini irá dizer:

¹⁴ Em 01/01/1926, quase dois anos depois, discursando em Roma Mussolini irá relembrar o discurso de 21 de abril de 1924, enfatizando suas realizações em relação às necessidades de Roma anteriormente previstas e atribuindo o mérito das mesmas ao povo de Roma. Nesse novo discurso o Duce irá anunciar, mais uma vez, seu projeto em relação a Roma: “*Tendes diante de vós um período de pelo menos cinco anos para completar o que foi iniciado e para começar a obra maior do segundo tempo. Minhas idéias são claras, minhas ordens são precisas. Estou seguro que elas se tornarão uma realidade concreta. Em cinco anos, Roma deverá aparecer maravilhosa a todos os povos do mundo: vasta, ordenada, potente como ela foi à época do primeiro império de Augusto*”.

¹⁵ Essa política de assepsia urbana mussoliniana, que tem por objetivo fazer de Roma “*uma vasta vitrine de realizações do regime*” (MILZA 1999: 611), irá produzir uma imensa massa de desabrigados, deportados para cidades periféricas constituindo verdadeiros guetos de condições de vida as mais insalubres. A esse respeito ver: MILZA 1999: 611-612.

Continuem a liberar o tronco do grande canal de tudo o que ainda lhe obstrui. Desimpeçam em torno do Augusto, do teatro de Marcelo, do Capitólio, do Panteão. Tudo o que aí se desenvolveu durante os séculos da decadência deve desaparecer. Em cinco anos, da praça Colonna, por uma grande passagem, deve ser visível a massa do Panteão. Continuem a liberar igualmente das construções parasitárias e profanas os templos majestosos da Roma cristã. Os monumentos milenares de nossa História devem restar gigantescos em sua necessária solidão. (...) Vou retirar das estradas monumentais de Roma a estúpida contaminação dos bondes, mas darei os mais modernos meios de comunicação às novas cidades que surgirão, em círculo, em torno da antiga. Uma linha direta que deverá ser a mais longa e a mais larga do mundo, levará a impetuosidade do *mare nostrum* de uma Ostia ressuscitada até o coração da cidade (...).

No aniversário do primeiro decênio da Marcha sobre Roma em outubro de 1932, Mussolini irá inaugurar sua *Via dell Impero*, limpa; a nova Via Sacra do Fascismo, ornada com estátuas de César, Augusto, Trajano - para servir ao culto do antigo e à glória do Império e de espaço comemorativo do ufanismo italiano. Às sombras do passado recriado ergue-se a nova Roma, que pode vangloriar-se e celebrar seus imperadores e homens fortes; seus grandes poetas e apólogos como Horácio e Virgílio. O povo italiano porta o *fascio* romano dos lictores, símbolo da autoridade política na antiga Roma e que inspira o nome do Regime. A *Cidade Eterna* ressurge, então, no Fascismo, com seus propósitos colonialistas e imperialistas e que retornaram para ficar (O discurso de Mussolini em Trípoli, em 11 de abril de 1926, a respeito da África é deveras interessante a esse respeito). No verbete *Fascismo* elaborado pelo próprio Mussolini (com a colaboração de Giovanni Gentile) para a *Enciclopedia Italiana* constava: *Se cada século tem sua doutrina parece, por mil indícios, que o nosso é o do Fascismo* (1949: 850). Referindo-se

ao seu século dizia o Duce: *hoje, na Itália, a hora não é da História. Nada está ainda concluído. É o tempo dos mitos.* Tempo das histórias construídas poderia se acrescentar.

O culto da romanidade foi muito útil para apoiar a pretensão de que os fascistas estavam fazendo História. Comparando a marcha de Mussolini sobre Roma com os golpes de estado de Sila e de Júlio César, a propaganda fascista queria fazer crer que a Itália fascista havia cruzado o Rubicão em direção ao domínio mundial... A romanidade fazia parte integral da concepção de mundo dos italianos educados e a História Romana clássica era, em geral, considerada como História Nacional Italiana... É óbvio que uma tal perspectiva ideológica da História Romana, que implicava, ao menos, algum contato de primeira mão com a cultura e História clássicas, não poderia existir sem a ajuda de acadêmicos classicistas... Em nível nacional e político, estudiosos da Antigüidade, oriundos ou atuantes na Universidade, eram os principais formadores de opinião... Estes estudiosos da Antigüidade tiveram um papel preponderante neste processo. Sem seus esforços, um culto fascista mais ou menos coerente da romanidade não seria possível.

(VISSER 1992: 6, 8, 10 apud FUNARI 2002: 29).

De modo similar ao que ocorreu na Itália, o uso da Antigüidade na Alemanha nazista conheceu dimensões não desprezíveis. No que se refere à arte enquanto meio de difusão da ideologia do Nacional Socialismo, duas foram suas frentes de maior atuação: a arquitetura e a escultura. Da mesma maneira que na Itália, onde os projetos de reorganização dos espaços urbanos estiveram diretamente ligados à figura e às determinações de Mussolini enquanto chefe de Estado, na Alemanha isso irá se dar de maneira bem similar com a ascensão de Hitler ao poder. O Führer, como o Duce, personificará a expressão da estética de seu regime autocrático. A arte nazista era marcada de uma maneira específica pela personalidade do Führer, visto que sua onipotência lhe permitia dar livre curso às suas pretensões artísticas (GUYOT e RESTELLINI 1983: 6). Reportando a um passado autêntico ou mítico, mas sempre glorioso, o Nazismo, assim

como o Fascismo, encontrará, nas tendências colossais da arquitetura neoclássica, uma das formas mais virulentas de se afirmar.

Se o gigantismo da arquitetura, como aquele da escultura, encontra sua origem na loucura das grandezas de um Hitler desejoso de ver glorificar seu reino por meio de imponentes edifícios, ele simboliza, igualmente, a vontade de representar na pedra e no espaço a potência da Alemanha, a grandeza de uma nova civilização, a perenidade do Reich Milenar e de seus valores ideológicos.

(GUYOT e RESTELLINI 1983: 119)

A monumentalidade e o gigantismo obsessivos da arquitetura nazista, vista por muitos como uma necessidade de reafirmação nacional após o Pacto de Versalhes (GUYOT e RESTELLINI 1983; CAVALCANTI-BRENDLE 2003: 2), marca o interesse do Nacional Socialismo, personificado na figura do Führer, de se inscrever não só na História da Europa como, também, na História do mundo, de um novo mundo, marcado por uma nova civilização. Em seu comunicado francês sobre *O futuro da Alemanha*, Hitler dizia: “*Também começamos nossa obra cultural por um certo número de possantes realizações de valor documental, persuadidos que o exemplo imortal ainda é o maior ensinamento para todos os tempos*” (HITLER 1936: 91 – em HITLER, RIBBENTROP et al.).

Inspirado na Antigüidade Clássica, e desejoso de mostrar, para a posteridade, a supremacia e excelência de seu império, Hitler orchestra a construção de uma nova Alemanha, para honra e glória de seus contemporâneos e, também, para a admiração e orgulho das gerações futuras.

A propósito da nova Nuremberg dizia:

É necessário que seja realizado aqui, e nas proporções as mais grandiosas, um monumento de estilo exemplar e que ao mesmo tempo possa fazer milhões de alemães orgulhosos de serem membros de uma comunidade. É igualmente o mesmo espírito e a perseguição dos mesmos objetivos que preside a transformação da Capital do Movimento, a capital do Reich alemão. As grandes obras que surgirão lá preencherão não só nosso povo de alegria no presente, mas, de orgulho no futuro.

(HITLER 1936: 98 – em HITLER, RIBBENTROP et al.)

O Nazismo, visto de séculos à frente deveria dar, àqueles que o olhassem de uma longa distância temporal, a idéia da grandiosidade daqueles que o viveram; a idéia da existência de uma raça *limpa*, pura, civilizada. Assim como as ruínas greco-romanas evidenciavam, aos olhos do Führer, a existência gloriosa do *berço da civilização*, seu império, quiçá séculos depois em ruínas, deveria dar mostras da supremacia da civilização que nele viveu. Para o Führer, era *necessário construir imponentes edifícios para engrandecer a força atrativa de uma cidade ou de um país; e, mesmo, de um século, a perspectiva absolutamente segura da recuperação no múltiplo dos sacrifícios consentidos. Que seria Veneza sem seus palácios, suas igrejas, e Roma sem a basílica de São Pedro ou seus templos antigos, as ruínas são o passado, etc!* (HITLER 1936: 91 – em HITLER, RIBBENTROP et al.).

Nesse sentido, Albert Speer, arquiteto e ministro alemão a serviço do Reich irá elaborar sua teoria a respeito do “valor das ruínas”. A arquitetura moderna, a seus olhos, era incapaz de deixar ruínas gloriosas e, para esse fim, preconizava a necessidade da utilização de materiais aptos a resistirem às intempéries e à força do vento (GUYOT e RESTELLINI 1983: 122). Uma maquete da Esplanada Zeppelin em Nuremberg, após séculos de abandono, seria pensada e, mesmo, elaborada nesses termos. O epíteto gravado

na entrada da *Casa da Arte Alemã* de Munique é sintomático a esse respeito; nele se lê: *Nenhum povo vive tanto tempo como os documentos de sua cultura* (VILLARD 1972: 15).

Ligada aos cânones estéticos da Antigüidade Clássica, a arquitetura nazista, como a italiana fascista, cuidará da criação de espaços comemorativos, de palcos para celebração da nova era, onde o passado arquitetônico é sempre visto como conflitante com a nova ideologia. Em interessante artigo em que analisa *A cidade dos ditadores*, a arquiteta Maria Betânia Uchoa Cavalcanti-Brendle dá, a respeito da arquitetura dos governos autocráticos, uma leitura que resume, de forma bem pertinente, o caso da Alemanha Nazista:

O padrão dos regimes totalitários é uma grotesca cosmética urbana. Sua arquitetura, de proporções gigantescas, é anacrônica, carregada de historicismos e convertida em símbolos políticos de poder, força, autoridade, vitória e, na maioria dos casos, em instrumentos de autoglorificação. A cidade dos ditadores é um cenário cuidadosamente projetado para impressionar as massas, simbolizar o estabelecimento de uma nova ordem política e representar o poder político total de seus líderes.

(2003: 1)

Na Alemanha de Hitler, a escultura, assim como arquitetura, também teve um papel importante nos jogos de afirmação e (re)afirmação do Nazismo. Encarregada de exaltar os valores raciais arianos do novo regime, a escultura alemã desse período terá, em Arno Breker, como o teve a arquitetura em Albert Speer, seu maior representante. A Antigüidade reviverá, nas palavras de Pierre Villard, *ao preço do sangue e do horror* (1972: 18), na arte imitativa das esculturas neoclássicas de Breker, onde o corpo saudável, viril, forte, manifestava a estética existencial do homem novo. Ícone da arte engajada nazista, mereceu bem o epíteto de “*escultor de Hitler*”, título esse do qual muitos intelectuais tentarão eximi-lo, na defesa de uma arte que não fora engajada, mas cujas

manifestações aplicavam-se bem à nova ordem; política de um mal menor, alienadora das intenções e das ações.

Ainda que a arte e trajetória dos artistas, assim como o trabalho e a vida dos intelectuais que estiveram a serviço dos regimes autoritários devam ser analisados progressivamente, para que se possa fazer uma leitura comparada e conjuntural, isso não lhes abona do status de comprometidos, engajados com as ordens totalitárias. O trabalho de muitos, como os de Breker, foram analisados no pós-guerra no sentido de se justificarem por características, influências e estilos anteriores (LEROY 2002). Há que se considerar, contudo, que mesmo procedendo essas considerações e por conta delas fazendo parte de um pensamento dominante em determinado momento histórico, tanto as características quanto as influências e estilos, ligam seus veiculadores a uma estética totalitária, manifesta pelos regimes totalitários de que fizeram parte, ligando, sim, intelectuais e artistas opções e engajamentos políticos. Uma associação, contudo, parece equivocada: aquela que liga imediatamente o engajamento político e o comprometimento moral à excelência ou falta dela, em termos artísticos e acadêmicos, o que não significa dizer que as atitudes morais são indevidas mas as obras válidas, mas, sim, que talvez haja um outro lugar, um outro domínio, onde essa excelência possa ser considerada, no caso de Speer, Breker, Leni Riefenstahl, Carcopino e tantos outros.

Ao lado das obras faraônicas de Speer, figurarão as esculturas colossais de grande beleza plástica de Breker, cujas dimensões eram representativas não só das apologias à perfeição corporal, mas, também, do *espírito alemão*, do *super-homem*, do *homem novo* europeu. A arte aí, como o fora também na URSS de Stalin e na Roma de Mussolini, também esteve a serviço da criação e legitimação das ideologias autoritárias. Há que se observar, contudo, que não só a arte nazista, como, também, a dos demais

regimes autoritários europeus, apesar de se encaixarem em grandes modelos engajados, a eles não se resumiam. Libertas de perspectivas analíticas reducionistas e simplistas, normativas, o complexo domínio da arte nazista pode ser mais bem explorado.

Destruída, alijada de todo patrimônio histórico e arqueológico que não lhe convém, a Berlim de Hitler, assim como a Roma de Mussolini terá, nas escalas monumentais de sua arquitetura e esculturas, a concretização dos ideais megalomaníacos de Hitler. É aí o espaço onde o indivíduo não tem lugar e se perde, para encontrar-se numa ideologia estética aglutinadora do pensamento nacional, na sua ostentação totalitária, que encarna a um só tempo os símbolos do poder, da glória, da força, da autoridade e, também, aqueles da impotência, do medo e do terror. No verbete *Fascismo* da *Enciclopedia Italiana* lê-se:

“O indivíduo no Estado fascista não é anulado, mas, ao contrário, multiplicado, semelhante como num regimento um soldado não é diminuído, mas, multiplicado pelo número de seus camaradas”;

(1932: 850)

para a Alemanha hitlerista, *o povo é a Alemanha e a Alemanha é o Führer*

(VILLARD 1972: 29). Como observou Hitler a seu respeito:

eu sou um nacionalista alemão. Isso quer dizer que eu me reconheço em meu povo. Todo meu pensamento, toda minha ação lhe pertence. Eu sou socialista. Eu não vislumbro diante de mim nem classe nem casta; eu não vejo mais que uma sociedade de homens, ligados pelo sangue, unidos pela língua e submetidos a um mesmo destino.

(HITLER 1963: 54)

Para as ideologias do nazi-fascismo, o indivíduo não é nada, e na sua existência, é mero componente de algo maior que é o povo.

Essa opressão do indivíduo em virtude da exaltação do povo encontrará na Arqueologia um de seus instrumentos de maior relevância. Nesse sentido, a Arqueologia pré-histórica e do mundo clássico desempenharão, para o Reich Milenar, um papel relevante, e estarão fortemente comprometidas com a ideologia nazista. Obcecado pelo passado o Nazismo terá, no domínio arqueológico, um instrumental adequado para a legitimação das ideologias raciais e imperialistas do Reich, sendo tudo muito condizente com a lógica hitlerista *Ein Volk, ein Reich, ein Führer* – Um povo, um Reich, um Führer. Para essa empresa, muito colaboraram também historiadores, lingüistas e filólogos no exercício de suas profissões, levando ao extremo as proposições de Hitler quando dizia que *a arte de ler e de estudar é de conservar o essencial e esquecer o acessório* (HITLER 1939: 20); no que se refere à Arqueologia, o que faz de seu papel uma singularidade é *a sua posição no aparelho de propaganda e expansão do regime*¹⁶ (SCHNAPP 2003: 105), e sua conseqüente associação à destruição dos patrimônios históricos e arqueológicos, assim como, também, às pilhagens e crimes raciais. Como no Fascismo, muitos e prestigiosos intelectuais desses domínios colaboraram com o Nazismo e dele se beneficiaram. Em benefício da conquista do poder ou de sua manutenção nele em suas áreas, mediante cargos, cadeiras universitárias e verbas de pesquisa, não hesitaram em deformar a História, pilhar patrimônios culturais e *assassinar* a memória, tornando-se cúmplices de hediondos crimes de guerra (SCHNAPP 1981: 306). Característica não só da Alemanha nazista, mas,

¹⁶ O capítulo XI do Tomo II de *Mein Kampf*, que trata da propaganda e organização do futuro Reich é sintomático a esse respeito, visto evidenciar o lugar que as ciências e o conhecimento, por meio da propaganda, ocupariam na vida alemã.

também, da Itália fascista e da França de Vichy, a subvenção e controle da Arqueologia pelo Estado denota seu papel e sua importância nos regimes totalitários desses países.

Como na Itália, na Alemanha a disciplina se engajará no estabelecimento das origens nacionais de linhagem superior e na construção da idéia de unidade e continuidade culturais do povo alemão. Especialistas do mundo antigo das universidades alemãs irão tirar de seus estudos uma idéia fundamental à ideologia do Reich, aquela de unidade cultural. Uma unidade fictícia, que tem por objetivo justificar a unidade do diverso, do heterogêneo. *Do conceito de grecidade, forjado pela pesquisa, passa-se muito naturalmente àquele de germanidade, cujas implicações culturais e políticas eram muito evidentes*¹⁷ (CABANEL 2001: 50). Assim, os *gregos alemães* eram representados em sua unidade e continuidade culturais.

O ideário que deu embasamento teórico às políticas nacionalistas do Reich muito se beneficiou da produção intelectual de vários estudiosos alemães dos séculos XVIII e XIX. No que tange às idéias de unidade cultural e lingüística, fácil se percebe a influência dos trabalhos de Johann Gottfried Herder (1744-1803), Johann Fichte (1762-1814), Friedrich Ratzel (1844-1904), Gustav Klemm (1802-1867), Gustav Kossina (1858-1931) e Adolf Bastian (1826-1905). Em diferentes áreas e com suas respectivas especificidades, da Filosofia à Filologia e à Lingüística, passando pela Geografia e Etnologia, esses intelectuais irão alimentar a germanofilia que nutriu o Nazismo. Postulando a superioridade dos germanos em relação a outros povos, irão buscar legitimar esse pressuposto na criação de

¹⁷ Alertando para a necessidade de se pensar a História Antiga como um domínio do conhecimento marcadamente ideológico, Arnaldo Momigliano chama a atenção para o fato do conceito de grecidade (e aqui se poderia dizer também romanidade) ligar-se às ideologias do século XX, principalmente em sua primeira metade. *“Estamos todos num período de descolonização. Isto vale também para a História Antiga. Descolonização significa encontrar um significado para a grecidade que sirva para um mundo que sofreu com o Nazismo e está experimentando, ao menos parcialmente, várias formas de Comunismo, (...) Descolonização significa esquecer aquilo que foi ensinado pelos colonizadores”* (MOMIGLIANO 1967: 43).

evidências de uma origem germânica comum, cujo tronco lingüístico e racial seria mais elevado que os outros¹⁸. Apólogos da existência de uma raça, língua e cultura particulares e da relação entre raça e território¹⁹, necessária à justificação da existência da *nação* alemã (*Urheimat*), encaixavam-se de modo muito fácil à política do Reich, à qual os conceitos de *Urvolk* e *Ursprache* (povo e línguas originais) de Fichte e a distinção entre raças ativas e raças passivas de Klemm aplicavam-se perfeitamente; em resumo, o mesmo binômio histórico hitlerista, que postulava que o motor da História repousava no antagonismo das raças, na dominação do mais fraco pelo mais forte, enfim, no embate entre os *fundadores de cultura* e os *destruidores de cultura*.

Uma unidade de língua e cultura, enfim, uma unidade nacional, é ligada aos binômios acima citados e circunscreve a identidade coletiva a todos que partilham dos mesmos ancestrais, conduzindo a uma certa idéia de comunidade.

“Esta comunidade é ‘imaginada’ a partir de laços orgânicos entre indivíduos que partilham uma mesma cultura e se exprime pelo pertencimento ao povo alemão”

(KASTORYANO 2001: 5-6)

Riva Kastoryano observa que a referência ao povo alemão - *Das deutsche Volk*, coloca em evidência um pertencimento antes de tudo étnico. Uma tal concepção

¹⁸ Trabalhos importantes como o de Edouard Conte e Cornelia Essner (*La quête de la Race – une anthropologie du nazisme* - 1995) possibilitam compreender bem, por exemplo, as referências raciais e idéias de culto ao sangue, como apologias feitas pelo Nazismo, no sentido de justificar a superioridade das raças nórdicas.

¹⁹ “*O arsenal de Kossina contém todos os elementos necessários à química ideológica nazista: identificação entre raça e etnia, raça e espaço, definição da Arqueologia como uma ciência susceptível de estabelecer o direito*” (SCHNAPP 1981: 306). A idéia de *Volkstum* (pensamento e sentimento populares), que embasa o pensamento alemão de final do XVIII e do XIX irá ser respaldada pela descoberta do indo-europeu, que aportará a noção de língua original e que trará, como corolário, as noções de povo original (arianos) e de terra original (DEMOULE 1999). Daí para a idéia de superioridade dos primeiros a dedução é imediata.

exclui toda diferença de cultura: a unidade cultural e o caráter orgânico da comunidade nacional se encontram inscritos na definição mesma da nação (2001: 5-6). Os direitos advindos da ancestralidade se fundam nas idéias de primazia, originalidade, daí a idéia de algo que advém da união, como os galo-romanos, ser estranha aos alemães (CABANEL 2001: 51). Daí também o modelo grego, por oposição àquele de Roma, simples herdeira, ser o preferido na ideologia raciológica do Reich. Reconhecer o contrário,

Era reconhecer, evidentemente, a parte do tempo, do sedimento, da mestiçagem, do sincretismo, na fabricação da identidade, em oposição ao original alemão. As línguas, de resto, são a tradução imediata, já morta, como o pretende Fichte em seu *Discurso à nação alemã*, então, daquilo que é autóctone, como só Atenas pretendia ser.

(CABANEL 2001: 51)²⁰

Não privilegiar a Arqueologia de Roma, como o fizeram desde sua criação, em 1902, os dirigentes da “*Comissão romano-germânica*” do Instituto Arqueológico Alemão (SCHANAPP 1981: 291) era, então, uma maneira de valorizar a germanidade, por meio de uma apologia à Pré-História alemã. Todo esse ideário sobre a nação, assentado em uma comunidade cultural e lingüística, fortemente ligado ao Romantismo Alemão e ao conjunto de idéias nacionalistas do contexto de unificação alemã irão informar a Arqueologia nazista.

²⁰ Contudo, se por um lado o discurso arqueológico é mais vinculado à Grécia, pela ancestralidade e conseqüente pureza que postula, por outro a idéia de império, nação imperial e povo virtuoso permanece vinculada a Roma. Em seu *Les modèles antiques – quelques réflexions sur les origines de l’hitlerisme*, Simone Weil detalha, brilhantemente, o modelo romano reivindicado pelos nazistas. Para Weil, *O paralelo entre o sistema hitlerista e a Roma antiga seria incompleto se ele se limitasse aos métodos da política exterior. Ele pode se estender além; ele pode se estender ao espírito das duas nações. Primeiramente, a virtude própria de Roma era a mesma que de um certo ponto de vista colocava a Alemanha do século XX acima das outras nações, à saber, a ordem, o método, a disciplina e a resistência, a obstinação, a consciência aportadas ao trabalho* (1989: 199).

A Pré-História alemã é, aí, reificada pelo Reich, tendo à sua frente organismos como o *Amt Rosenberg* e o programa a “*Ahnenerbe*” (A herança dos ancestrais) da “SS” (dirigido por Himmler), incumbidos de *ancorar a Arqueologia pré-histórica germânica em uma metodologia e uma demonstração científicas* (OLIVIER 1998a: 251 - a esse respeito ver, também, SCHNAPP 1981), visando ambos demonstrar a expansão germânica na Europa; organismos rivais, irão disputar o controle das pesquisas sobre a Pré-História na Alemanha hitlerista. Estudos recentes têm permitido melhor mensurar a extensão da manipulação dos dados arqueológicos em prol da política cultural e racial do Nacional Socialismo por parte desses organismos (OLIVIER 1999: 1). Para Hans Reinerth, antigo aluno de Kossina e arqueólogo do Reich, *a História da “Alemanha Nova” deve se fundar sobre uma “história racial dos homens do norte”* que só uma Pré-História renovada pode estabelecer (SCHNAPP 1981: 291).

Nos países sob domínio do Reich, só terão interesse para a Arqueologia nazista os territórios tidos pelo regime como de *cultura germânica*. Nas trilhas de Kossina, em sua ideologia pan-germanista, os alemães irão reivindicar, pela sua ancestralidade, embasada nas *evidências arqueológicas*, o direito hereditário de muitos territórios²¹. Kossina, fundador de uma verdadeira Arqueologia *hipernacionalista* (SCHNAPP 1981: 305), tinha argumentado que os alemães, ao permanecerem em sua terra *primigênia*

conservaram-se racialmente puros, sendo, assim, o povo indo-europeu de mais talento e criatividade. Só eles conservaram a

²¹ Essa justificativa de direitos de posse, que marca na Alemanha o surgimento e o desenvolvimento da Arqueologia Clássica em sentido acadêmico (SCHNAPP 2003: 103) tal como se conheceu simboliza, não só aí, mas em muitos países europeus (Itália, França, Portugal e Espanha) nesse mesmo contexto, uma espécie de institucionalização da disciplina, a serviço do Estado. O período que precede a Segunda Guerra Mundial e seu decorrer marca, assim, a institucionalização das práticas arqueológicas. Legislações similares são elaboradas e observadas nesses países. A ciência arqueológica se dota de objetivos, princípios e métodos, tendo o Estado sempre à frente a capitanear seu desenvolvimento.

capacidade de levar a cabo a responsabilidade histórica de criar civilizações e impô-las a outros povos inferiores. A partir daí se inferia que os alemães eram os europeus nascidos em primeiro lugar (*Erstgeborenen*). Kossina também viu na Arqueologia a possibilidade de estabelecer direitos históricos sobre os territórios.

(TRIGGER 1996: 620)

Para o III Reich, a pesquisa arqueológica é destinada a legitimar a superioridade racial “ariana”, fornecendo o testemunho da permanência de lacunas de expansão territorial atribuídas à raça ou cultura germânica (REINERTH 1936, WAHLE 1941 apud OLIVIER 1998a: 250). Sob os auspícios de Hitler, o Reich mais não faz que utilizar a ciência histórica e arqueológica para dar cientificidade àquilo que seu líder já havia postulado, anos atrás, a respeito dos arianos em *Mein Kampf*:

Tudo o que faz hoje nossa admiração sobre essa terra, ciência e arte, técnica e invenção, é devido à atividade criadora de povos pouco numerosos e, talvez, na origem, de uma só raça. Deles depende a continuidade de toda a civilização.

Todas as grandes civilizações passadas caíram em decadência simplesmente porque a raça originária criadora foi extinta pela maculação de seu sangue.

Tudo o que nós vemos hoje, de civilização humana, de produtos de arte, da ciência e da técnica é quase exclusivamente o fruto da atividade criadora dos arianos. Podemos, deste modo, concluir, não sem razão, que, reciprocamente, eles foram os únicos fundadores de uma humanidade superior e que eles representavam então o tipo primitivo do que nós compreendemos sob o nome de homem.

(HITLER 1938: 94-95)²²

²² Este extrato é da edição francesa de *Mein Kampf*, de 1938, editada por François Dauture e Georges Blond, cujo título foi traduzido por *Minha Doutrina*, o que valeu na França um pequeno caderno publicado pelo *Comite de Défense Republicaine et Française* intitulado *Mein Kampf, Ce qui ne figure pas dans les éditions françaises publiées par les amis du Führer* (1939), com extratos traduzidos da edição original alemã nos quais Hitler emitia sua opinião em relação à França e aos franceses.

Protótipo do humano civilizado, o ariano é o *Prometeu da humanidade* (HITLER 1939 : 260), de raça pura e, por isso, superior. É nesse discurso que se engajaram as ciências do Reich, dentre elas a Arqueologia. Para o Führer, *todo sistema de educação e toda a cultura deviam ter por objetivo dar às crianças de seu povo a convicção de que elas eram superiores aos outros povos*²³ (HITLER 1938 : 179-180). É notório que a ligação do Estado à Arqueologia não é uma característica exclusiva da Itália e da Alemanha, prende-se a uma realidade muito mais ampla, que abarca outros países da Europa, onde a Arqueologia também atuou e atua como ciência que tem por objeto revelar as “origens nacionais”; o que faz desses casos uma singularidade no contexto europeu é a evidência com que manifestaram as relações entre o passado histórico e suas manipulações.

Seja a Arqueologia do passado romano na Itália ou greco-romano na Alemanha e em outros países, o fato é que a Antigüidade Clássica, de modo geral, é privilegiada em detrimento daquelas de outros períodos, visto não serem úteis como meios de propaganda dos Estados. Práticas ideológicas dos totalitarismos, que se voltam para o estudo da Antigüidade, mediante enaltecimento de sua herança e de seu passado, vão postular a superioridade dos grupos nacionais que as reivindicam e irão ter, como corolário, o desenvolvimento de interpretações de caráter marcadamente racial. Avessos em grande parte à diversidade cultural, esses nacionalismos pouco se preocuparão com a inclusividade ou a heterogeneidade, mas, sim com *a exclusividade, a purificação* (AHMAD 1999: 64), a dominação, enfim, apontando para uma característica muitíssimo presente em todos os nacionalismos, sua aproximação do racismo. A noção de raça, como fator que designa uma

²³ Para Hitler, a pureza das raças é a tendência geral da natureza: “o conhecimento que temos da História dá múltiplas provas desta lei. A história estabelece com uma clareza terrível que, quando o ariano misturou seu sangue com aquele dos povos inferiores, o resultado desta mestiçagem foi a ruína do povo civilizador” (HITLER 1939: 257).

origem e um pertencimento comuns aos indivíduos é embasada numa concepção hermética dos grupos.

De modo muito generalizado, não só na Alemanha, mas na Itália, na França e na Península Ibérica na primeira metade do século XX, a prática da Arqueologia e da História Antiga contribuiu para a institucionalização, em muitos casos, de práticas racistas e xenofóbicas. Oferecendo o respaldo científico necessário para as empresas de legitimação nazi-fascistas e de outros totalitarismos, corroboraram com as construções *adequadas* dos passados nacionais, nas quais breve e facilmente se encaixou, em muitos casos, a estética da pureza racial e da superioridade biológica, culminando com o racismo. Há que se considerar que a grandeza e *unidade* dos antigos (um engodo) constantemente foram justificadas pela sua pureza racial, daí passando rapidamente para a o *racismo de Estado*, biológico e centralizado (FOUCAULT 1997) e, logo, para a exterminação física como solução. A institucionalização do racismo conheceu, nas várias legislações raciais dos totalitarismos europeus, a concretização das políticas de higienização populacional, comumente assentadas em *verdades* postuladas pela ciência arqueológica e histórica.

Itália e Alemanha, experiências singulares de regimes autoritários, mas que guardam muitas similaridades, apontam para uma constatação, de maneira um tanto evidente, de características muito comuns a vários países europeus (de experiência totalitária) que, na busca de constituições identitárias, assemelharam em muitas proposições, constituindo, assim, um fundo bem similar ao qual o mundo antigo, grego e romano, serviu como *espelho* para seus contemporâneos.

- Todos propuseram um mundo novo e melhor, moderno, pacífico, disciplinado, organizado e civilizado, para o qual não se podia prescindir de um “homem novo”, forte;

- inimigos do presente, seus líderes sempre tiveram olhos nostálgicos para um passado glorioso, uniforme e sem conflitos, que deveria ressurgir em sua atualidade;
- propuseram uma continuidade histórica, cujas “rupturas” deveriam ser ignoradas e seus vestígios apagados; apólogos de seus passados, criaram serviços, órgãos e institutos encarregados de estudá-los, mitificá-los, difundi-los e, o que não foi pouco comum, criá-los - projeto para o qual não faltaram artistas, intelectuais e cientistas engajados com verdadeiras alquimias da razão;
- indistintamente procuraram atuar sobre a juventude (virilizando-a), a educação e a escola; enalteceram o trabalho e a técnica como salvadores de um mundo em crise, promessa de um futuro melhor;
- conferiram ao homem, à mulher, à família, enfim, papéis extremamente mantenedores dos cortes sociais;
- tanto nesse último domínio como, também, no das políticas agrícolas (verdadeiras vocações desses países) e demográficas, não raro suas proposições foram comparadas àquelas de Augusto, primeiro imperador romano;
- naturalizaram o racismo, em bases *científicas*;
- tiveram, enfim, líderes corajosos, empreendedores, salvadores de mundos em crise e desestruturados pela derrocada política e moral de seus povos, ou seja, os seus heróis.

Paralelos e referências poderiam ser levados à exaustão. O mundo antigo facilmente é representado e lido em meio todas essas características dos regimes autocráticos europeus. Autorizando ou desautorizando práticas. Legitimando. Enfim, servindo como espelho da honra, poder e glória das nações e da megalomania de seus líderes.

É desse fundo autoritário que se nutre também, na atualidade, o debate em torno dos imigrantes na Europa, que ocupa um lugar substantivo no pensamento político europeu e junto à opinião pública, dando mostras do lugar que o racismo e a xenofobia, beneficiários da idéia de superioridade européia, ainda ocupam no pensamento contemporâneo. Os debates que acompanharam a elaboração do *Preâmbulo da Constituição Européia* são bem representativos da atualidade das discussões identitárias na Europa e das inquietações que elas colocam; tanto nesse momento, como naquele dos regimes autoritários, a Antigüidade comumente se faz presente no palco das argumentações e ilustrações dos jogos identitários. Intentar compreendê-la em seus usos e apropriações é procurar dar conta de sua atualidade, é considerar que suas leituras, suas escritas, estão inseridas, cravadas, marcadas pelo tempo presente e que seu estudo não se desvincula das tradições histórico interpretativas de seus objetos.

2. Antigüidade e modernidade, o nascimento de Vercingetórix na escrita da História francesa após a Revolução

“O esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um fator essencial da formação de uma nação e é assim que o progresso dos estudos históricos é freqüentemente para a nacionalidade um perigo”

(RENAN 1882)

Tratar do *surgimento* de Vercingetórix na historiografia francesa ou de qualquer outro tema que envolva tradições interpretativas tão marcadas no universo simbólico francês implica, antes de mais, procurar se aperceber dos lugares privilegiados que a História e, principalmente, a História e a memória nacionais ocupam na historiografia francesa²⁴. Como o assegura Christian Amalvi (1988: 20), *a paixão dos franceses pela História, sua História, está longe de ser desinteressada*; Philippe Joutard (1995: 45) irá dizer que isso assim se dá porque o ensino de História nas escolas francesas não é, de nenhuma maneira, um assunto neutro, em virtude do largo papel desempenhado pela memória histórica na constituição da identidade nacional. Para ele:

Século após século se constitui uma mitologia histórica fundada sobre alguns princípios simples: antigüidade da França, cuja origem se confunde com a origem da humanidade; permanência ao longo dos séculos, mas obtida por meio de catástrofes horríveis e

²⁴ “Num país como a França, a História da História não pode ser uma operação inocente. Ela traduz a subversão interior de uma História-memória por uma História-crítica, e todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores” (NORA 1993:10).

ressurgimentos espetaculares²⁵; enfim, destino providencial com uma missão universal²⁶.

Ligadas a grandes eventos e personagens, essas memórias construídas e vazadas em forma de História têm, na França, uma estreita relação com a idéia de destino e de missão, do país e do povo²⁷. Personagens como Vercingetórix, Carlos Magno, Clóvis, Joana Darc e outros sempre estiveram presentes no imaginário francês e compuseram aquilo Gaston Bonheur convenientemente chamou de *álbum de famille* dos franceses (AMALVI 2001: 14), encarnando o eterno ciclo de ascensão, declínio e recuperação da nação.

Presa às origens e preocupada em justificar seu presente e legitimar práticas e direitos, oriundos de ideais de identidade, continuidade e comunidade, essa História mitológica encontra na escola o espaço ideal para a sua divulgação e popularização. Ela é sempre retomada pelas ideologias contemporâneas em um complexo jogo de construções identitárias, onde a memória do passado nacional ocupa um lugar não pouco privilegiado nas narrativas dos destinos da nação. É essa característica da historiografia francesa que a

²⁵ Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho: “(...) *mesmo nos períodos em que, batida pela tempestade e com seu leme em mãos incapazes, pareceu prestes a ser tragada, foi suficiente que embarcasse um bom timoneiro para recobrar a vitalidade profunda, a capacidade de recuperação e de adaptação, a coragem obstinada que lhe abriram com tanta frequência o horizonte*” (AUBRY 1947: 11). Narrando as conseqüências nefastas da dominação alemã na França de Vichy, (1948:416) Aubry irá dizer que, após a dominação, “*A França sofrerá (...) uma crise séria. Conhecerá, sem dúvida, tempos difíceis, mas sairá honrosamente, (...) produzirá, como já o fez nos mais críticos períodos de sua História, os homens capazes de defendê-la e de renová-la*”.

²⁶ “*Bem favorecida no continente (a França) (...), parece destinada a tornar-se a área de encontro das civilizações, o confluente das trocas espirituais e materiais dos povos*” (AUBRY 1947: 2).

²⁷ História e Memória constituem, desde há muito, campo de reflexões dos historiadores. Instâncias tidas como distintas e formuladoras de epistemologias diferentes por muito tempo, hoje têm sido percebidas pela moderna historiografia como não dissociadas uma da outra. Para isso contribuíram, segundo esse entender, tanto os imperativos dos “*deveres de memória*” quanto a consciência, por parte de muitos historiadores, dos componentes discursivos de seu ofício. Apesar de também se fazer valer, neste trabalho, de referenciais cunhados por historiadores adeptos desta distinção, como Pierre Nora (1993), o texto foi elaborado dentro de uma perspectiva que concebe ambos os conceitos imbricados no fazer histórico. Conceitos repensados na medida em que as próprias noções de temporalidade e de documento, por exemplo, mudaram muito ao longo das últimas décadas (RICOEUR 2000).

liga à produção das memórias nacionais, utilizadas em diferentes contextos, de diferentes formas e por diversos grupos. É principalmente desde o século XIX que a História na França se encontrará relacionada a práticas muito marcadas pela idéia de Estado-nação, com suas construções e memórias convenientes.

Essas memórias da nação visam, de certo modo, uma espécie de controle do passado (e, conseqüentemente, do presente). É aí o espaço onde identidades étnicas, políticas, religiosas, sociais, culturais, sexuais, etc., são (re) elaboradas e redefinidas pelas gestões da memória, uma memória por vezes mítica, que não constrói, necessariamente, vínculos de *verdade* com a História. A memória constitui, nesse domínio, um elemento crucial das identidades (LE GOFF 2003: 469).

Reformar o passado, em função do presente, via gestão de memórias significa, antes de tudo, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...). Noção de que a memória torna poderoso (s) aquele(s) que a gere(m) e controla(m).

(SEIXAS 2001: 42)

Memórias que pensam, organizam, forjam o *real* muito mais do que o *resgatam*, e que tem na política sua primeira finalidade.

Apesar dos problemas epistemológicos que coloca o conceito de *memória coletiva*, cunhado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (1968), ajuda a melhor compreender as figurações da memória nos quadros nacionais. Fundada nos valores comuns, a idéia de memória coletiva remete a comunidades sociais com valores partilhados, de pequenos grupos a nações. Daí para Halbwachs existirem tantas memórias

quantos grupos existem. Entre o indivíduo e a nação existem os grupos, que conservam/inventam suas respectivas memórias, visto serem múltiplas as memórias coletivas, que aí são evocadas e reificadas. Controlar a memória é controlar *a verdade*. A memória, quando utilizada para justificar, torna-se verdade de acordo com a força que os grupos que a utilizam têm para torná-la *verdadeira*; é essa dinâmica que confere longa existência aos mitos políticos, comumente manipulados pelos grupos sociais. Como observava Primo Levi (1990: 2) a respeito dos *Lager*²⁸, *o vencedor é dono da verdade, pode manipula-la como lhe convier*.

Ao tratar da memória uma primeira questão se coloca: aquela de sua permanência nas mentalidades *nacionais*, coletivas, nos quadros sociais, o que permite à História sua constante apropriação. No caso da França isso é bem sintomático, visto ser a História nacional, como observa Pierre Nora (1993: 10),

a mais forte (...) das tradições coletivas dos franceses, seu meio de memória, por excelência. Dos cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da história “total”, toda a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha.

O *avant-propos* do primeiro número da *Revue Historique* traz uma afirmação sintomática nesse sentido – *estudar o passado da França, que será nosso interesse maior, é hoje uma questão de importância nacional. Isso nos possibilitará restabelecer em nosso país a unidade e força moral de que necessita* (MONOD et FAGNIEZ 1876: 4).

²⁸ Campos de Concentração.

Ligada ao trauma da derrota de 1870, essa proposição é bem representativa de uma certa concepção de História que perdurou na historiografia francesa e a caracterizou por muito tempo. As disputas, divisões sociais, políticas e religiosas ao longo da História francesa levaram-na a travar verdadeiras batalhas pela memória (AMALVI 1988: 17). A História foi, aí, campo de diferentes manifestações. Para Amalvi, os franceses vivem, entre 1814 e 1945, em estado de guerra civil historiográfica quase permanente, em um contexto em que mesmo eventos distantes no tempo e desprovidos, em aparência, de todo jogo ideológico, social e religioso, revestiram bruscamente uma dimensão política e cultural muito sensível²⁹ (1988: 25). Em todo esse processo, as analogias históricas, de longa tradição na historiografia francesa, tiveram por objetivo remeter o passado a situações contemporâneas, com a finalidade clara de legitimar idéias, posturas, valores, etc., daí a muito presente necessidade dessa historiografia de celebrar, de comemorar, de encontrar suas *raízes históricas*, aludindo a

imagens de um passado tornado lenda, visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que se supõe ter sido: na verdade seria uma História das ideologias francesas singularmente truncada aquela que ocultasse a presença dessas imagens, esquecesse a multiplicidade dessas representações ou negligenciasse seu poder sobre os espíritos e sobre os corações.

(GIRARDET 1987: 97-98).

²⁹ Pierre Vidal Naquet, ao analisar as tradições interpretativas da História da Grécia na França, por exemplo, aponta para a construção de uma Grécia francesa, dizendo tratar-se não só de uma Grécia antiga, mas, também, de uma Grécia situada entre a Antiguidade e o século XIX, tingida por paixões nacionalistas. Propugna o autor, e aí se insere o campo teórico desse trabalho, que *não há dúvida de que toda História é cruzamento, diálogo entre o presente e o passado* (2002: 32). A Grécia antiga não é a Grécia em si, é a Grécia representada, vazada, com as influências ideológicas de seu contexto de produção. Como observa Jacques Le Goff, “*Nicole Loraux e Pierre Vidal-Naquet mostraram como, na França de 1750 a 1850, de Montesquieu a Victor Duruy, monta-se uma imagem “burguesa” da Atenas antiga, cujas principais características teriam sido o “respeito pela propriedade, respeito pela vida privada, expansão do comércio, do trabalho e da indústria” e na qual se reencontraram as mesmas hesitações da burguesia do século XIX: República ou Império? Império autoritário? Império liberal? Atenas assume simultaneamente todas estas figuras*” (LE GOFF 2003: 27).

O arcabouço simbólico do qual as nações se valem para as mais diversas utilizações ideológicas tem, nas manipulações da História e da memória nacionais e das mitologias políticas seus melhores instrumentos. *Comunidades imaginadas*, como interpreta Benedict Anderson (1989), as nações são, antes de tudo, entidades constituídas pela História e pela memória, embasadas em processos de identificação coletiva, tipos ideais de grupos abstratos. É na lembrança coletiva que referenciais passados, justificadores do presente, vão atuar, justamente por terem, História e memória, um substrato comum, o passado – mas não um passado qualquer, um passado glorioso. Um passado prestigioso, para a escrita de uma História prestigiosa.

“Uma idade de ouro gloriosa ajuda a mobilizar as pessoas em torno de uma cultura comum, a permitir a unificação de grupos diferentes identificados já com uma identidade nacional que intuem compartilhar”.

(SMITH 1997: 39 *apud* DÍAZ-ANDREU 1999: 163)

Característica comum a diversos países europeus, essa (re) elaboração das histórias e das memórias nacionais, apesar de remontar a períodos os mais longínquos, tem uma institucionalização bem datada, pois, *nasce* com a constituição da História como disciplina. Não obstante ser levado a termos quase inimagináveis no que tange às historiografias nacionais e suas produções de memórias convenientes, o caso francês insere-se em um panorama bem comum na Europa do século XIX. A memória histórica, aí, ocupou um lugar preponderante.

“Aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”.

(NORA 1993: 9).

Aplicável a toda memória, essa colocação de Nora parece encaixar-se perfeitamente na análise das memórias nacionais européias, comumente reivindicadas pelos grupos étnicos no poder, de diferentes formas e em diferentes momentos – sempre restabelecidas nos períodos de crise. Como observou Girardet (1987: 98),

“a cada momento de sensibilidade – ou de pensamento político - corresponde (...) uma leitura da História, com seus esquecimentos, suas rejeições e suas lacunas, mas também com suas fidelidades e suas devoções.”

Tudo ligado às necessidades de conservação de informações inerentes à memória.

Essas interfaces, que ligam memória e História, ajudam a compreender melhor os mitos e mitologias nacionais em suas dinâmicas de funcionamento - nos seus silêncios e retornos em diferentes momentos históricos, em seus códigos simbólicos, enfim, nos seus usos e apropriações, no fabrico das identidades nacionais. Nesse domínio, os heróis ocupam um lugar significativo na História da nação, personificando no individual as venturas e desventuras do coletivo nacional, servindo de paradigma de modos de viver e agir. Incrustadas na memória nacional ao longo da História, a vida e trajetória desses heróis míticos, representantes da nação, podem ser lidas como uma imensa epopéia de invenções, embustes, usos e abusos da História, enfim, um repertório gigantesco de contradições.

Figuras heróicas perpetuadas na memória por meio de monumentos, obras historiográficas e literárias, nomes de ruas, mercadorias e estabelecimentos, etc., estão sempre presentes na vida cotidiana e no imaginário nacional, em uma espécie de celebração constante da História da Nação, reproduzida e afirmada pela História e ao longo dela.

No caso da França, por exemplo, Vercingetórix, como muitos outros heróis franceses, é um modelo preciso a exemplificar tudo isso³⁰; a exemplificar como o uso de uma mesma figura nacional pode atender a diferentes usos, abusos e manipulações, em diferentes momentos históricos e, por vezes, em um mesmo período - sempre *a serviço* da Nação. O grande cenário no qual se “fundam” as figurações do herói ao longo da História é a *Bellvm Gallicvm*.

A Guerra das Gálias é, com certeza, um texto fundador na História da França; elaborado por César, para dar razões à classe política romana de um dos mais longos conflitos empreendidos pelo Império, o texto é o discurso do vencedor sobre os vencidos³¹ e, estranhamente, funda as origens dos mesmos. Como observa Paul Martin (2000: 4), *desde o século XVI, pelo menos, a pesquisa, a afirmação da identidade nacional se faz, pela maior parte dos países da Europa, por meio da Guerra das Gálias.*

Fundamento da primazia, da originalidade, em contextos em que se negligencia o fato de que sua própria História como todo uniforme conquistado é fruto da narrativa de César, a Gália foi constantemente redescoberta. Como observa Citron (1984: 104), a palavra e a noção foram transmitidas pelos romanos. Gália e gauleses são termos

³⁰ A identificação dos franceses aos gauleses, por exemplo, muitíssimo explorada pelos meios publicitários é comumente utilizada para enaltecer as virtudes de produtos das mais diversas naturezas: cigarros, sorvetes, sapatos, materiais de aviamento, cervejas, camembert, elixir, etc., mediante nomeações, referências de ancestralidade de costumes, etc., como os queijos Camembert *Galus* e *Le vieux Druide*, os cigarros *Gauloise*, a cerveja *Korma*, o conhaque *Aubinaud*, etc.

³¹ Por seu caráter discursivo, é sempre importante lembrar que César escreve *A Guerra das Gálias* em um contexto muito marcado pela sua necessidade de afirmação política em Roma, o que evidencia o caráter de propaganda da obra.

jamais utilizados pelos *gauleses* para designarem seu “país” e a si mesmos. É por Roma e pelos romanos que os gauleses se tornam conhecidos a seus “descendentes” republicanos, que enraizarão e fortificarão os sentimentos nacionais na sua ancestralidade gaulesa, na metrópole e, curiosamente, nas colônias, onde muitos pequenos franceses aprendiam *notre pays s’appelait la Gaule et ses habitants les Gaulois – Nos ancêtres les Gaulois!*. É em torno da narrativa de César que foram construídas as imagens da Gália e dos gauleses ao longo dos séculos, contudo, muito poucas fizeram referências diretas à fonte, em virtude de seu caráter freqüentemente imaginado. Assim, os manuais escolares e manuais de História de modo geral, descreveram a Gália, Vercingetórix e os gauleses, comumente sem o recurso explicitado de sua referência principal a *Bellvm Gallicvm*.

Lendário chefe das tribos gaulesas, imortalizado pelo discurso de César e herói contemporâneo do nacionalismo francês e de suas construções identitárias, Vercingetórix é um herói tardio, nasce com Napoleão III. Admirador de César, de quem se inspiraria na elaboração de sua doutrina política, é Napoleão que, com escavações levadas a termo nos locais presumidos de Gergovie e Alésia (Merdogne e Alise-Sainte-Reine – arquétipos da vitória e da derrota) evidencia na memória a epopéia militar e nacional do chefe auverno (MARTIN 2001). Napoleão apresenta-se como uma figura dúbia a esse respeito, pois, ao mesmo tempo em que encarna o imperialismo cesarista³² (chega a redigir uma biografia de César – *Histoire de Jules César*), por um lado, por outro se inspira na ideologia do herói popular em sua ardente luta pelo povo (SIMON 1989: 43-47 e MARTIN 2001). Paul Martin (2001) lembra bem esse contexto ao evocar a escultura de Vercingetórix feita por Aimé Millet, erigida em agosto de 1865 no monte Auxois; a escultura mistura

³² A esse respeito ver, por exemplo: (TULLARD 1977: 270 E 330). O próprio Napoleão é muitas vezes representado como César em pinturas e esculturas do século XIX.

elementos que vão da idade do bronze (espada) à época merovíngia (cabeleira), com traços fisionômicos inspirados em Napoleão III (Figura I). *A estátua de Vercingetórix foi colocada sobre o morro de Alésia, como um grande exemplo de coragem e patriotismo para as gerações futuras* (LORRAIN 1883: 181). Contudo, o que mais chama a atenção é a inscrição, que é por demais representativa desse período napoleônico. Trata-se de um trecho adulterado de César que, segundo Martin, foi deliberadamente utilizado por Millet e que diz: *A Gália unida, formando uma só nação, animada de um mesmo espírito, pode desafiar o universo*. O texto a que Millet faz referência, em César, na *Bellvm Gallicvn*, é VII, XXIX³³.

Yves Roman (1994: 201) pontua que esse é o contexto de um passado relativamente recente em relação à Revolução Francesa, durante a qual *o nome mesmo de gaulês foi freqüentemente uma injúria ou um título de glória*. Mas, Vercingetórix praticamente não aparece na historiografia antes de Napoleão; como observou Christian Godineau, em seu *Dossier Vercingetórix: antes do século XIX, poucas pessoas consideraram Vercingetórix um personagem importante*.

Seu nome tinha sido citado, desde o século XVI, em algumas genealogias que faziam remontar ao dilúvio os ancestrais dos reis da França – para demonstrar que esses eram mais importantes que todos os outros soberanos, que eles tinham vocação pra reger e pacificar a Europa. Vercingetórix não existia. O rei da França se sentia próximo de César, ou, mais ainda, de Augusto.

(GODINEAU 2001: 19)

³³ A edição da Guerra das Gálias utilizada é o texto de César estabelecido e traduzido por L.-A. Constans para *Les Belles Lettres*, publicado pela Association Guillaume Budé. Ver referência completa ao final.

E, não raro, a monarquia desse período assentava-se em sua suposta origem troiana, venerável, como forma de legitimar seu poder nos recorrentes conflitos com a Inglaterra e servia, também, para mostrar que províncias como a Normandia e a Guiana, reivindicadas pelos ingleses, eram partes integrantes do reino. André Simon aponta, também, como motivo dessa busca das origens troianas pelos humanistas do XVI, a sua rivalização com os humanistas italianos, que se pretendiam descendentes de Enéas³⁴ (1989). Os francos eram, aí, descendentes de sobreviventes da destruição de Tróia³⁵.

Essas representações se transformarão muito nos séculos posteriores, conhecendo algumas divagações em torno de origens bíblicas no século XVII e terão, principalmente no XVIII e no XIX, um fundamento gaulês muito grande³⁶. Mas, Vercingetórix é, ainda, um *desconhecido*. No fim do Segundo Império, a se considerar as impressões de Henri Rochefort, Vercingetórix parece ser ignorado pelos franceses³⁷.

Assim os italianos acabaram de inaugurar uma estátua de Dante e sabem porque. Nós, franceses, nos conformamos de agir com simplicidade: nós estamos prestes a elevar um monumento excepcional a Vercingetórix, mas nenhum de nós poderia dizer com que propósito. Esse hábito de elevar monumentos assim, a homens que não conhecemos está em concordância com a maneira cômica que entendemos a vida³⁸.

³⁴ “O desenvolvimento de uma literatura “gallophile” no século XVI é colocado em relação com uma necessidade de afirmação e de diferenciação nacionais: de circunstâncias históricas particulares (...) e de movimentos reformadores freqüentemente percebidos como estrangeiros; culturas enraizadas no passado face aos modos italianizantes da corte, culto “da terra e dos mortos” face aos intelectuais desenraizados e ao imperialismo cultural do humanismo” (DUBOIS 1981 :25).

³⁵ Para uma visão mais detalhada da Gália e dos gauleses no século XVI ver: (MARTIN 2000: 146-148).

³⁶ Principalmente com os trabalhos de Amédée Thierry e Henry Martin.

³⁷ Vercingetórix chega a ser mencionado em algumas obras como *Histoire de France* – de Mme de Sait-Ouen (somente em sua vigésima edição, de 1848), *Abrégé de l’Histoire de France* – de Victor Duruy (1848) e *Petite Histoire de France* – de G. Bezeze, mas, como observa Amalvi (1981: 350) seu nome evoca *menos uma personalidade individual que um título genérico, sinônimo de chefe*.

³⁸ Cf. (AMALVI 1980: 349)

Nas escolas primárias, por exemplo, Vercingetórix começará a aparecer com mais frequência com a obrigatoriedade do ensino de História, a partir de 1867; o ensino da disciplina foi facultado entre 1833 e 1867, pela Lei Guizot. Para Amalvi (1980: 350) essa obrigatoriedade não é fortuita.

Ela consagra e revela a mudança, operada ao longo do Segundo Império, da finalidade atribuída à História no ensino primário. O novo regime não se reclama de uma legitimidade dinástica, mas, nacional, a História não deve mais narrar de maneira estéril os fastos das dinastias defuntas, mas expor às crianças do povo a História de sua nação.

A historiografia das origens da França geralmente datava, até o início da Terceira República, da chegada na Gália do primeiro rei germano Pharamond e do batismo de Clóvis. Isso muda com o *aparecimento* dos gauleses na historiografia, bem compreendido ao se analisar o forjado mito republicano “*Nos ancêtres les Gaulois*”, tão utilizado no contexto revolucionário. Contudo, o debate em torno das origens nacionais já há muito tempo acompanhava os embates políticos, com seus contraditórios jogos identitários e reivindicações de direitos, reclamando sempre a herança mais conveniente – dos gauleses, dos romanos, dos francos...

Muito ligadas aos meios intelectuais dos grupos que orbitam o Estado, as querelas em relação às origens da nação vão, comumente, desenvolver-se em torno desses focos narrativos, representados, principalmente, por romanistas ou germanistas. O trabalho do eminente historiador do mundo romano Claude Nicolet – *La fabrique d’une nation* (2003) – a esse respeito é, indubitavelmente um dos mais elucidativos, não só pela rica discussão que estabelece como, também, pelo rompimento com muitas análises simplistas

de autores e obras que trataram desses jogos identitários e suas representações no contexto pré-revolucionário³⁹. É no século XVIII que Nicolet centra suas análises, procurando demonstrar as características instrumentais das discussões identitárias em prol de causas políticas, sociais e diplomáticas na França, entendendo a representação da nação como algo crucial nesse momento histórico. É bem o contexto em que a monarquia de Luís XIV vai buscar, por meio de seus historiadores, suas origens prestigiosas, e, também, a nobreza e a burguesia, por sua parte, irão se preocupar com a representação de suas origens, em consonância com os direitos que reivindicavam.

O debate intelectual se colocará em termos de romanistas e germanistas e terá no conde Henri de Boulainvilliers – *L’Etat de la France* (1727) e no abade Dubos – *Histoire de la monarchie française en Gaule* (1734) seus principais propugnadores. Para Boulainvilliers, o reino se fundava com a vitória dos guerreiros francos, aí justificando a origem da nobreza e seus direitos advindos da conquista⁴⁰; o povo tinha sua origem nos galo-romanos vencidos. Sua teoria, uma espécie de “guerra das raças”, consistia numa verdadeira crítica ao absolutismo monárquico de Luis XIV, no qual os nobres exerciam um papel um tanto secundário. Se herdeiros dos francos, como o rei, por que o poder absoluto deste último, se entre os francos as assembléias tinham lugar? (BOULAINVILLIERS 1727: 46). Boulainvilliers postulava a importância das assembléias nos moldes das assembléias “primitivas”; o governo só poderia ser legítimo se respeitasse a constituição das assembléias francas. Já para Dubos, Roma era a principal referência, estava no cerne do debate, em franca oposição às premissas de legitimação aristocrática de Boulainvilliers.

³⁹ A “reabilitação” de Boulainvilliers a que procede Nicolet, criticando interpretações de autores como Foucault e Devyver, por exemplo, é sintomática.

⁴⁰ Os livros de XXVII a XXXI do *Espírito das Leis*, de Montesquieu, demonstram isso – o caráter germânico Direito francês, fundamentado na conquista.

Para Dubos, não havia nem submissão gaulesa nem conquista franca. Por isso não se justificava a reivindicação de poderes feita pela nobreza baseada nas conquistas francas. Esses debates marcam bem as noções de raça e cultura, assentadas nas crenças de homogeneidade, consistindo numa espécie de justificação e naturalização das possibilidades, dos cortes sociais, enfim, das figurações dos indivíduos e grupos junto ao Estado nesse período. É um contexto em que monarquia e aristocracia intentam legitimar suas posturas pela historiografia

Vercingetórix, contudo, ainda *não aparece*. O desejo de se identificar a um passado gaulês anterior às conquistas não é ainda manifesto. Michel Taillefer observa que a celtomania do XVIII *não conhece Vercingetórix, não quer se reconhecer em um vencido*”.

Para ela, os gauleses estão lá desde o dilúvio, pois vêm de um infeliz parentesco romano, felizmente fechado pela chegada de Clóvis que é gaulês, porque os francos são gauleses que partiram e retornaram. Fecha-se o parêntese e tem-se bem esta continuidade que faz que os franceses da época da Guerra dos Sete Anos se reconheçam nos combatentes valorosos que foram os gauleses.

(2001: 72)

Nesse contexto, segundo Raymond Mas (1990: 173), a exaltação dos gauleses, que já tinha ocorrido à época da “Guerra de Sucessão Espanhola” (1701-1714) é retomada. A “Guerra dos Sete Anos” (1756-1763) apresentava-se como a ocasião em que os “ancestrais” gauleses deveriam ser evocados, numa incitação ao ânimo dos soldados.

O debate intelectual em torno das origens segue e marcará os contornos identitários da França pré-revolucionária. É no contexto francês de crítica social e monárquica do século XVIII, com implicações diretas à idéia de nação (identidade,

continuidade, comunidade) que o caro adágio francês “*Nos ancêtres les gaulois*” será constituído - um componente retórico no combate contra a aristocracia⁴¹. A idéia de comunidade, inerente ao conceito de nação ocupará um lugar significativo, visto que é ela que *aglutina* e homogeneiza o povo, que o *conforma* a experiências e destinos comuns em torno da terra, do sangue, enfim, da História. Olivier observa que

para a monarquia, a comunidade nacional não existe enquanto tal: em suas relações com a sociedade, o poder real não reconhecia face a ela uma entidade coletiva que seria a “Nação”, mas ao contrário uma justaposição de “súditos”, no caso eventualmente re-agrupados em classes ou em corporações. (...) criticar a relação do rei com seus súditos, volta a colocar em questão o funcionamento da sociedade como um todo e, de fato, a reivindicar a sociedade como parceira global do poder.

(1998: 189)

Contrariamente a esta relação estabelecida entre a monarquia e seus súditos a idéia de nação como totalidade do grupo social engloba o Terceiro Estado, *escamoteando o componente franco da História nacional tradicional* (OLIVIER 1998: 189), onde a nobreza se embasava para justificar, até então, pelas origens, a legitimidade de seu poder.

O texto do abade Sieyès – *Qu’est-ce que le Tiers-État?* é muito sintomático dessa transição/inversão das origens nacionais. Para Sieyès, a nação existe e é representada pelo conjunto da sociedade – *O Terceiro-Estado é uma nação completa*, reúne tudo a esse propósito, é ele que, com seu trabalho, mantém a sociedade. *Quem, então, ousaria dizer que o Terceiro Estado não tem nele mesmo tudo o que é necessário para*

⁴¹ É importante considerar que, ao lado dos referenciais gauleses nas discussões políticas do contexto da Revolução, componentes greco-romanos são, também, muitos comuns neste domínio.

formar uma nação completa? Para Sieyès as minorias que estão no poder, opressoras, cujos privilégios foram obtidos pela usurpação são de origem franca.

Não se é livre por privilégios, mas, por direitos que pertencem a todos. Se os aristocratas assumem, ao preço dessa liberdade da qual mostraram-se indignos, manter o povo na opressão, o povo ousará perguntar sob qual motivo. Se a resposta é dada a título da conquista, é necessário convir que isso é um pouco demais. Mas o Terceiro Estado não deve remontar a tempos passados. Ele se reportará ao ano que precedeu a conquista; e é por isso que ele é, hoje, freqüentemente mais forte para não se deixar conquistar, sua resistência, sem dúvida, será mais eficaz. Por que não mandar de volta para as florestas da Francônia todas essas famílias que tem a louca pretensão de serem descendentes da raça dos conquistadores e de terem-na sucedido em seus direitos? A nação, então depurada, poderia se consolar, penso, de ser reduzida a não mais se crer composta que de descendentes de gauleses e de romanos.

(SIEYÈS – 2º parágrafo do 2º capítulo)

Vista como *um corpo de associados*, é a nação que evidencia a igualdade de direitos, principalmente direitos políticos, postulando *uma lei comum e uma representação comum*. É essa concepção igualitária que torna possível ao Terceiro Estado, para Sieyès, enquanto maioria numérica, encarnar a nação, independentemente da tutela da nobreza. A nação, de origens galo-romanas, numericamente maior que aqueles que não a compõem (nobres – de origem estrangeira, bárbara) reivindica, assim, seus direitos, usurpados pelos reis, descendentes dos francos.

Sieyès marca uma ruptura entre o povo e os nobres ao fundar a nobreza sobre uma exclusão de tipo racial. Faz-se, então, de 1789, a revanche dos vencidos e oprimidos contra seus algozes francos. É de se notar, contudo, que a primeira conquista, aquela dos romanos, não é nenhum momento colocada em questão, visto que o componente

romano faz surgir os galo-romanos e sua herança não é, aos olhos de Sieyès, nada negligenciável. Reivindica-se então nada mais que aquilo que é legítimo e de direito, a primazia gaulesa aliada à grandiosidade romana. Das mudanças que este ideário coloca para a transformação do conceito de nação é necessário sublinhar, como observou Olivier (1998: 190),

“que esta nova concepção republicana de Nação repousa, na verdade, sobre um escamotear dos francos, ao qual o mito republicano *Nos ancêtres les Gaulois* permite legitimar o Estado inventando a idéia de uma continuidade nacional desde as mais longínquas origens, cuja República seria a expressão”.

É a substituição do mito franco pelo mito gaulês.

Os embates intelectuais em torno das origens da nação permanecerão, ainda, no pós-Revolução, e assumirão nuances também muito marcadas pelas disputas políticas.

Vedete simbólica dos combates políticos da segunda metade do XIX, Vercingetórix começará a aparecer mais freqüentemente na literatura francesa após a ocupação de Paris de 1814 e 1815 por prussianos e cossacos. Como observou André Simon, *essa invasão evoca, por analogia, as grandes invasões e leva a uma maior referência aos gauleses* (1989: 27). É Waterloo a experiência necessária para que Vercingetórix se tornasse herói. Historiadores e escritores irão colocá-lo em evidência ao fazerem uso (constante) da oposição entre romanos e gauleses para justificar as lutas políticas desse período. O apelo a Vercingetórix, chefe vencido dos gauleses é, então, o apelo ao sacrifício pelo povo e à luta pela liberdade contra o invasor, mais forte, mais disciplinado, mais unido. Maior é Vercingetórix quanto maior for o seu adversário, ou seja, a mesma estratégia utilizada por César na *Bellvm Gallicvm* (ver excerto VII,LXXXIX, por exemplo). O vencido, assim, assume a característica de herói; não há aí estranheza de um

orgulho advindo da derrota. Erige-se assim o mito, que *garantirá* ao país a sua ressurreição após os grandes cataclismos históricos.

Suzane Citron (1995: 21) se indaga sobre os efeitos de uma pseudocontinuidade historiográfica de uma parte e de uma origem gaulesa indefinida de outra. A autora conclui que a principal consequência é que

“por meio do mito gaulês, a nação, espaço de soberania se encontra historicamente etnicizada, pois a França multicultural e multilingüe - ainda bem presente em seu multilingüismo no meio do século XIX - é ligada a um povo único, o povo gaulês⁴²”.

A partir daí pode-se postular a existência de uma França eterna e etnicamente homogênea que, pode-se dizer, nasce com o Estado.

Nesse sentido, a idéia de *Nos ancêtres les Gaulois* marca bem o nacionalismo francês desse período e suas paixões identitárias. Ela se liga a um contexto social muito específico, do qual não se desvinculam mudanças significativas nas formas de se representar a História nacional. Christian Goudineau (2001: 60) faz um resumo assaz interessante a respeito desse período:

No meio do século XIX, a História está, de alguma maneira, no pináculo. Por mil razões, no primeiro plano dos quais a necessidade de fundar ou refundar identidades (que chamamos freqüentemente de nações), o desejo de ancorar no passado os

⁴² “Segundo o relatório do abade Gregório, sobre os vinte milhões de franceses que viviam na França no momento da Revolução, seis milhões falavam um pouco do francês, mas somente três milhões falavam verdadeiramente e, ainda, um número menor o escrevia”. “A etnicidade induz à idéia de uma homogeneidade cultural, que é uma contra-verdade histórica” (CITRON 1995: 21).

regimes que estão em ruptura com as antigas dinastias, e todas espécies de fenômenos advém da curiosidade científica (de onde nós viemos?), de reflexões sobre a região (seu passado, seus limites), de uma nova concepção de espaço (as estradas de ferro, os bólidos) e uma homogeneização lingüística” (como diziam os especialistas).

(GODINEAU 2001: 60).

É sob esse cenário histórico bem datado que primeiramente se vê aparecer de modo mais enfático no imaginário nacional o “anti” herói de Alésia. Em dezenove de junho de 1870 a França declara guerra à Prússia; menos de 3 meses depois Napoleão é feito prisioneiro em Sedan. A derrota do exército francês para o exército alemão em 1870 marca, além de um trauma na História nacional, o nascimento de Vercingetórix na historiografia francesa (AMALVI 2001: 14 e seguintes), assim como sua transformação em herói e expressão individual máxima do espírito coletivo⁴³. A derrota confere à nação a necessidade de uma segunda origem. Figura de diversos e contraditórios usos, Vercingetórix

aparece de alguma maneira em nossa memória coletiva como “a força tranqüila” da história da França: ele se rende diante de César, mas não foi humilhado; ele perdeu uma batalha travada contra o maior capitão de seu tempo, perdeu a guerra, mesmo, mas preservou, aos olhos dos pedagogos republicanos, traumatizados pela “ruptura” de 1870, o essencial: a honra da França vencida; da França, pois em si mesma a Gália de Vercingetórix não existe mais que em relação à França eterna. Nessa grandiosa perspectiva finalista, a Gália é a França em sua potência, o berço, o ninho de

⁴³ É importante observar que não é necessário aos pedagogos da Terceira República *fabricar* um herói exemplar para a juventude, mas, como observou Amalvi, *sobretudo ampliar um culto ainda balbuciante* (1980: 351). É esse o contexto das divergências entre dois dos grandes historiadores da Antigüidade no século XIX – o alemão Théodore Mommsen e o francês Camille Jullian, seu antigo discípulo. À necessidade e benefícios imperiosos da conquista da Gália pelos romanos, defendida por Mommsen se opuseram os trabalhos do jovem historiador protestante Jullian, também aluno de Fustel de Coulanges. Para Jullian a Gália era independente e poderia ter se desenvolvido sem a necessidade da conquista romana. Nesse quesito, Jullian muito se aproxima de Coulanges, com quem Mommsen já havia debatido publicamente sobre a questão da Alsácia-Lorena.

nossa nacionalidade, o cruzamento benigno dos deuses e da História (...) pois está entendido de uma vez por todas que os gauleses são realmente nossos ancestrais.

(AMALVI 1984: 285)

Em trabalho paradigmático (*Les héros de l'histoire de France. De Vercingétorix à de Gaulle, un tour en quatre-vingts personnages – L'album de famille de tous les français. Le panthéon national de nos livres d'histoire...*), mas não por isso pouco relevante, Christian Amalvi (2001) verifica que a construção do imaginário nacional em torno não só de Vercingetórix mas de muitos outros heróis franceses é tardia, e que sua difusão em relação à idéia e de uma França eterna, profunda, é bem consequência do traumatismo provocado pela derrota francesa em 1870. É no contexto pós 1870 que a imagem de Vercingetórix como resistente à conquista romana toma forma. É ainda na obra de Amalvi que se encontra auxílio para a compreensão desse *fenômeno* imaginário e sua perpetuação. Em 1980, por ocasião do importante colóquio *Nos Ancêtres les Gaulois*, em Clermont-Ferrand, Amalvi tratará do tema *Vercingetórix dans l'enseignement primaire: 1830-1940*, sintetizando, bem, o funcionamento do mito e sua difusão, por meio dos instrutores republicanos, seus *guardiões fiéis e propagandistas zelosos*.

O mito deste prestigioso gaulês se articula em torno da tríplice função que a maioria dos pedagogos conferem aos personagens excepcionais da História da França: antes de tudo encarnar ou favorecer a unidade nacional, sacrificar-se em seguida pela pátria, suportando um exílio rigoroso ou uma morte gloriosa; ser transfigurado, enfim, para a posteridade sob a forma de representação exemplar.

(AMALVI 1980: 351)

Resistente ao inimigo, mártir por seu sacrifício, Vercingetórix torna-se, então, uma espécie de Cristo nacional – “o primeiro herói francês”.

“Depois de 1870 a glorificação do sacrifício torna-se coisa corrente. E qual sacrifício mais glorioso que aquele de Cristo para salvar a Humanidade ou aquele de Vercingetórix para salvar seu país?”

(SIMON 1989: 109)

A derrota evidencia o herói sofredor, evocado pela pintura e pelos manuais escolares, apelando à união dos franceses para liberação da Alsácia e Lorena. O cenário das discussões identitárias é um tanto transformado com os trabalhos de Fustel de Coulanges e Camille Julian – *Histoire des institutions politiques de la France e Histoire de la Gaule*; é aí o espaço em que pela primeira vez se ultrapassa a dicotomia romanista/germanista⁴⁴, onde as invasões francas não são mais vistas como fundamento da História nacional, mas, somente, como mais um dos elementos que compõem a *nacionalidade*. Ambos os autores irão se bater, de maneira um tanto similar, pela continuidade de algumas instituições em relação à Gália pré-romana⁴⁵. Com uma obra muitíssima marcada por uma espécie de *patriotismo* nacionalista, é Jullian o primeiro grande historiador a propugnar a idéia de uma Gália pré-romana de maneira mais elaborada. O sentimento nacional francês é bem descrito na clássica obra *Histoire de France*, publicada entre 1900 e 1912 por Ernest Lavisse. Para

⁴⁴ Esse aspecto historiográfico é amplamente discutido por Claude Nicolet na obra anteriormente citada.

⁴⁵ Camille Julian foi aluno de Fustel de Coulanges.

Lavisse, *cabe à História o glorioso dever de fazer amar e compreender a pátria* dos antepassados gauleses e das glórias nacionais⁴⁶ (NORA 1962: 102-103).

É a primeira Grande Guerra que faz surgir, novamente, a imagem do herói, opondo, mais uma vez, germanos e gauleses, contexto em que se exaltará as *magnifiques qualités de notre race Gauloise, particulièrement de la branche gallo-romaine*⁴⁷. A figura de Vercingetórix alimentará, aí, o antigermanismo e a ideologia colonizadora na França. Um exemplo disso pode ser visto nas várias propostas de timbres dos correios no imediato pós-guerra pelos filatelistas franceses. No contexto da vitória, é o sentimento nacional e a expressão patriótica que dominam a criação hexagonal⁴⁸. Contra os francos, ancestrais dos alemães, os franceses reivindicariam sua origem gaulesa.

É importante observar, que em todo esse universo de empréstimos simbólicos, o mito gaulês, como o mito de fundação, de origem da França, presta-se, como todo discurso mitológico nacional, à construção de uma identidade coletiva, contrapondo, por vezes, diferentes grupos sociais em suas distintas leituras de um *mesmo* mito. Pagão ou cristão, Druida ou não druida, monarquista ou republicano, representado de todas as sortes, Vercingetórix foi uma das lendas francesas mais polimorfos. Não sem razão o século XVIII conheceu, em suas lutas antiabsolutistas, a teoria das raças duplas de Boulainvilliers, que postulava que os nobres eram descendentes dos francos, vencedores, e que o povo, o

⁴⁶Essa perspectiva republicana é bem descrita por Citron, ao observar que os *republicanos tinham a convicção sincera de que a educação do povo era uma necessidade, um dever, uma vocação imperiosa da democracia. Positivistas, discípulos de Auguste Comte, idealistas kantianos, Jules Ferry, Littré, Gambetta, Ferdinand Buisson, Paul Bert, Leon Bourgeois, Emile Durkheim, Ernest Lavisse e tantos outros, todos crêem na educação. Alguns criaram escolas do povo, ao lado dos liceus particulares e burgueses, mas é de se suspeitar de suas intenções e da sinceridade de suas convicções. Para os tenentes do positivismo o ensino era inseparável da educação e seria a base da regeneração da humanidade* (1984: 27).

⁴⁷ Trecho do editorial do jornal *La République Française*, publicado em 17 de março de 1917 (citado originalmente em MARTIN 2000: 159).

⁴⁸ Ver, a esse respeito, o catálogo da exposição *Nos Ancêtres les Gaulois*, realizado pelo Musée de la Poste, entre 18 de novembro de 2002 e 29 de março de 2003.

Terceiro Estado, descendia dos gauleses. Não sem razão no XIX, após a derrota da França para a Alemanha, Vercingetórix é reedificado como herói nacional por uns, pela sua luta e coragem, e lembrado por outros como derrotado, chefe de um povo fraco e dividido. O século XX também o cotejará, durante o regime de Vichy, ora pela R.N., ora pela Resistência, ora como símbolo da *verdadeira França*, ora como *primeiro resistente da França*, enaltecendo seus valores patrióticos. O General De Gaulle a ele se referiria como este *velho gaulês valente para defender o solo e o gênio de nossa raça* (ROMAN 1994: 202).

Nascido em 1890, o futuro general foi intelectualmente formado antes de 1914, na grande época dos Lavissee e dos Camille Jullian. Ele acreditou nos gauleses, como todo escolar de seu tempo, ao mesmo tempo que, bom católico, respeitava o batismo de Reims. O mais notável é que ele teria pretendido conciliar as duas fontes. Interrogado um dia por Alain Peyrefitte sobre o fato de que suas proposições variavam sobre a História da França, a quem ele assinalava tanto quinze quanto vinte séculos de duração, ele responde com a força da evidência: vinte séculos é o gaulês, Vercingetórix, “*primeiro resistente de nossa raça*”; quinze é Clóvis, fundador de uma dinastia e aliado do clero, uma primeira forma de Estado. Breve, a França é um povo e um Estado (...), o povo tem vinte séculos, ele vem dos gauleses, o Estado tem quinze, ele vem da monarquia (merovíngia). Toda a História da França poderia se interpretar por uma dialética do Estado e do povo. Ainda uma vez, passamos sobre esta análise geral para não mais reter que: parece que De Gaulle teve necessidade de crer na origem gaulesa de “nosso povo” para explicar o que o povo tinha de criticável, ao mesmo tempo que de nobre. Parece ter acreditado muito fortemente que o caráter gaulês (valente, mas briguento, instável, indisciplinado) tinha se transferido para o caráter francês, para englobar todas nossas revoluções e guerras civis, e até no “regime dos partidos”, reputado funesto, na noção dos “fermentos de dispersão que nosso povo porta em si.

(AGULHON 1998 *apud* GODINEAU 2001: 190)

O século XX conhecerá, ainda, na figura de Jean Marie Le Pen, líder do maior grupo da extrema direita francesa, o F.N., um novo Vercingetórix, *o último* abencerragem das lutas identitárias em seu país. Tudo isso evidencia a natureza de códigos culturais assumidos pelos mitos, que adotam *funções específicas, em oposição àquelas de outros códigos culturais funcionando em uma mesma época* (BACZKO 1981: 17). Desta forma, períodos e grupos dão colorações diferentes a um mesmo mito de acordo com os as circunstâncias históricas e os jogos de poder e questão.

Hoje Vercingetórix não parece desempenhar mais que um papel secundário no imaginário francês. Contudo, em 17 de setembro de 1985, para lançar um apelo à união, o presidente da República Francesa, François Mitterrand, escolhe Bribacte, local de escavações, cidade onde Vercingetórix foi confirmado como generalíssimo e onde toda a Gália aparece unida. Ele evoca “a imagem dos gauleses e de Vercingetórix que tem tanta força em nosso imaginário coletivo”, imagem “construída em torno da idéia de independência, de tolerância, de democracia republicana e de patriotismo, mesmo nacionalista na nossa História recente”. E mais recentemente ainda, em 5 de junho de 1989, para inaugurar sua campanha nas eleições européias, Valéry Giscard D’Estaing e Jacques Chirac escolhem Gergovie e o primeiro reclama a “manutenção” da identidade francesa. Depois de ter acompanhado personagens criadas pela ficção, aquelas dos desenhos animados – Asterix, Obelix, Alix, Taranis – Vercingetórix teria marcado mais fortemente seus usos nos últimos anos?

(SIMON 1989: 7-8)

Christian Godineau narra, brilhantemente, todo esse percurso das representações de Vercingetórix ao longo dos séculos XIX e XX, assim como estabelece e dá coerência às constantes contradições dessas representações, em ligando-as às motivações políticas desse conturbado período (GODINEAU 2001). A análise das diferentes e contraditórias representações de Vercingetórix pode ser transferida para qualquer outro

objeto de estudo nos domínios da História Antiga, apontando sempre para as ligações da leitura e escrita do passado com o tempo presente. *Interrogar-nos sobre as relações entre a tradição clássica e a modernidade é, primeiramente, interrogar-nos sobre nós mesmos, ou seja, sobre a representação dos antigos que constituímos como “tradição” e por relação à qual nós nos colocamos como modernos. As múltiplas tentativas contemporâneas para repensar esta “tradição” são, ainda, uma ilustração dos liames indefectíveis que nos unem à Antigüidade* (MICHEL 2002: 23).

Capítulo II

**A Antigüidade a serviço da
colaboração: nas trilhas da
memória, a reescrita da História na
França dominada (1940-1944)**

Prólogo

Entre junho de 1940 e agosto de 1944 a França, derrotada pelas tropas do III Reich, é marcada por um governo anti-republicano conhecido como Regime de Vichy, instaurado face à ofensiva alemã e à ocupação da capital. A escolha entre o armistício e a capitulação polariza o debate governamental quando da derrota.

A capitulação – de ordem estritamente militar – abandona, sem dúvida, a população à vontade do vencedor, mas deixa toda liberdade política às autoridades legais para continuarem a luta, como elas puderem. Ela implica que o governo deixe o solo da metrópole. O armistício, em contrapartida, convenção política que liga um Estado a outro, oferecia uma maior proteção aos que permanecessem no país vencido; mas interditava completamente a continuidade da guerra sob qualquer forma.

(AZÈMA e WIEVIORKA: 1998: 22)

Nesse cenário político, Paul Reynaud (chefe de governo e presidente do Conselho Nacional) e Philippe Pétain (marechal francês, combatente na Primeira Guerra Mundial e vice-presidente do Conselho) serão os maiores representantes dessas vertentes; Reynaud tentará optar pela capitulação e transferência do governo para a África do Norte, com apoio dos ingleses, alternativa à qual Pétain se posicionará veementemente contra, postulando a necessidade do armistício (BURRIN 1995: 12; BERSTEIN e MILZA 1991: 312). Reynaud se engaja na idéia de permanência na guerra, a ser continuada a partir das colônias e não concebe a paz separadamente para a França, em respeito aos pactos firmados com a Inglaterra, contudo, não obtém êxito em suas proposições e se demite, sendo substituído por Pétain.

Nomeado pelo Presidente da República Albert Lebrun em 16 de junho, Pétain torna-se presidente do Conselho Nacional e tem como primeira medida o pedido formal de armistício aos alemães. No dia 22 desse mesmo mês, a Alemanha faz conhecer, em 24 artigos, suas pesadas condições de armistício: divisão e ocupação do território francês por tropas alemãs (artigo 2); desmobilização e desarmamento das forças francesas (artigos 4-12); realização do transporte em trânsito de mercadorias entre o Reich e a Itália no território não ocupado (artigo 15); retenção de valores econômicos e de estoque (a cargo do governo francês) dos territórios ocupados nos territórios ocupados (artigo 17); pagamento das taxas de estadia das tropas de ocupação (a cargo do governo francês) (artigo 18), etc. O todo do texto pode ser bem compreendido pela leitura de excertos de dois de seus artigos, que tratam da administração dos territórios ocupados:

Artigo 3º

Nas regiões ocupadas da França, o Reich alemão exerce todos os direitos de potência ocupante. O governo francês se compromete a facilitar, por todos os meios, as regulamentações relativas ao exercício desses direitos e à sua exequibilidade com o concurso da administração francesa. O governo francês convidará imediatamente todas as autoridades e todos os serviços administrativos franceses do território ocupado a se conformar às regulamentações das autoridades alemãs e a colaborar com essas últimas de maneira correta.

Artigo 13º

O governo francês se compromete a velar para que, no território a ser ocupado pelas tropas alemãs, todas as instalações, utensílios e estoques militares sejam entregues intactos às tropas alemãs. Ele deverá velar, também, para que os portos, as empresas industriais e os canteiros navais permaneçam no estado no qual se encontram atualmente e para que eles não sejam danificados de nenhuma maneira, nem destruídos (...).

Em termos draconianos, a França opta pelo armistício com a Alemanha, que é assinado em 25 de junho, no mesmo vagão em que o Reich teve de reconhecer e assinar sua derrota em 1918. Como observa Philippe Burrin (1995: 92), *a derrota da França representa a liquidação de três séculos de impotência alemã*. É na seqüência do armistício que serão atribuídos plenos poderes a Pétain, que assumirá as funções de chefe de Estado, contudo, o que se inaugura, mais que um pacto de paz, é o início de uma ruptura com os princípios republicanos, da qual muito se beneficiariam aqueles que, politicamente, optaram pelo armistício. Para Burrin, a carreira dos que optaram por essa via começa pelo alto (1995:24), é aí o contexto dos novos homens fortes, que irão prosperar com a derrota francesa. A Assembléia Nacional, em sessão extraordinária em Vichy votará, em 10 de julho de 1940, um texto cujo único artigo, definidor, selará a sorte do país; nele pode-se ler:

A Assembléia Nacional põe todos os poderes do governo da República sob a autoridade e a assinatura do marechal Pétain, com o objetivo de promulgar, por um ou mais atos, uma nova Constituição do Estado francês. Esta Constituição deverá garantir os direitos da família e da pátria. Ela será ratificada pela nação e aplicada pelas assembleias que ela criará.

Sucede à atribuição de plenos poderes a Pétain sua autoproclamação como chefe de Estado e a ab-rogação, por sua parte, do segundo artigo da lei constitucional de 25 de fevereiro de 1875, que instituí a República na França - essas duas medidas foram o objeto do primeiro Ato Constitucional de Pétain. Os dois atos constitucionais seguintes fixariam o entendimento e a natureza das funções do chefe de Estado e restabeleceriam as Câmaras, respectivamente. A Constituição para a qual Pétain foi designado, ironicamente, jamais seria promulgada. O Regime de Vichy governaria, a partir de então, por Atos Constitucionais. Há que se observar aqui que a decisão da Assembléia não dava fim à

República, mas tornava Pétain plenipotenciário, a única autoridade legal do país. A República desaparecia até mesmo nos termos, visto que o novo regime tomaria o nome de “Estado Francês” e, com os pés na França pré-revolucionária agrícola e no passado longínquo da nação, objetivaria uma ruptura com os princípios republicanos e com a sociedade industrial⁴⁹.

Visto por muitos como um parêntese na História francesa do século XX, o Regime de Vichy marca um trauma na História do país e uma profunda crise na identidade nacional; o fim das referências políticas da maioria dos franceses e o medo do caos concorrem para que se confie o governo à esperança de um retorno à normalidade (AZÈMA e WIEVIORKA: 1998; PAXTON 1971; BURRIN 1995), representada numa confiança quase cega, num primeiro momento, no “vencedor de Verdum”. Sob Pétain, a França se engaja na colaboração oficial com o invasor e na justificativa da dominação. A ocupação alemã estabelece mudanças bruscas nas instituições e modos de vida do país; Burrin (1995: 7) observa que

“A ocupação estrangeira é uma intrusão, brutal, massiva, nos quadros familiares de uma sociedade. Ela impõe uma autoridade e exige uma obediência que não fundam mais a tradição ou o consentimento”.

Em cumprimento aos termos do armistício a França é dividida em várias zonas, as motivações poderiam ser consideradas em torno de alguns aspectos: 1) re-apropriação da região limítrofe da Alsácia e da Lorena, que é integrada à administração do

⁴⁹ “Contra a usina e a cidade, onde se desenvolvem os lugares tradicionais de sociabilidade e harmonia social, era necessário privilegiar a família rural, agrícola ou artesanal. Para alguns, por uma parte, trata-se de se adaptar à conjuntura em uma França do sul predominantemente rural. O camponês e, em certa medida, o artesão, simbolizam a tradição, a submissão tranqüila à natureza e à disciplina. O retorno à terra dos filhos pródigos de uma França perdida é uma forma de expiação dos pecados coletivos” (PESHANSKI 1998: 30).

Reich (procede-se aí, principalmente na Lorena, à expulsão dos cidadãos franceses e das autoridades civis e religiosas); 2) delimitação da área de convívio e acesso dos vencidos; 3) necessidade de garantir segurança às tropas de ocupação; 4) estratégias fronteiriças de guerra. Na nova cartografia, os departamentos da região da Mosela, do Alto e do Baixo Reno⁵⁰ são anexados (agosto de 1940) e os departamentos do norte e do Pas-de-Calais são ligados à administração militar alemã de Bruxelas. Os departamentos da Somme e da Aisne tornam-se uma “zona interdita”, fato que impediria de retornarem para suas casas aqueles que, fugindo da guerra, tinham tomado as estradas. As zonas costeiras da Mancha e do Atlântico (julgadas estratégicas), tiveram parte substantiva de suas populações progressivamente expulsa⁵¹. Uma visão da nova cartografia francesa sob a ocupação pode ser vista na imagem em anexo – figura II.

Numa perspectiva geral, a França é dividida em duas grandes zonas (norte e sul); uma sob absoluto controle alemão (norte) e a outra considerada livre (sul) - com restrições a partir de 1942⁵², cujo governo se instala em Vichy. *A linha de demarcação rompe a complementaridade econômica entre o norte industrializado e agrícola e o sul atrasado, “ela coloca Vichy em uma perigosa dependência”* (AZÈMA e WIEVIORKA 1998: 6).

⁵⁰ A esse respeito ver: BARRAL 1993: 234-249.

⁵¹ Tanto a delimitação territorial quanto suas normatizações passaram por algumas mudanças ao longo do período de ocupação; para uma visão mais completa ver: AZÈMA e WIEVIORKA: 1998; BERSTEIN e MILZA 1991: 336-341.

⁵² A França “não ocupada” é invadida a partir de novembro de 1942 pelas tropas alemãs, ficando a região sul, também, a partir de então, submetida às autoridades da ocupação. Como observa Paxton (1993: 8-29), *o desembarque na África do norte de anglo-americanos levaria a guerra ao solo nacional, no seio da metrópole (...)*.

“Sabendo que a zona livre depende da zona ocupada pelo carbono (76%), o aço (96%), mas igualmente pelo trigo e o açúcar, o Reich exerce uma chantagem para as entregas sobre o Estado francês” .

(AZÈMA e WIEVIORKA 1998: 46)

A atomização administrativa é, ainda, mais prejudicial à economia quando, pelo armistício (artigo 17), os franceses são impedidos, inicialmente, de transferir valores e estoques do território ocupado pelas tropas alemãs aos territórios não ocupados. Paris será a sede das autoridades da ocupação, tornando-se, como observa Cointet-Labrousse (1987: 19-20), a *capital dos colaboradores, dos protegidos nazistas*. O novo governo se instalará em Vichy⁵³, uma espécie de *Estado monárquico*, cujo poder pertence ao “Chef”; o poder do chefe é justificado pelo serviço que presta e pelo sacrifício de seus interesses. *Je fais à la France le don de ma personne pour atténuer son malheur*, diria Pétain. De poder individual, concentrado e sem instâncias deliberativas, Vichy será um Estado autoritário.

A autoridade de Vichy se exerce, em princípio, em todas as zonas. A administração, a polícia, os responsáveis franceses continuam a gerar a vida cotidiana. As leis de Vichy se aplicam como na zona não ocupada. Mas o exercício dessa soberania é submetido à vontade das autoridades alemãs e o veto do ocupante se impõe às decisões de Vichy ou à ação de seus agentes e funcionários. Ao contrário, na zona sul, a presença militar alemã não é visível e Vichy conserva os aspectos exteriores da soberania. As pressões alemãs não são menores, tendo em conta os coringas que dispõe o ocupante, mas elas se exercem sobre o governo e não diretamente sobre a população.

(BERSTEIN e MILZA 1991: 309)

⁵³ A respeito da escolha de Vichy como sede do novo governo ver: (COINTET-LABROUSSE 1987: 26-27).

Original no cenário fascista europeu (COINTET-LABROUSSE 1987), é sob o Regime de Vichy que França viverá a maior parte dos anos de guerra.

Preocupados com a idéia de rompimento com o passado (inclusive o passado recente, aquele da derrota), muito característica dos governos autoritários, o novo regime encarnará aquilo que seus ideólogos designarão de R.N., que, como sublinha Michèle e Jean-Paul Cointet-Labrousse (2000: 611) constitui uma estranha fórmula, visto associar a idéia de uma mudança brutal àquela de uma autoridade assegurada na unidade e na continuidade.

“Os franceses devem entrar em penitência e se converterem, participarem de uma autêntica revolução cultural, de um “re-direcionamento moral e intelectual”, chamado Revolução Nacional”

(AZÈMA e WIEVIORKA 1998: 6)

Trata-se de um misto do nacionalismo do século XIX, que sobreponha a presença da coletividade ao indivíduo⁵⁴, ao qual se juntam uma espécie de depuração e de recomposição da vida nacional (BURRIN 1995: 77).

Para Denis Peschanski (1998: 29),

Vichy é, primeiramente, uma certa idéia da derrota. Os ideólogos do novo regime se reencontram para esperar dela as possibilidades de uma renovação total da sociedade francesa: utopia da tábula rasa. Assim, a derrota é interpretada como a sanção de um regime, e a ocasião inesperada, nos limites que impõe a nova conjuntura,

⁵⁴“A doutrina oficial se quer, antes de tudo, anti-individualista: “a natureza não cria a sociedade a partir dos indivíduos, ela cria os indivíduos a partir da sociedade”, escrevia Pétain em 1941 (citado em Peschanski 1998: 29). O indivíduo deve desaparecer atrás dos corpos intermediários: família, profissão, pátria, que são a única forma de existência no conjunto social (ibid. 29)

de dar novamente à França os valores de referência que fizeram sua glória e que devem lhe permitir reerguer-se.

Aos princípios republicanos herdados da Revolução Francesa se sobreporiam aqueles outros, da R.N. – Trabalho, Família e Pátria – figura III.

A culpabilidade da derrota e da situação atual do país era atribuída à ingerência dos segmentos políticos da sociedade, aos comunistas, à franco-maçonaria e aos judeus⁵⁵. Tudo isso é claramente perceptível numa rápida análise da documentação periódica ligada aos meios oficiais no período; no jornal *L'Illustration*, por exemplo, um dos principais jornais franceses da época pode-se ler, comumente, de articulistas como Jacques de Lesdain e Ludovic Naudeau, passagens como essas:

“Nós temos o dever, porque estamos sendo levados a reparar nossas faltas e não podemos mais que realizar o gesto de honestidade por meio de nós mesmos e dos outros nos remediando, na medida do possível, do mal acometido. Toda uma mentalidade está por reparar”.

(LESDAIN 1940: 454)

“O grande episódio que se desenrolou entre maio e junho de 1940 desconcertou os egoísmos e demonstrou a vaidade das maneiras de viver às quais muitos dentre nós tínhamos em grande conta”

(LESDAIN 1940: 454)

⁵⁵ Para Pétain, a esquerda era a grande responsável pela derrota, pois, *teria encorajado os trabalhadores mais a reivindicar que a servir. Mais precisamente do Front populaire, culpável a seus olhos de não ter reprimido com a devida energia as greves dos anos 1936-1938 e de ter instituído a lei das 40 horas e as férias remuneradas. O resultado teria sido o despreparo da França para a Guerra, a inferioridade em homens, em armas, em material (...)* (BERSTEIN e MILZA 1991: 309). Há pouco Ciro Flamarion Cardoso observava sobre fenômeno similar, onde “a recordação “oficial” que se impôs na Espanha, após a morte de Franco, acerca da Guerra Civil, no momento de repensar as estruturas do país, foi marcada por noções como “nunca mais algo assim” e “todos tivemos culpa”, o que conduziu a uma seleção (por vezes mesmo a uma invenção) dos elementos considerados pertinentes naquilo a ser recordado” (CARDOSO 2004).

Nosso individualismo fundamental, freqüentemente parecido, em muitos casos, ao puro e simples egoísmo devia, inevitavelmente, condenar-nos ao despedaçamento de nossos esforços, à multiplicidade de nossas contradições e de nossas rivalidades intestinas, conduzindo, nesse caso, a uma espécie de paralisia humilhante e finalmente à anarquia.

(NAUDEAU 1940)

“que isso nos agrade ou não, a vitória de nossos vizinhos foi a vitória da coesão integral, totalitária, de um Estado absolutista, sobre um liberalismo amorfo, indisciplinado, que se encontrava na anarquia. Ela foi a vitória da unidade sobre a pluralidade, a vitória da vontade do Estado, única, inflexível, encarnada na pessoa de um homem sobre as veleidades inumeráveis de políticos profissionais ligados, antes de tudo, aos interesses de seus diversos sectos. (...) os refinamentos de uma nação decadente constituem para ela um perigo quando, ao lado desta nação, desejosa de escapar a toda lei, há uma outra, que se submete a uma disciplina, inspirada por premeditações guerreiras.

(NAUDEAU 1940)

“A vitória da Alemanha, enfim – e este ponto é capital – é a vitória de um potencial industrial três ou quatro vezes mais forte que o nosso (...) Esta vitória é aquela de um povo cuja elite intelectual é orientada para a técnica, para a ciência, para a experimentação atenta, para a observação positiva dos fatos (...)”.

(NAUDEAU 1940)

Como estas, uma quantidade muito grande de referências desta natureza poderia ser extraída das páginas do *L'Illustration*; nela, a atribuição da culpa aos franceses, cuja política demagógica era apresentada sob o nome de “*vontade das massas*” (LESDAIN 1940 454) é o argumento mais comum. Vista pela maioria dos historiadores hoje como

resultado de uma inferioridade estratégica do Estado maior francês, *a derrota militar é atribuída à escolha de uma guerra unicamente defensiva, fundada sobre o postulado que o inimigo não poderia vencer as defesas francesas* (BERSTEIN e MILZA 1991: 310; HOFFMANN 1993). Pagamento por erros cometidos, egoísmos, vaidades, divisões, incapacidade de se agrupar, rivalidades intestinas, querelas internas⁵⁶, enfim, atribuições muitíssimo próximas daquelas dadas aos gauleses no século XIX e, também, durante o Regime, como justificativa da conquista romana. Essas atribuições são sempre estabelecidas face ao seu contraponto, face à imagem do outro, mais ordenado, mais coeso, com líder mais forte, por isso vencedor, a mesma figuração de César na literatura francesa do XIX, principalmente a partir de 1870. Uma constatação muito próxima se estabelece, também, junto aos argumentos civilizadores da *romanização*, aquela que se refere aos benefícios advindos da derrota e da conquista. Sob Vichy, mais que a dicotomia do vencedor que beneficia, que ajuda, e do vencido que é beneficiado, ajudado, o discurso oficial incita à colaboração.

“Uma ocasião se oferece e nós não devemos perdê-la, elevar-nos ao nível das necessidades modernas. Grandes nações renascem de suas cinzas. Por que a França não faria isso também? Transformemos nossa catástrofe em uma renovação necessária. nós o podemos. Nós o devemos”.

(LESDAIN 1940: 455)

Tão logo a paz seja assinada, nós voaremos em duas horas de Paris a Berlim, em três de Paris a Roma. Isso quer dizer, se os fatos significam alguma coisa, os pensamentos dos homens e os resultados de seus pensamentos devem se modificar na proporção

⁵⁶ Para Serge Berstein e Pierre Milza, essas motivações são os argumentos dos generais e mestres do poder vencidos, com o objetivo de se esquivarem de toda e qualquer responsabilidade e fazer pagar ao regime republicano o preço de sua imperícia (BERSTEIN e MILZA 1991: 311).

em que suas relações são facilitadas e suas comunicações tornadas quase imediatas.

(LESDAIN 1940: 455)

Nós devemos viver como franceses e pensar como europeus”; isso quer dizer que nós temos a obrigação de abandonar toda veleidade da vingança ou da revanche que turvam a Europa ocidental. Nós devemos, ao contrário, entrar (...) na colaboração fecunda dos grandes povos que nós viemos. Transformações econômicas estão no caminho, que nada deterá.

(LESDAIN 1940: 455)

“Não é de duvidar, o Reich alemão possui todas as características de um Império. É homogêneo, compacto, potente, condensado sobre ele mesmo. Engloba quase todos os homens da raça germânica. É culto, e seu avanço social lhe permitirá exercer uma influência considerável sobre os povos que ele englobará.”

(LESDAIN 1944: 183)

Ao mesmo tempo que faz apologias a uma velha ordem, o Regime enaltece os novos valores da R.N. – Trabalho, Família e Pátria, pelos quais a França entraria na Nova ordem européia. No intuito de ajudar na constituição dessa “Nova Europa” – Figura IV. A política de Vichy para com o Nazismo marcou-se fortemente pelo colaboracionismo, contudo, é necessário considerar os muitos problemas que essa “colaboração” coloca. Primeiramente é importante salientar que ela não é total e não é uniforme; e que assume muitos e diferentes aspectos ao longo dos quatro anos do Regime de Vichy. A invasão da Zona Livre em 1942, por exemplo, é um fator decisivo nos rumos tomados pelo colaboracionismo.

A colaboração pode ser definida, num sentido amplo, como o auxílio dado por franceses aos invasores do país durante o período de guerra, ela coloca frente à frente os representantes da Alemanha e da França, os invasores e a sociedade invadida, num jogo que se desenvolve em concordância com os interesses (em amplo sentido) de ambos os lados, e que vai da asfixia e morte da República e a R.N. à perseguição autônoma e ostensiva aos judeus, encaminhados pelos franceses para os campos de concentração alemães⁵⁷.

É de autoria de Henri Amouroux duas daquelas que, talvez, sejam as mais importantes obras sobre o colaboracionismo – *Quarante millions de pétanistes e Les beaux jours des collabos – juin 1941-juin 1942*. Fazendo uso de extensa documentação, os trabalhos de Amouroux compõem um cenário promissor, entre as décadas de 70 e 80, dos estudos sobre Vichy, à época desenvolvidos, em grande parte, por historiadores ingleses e norte americanos. É no âmbito do colaboracionismo de Estado, como estudou Amouroux (1978: 19-193), que se compreende, por exemplo, o papel engajado de muitos intelectuais sob o Regime; um exemplo pertinente pode ser encontrado na atuação Abel Bonnard - Ministro da Educação sob Vichy (18 de abril de 1942 – 20 de agosto de 1944) no “*Groupe Collaboration*”, cujo objetivo estava em organizar encontros entre personalidades francesas e alemãs (Cf. BARREAU 1995: 464). Em estudos recentes sobre a colaboração sob o Regime de Vichy, esta tem sido lida mais como um fenômeno *natural* adequacionista das elites políticas que coercitivo. Barreau procura demonstrar em sua análise que, mais que uma “simples” colaboração, o que ocorre (apesar de referir-se a Abel Bonnard esta sua

⁵⁷ É grande, hoje, a produção bibliográfica a esse respeito, contudo, o trabalho basilar de Robert Paxton (1993) é, ainda, uma das maiores referências nesse domínio. “*Sem ser o autor da exterminação, o Estado francês foi, então, o cúmplice. Por conveniência ideológica e interesse político (...) Vichy colocou seu aparelho de Estado a serviço do Reich, permitindo-lhe capturar e depois deportar 80.000 judeus – dos quais 24.500 cidadãos franceses. 2500 somente retornariam dos campos da morte*” (AZÊMA e WIEVIORKA 1998: 84).

conclusão pode ser estendida a toda direita francesa de então) é uma convergência para com a política do governo de Vichy; para isso justificar ele retoma alguns textos escritos por Bonnard referentes à educação anteriores a Vichy, nos quais se fazem presentes ideologias em muito semelhantes às do novo regime. Segundo Barreau, Abel Bonnard manifesta, em “*Pensées dans l’action*” (1941), uma vontade de colaboração total com a Alemanha. Esse seu “militantismo germanófilo” será recompensado com a sua promoção na França de Vichy por parte dos alemães. Em um contexto de grande controle de recursos e censura das produções intelectuais, onde vigoram inúmeras listas de proscricções, ele terá seus trabalhos publicados e traduzidos (Cf. BARREAU 1995: 466). Como ideólogo da escola, Abel Bonnard refletira, desde 1926, sobre temas voltados para a educação, por ele entendida como instituição mantenedora do *status quo*, uma vez que reproduzia, e devia reproduzir, os quadros sociais de dominação, encontrando-se aí o seu ponto de convergência com a política educacional petanista.

O caso de Abel Bonnard, como lido por Barreau, ilustra bem uma compreensão muito corrente do colaboracionismo sob a ocupação hoje, principalmente no que se refere às análises de muitos intelectuais engajados no período, contudo, não dá conta da multiplicidade com que o colaboracionismo se manifesta. O colaboracionismo francês para com os nazistas também tem sido lido de formas outras que não a da convergência a que se fez referência. Denis Pechanski critica o fato de se pensar Vichy no singular, privilegiando o discurso oficial e negligenciando as contradições internas da R.N. Ele aponta para a necessidade de se pensar repressão e propaganda (que aqui se vinculam à questão do colaboracionismo) como *conseqüência lógica do projeto político e/ou da ocupação, em um contexto de pressão alemã* (Cf. PESCHANSK 1986: 29).

Domínio efetivo da colaboração do Estado, a propaganda sob o Regime se centrará em focos como a difusão do mito petanista, que evidenciava Pétain como o herói salvador (Figura XV) e na conclamação do retorno à ordem (Zona Livre). Um outro aspecto da propaganda está na incitação à colaboração e reabilitação da imagem da Alemanha e dos alemães (Zona Ocupada). Sob pretexto de verificar o respeito ao armistício, muitos órgãos do Reich irão controlar a propaganda na Zona Livre. Na Zona Ocupada, organismos de criação e difusão serão responsáveis pelo grande número de cartazes, brochuras, textos, etc, que estarão presentes e que terão, também, como objetivo, o combate à propaganda inglesa e gaulista, mas não conseguirão superar o trauma imposto pela presença dos invasores. A propaganda na Zona Livre será muito inspirada na propaganda desenvolvida pelos ocupantes; se por um lado fará grande a aceitação de Pétain, visto como protetor contra a extensão indesejável do Reich, por outro a propaganda da R.N. nem sempre logrará o mesmo êxito (BURRIN 1985: 188), pelas mesmas razões de seu insucesso na Zona Ocupada. Uma rápida análise da figuração de Pétain na grande imprensa da Zona Livre aponta para as razões de seu sucesso, advindo, segundo Burrin (1985: 188), pelo fato de acionar um duplo registro: republicano e cristão:

no primeiro ligando a figura do herói da Grande Guerra, mas, também do educador e do pedagogo do re-direcionamento nacional. No segundo, aquele do pai de família, do bom pastor, do personagem cristão que faz “o dom de sua pessoa”. Por meio do salvador sempre glorioso, paternal e sofredor, cria uma vaga de devoção, alimentada nas fontes as mais arcaicas do poder pessoal: enfim, um homem público que se pode amar!

De papel preponderante no seio do Regime, a propaganda oficial, após o armistício, será amplificada e institucionalizada⁵⁸. Henri Michel (1978: 42) aponta para o fato da criação, a partir de 1941, de um *Secretariado Geral para a Informação* - SGI, com poderes de controle sobre os meios de expressão do pensamento: jornais, revistas e livros, rádio, cinema, etc. O respeito à ordem de censura era controlado por delegados regionais instruídos pelo regime. A censura, como observa Cointet-Labrousse (1987: 80), é exercida na origem e na difusão das informações.

Um número considerável de cartazes e folhetos inunda a zona livre, não se pode girar o botão do rádio, ver as atualidades cinematográficas, ou abrir o jornal sem que a questão do Marechal se faça presente. Jamais um tal entrelaçamento de informações dirigidas tinha, até então, atingido os franceses. Toda tentativa de expressão livre não podia ser mais que clandestina. Um verdadeiro culto do Marechal é então instaurado (...) a efígie de Pétain figura não só nos locais públicos, mas, também nas vitrines das lojas comerciais, sobre cartazes, medalhas, cachimbos, pesos de papel, etc.

(MICHEL 1978: 42)

Sob controle do Estado, é erigido o mito petanista. O controle irrestrito das informações e a utilização sistemática dos meios de propaganda figuram como pré-requisitos essenciais à organização do Regime, atendendo à sua necessidade de veicular imagens de unidade e coerência num contexto tão adverso.

Singular, amplo e complexo, o Regime de Vichy foi, até bem recentemente, objeto de estudo quase que exclusivo de estrangeiros. Isso muda bastante a partir das

⁵⁸ “A França é vencida pelos nazistas. Um parêntese se abre na História da República e da democracia francesas. Um poder paternalista e autoritário submete os franceses à vontade do ocupante, usando como jamais a força da propaganda. Por meio dela, uma ideologia totalitária se legitima, comunica exigências e impõe verdades” (Musée de la Résistance et de la Déportation de l’Isère. Exposition. Affiches des années noires: 1940-1945, Catálogo de exposição, 1996-1997, p. 3).

décadas de 70 e 80, com a incorporação de seus *deveres de memória*. Apesar de grande a literatura a respeito do período, ela não cobria, como observava Stanley Hoffmann em 1993 (p.134), temas como a Resistência e a Liberação. Hoje a produção historiográfica a esse respeito deixou de ser incipiente e, desde há pelo menos uma década, vem sendo muito observada por estudiosos do período. Malgrado o grande número de trabalhos que atentam para questões ligadas à colaboração e seus traumas, o estatuto de disciplinas como a História e a Arqueologia durante o Regime constitui, ainda, uma imensa lacuna nos estudos históricos e arqueológicos. No que se refere ao estatuto da História Antiga especificamente, e de suas instrumentalizações, os estudos são praticamente inexistentes, consistindo, apenas, em breves referências episódicas em trabalhos de outras temáticas. Os textos que seguem e o capítulo que lhes dá continuidade constituem, nesse campo, um esforço de compreensão e contribuição num domínio ainda muito pouco explorado.

1. O retorno do mito: Vercingetórix e a *Revolução Nacional*

“Revolução não é necessariamente destruição. A Revolução verdadeira é o retorno à ordem”

(BOCQUILLON 1943: 1113)

Desde que foi cunhado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, o termo *memória coletiva* ajudou na compreensão de diversas questões no âmbito das Ciências Sociais. Ligada à idéia de lembranças socialmente partilhadas, embasadas em experiências sociais vividas e, por vezes, imaginadas e forjadas, a memória coletiva é o instrumental do qual se valem os grupos na construção de ideologias assentadas na necessidade de fundamentação de valores comunitários. Elementos motores da memória coletiva, as memórias grupais reconstituem, de diferentes maneiras, cada uma a seu modo, sua visão *comum* do passado; é bem essa perspectiva que faz compreender os usos do passado na construção das memórias nacionais, tão caros aos regimes autoritários. O Regime de Vichy, como observado no tópico anterior, engaja-se no desenvolvimento da R.N., é aí o espaço em que a memória coletiva, amparada na idéia de uma espécie de patrimônio histórico e cultural comum, vai dar as bases necessárias à compreensão da derrota, à justificativa da dominação e à colaboração, centrando no coletivo a origem do mal e a sua cura. Segundo o Marechal Pétain, em uma frase bem difundida à época, *a França perdeu a guerra porque os oficiais de reserva tinham tido mestres socialistas*. Em seu discurso de 25 de junho de 1940 Pétain irá dizer:

Nós vamos restaurar a França. Mostrá-la ao mundo que a observa, ao adversário que a ocupa, em toda sua calma, todo seu trabalho e toda sua dignidade. Nossa derrota veio de nosso *descaso*. O

espírito dos prazeres destruiu o que o espírito do sacrifício edificou. É a um redirecionamento intelectual e moral que, primeiramente, eu vos convido.

Compondo os meios da colaboração ou da Resistência, a Antigüidade está presente em tudo, seja no domínio do teatro⁵⁹, do cinema, da literatura histórica⁶⁰, das artes plásticas ou de tantos outros. É nesse contexto de re-direcionamento do país, proposto pela R.N., que a figura mítica de Vercingetórix, ícone fundador das narrativas de origem centradas na Gália irá reaparecer.

Aporte para o Regime de Vichy, o passado das origens nacionais é fortemente utilizado na escola, em um contexto em que a educação encontra-se muitíssimo ligada ao Estado (BERSTEIN e MILZA 1991: 326 e seguintes). Como destaca Daniel Milo (1997: 2114),

⁵⁹ “O teatro na França sob a Ocupação e nos anos que seguiram a Liberação resta, malgrado muitas obras recentes, em parte um enigma. O retorno que conheceram os assuntos relacionados à Antigüidade não é, ainda, muito explicado. É uma verdadeira floração – e com os melhores – que vai de Sartre a Anouilh, da nova *Electra das Moscas* à eterna *Antígona*” (AUTRAND 2002: 200). É o contexto em que, dar aos mitos a cor da atualidade é, segundo Autrand, a regra do gênero.

⁶⁰ A propósito da literatura sobre a Antigüidade durante o período de Vichy, Pierre Laborie lembra a obra *Les Oligarques*, de Jules Isaac, concluída em outubro de 1942 e publicada somente após a Liberação, em 1945. O livro trata da instalação da tirania em Atenas no fim do século V, após a derrota na guerra contra Esparta. Laborie cita a obra “como a tentativa apaixonante de um historiador em estabelecer um paralelo evidente entre a experiência do passado e a compreensão do presente” (2002: 163). “Jules Isaac vê, na verdade, na situação de Atenas entre 415 e 403 a.C., onde o partido oligarca chega a se amparar do poder e a impor uma ditadura em 404-403 com o apoio dos vencedores, uma espécie de modelo providencial de onde lhe parece possível tirar lições aproveitáveis. Ele vai escrever a *História à luz* do que observa na França da derrota, para melhor demonstrar os mecanismos de um outro regime autoritário, aquele de Vichy” (163). “Com os oligarcas, trata-se de tirar ensinamentos do passado e de explorar uma crise grave da democracia ateniense, para convencer os franceses de abrirem os olhos sobre o que se passa realmente ao seu redor, sobre o que fazem em seu nome os homens que aproveitaram das circunstâncias para se beneficiarem do poder. A partir do exemplo ateniense, trata-se de denunciar os objetivos verdadeiros que os dirigentes de Vichy dissimulam por trás do que chamam de uma regeneração e de uma renascença, de alertar sobre os enganos e riscos de uma submissão passiva” (165-166).

“na França a escola está no coração dos debates ideológicos (...) e é em torno dela que se constitui a elite intelectual e política do país”.

Na França dominada, a interpretação da História e a leitura da cultura material feitas pelo Regime e seus seguidores estão marcadamente comprometidas com a justificação da colaboração com a Alemanha, numa dinâmica à qual os estudos do mundo antigo não são alheios.

O Regime de Vichy caracteriza-se por uma constante busca da “compreensão” das origens nacionais, onde a História e Arqueologia, por meio da educação, estiveram fortemente comprometidas com ideologias legitimadoras, uma vez que, por meio das mesmas, o Estado *propunha* uma releitura dessas mesmas “origens”, atendendo, assim, aos interesses da ordem autocrática. O interesse singular do Regime na educação e na escola não é, então, nada fortuito.

Neste contexto, tanto os elementos da tradição textual quanto os vestígios arqueológicos da Antigüidade Clássica, gaulesa e germânica foram objetos de usos muitíssimo ideológicos, guardando sempre uma estreita relação de crítica ou legitimação para com o presente que os evocava. No campo dos textos históricos, sejam eles acadêmicos, de vulgarização científica ou manuais, a História nacional é revista. Sob domínio da Alemanha, a França de Vichy fará veicular, por exemplo, uma re-interpretação da História da conquista da Gália pelos romanos. Esta nova abordagem, presa por essência a uma ideologia política de fundo revisionista do passado, própria dos regimes ditatoriais, procurará difundir a idéia de que os gauleses não foram “vencidos” pelos romanos, mas, sim, beneficiados pela inserção da Gália nos domínios do Império e que, da união destes dois povos, nasceram os franceses. Esta maneira de ver o passado traz em si uma direta ligação com o presente da França sob Vichy, uma vez que permite associar,

convenientemente, o passado de gauleses e romanos ao momento histórico vivido por franceses e alemães.

(...) o regime de Vichy estabelece (...) um paralelo entre a derrota de 1940 diante dos Alemães e aquela de 52 a.C. diante dos romanos: como a conquista romana, que deveria dar nascimento à civilização galo-romana, a vitória nazista deve ser a ocasião de uma renascença do povo francês, enfim liberto da herança nefasta da Revolução e do Socialismo, e integrado a uma nova Europa.

(OLIVIER 1998a: 244)

O projeto ideológico de Vichy consiste em uma retomada, em sua essência, de um conjunto de valores folclóricos e mitológicos já idealizados pelos próprios franceses anteriormente; como exemplo pode-se citar o fato de a França ter-se utilizado do discurso civilizador com o intuito de justificar a colonização francesa na África e na Ásia. Assim, como a vitória do Império romano sobre a Gália foi uma “cruel necessidade”, que fez surgir a civilização galo-romana, de igual modo figura a presença francesa nestes continentes, ou seja, o domínio do certo sobre o errado, do desenvolvimento técnico sobre o atraso tecnológico, enfim, da civilização sobre a barbárie. Marc Ferro (2002: 39), na sua *História das Colonizações* postulava, a respeito de ingleses, franceses e outros colonizadores, que o que os aproximava e

dava-lhes consciência de pertencerem à Europa, era aquela convicção de que encarnavam a ciência e a técnica, e de que este saber permitia às sociedades por eles subjugadas progredir, civilizar-se,

e a eles próprios se definirem melhores que os seus *outros*.

Segundo Amalvi (1988: 62), são estas noções de progresso e de modernidade que devem ser interiorizadas pelos jovens franceses no curso de sua escolaridade. Amalvi, ao analisar o paralelo entre a conquista romana e a colonização francesa nos manuais escolares, apresenta a visão antagônica das representações dos gauleses e dos romanos nos mesmos, refletindo sobre as analogias feitas entre a presença francesa na África e na Argélia e o empreendimento colonizador de Roma e da França (AMALVI 1988: 59 e seguintes). Desta maneira, a literatura escolar tem por objetivo incutir nos alunos, por meio de seus manuais, todo esse ideário de legitimação. O trecho que segue é a descrição de uma gravura que “retrata” o cotidiano do povo gaulês representado em um manual de História da França anterior ao regime de Vichy; ele é bem representativo da discussão em pauta, uma vez que ilustra, a um só tempo, não só as analogias entre gauleses e franceses, como também a referida idéia de progresso.

A imagem apresenta uma casa gaulesa. Que pobre casa! É uma espécie de cabana gaulesa, em terra seca, coberta de palha. Ela não tem janelas, mas somente uma porta baixa. Ela não tem chaminé, mas somente um buraco no alto do teto. É por lá que sai a fumaça que está no interior. Do lado de fora, diante da cabana, três gauleses agachados estão jantando (...) Eles não tem nem pratos, nem colheres, nem garfos. Eles comem com seus dedos em uma grande tigela no chão. As crianças não pensam em ir à escola. É que não há escolas na Gália. Os gauleses são ignorantes. Eles não sabem nem ler nem escrever. Digamos que são bárbaros. Ao contrário, os franceses de hoje são civilizados. Ser civilizado, é ser instruído, polido, conhecer bem as coisas que os antigos gauleses ignoravam, como os livros, as armas de fogo, a maneira de construir belas casas em pedra, etc.

(GUILLEMIN 1934: 5-8 *apud* AMALVI 1988: 61-62)

Presente no imaginário francês, essa relação colonizador/colonizado é utilizada como instrumento de propaganda pelo petanismo nos manuais escolares. Objeto de programas educacionais e legislações específicas, é necessário considerar que esses manuais visam a instauração de uma certa *ordem*, sugerindo interpretações históricas do momento em que foram produzidos⁶¹.

O livro escolar veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção, participando, assim, estreitamente do processo de socialização, de construção cultural e até pode se dizer de doutrinação das crianças e jovens.

(GAETA 2004: 227-228)

Depositários de um conteúdo educativo, os manuais constituem o meio pelo qual são propostas as leituras *oficiais* da História, guardando esse caráter comum, apesar de suas inúmeras variações: para escolas primárias, secundárias, laicas, confessionais, etc.

Sob Vichy, numerosos manuais republicanos são interditos a partir de julho de 1940 (BIRNBAUM 1998: 197), objetivando um certo rompimento com o passado do país e, conseqüentemente uma reescrita da História, onde a narrativa escolar amalgama mitos antigos com intuito de tornar coerente o presente vivido (CITRON: 2003). A escola e o ensino de História, aí, devem nutrir o sentimento nacional, em acordo com os princípios propostos pela R.N. É nessa compreensão que se insere a leitura da Gália e dos gauleses sob Regime.

Nos manuais escolares de História veiculados pelo Regime o passado gaulês é, então, reescrito pela nova ordem, visando demonstrar que, da união entre vencidos e

⁶¹ Isso não nega, contudo, as diferentes apropriações inerentes ao ato de ler e atribuir significados à leitura.

vencedores, resulta uma nova e melhor sociedade (POMIAN 1997: 2247-2248), de onde as idéias de superação e progresso são indissociáveis. Narrar a conquista da Gália pelos romanos na literatura *oficial*⁶² é associar, então, este evento à conquista da França de 40 pelos alemães, cujas conseqüências só poderiam ser benéficas, ou pelo advento da ordem ou pelo do progresso. A derrota da França para a Alemanha, como aquela dos gauleses para os romanos é atribuída a seu “*esprit de jouissance*”:

Em conseqüência, os manuais de Vichy convidam fortemente os pequenos franceses às virtudes heróicas do sacrifício e da obediência. A conquista romana não é mais justificada por suas benfeitorias, julgadas corruptoras e desmobilizadoras⁶³, mas pela ordem e disciplina militares que ela inculca aos gauleses recalcitrantes.

(AMALVI 1984: 310)

A França perdeu a guerra porque ela foi traída por alguns dos seus: os “*colliers d’or*” depois de 1870 são, desde então, os mestres “*socialistas*” (...). É necessário então refundar a escola. Qual mensagem então passar? a mais velha de todas: de um mal (A derrota – gloriosa – de Vercingetórix) nasce um bem, a integração da Gália à civilização. Amemos nossas raízes, apreciemos o valor de nossos chefes (eu mesmo, Marechal Pétain, não conduzi a França à vitória, em Verdun?), mas não nos obstinemos nas lutas, (...) aceitemos o mundo que se abre diante de nós.

(GODINEAU 2001: 186)

Em um manual escolar com co-autoria de Martial Chaulanges, de 1943, a título de uma “*Revision du cours élémentaire – de Vercingétorix a Jeanne D’Arc*”, pode-se ler (como narrativa, segundo os autores, do que se passava há dois mil anos atrás) o seguinte:

⁶² Por literatura oficial aqui se entende os manuais publicados em concordância com os novos programas educacionais do Regime de Vichy.

⁶³ Essa afirmação categórica feita por Christian Amalvi trata-se de uma generalização.

Nosso país, a *Gália*⁶⁴, *era fértil, rico* em trigo, em animais de lavoura, em vinhas, em frutas; ele provocava inveja em seus vizinhos. Os *gauleses*, trabalhadores, bravos, orgulhosos, *formavam muitas pequenas populações*, que combatiam freqüentemente entre si. Na Itália, ao contrário, vivia um povo bem dirigido, bem administrado, possuindo as melhores armas do mundo: eram os *romanos*. Um dia, as tropas romanas, dirigidas por *Júlio César*, invadiram a Gália. Foi um tumulto geral entre nós; (...) Tropas de guerreiros se reuniam; as sólidas legiões romanas subiram mais um degrau. Nesse momento, um jovem auverno, Vercingetórix, é bem sucedido em agrupar os gauleses para a defesa comum e bloqueio do invasor. Mas ele acaba por sucumbir: sitiado em *Alésia* (Alise-Sainte-Reine, no departamento da Côte-d'Or), ele se rende a César, que lhe torna cativo em Roma, para em seguida executá-lo. *Depois de uma dezena de anos de guerra, aproximadamente em 50 antes de Jesus Cristo, a Gália foi inteiramente ocupada pelos romanos.*

Os romanos eram mais civilizados que os gauleses. Assim, a Gália muda de aspecto. De uma região a outra se pode, a partir de então, circular sem medo de bandidos, por grandes estradas pavimentadas. Nossas cidades se embelezaram; os ricos construíram casas luxuosas. Nos dias de festas, a multidão se reunia ao ar livre para ver o combate das feras e dos homens nas arenas, para assistir representações nos teatros. *Orange, Nîmes, Viena e Lyon* conservam ainda monumentos romanos. *Os gauleses tinham perdido sua independência, mas não guerreavam mais entre si; eles cultivavam melhor suas terras, faziam comércio e se enriqueciam. Instruíam-se também nas escolas fundadas pelos romanos; aprendiam a língua deles, o latim, que, modificado, tornaria-se mais tarde o francês.*

pp.6-7

De igual caráter pode-se ler, no manual de Pierre Jalabert - *Vive la France*, de 1942⁶⁵, o que segue:

⁶⁴ Os trechos em itálico figuram assim no documento original.

⁶⁵ A capa deste manual é singularmente representativa da concepção de História do Regime de Vichy e do lugar que a disciplina ocupa nele (Figura VI). Encabeçando uma estilizada linha do tempo e marcando um início teleológico da História da França está a figura de Vercingetórix, seguida pela de Joana D'Arc, Henrique

“Então vieram os romanos, talvez mais duros, mas amigos da ordem. Uma outra fusão se opera. O país se cobre de campos. O ar ressoa clamores incessantes das trombetas romanas e das tropas guerreiras; e o solo de pegadas das legiões que, entre dois assaltos, construía cidades e abriam estradas.”

“Nos lugares onde se elevavam as grandes árvores, na sombra das quais os druidas exerciam seu ofício, erigiram-se aquedutos, templos, arcos de triunfo. Uma linguagem mais sonora, imperativa e concisa (...) substitui o dialeto grego (...) e a Gália caminha de cabeça erguida.” pp. 17-18

No capítulo XXXIV do manual de Chaulanges, intitulado *A França no mundo no século XX*, os autores exaltam o orgulho de serem franceses e arrolam os problemas que causam os males da França, assim *como outros males que é necessário conhecer*. São as querelas – *les faiblesses de notre patrie*, como entre os gauleses, a fazerem constantemente se esquecer dos interesses do país (CHAULANGES 1943: 300); *os gauleses tinham graves defeitos (...) querelavam sem cessar entre si* (TABOULET & CHAMPION 1944: 6). A frase dita na citação de Chaulanges acima – *os gauleses tinham perdido sua independência, mas não guerreavam mais entre si* é representativa do conteúdo de um grande número de artigos jornalísticos sobre a derrota.

A contraposição entre a Gália e os gauleses e Roma e os romanos é uma constante nos manuais desse período. Como bem observa Christian Godineau (1994a: 15), *nenhum livro de História coloca em dúvida os benefícios da colonização romana*. A conquista traz melhorias. Mas, por outro lado, o sacrifício de Vercingetórix a Roma traz, também, a ordem e a união. É essa a idéia passada pelos manuais de História.

Desenvolve-se aqui, ou até mesmo retoma-se, em algum sentido, a idéia de que os gauleses eram bárbaros, belicosos e indisciplinados, tendo sido, por isso, civilizados

IV, Napoleão e Bugeaud, finalizando, com a imagem de Pétain como o último dos salvadores “providenciais”.

pelos romanos. É a própria visão de César e dos romanos sobre a Gália que é discursivamente reproduzida. Uma visão estereotipada, reconstruída no século XIX, como se pôde observar no capítulo anterior, e contestada pelos estudos arqueológicos (GODINEAU 1994: 34) e históricos que atestam, hoje, a existência de uma Gália *não bárbara*, organizada, do ponto de vista administrativo, econômico, social, cultural, religioso. Para Jacques Sallois, a imagem dos gauleses *indisciplinados, briguentos, bravos de coração mas fracos de espírito, moradores de pobres habitações no meio da floresta* não é séria, e isso se sabe desde o início do século passado

“(…) graças ao trabalho de arqueólogos que demonstraram que a civilização gaulesa era, na verdade muito próxima daquela dos romanos. Com cidades desenvolvidas, um comércio ativo e um artesanato de destaque e artistas de talento, os gauleses mereciam algo mais que visões simplistas”.

(SALLOIS 1994: 11)

No contexto da dominação, a História e a Arqueologia ocupam lugar de destaque, visto serem peças fundamentais para a “recuperação” do passado gaulês, uma vez que, por elas, têm-se acesso aos vestígios materiais gauleses - testemunhos deste mesmo passado evocado - e sua análise. Nessa concepção ideológica do ensino de História a conquista romana é vista como um mal necessário, que se reverterá em um benefício indispensável. Como os *indisciplinados, incontidos e impetuosos gauleses* sofreram a derrota pelos romanos, os franceses também sofreram, foram punidos, tiveram uma punição merecida (LYON-CAEN 1994: 378) por erros cometidos. Como observa Olivier,

“Segundo esta ideologia da derrota, o fracasso militar e a invasão são ao mesmo tempo o castigo de uma nação que se deixou desviar

do caminho certo, como a ocasião de sua redenção para o retorno aos valores morais fundadores que defendem o regime”.

(OLIVIER 1998a: 245)

A idéia de punição marca, num grande número de manuais escolares do período, a representação da vitória de César sobre os gauleses, principalmente pela sua “falta de unidade” – *Não havia na Gália nenhuma unidade política*⁶⁶ (ARQUILLIÈRE & JARRY 1941: 85). Em fragmentos de alguns manuais do período pode-se ler:

“Vencedor dos invasores helvécios e germanos, César apareceu primeiro aos gauleses como um salvador. Mas, aproveita-se de suas divisões para os submeter a sua autoridade”.

(ALBA 1941: 106)

A conquista da Gália tinha sido muito rápida. Onde tinha sido necessário dois séculos para submeter os espanhóis, oito anos apenas tinham bastado para submeter os gauleses. Um tal sucesso se explica primeiramente pelas *divisões dos gauleses* (assim no original): jamais eles foram bem sucedidos na união de todos para a luta comum; César teve sempre partidários entre eles, sobretudo na nobreza. As vitórias de César tiveram por causa a superioridade das legiões romanas, bem disciplinadas, bem enquadradas, preparadas e armadas para a guerra (...) sólidas nos combates e manobras.

(ALBA 1941: 115)

Os historiadores discutiram por muito tempo, e discutem ainda, se a conquista foi um bem ou um mal para a Gália. O maior historiador da velha Gália, Camille Julian, estima que a invasão romana foi para nosso país uma verdadeira catástrofe. Ela impediu, segundo ele, de aproveitar diretamente da cultura grega, evidentemente bem mais superior que a civilização romana. Mas as divisões políticas eram incuráveis e podemos nos perguntar se a Gália poderia um dia tirar proveito disso tudo, do que a Grécia lhe

⁶⁶ Em destaque no original.

possibilitava por Marselha, sem a ordem estabelecida pela administração romana.

(ARQUILLIÈRE e JARRY 1941: 85)

Na hora de desaparecer, é verdade, a Gália é tomada de um sobressalto contra o invasor. Quando em 52 a.C., tornou-se claro que César e suas legiões trabalhavam para dominar o país inteiro, produziu-se “um maravilhoso acordo de vontades para recuperar a independência”. O chefe auverno, *Vercingetórix*, concebeu o projeto de fazer da Gália uma organização militar onde cada cidade forneceria um contingente fixo e contribuições de guerra, e procura impor uma submissão absoluta a suas decisões. Um momento, à força da eloquência, do prestígio, da energia e, mesmo crueldade, ele parece obter sucesso. Mas as divisões eram muito profundas e inveteradas para desaparecerem ao apelo da liberdade comum.

(LATREILLE 1941: 8)

Belicosos e bravos (os gauleses), eles possuíam uma cavalaria incrível. Mas, intriguistas e indisciplinados, eles prescindiam de constância e se desencorajavam facilmente. Erro mais grave ainda, suas querelas incessantes, entre os clãs de um mesmo povo, entre mais ou menos os sessenta povos que compunham a Gália cabeluda, minando a coesão

(LUGAND e WOLFF 1942: 119)

“Cinqüenta e oito anos antes do nascimento de CRISTO⁶⁷, um grande general romano, Júlio César, empreende a conquista da Gália. Sólidas e bem exercitadas, as legiões romanas lutam durante seis anos terríveis combates. Elas acabam, portanto, vencendo, por conta da indisciplina e da desunião das tribos gaulesas” .

(TABOULET & CHAMPION 1944: 2)

Para Pomian (1997: 2245-2300) a recuperação dos gauleses para a propaganda de Vichy se caracteriza por dois aspectos: homenagem aos gauleses por sua

⁶⁷ Em destaque no original.

luta heróica contra as legiões de César e também pelo reconhecimento da superioridade de Roma em relação aos próprios gauleses. Olivier apresenta uma leitura semelhante; para ele, a propaganda levada a termo pelo Regime de Vichy é contraditória somente na aparência, pois, ao mesmo tempo que glorifica o passado gaulês, visando criar uma imagem da “França e dos franceses”, ela associa a derrota dos franceses diante dos alemães em 1940 (OLIVIER 1998a: 244) à derrota de Vercingetórix, não deixando de ter em conta a sempre presente questão de progresso civilizatório, como o explicita em seu discurso P. Gaziot, Ministro da Agricultura sob Vichy,

(a Gália) aceita a derrota: Júlio César traz a paz romana; vencedores e vencidos se entendem e deste grande choque nasce a civilização galo-romana que nos fez o que somos. Encontramo-nos depois de dois milênios na mesma posição que os gauleses nossos pais, e desejamos de todo coração que, do acordo entre vencedores e vencidos, nasça, enfim, a paz européia, que só pode salvar o mundo.

(FAURA 1986: 241 *apud* POMIAN 1997: 2248)

Desta forma, ao mesmo tempo que exalta a coragem dos gauleses e enaltece o poder de domínio dos romanos, a propaganda de Vichy constrói a imagem de um Vercingetórix, chefe das forças gaulesas, corajoso e consciente do bem que faria a seu povo em se inclinando diante do poderio do “inimigo”. Encarnando ou favorecendo a unidade nacional e sacrificando-se pela pátria, Vercingetórix é o herói da R.N. da maioria dos pedagogos, que lhe consagrarão um lugar privilegiado no imaginário do Regime.

Nos manuais escolares produzidos para as colônias o caráter enunciativo é o mesmo daqueles da metrópole. No manual *Histoire de France* (1944), de autoria de G. Taboulet e G. Champion, para uso nas escolas primárias francesas da Indochina pode-se ler,

na primeira lição (*Para amar nossa pátria aprendamos a conhecer sua História*⁶⁸), o seguinte:

A França, nossa pátria, é desde longuíssimo tempo *um grande, um belo país*.⁶⁹ A língua francesa espalhou-se por todo mundo; (...) A História vos fará conhecer como a França tornou-se esse grande país. A França conquistou brilhantes vitórias. Como todas as nações, *ela conheceu não somente sucessos, mas, também, fracassos*. Mais de uma vez nosso país foi invadido, atirado ao chão durante um tempo mais ou menos longo. Muitos franceses deram sua vida para defender o solo sagrado da pátria. A História vos contará guerras, gloriosas ou dolorosas, que a França travou, os duros combates que ela sem cessar travou para se manter. Vocês ouvirão falar de VERCINGETÓRIX, de SÃO LUÍS, de JOANA D'ARC, de NAPOLEÃO, do MARECHAL PÉTAÏN. A História vos ensinará o que os *franceses ilustres* fizeram para a grandeza de seu país.

p. 9

Sobre esses heróis, no manual Jalabert, pode-se ler:

Saiba igualmente meu pequeno, que ninguém mais que ela (A França) produziu heróis, santos, mártires, poetas, artistas, sábios em tão constante floração; inventores em todos os domínios onde se emprega o gênio humano; missionários, prestes a todos os sacrifícios, pregando o evangelho do Cristo até nos mais selvagens desertos; exploradores e colonos que, descobridores de países novos e pioneiros de terras virgens, inclinando sua alma caridosa sobre irmãos deserdados para melhorar sua sorte infeliz; e como ninguém, quando foi necessário, derramou mais sangue leal pelas causas nobres e justas.

(1942: 10)

⁶⁸ Esse manual possui máximas morais ao final de cada lição, a desta é: “*Amar a seu país é amar a si mesmo. Estudemos o passado; nós aprenderemos úteis lições*” (TABOULET 7 CHAMPION 1944: 2).

⁶⁹ Os destaques da citação correspondem aos destaques do original.

O mesmo discurso sobre a Gália utilizado nos manuais publicados durante o Regime de Vichy, que tinham por objetivo atribuir a derrota e as mazelas sociais às faltas da República e a problemas internos da sociedade francesa, é repetido em manuais do imediato pós-guerra; mesmo de correntes contrárias aos ideais do Regime. No manual *Histoire de France*, por exemplo, escrito pelo historiador republicano Octave Aubry, esta idéia de punição faz-se presente.

Mas enquanto entre os gauleses, como é chamada essa mistura, a plebe parece formada principalmente de homens de talhe mediano, e baixos, de cabelo castanho ou escuro, as classes superiores e principalmente os guerreiros, em quem domina o sangue nórdico, compõem-se de homens grandes, musculosos, de pele branca e cabelos louros. Têm espírito vivo e curioso. Capazes de súbitos entusiasmos e de afeições excessivas, são leais, mas inconstantes, invejosos, indisciplinados (...) mostram-se, na maioria das vezes, sociáveis, generosos, inclinados (...) a sofrer a influência estrangeira.

(AUBRY 1947: 13)

A Gália, para Aubry, não é constituída por um conjunto de bárbaros, conheceu os benefícios da civilização com os fenícios e gregos e, por isso, já era *civilizada* quando da chegada dos romanos. Aqui, mais uma das justificativas - apesar de civilizada, Aubry irá dizer que *dividida em uns 60 estadozinhos formados de clãs briguentos, os gauleses não puderam chegar a uma concepção política de conjunto. Fraqueza sem remédio: vai decidir seu destino* (1947: 13). Apesar de dizer da covardia de César e de classificar como impiedosa a guerra, Aubry irá dizer, também, dos benefícios da conquista romana:

“A Gália cobre-se de cidades. Estradas sulcam-na em todos os sentidos, estreitas faixas pavimentadas vão à conquista das florestas virgens e dos desertos, substituídos logo por plantações de

oliveiras, de vinhas, de cereais. É opulenta; está feliz. Multiplicam-se os monumentos: templos, aquedutos, termas, arcos de triunfo⁷⁰,

(1947: 14)

Essa narrativa será de mesmo fundo em tantos outros manuais do pós-guerra, veja-se, por exemplo, o fragmento abaixo do livro *Histoire de France*, de André Maurois, de 1950:

(...) a prosperidade da Gália nos primeiros tempos da conquista tinha sido muito grande. Desenvolveu-se o gosto pela agricultura, o amor à terra que os galo-romanos iriam legar aos franceses. Podemos fazer idéia da alegria de viver das primeiras gerações que a paz romana (pax romana) livrara da anarquia primitiva. Afinal, o país tinha estradas, fronteiras e uma polícia militar. Em toda parte, ao longo das vias romanas, elevavam-se casas novas do tipo mediterrâneo, “vilas” enfeitadas de colunas e de pórticos, de estátuas de mármore ou terracota. Os habitantes da cidade desfrutavam de novos luxos – o prazer dos banhos públicos e a variedade dos espetáculos. Poucos decênios antes os gauleses moravam em cabanas de barro amassado com a palha no meio das florestas. Agora os galo romanos lavravam a terra, cultivam-na, enriqueciam-se e vendiam seus produtos agrícolas em Roma.

(MAUROIS 1950: 17)

Sob Vichy, Vercingetórix derrotado é a figura do herói que melhor representa a possibilidade de demonstrar, por meio do passado, a opção que a França e os franceses deveriam adotar diante de igual situação em pleno século XX. Sua rendição é a simbologia do triunfo da civilização. É, como observou Olivier Buchsenschutz (1997: 4130), a mitologia dos heróis nacionais, reproduzida pela *máquina educativa republicana*

⁷⁰ Em uma visão de História etapista e de superação, Aubry irá narrar, também, o fim da Gália; *suplantada pela crise moral em que se encontrava, a Gália foi sufocada pelo advento do Cristianismo* (1947: 14).

desde 1871 (BUCHSENSCHUTZ 1997: 4130), que é adotada sob o Regime. A educação ocupa nesse espaço um papel fundamental.

Em 1943 é organizado o *Segundo Concurso de Amigos da Educação Francesa* – aberto a professores e professoras públicos em exercício ou aposentados⁷¹. Os dois grandes temas do concurso são sintomáticos em relação à concepção de educação do Regime. São eles:

1º Por que meios práticos a Escola pode eficazmente contribuir para o relevamento moral da juventude, assim como para o restabelecimento da autoridade paterna e dos mestres? Examinaremos em particular como se pode melhorar a ordem, a linguagem, a polidez entre os jovens e fazer desaparecer as práticas equivocadas que se abrigaram sob o nome de “*resquilage*” e “sistema D”. No caso onde a professora ou professor tenha tido a ocasião de experimentar em sua escola as medidas sugeridas e as tenha em sua memória, fazer conhecer os resultados obtidos.

2º Por quais meios a “Revolução Nacional” poderia instaurar em todos os graus dos quadros universitários o estado de espírito necessário à Educação que se impõe hoje à juventude francesa?

As contribuições foram várias, tanto para o primeiro quanto para o segundo tema. Os excertos de manuais anteriormente apresentados e analisados tornam-se bem mais compreensíveis à luz das proposições apresentadas no concurso, visto serem muito representativos não só do ensino de História no período, mas do projeto educacional de Vichy. Em relação ao primeiro tema Mme. Alikoff, de Isère, diz:

Sem disciplina, não há sociedade durável, nem mesmo civilização, como não existe armada. A força coletiva não se obtém de nenhuma outra maneira que não pela disciplina. “A independência, o legítimo orgulho do homem, dizia Paul Doumer, não perde nada

⁷¹ As referências citadas na seqüência do texto, em relação ao concurso, foram retiradas da coletânea de contribuições publicada por Émile Bocquillon, em 1943 (ver referência completa na bibliografia ao final).

em se submeter na vida à ação em comum, às leis, e às regras sem as quais os povos não são mais que *multidões* impotentes, armadas de *bandas votadas à derrota e a desonra*". A disciplina, é a lei, o regulamento, a ordem; e a ordem, repito, é a força e a vida
p. 134

Em relação ao segundo tema, na contribuição de Mlle. Marceline Breton, professora aposentada, de Vosges, lê-se:

Os manuais de História deverão, a partir daqui, ser redigidos de modo a conduzir ao apaziguamento dos espíritos mais que às divisões que nos foram tão nefastas. De que, na verdade, nós temos necessidade? De união nacional! A História conduz à paz social, como à paz internacional, com a condição que saibamos aí extrair a *substância fraternal*, à luz desta experiência que, diante da violação das leis humanas de ajuda e solidariedade, diante de toda ausência de tolerância, chama-nos às leis do equilíbrio e da harmonia.

p.178

Paralelo à representação de Vercingetórix, da Gália e dos gauleses nos manuais observa-se, durante o Regime de Vichy, representações não menos significativas na grande imprensa jornalística. Durante todo o mês de agosto de 1942, por ocasião do segundo aniversário da *Legião Francesa de Combatentes*⁷², o jornal *L'Avenir de Pui de Dôme*, ou *L'Avenir de Plateau Central* irá cobrir amplamente a cerimônia comemorativa em que o Marechal Pétain, *Maréchal de France*, irá enterrar, em um cenotáfio, parcelas de terras de todas as províncias e de todo Império junto à estátua erigida em honra de

⁷² Criada por Pétain e composta por todas as associações de antigos combatentes, a LFC ocupava um lugar preponderante no serviço de propaganda da R.N., incumbindo-se da organização de grandes cerimônias, festas públicas e de programas de rádio, dispondo, para isso, de grandes recursos oficiais. Para se inteirar a respeito da Legião ver: COINTET LABROUSSE 1987: 104-114.

Vercingétorix e dos gauleses em Clermont Ferrand⁷³ (Figura VII), simbolizando a união da França e das colônias em torno de seu chefe.

No ano anterior, no final de agosto, o aniversário da fundação da LFC pelo Marechal, Chefe de Estado, foi celebrado em Vichy e de uma ponta à outra do território, assim como em todas nossas possessões de além mar, por múltiplas manifestações, às quais a comunhão de todos os franceses deu um maravilhoso brilho. Este ano, o segundo aniversário da criação da Legião não será celebrado com um brilho menor. Uma magnífica manifestação, única por seu caráter grandioso acontecerá sobre o glorioso planalto de Gergovie, onde Vercingetórix há vinte séculos combateu vitoriosamente as legiões de César (...).

Este promontório parece ilustrar bem um local privilegiado da pátria. “Aqui, escrevia M. Jean Mousset em sua interessante obra sobre Vercingetórix, a pátria tomava consciência dela mesma: ela nascia pela vontade de um jovem herói (...).

Em torno da tríplice coluna de basalto elevada ao jovem chefe gaulês, ocorrerá o rito das parcelas de terras, vindas de todas as regiões da França e do Império pelas delegações legionárias. Confundidas e misturadas no cenotáfio levado ao planalto para tornarem-se o “cimento simbólico da unidade francesa”, elas darão, a esse gesto emocionante, um caráter, por assim dizer, religioso, e a juventude legionária da “Terra Francesa” conhecerá a amplidão de uma comunhão de toda a família francesa em sua vontade de união e recomeço⁷⁴.

24/08/1942

Os textos publicados no periódico, quase que diariamente nesse período, às vezes longos, às vezes curtos, ora com autoria ora sem, sempre repetitivos, centram-se em três focos narrativos: 1 - Gergovie como lugar privilegiado da História nacional, 2 - a

⁷³ *L'Avenir du Plateau Central* – Clermont Ferrand, 1942. MICR D-15016 – 01/07/1942-31/12/1943 – Bibliothèque François Mitterrand.

⁷⁴ No manual escolar de G. Taboulet e G. Champion (1944: 9) a cerimônia das terras é igualmente descrita em paralelo à figura de Vercingetórix, lá dito como *o primeiro herói de nossa História*.

cerimônia do cenotáfio com as terras e os valores que representa e 3 - a imagem de Vercingetórix associada à do Marechal Pétain. Veja-se em alguns exemplos:

1) Gergovie

“Legionários da França e do Império, voluntários da Revolução Nacional: uma primeira cerimônia acontecerá sobre o planalto de Gergovie, onde há quase vinte séculos se afirmava, pela primeira vez, uma heróica resistência, o sentimento de unidade.”

26/08/1942 página 2.

O Marechal Pétain presidirá as manifestações em Gergovie e em Clermont.” A grande novidade impacientemente esperada é hoje oficial.

Sobre o topo rochoso de Gergovie, onde se elevava há vinte séculos os muros do *oppidum* gaulês que resistiu bravamente aos assaltos das legiões de César, o Marechal juntará e selará a placa de mármore sob a qual serão encerradas as parcelas de terra vindas das regiões as mais reclusas da metrópole e do império.

27/08/1942 página 1.

Nenhum lugar podia ser mais propício a esta jornada da “Terra da França” que Gergovie, um dos mais importantes lugares da História nacional, a mais pura, a mais nobre das colinas inspiradas. É de lá, pela primeira vez, que o jovem chefe gaulês conclama à união, para a liberdade de todos. É lá que começa a se forjar nossa História” – Sobre o planalto de Gergovie, berço da pátria, o marechal Pétain mistura as terras da França e do Império, símbolo da unidade nacional.

31/08/1942 página 1.

2) Cerimônia das terras

“Este ano, o segundo aniversário da Legião será marcado por um símbolo mais brilhante ainda, mais comvente da unidade nacional: a “Terra da França”.No dia 30, parcelas de terras da França, trazidas pelos legionários de todas as pequenas cidades e distantes províncias do Império serão reunidas em um cenotáfio que completará, sobre o planalto de Gergovie, o modesto monumento elevado à memória de Vercingetórix”.

24/08/1942 página 2.

“Comoventes cerimônias aconteceram em todos os municípios por ocasião da passagem das terras, símbolo da unidade francesa” (...) Depois de ter acompanhado o gesto simbólico e encerrado a terra em um único saco, o presidente exortou seus camaradas legionários e

todos os assistentes a realizar, por sua parte, a união de todos os franceses, condição do restabelecimento da pátria” .

24/08/1942 página 2.

“mas das terras misturadas em Gergovie sairá uma árvore robusta, cujos ramos se enlaçarão em direção ao céu⁷⁵.”

Trecho do discurso de Pétain publicado no jornal
31/agosto 1942 página 1.

3) Vercingetórix/Pétain

Segundo Aniversário da Legião

O apelo de M. Vimal de Fléchac – Chefe regional da região Auvergne-Bourbonnais

(...) É a vocês que incumbe a missão de traduzir a nosso chefe o estado de espírito de muitos milhões de vossos irmãos na zona ocupada. Da zona não ocupada e de todo o Império, na impossibilidade de nos reunirmos. Vocês têm, a esse respeito, uma inquestionável responsabilidade. (...) Legionários da região Auvergne-Bourbonnais, 30 de agosto será um grande dia. Ele ocupará, talvez, o palco das datas que vossos filhos aprenderão na escola. Ela não deverá passar em branco, sem vocês. (...) Nós temos hoje os pés numa derrota: contra isso nem vocês nem eu podemos nada. Trata-se, contudo, de nos mostrarmos fortes. (...) pois as maiores infelicidades não podem levar as riquezas interiores de homens que gozam da verdade e da grandeza seculares que raíam sobre nossa pátria, mesmo quando ela está abatida. Pode-se vencer um país como o nosso pelas armas. Seu espírito resta.. É nosso dever, é o de vocês, manter nossos espíritos e nos elevarmos à altura do sacrifício. Legionários Auvergne-Bourbonnais, é de nós que emana a primeira luz. É dentre nós que o chefe gaulês pede a nosso país para nascer. É dentre nós que o Marechal Pétain lhes responderá à luz dos séculos:

“Você não entregou as armas em vão: a França vive, e a prova é que ela sofre”.

De cada uma das pequenas cidades, de todos os pontos do Império, a terra caminhará. E de Clermont-Ferrand, nos flancos de Gergovie, as terras darão seu testemunho. Você virá a Clermont-Ferrand, dar ao Marechal o aceite de sua fidelidade, uma vez que isso se traduz por uma boa vontade perseverante, um amor fiel e reconhecedor, uma total concórdia cívica, uma ardente resolução de o seguir. Vocês receberão, em troca, a confiança e a esperança. Vocês compreendem bem que duas frases de nossa História ressoam trágica e maravilhosamente paralelas, com dois mil anos de distância:

⁷⁵ O cartaz comemorativo do 2º Aniversário da Legião é sintomático a esse respeito (Cf. Figura VIII)

“Eu entrego as armas para a liberdade de todos⁷⁶”

“Eu faço à França o dom de minha pessoa, para atenuar suas infelicidades⁷⁷”

“O Marechal espera que nós façamos o dom de nós mesmos. Nós não temos o direito de decepcioná-lo.

L’Avenir - M. Vimal de Fléchac, 27/08/1942 – página 2.

Legionários de Puy-de-Dôme, vós que sois orgulhosos de pertencerem ao povo auverno, sejam hoje mais orgulhosos que jamais! Pois sobre muitos de vossas fisionomias reconhecemos os traços de Vercingetórix, o glorioso gaulês, o valoroso filho de Auvergne que, primeiro, leva a Gergovie uma vitória legendária graças a uma tática, uma coragem e um valor dignos de nossa raça. Legionários, vós que sois orgulhosos de serem franceses, que trazem em seus peitos as condecorações que recompensam a bravura e o mérito, voluntários da Revolução Nacional que estão próximos a seguir o exemplo de vossos ancestrais.

L’Avenir – Gilbert Sardier, 27/08/1942 – página 2.

Junto com as terras enterrou-se um documento oficial no qual podia se ler:

Domingo, 30 de agosto de 1942, segundo aniversário da fundação da LFC e de voluntários da R.N., vinte séculos depois do despertar do sentimento nacional na Gália, no mesmo lugar onde a alma francesa conheceu sua primeira glória, sob o monumento elevado, em 1901, à memória do chefe auverno, o marechal Philippe Pétain, chefe do Estado francês, presidente da Legião, selou a cripta que abrigará, como o mais precioso dos tesouros, a terra francesa, recolhida na metrópole e nas colônias, sobre todos os lugares onde paira o espírito da França e ou se guarda a lembrança daqueles que fizeram sua grandeza.

L’Avenir, 31/08/1942.

⁷⁶ Trecho “adaptado” de uma frase atribuída a Vercingetórix na *Bellvm Gallicvm*, por César –VII-LXXXIX.

⁷⁷ Frase pronunciada por Pétain após o Armistício.

Na seqüência da cerimônia, em primeiro de setembro, é publicado no *L'Avenir* um texto de Maurice Vallet, que busca *elucidar* as imagens e associações feitas em relação a Vercingetórix por ocasião das comemorações do aniversário da LFC.

Os fragmentos citados do *L'Avenir* colocam inúmeros aspectos a serem desenvolvidos⁷⁸; para além do local, cujas alusões e referências no contexto são de caráter evidente – Gergovie é onde Vercingetórix vence as legiões de César, é o próprio monumento em que é encerrado o cenotáfio que pode ser visto como um objeto de análise. A sua criação se insere num contexto de disputa na região auverna (departamento de Puy-de-Dôme) entre a *Académie des Sciences, Belles-Lettres et Arts* de Clermont-Ferrand, a *Société d'Emulation de l'Auvergne* e a *Société Fraternelle des Littérateurs et artistes d'Auvergne Résidant à Paris*, pela criação de um monumento à memória de Vercingetórix, a partir de 1885. Como pôde-se observar, foi em Alésia, sob os auspícios de Napoleão III e o ofício de Millet que primeiro se construiu um monumento a Vercingetórix, no lugar de sua derrota, e não de sua vitória. A *Académie des Sciences, Belles-Lettres et Arts* de Clermont-Ferrand já tinha estabelecido, em 1865, uma comissão para que se providenciasse um monumento em homenagem a Vercingetórix na cidade. É em 1869, contudo, que o projeto do monumento será colocado sob a égide do imperador. Em 1870, o escultor

⁷⁸ Vários periódicos do período foram consultados, tanto da Zona Livre quanto da Zona Ocupada, contudo, privilegiou-se o *L'Avenir* e nesse período (julho-setembro de 1942) pela sua riqueza de referências. Mas, os paralelos e referências aparecem em muitos outros jornais; no *L'Illustration* 5081, de julho de 1940, numa reportagem de M. Pochet-Lagaye, intitulada *La vie a Clermont-Ferrand* lê-se: *Vercingetórix está de volta em nosso sofrimento, o símbolo da grandeza na derrotada esperança do país no sacrifício dos melhores da raça. Em 07 de julho, diante do General Wygand, tropas de elite pertencentes à admirável 14^a divisão, desfilarão diante da estátua florida do jovem chefe que, segundo César em seus comentários, disse a seu povo antes de depositar as armas : A Gália está vencida. Os deuses foram pronunciados por nossos inimigos. Vocês sabem que eles não tratam os vencidos com clemência. (...) a Gália está caída e seus esforços são nulos. Examinemos de qual maneira poderemos operar a rendição com menos inconvenientes.* Assim, para que a raça viva, se sacrifica aquele que diz ter “entregue as armas para a liberdade de todos”. *Pode-se, através dos séculos, reaproximar as épocas.* Em 30 de agosto de 1942, no *Journal des Débats* pode-se ler: “*Vercingetórix (...) tinha lutado não somente contra o inimigo da pátria, mas, sobretudo, contra a oposição antinacional e a indolência que acompanham regularmente uma civilização decrepita*”.

alsaciano Frédéric-Auguste Bartholdi expõe, no salão dos Campos Elíseos, uma escultura de um Vercingetórix eqüestre, marchando sobre o corpo de um soldado romano, a peça é comprado pelo Estado (Figura IX). Como observa Antoniette Ehard (1981: 308),

“Nos últimos dias do Segundo Império, a primeira ambigüidade é, então, definitivamente dissipada: o herói, não é mais Júlio César, mas Vercingetórix”

A estátua, contudo, só vai para a cidade em 1902, sendo inaugurada na Praça de Jaude em 12 de outubro de 1903⁷⁹, assumindo, nos anos que seguem, significações muito diferentes. Quando da inauguração do Vercingetórix de Bartholdi, Emille Combes dirá:

Nesse tempo de declarações chauvinistas e, o mais freqüente, charlatanices, onde o nacionalismo acusa a República de alterar o patriotismo, porque ela recusa confrontar-se com os fanfarrões guerreiros, não é intempestivo afirmar, à luz dos eventos distantes que o dia faz reviver, que a República realiza mais que qualquer outra forma de governo, a idéia essencial da pátria.

(EHARD 1981:309)

Para Ehard, trata-se de opor o monumento de Vercingetórix à colossal *Germânia*, elevada entre 1876 e 1883, para celebrar o restabelecimento do Império Alemão.

A *Société d’Emulation de l’Auvergne* e a *Société Fraternelle des Littérateurs et Artistes d’Auvergne Résidant à Paris*, por sua vez, unem-se e incumbem o arquiteto Jean Teillard, de Clermont Ferrand, de erigir um novo monumento, que será

⁷⁹ Sobre o projeto de Clermont Ferrand e a construção da escultura de Bratholdi ver: EHARD 1981: 308.

concluído em 1900 e, ao contrário daquele de Bartoldi, não logrará muito êxito em relação à popularidade.

O jornal *Le Moniteur du Puy-de-Dôme*, de 13 de outubro de 1900 irá noticiar:

O monumento elevado sobre o planalto de Gergovie para lembrar a vitória de Vercingetórix sobre os romanos foi concluído. O monumento se pretende grandioso; infelizmente, a montanha que lhe serve de pedestal é muito mais majestosa e, no topo do imenso planalto, as três colunas que sustentam o *casque* gaulês não produzem o efeito esperado.

A celebridade do monumento virá 40 anos depois; é ele o monumento que será recuperado pela memória de Vichy, quando das comemorações do segundo aniversário da LFC. É nele que serão encerradas as terras (Cf. Figura VII) É quando o Vercingetórix vencedor de Bartholdi, será suplantado pela memória da união. Ehard (1981: 314) cita um trecho de um documento oficial do prefeito de Puy-de-Dôme que diz:

“A manifestação da Legião (...) será de natureza a fixar a atenção de todos os franceses sobre a grande figura de Vercingetórix e sobre o lugar histórico que viu a primeira e gloriosa manifestação da Unidade Nacional”.

O monumento de Teillard, dito de “*interesse artístico discutível*” mas que tinha *ao menos o mérito de existir* (citações do documento acima), segundo o diretor da LFC, será reformado pelo arquiteto G. Brière, tornando-se o *Monumento da Unidade Francesa*, que voltará ao anonimato após as cerimônias de aniversário da LFC até ter um de seus lados martelado quando da Liberação (EHARD 1981 314).

Monumento de culto ao Marechal, que associa e é associado ao passado gaulês, ele objetiva misturar os destinos e propor um exemplo, uma lição, no berço da

pátria, lugar maior da unidade nacional, propício à incitação do povo e ao re-direcionamento nacional, à confiança no Chefe. René Giscard d'Estaing, presidente da Academia de Clermont-Ferrand pronunciaria, em Gergovie, entre o depósito das terras e a chegada do Marechal, o seguinte discurso:

Vinte séculos depois, vivente encarnação de todos nossos heroísmos, o chefe da França dolorosa de 1942 escala o mesmo pico - ele também confundiu seu destino com aquele da pátria, e sua voz fez um eco grandioso àquela de Vercingetórix: *Eu faço à França o dom de minha pessoa.*⁸⁰

Com o sacrifício salva-se a Gália. Pétain é representado, então, como uma quase reencarnação do chefe gaulês (POMIAN 1997: 2248), passando a ocupar um lugar similar no *panthéon* nacional. Como observa Godineau (2001: 118) *o chefe auverno impõe uma presença quase física, e o paralelismo das situações históricas parece evidente!* As referências simbólicas do Regime ao passado gaulês talvez encontrem na *francisca gálica* seu símbolo mais presente durante toda a vigência de Vichy. Nas páginas do *L'Illustration* de 30 de maio de 1942, em uma reportagem sobre a francisca – *La Francisque Gallique, insigne de la fidélité* – pode-se ler:

É em Vichy que pela primeira vez a francisca floresce (...) Pouco a pouco ela decorou o peito dos mais altos servidores do Estado e dos colaboradores imediatos do Marechal. É assim que o general Huntziger, então ministro da guerra, abandonava suas condecorações inumeráveis para fixar – unicamente (...) a pequena insígnia pessoal do Marechal Pétain, símbolo da fidelidade total a sua obra e a sua pessoa: uma Francisca tricolor. Seja ao lado dos grandes chefes militares, dos ministros e de alguns altos

⁸⁰ Este documento, não publicado, encontra-se na Biblioteca Municipal de Clermont-Ferrand.

funcionários ou de franceses mais humildes ela se faz presente, orgulhosamente, quer sejam eles camponeses, operários ou artesãos.

No mesmo texto, a respeito da criação da insígnia lê-se:

No parque da prefeitura, em um escritório anexo ao secretariado particular do Marechal, M. Rober Ehret conta, com simplicidade, como foi levado a criar o prestigioso emblema: (...) fui apresentado ao doutor Ménétrel por meu amigo, o comandante Bonhomme, oficial da ordenança militar do Marechal. Ao longo de nossa conversação, o doutor, tendo se apercebido de minhas qualidades de joalheiro-decorador, encarregou-me de criar uma insígnia que simbolizasse a Unidade francesa às ordens de seu chefe. Fazendo-me beneficiar de seus próprios estudos sobre essa questão (...) Trata-se de uma cruzada disse-me ele. Munido dessa preciosa indicação, não dispunha mais que de um lápis e de algumas folhas de rascunho (...) No dia seguinte tracei muitos esboços, mas compreendi bem rápido que era necessário primeiro dar uma alma a meu projeto, um sentido simbólico antes de tentar fixar os traços. É assim que a aproximação de dois períodos de nossa História devia conduzir-me o caminho. Depois de dezenove séculos, a arma de dois fios que carregavam os gauleses e seu chefe Vercingetórix na época da primeira grande provação nacional, de onde deveria sair nosso país, passa a tomar conta de meus pensamentos. Ela me ajudaria a prefigurar em grandes linhas o signo novo da união em torno do Marechal Pétain, chefe da França naufragada no sofrimento e na dor.

Com a incumbência vão os significados, é Ehret a dar ao joalheiro o sentido que deveria carregar sua criação: *É o símbolo do sacrifício. É o símbolo da coragem. “Ela lembra uma França infeliz renascendo de suas cinzas. Será Augis, um conhecido gravador lionês que irá a Vichy estudar o projeto de criação da francisca. A Maison Augis guarda a exclusividade da fabricação de um número limitado de exemplares, que são propriedade do Marechal (L’Illustration 30 de maio de 1942). Insígnia do chefe de Estado, que marca os colaboradores leais e mais diretos do Marechal, a francisca também aparece na forma*

dos mais diversos objetos cotidianos, inundando a Zona Ocupada. Ela marca papéis oficiais, cartazes de propaganda do Regime, roupas, louças, talheres, enfim, ela está manifesta em tudo (Figuras X-XIV), em todos os lugares, mesmo os mais inusitados (ver, por exemplo: PALUEL-MARMONT: 1942; PESCHANSKI 1990: 12-13).

O jornal oficial publica, em 20 de dezembro de 1941, um decreto do Ministro do interior, datado de 15 de novembro, estabelecendo que *o porte da insígnia constitui um testemunho de fidelidade ao Marechal da França, chefe do Estado*. Objeto de várias leis, que regulamentam de seu significado e seu porte a seu uso adequado no fabrico de objetos nela inspirados⁸¹, a francisca, um misto do *fascio* romano com uma espécie de machado com dupla face é, na verdade, segundo Christian Godineau (especialista em História da Gália do Collège de France), um objeto desconhecido dos gauleses (2001: 188).

As referências à Gália e aos gauleses, contudo, permanecem presentes de várias formas e em vários momentos do Regime de Vichy; os valores a que aludem de igual maneira permanecem nesse grande universo simbólico, não deixando de ser considerados, também, pela Resistência. O mesmo Vercingetórix que *fez o dom de sua pessoa à França*, também foi, nesse mesmo contexto, *o primeiro resistente da França*.

Todo este recorte temático e simbólico, não só de Vercingetórix e dos gauleses, mas também de Clóvis, Carlos Magno, São Luiz, Joana D'Arc e outros heróis, sempre presentes na narração dos historiadores, autores de manuais, jornalistas, políticos, etc., deixa transparecer uma “certa idéia da França” a ser cunhada pela História. O programa de educação de Vichy, que tem no ensino de História uma das formas de legitimação ideológica do Regime (Como observou o Marechal Pétain, em locução

⁸¹ Como obra de referência ver, a esse respeito: REVUE DE LA POLITIQUE FRANÇAISE. L'ORDRE DE LA FRANCISQUE – par l'Archiviste Jérôme. 1974.

radiofônica de 25 de março de 1942 – *Existe um domínio onde o Estado exerce normalmente sobre a juventude uma influência mais direta: é aquela da escola*), visa construir, ao lado dos grandes heróis franceses, a figura do Marechal Pétain como salvador moral de um país ocupado pelo estrangeiro, como de igual modo foram salvadores também, em semelhantes situações, Vercingétorix e Joana d’Arc⁸²;

O universo escolar e a juventude constituem dois espaços privilegiados pelo Regime. No âmbito da escola, o “homem novo” pensado pelo Regime é educado com o objetivo de vir a alimentar e fazer parte das suas futuras elites, sendo, simultaneamente, seja no âmbito familiar ou social, um difusor do ideário da R.N. que os valores republicanos e transmitidos pela educação familiar tinham maculado de “pessimismo” e “ceticismo” (OLIVIER 1998: 245a). Para Cointet-Labrousse (1987: 14), *assim nasce a tentação do Estado fascista de se substituir à família para a educação das crianças*. Como observou Henry Rousso (1990: 27), ao tratar de questões relacionadas à juventude sob o Regime, sua obsessão está em formar, educar, sanear e virilizar a juventude.

No contexto em questão, a escola tem por objetivo fazer romper com o ideal republicano, visando substituir o slogan da Revolução - “*Liberté, Egalité, Fraternité*” - pelo do novo regime - “*Travail, Famille, Patrie*” (MICHEL 1978: 35). Exemplo da preocupação de Vichy em difundir a nova ideologia pode ser visto na criação pelo Regime de *Mouvements de Jeunesse*⁸³ como os *Compagnons de France* ou os *Chantiers de la Jeunesse*, que tinham como objetivo desenvolver uma educação coletiva com base no

⁸² “ (...) *em se sacrificando, eles se inclinam diante da superioridade militar dos vencedores, mas eles sabem honrar a nação*” (OLIVIER 1998a: 245).

⁸³ Sobre a criação desses movimentos ver: BERSTEIN 1991: 326-327 e PAXTON 1972: 159-160, por exemplo.

sentimento patriótico (MICHEL 1978: 36)⁸⁴. Presente em todos os domínios, eis aqui, também, a Gália imaginada a serviço da nação. Num cartaz de 1941, para os *Chantiers de Jeunesse*, de autoria de Eric, um velho ancestral gaulês vela e protege a juventude nacional (Figura XV).

Discurso do simbólico, a imagem da Gália e dos gauleses dos manuais, das moedas, dos cartazes, etc. nem sempre objetiva respaldar-se nas *evidências* científicas. Discurso de outra natureza, o discurso científico visa dar legitimidade aos valores, às práticas, às escolhas. No tópico que segue, intentar-se-á compreender um pouco o funcionamento desse segundo discurso sob Vichy, por meio de uma análise da História e, principalmente, da Arqueologia do período.

⁸⁴ Este é um dentre vários aspectos da reformulação do quadro educacional francês, como a supressão das escolas normais e da gratuidade do ensino médio, a reaproximação da igreja e a instituição do ensino religioso, o estabelecimento de programas educacionais distintos para homens e mulheres (PAXTON 1972: 61), para alunos do campo e das cidades, de um *numerus clausus* para os judeus, etc. Para Olivier (1998: 252): “*Estas reformas restabelecem uma educação elitista, que visa manter os cortes sociais tradicionais e restringir o acesso das mulheres ao trabalho e às responsabilidades sociais*”. Para Paxton (1972:159), há uma espécie de oposições binárias na legislação educativa de Carcopino - educação para “cidadãos esclarecidos” e “membros da comunidade”, “Educação nacional” e “instrução pública”, cf. capítulo seguinte.

2. História, Arqueologia e a construção dos sujeitos universais: gauleses, romanos e galo-romanos no universo vichysta

“Os sábios tem o dever de servi-la (a pátria) com todas as suas forças e por todos os meios”.

(CARCOPINO 1953: 123)

Por lidarem com identidades coletivas e não oferecerem interpretações absolutas,⁸⁵ a História e a Arqueologia comumente são tidas como instrumentos de afirmação e legitimação; disciplinas do passado, desempenham um papel singular nas reivindicações e construções identitárias modernas. É o presente, em seus múltiplos contextos, que confere significados às práticas históricas e arqueológicas. A História e Arqueologia do mundo antigo, nesse campo, não constituem exceção; suas epistemologias sempre estiveram muito próximas das representações coletivas, seja pelo viés das mais diversas identidades ou pelo viés da justificação das origens nacionais. *Ciências do passado*, essas áreas do conhecimento se definem por seus objetos, teorias, métodos e resultados, estando muito próximas, intimamente relacionadas, mas, independentes.

Se por um lado, a História não se desvincula dos contextos nos quais é produzida em virtude dos componentes discursivos de sua narrativa (POSTER 1997; HUTCHEON 1991), por outro, de igual maneira, há uma relação entre a natureza da pesquisa arqueológica e o meio no qual ela é praticada (GRAN-AYMERICH 1998: 18; TRIGGER 1996: 615; DÍAZ-ANDREU 1999; 2001). Funari (1998: 10) observa que

“Tem havido uma conscientização crescente, por parte de historiadores e arqueólogos, de que ambas disciplinas não podem

⁸⁵ Esta inferência, com certeza, não se aplica ao conjunto das duas áreas do conhecimento; tanto em uma quanto em outra se encontram aqueles que buscam a verdade e a encontram e aqueles que nem mesmo concebem a existência dela.

ser separadas de suas bases nas realidades e conflitos sociais e intelectuais de seu tempo, e de que devem ser vistas, de forma crítica, no contexto mais amplo da História do mundo moderno.”

A aproximação das epistemologias dessas duas disciplinas do mundo em que foram produzidas têm aportado importantes contribuições para os estudos históricos e arqueológicos; tanto mais num contexto de uma Arqueologia pós-processual e de uma História Cultural renovada. *A natureza da evidência, tanto para historiadores como para arqueólogos, tem sido, repetidas vezes, discutida nos últimos anos* (FUNARI 1998b: 10). A compreensão do envolvimento das ciências e dos cientistas com modelos e tradições interpretativas, governos, políticas, práticas, etc. e de que a verdade *não é o mais elevado dos valores do conhecimento* (VEYNE 1983: 55) tem possibilitado interpretações menos categóricas do passado. História e Arqueologia, assim, têm sido percebidas como disciplinas interligadas, permeadas pelo presente e construtoras de discursos sobre passado, o que tem conduzido para a necessidade de se pensar a própria História das disciplinas. Num amplo cenário histórico, é grande o papel político desempenhado por essas áreas do conhecimento nos momentos de crises, durante os regimes autoritários ou nos embates políticos de seus contextos contemporâneos; comumente encontram-se ligadas a práticas científicas mas, também, à Educação e ao ensino.

Sob Vichy, a História e a Arqueologia, na busca do rompimento com a democracia e a herança republicana serão muito marcadas por seu comprometimento com os valores da R.N. Comprometidas com a re-escritura da História das origens nacionais, com práticas justificadoras da política do petanismo, essas disciplinas *criarão*, como também o fizeram em outros períodos da História francesa, a Antigüidade que melhor lhe convém. Dessa maneira, gauleses, romanos e galo-romanos, re-criados em concordância

com os valores da nova ordem, irão compor o universo escolar e científico (nos domínios histórico e arqueológico) vichysta . O Regime de Vichy funda sua ideologia sobre um retorno reacionário aos ‘valores’ do passado nacional, projeto que tem na escola seu grande meio de difusão.

O passado gaulês e a Arqueologia, de maneira geral, ocupam, então, um lugar importante nessa nova ideologia, que assimila a derrota dos gauleses diante de César àquela dos franceses diante de Hitler e compara a assimilação bem sucedida da Gália no Império romano àquela da França em uma “nova Europa” dominada pela Alemanha nazista.

(OLIVIER 1998a: 241)

Compreensão do passado como símbolo, o projeto de reestruturação da escola tem por objetivo o rompimento com as tradições republicanas e com uma escola tida como deformada, ameaçada, comprometida. *Que professor digno de sua função não entenderia isso?* diria Abel Bonnard (VALLET 1942: 1). O trabalho, a disciplina e a confiança no futuro da pátria, eis o que se espera da juventude (CAHUET 1940). Gauleses, romanos e galo-romanos serão, aí, imagens do passado construídas no presente com a finalidade clara de lhe dar um entendimento. Domínio do imaginário social, a representação desses sujeitos universais encontra sua legitimação na História, *onde a função pedagógica dá satisfação a uma necessidade imperativa de explicação e clarificação* (LABORIE 1992: 503). Às querelas, às divisões, os valores da ordem, da disciplina, da autoridade do chefe, para um mundo novo e melhor.

O passado, em particular o passado das origens nacionais, constitui uma ferramenta essencial para o Regime de Vichy.

“O petanismo, na verdade, busca fundar sua legitimidade em um retorno aos valores ancestrais, ao mesmo tempo que ele se bate na re-escritura completa da História nacional: segundo ele, se a França perdeu a guerra, é porque ela foi fraca, traída pelos inimigos interiores; é porque ela se deixou desviar do caminho moral que é naturalmente o seu”.

(OLIVIER 1998a: 243)

A História, como releitura dos acontecimentos do presente à luz do passado reinterpretado constituirá um dos pilares do projeto político de Vichy. No petanismo, um novo programa de educação nacional é concebido; no que compete à História, esta é reduzida ao estudo de grandes figuras nacionais, cujo objetivo é ilustrar, com exemplos morais e políticos, a História do país até então. Assim, Vercingetórix, Clóvis, Joana D’Arc e outros, inclusive Pétain, povoam o panteão dos corajosos defensores do país.

No que se refere aos estudos acadêmicos em História, comumente marcados por paixões identitárias contemporâneas, a derrota de 1940 relança o interesse pelos gauleses. O período conhecerá obras como *La Gaule*, de Ferdinand Lot e uma nova edição de *Les Gaulois*, de Albert Grenier⁸⁶ (GERBOD 1982: 373), contudo, nesse domínio, serão poucos os trabalhos científicos sobre a Gália e os Gauleses⁸⁷. O mesmo não ocorrerá com a Arqueologia francesa, que terá uma grande expressão nesse período, principalmente a arqueologia galo-romana.

Como se pôde observar, a glorificação do passado gaulês ocupa um lugar significativo no imaginário da R.N. Mediante símbolos (lugares, cerimônias, insígnias, etc.), propõe-se uma reinterpretação do passado voltada para os valores de uma França

⁸⁶ Originalmente publicado em 1923.

⁸⁷ Com a invasão alemã, muitos historiadores franceses e franceses de origem judaica são destituídos de seus cargos (esses últimos em virtude do *Estatuto dos judeus*); alguns conseguem mudar do país e outros tantos são deportados. Os estudos acadêmicos na área de História Antiga, que antes mesmo da invasão eram numericamente poucos em relação a outras áreas da História praticamente *desaparecem*. O uso das imagens pelo Regime de Vichy, no que concerne à História, será muito mais preocupado com as lendas dos manuais escolares que com sua legitimação científica.

original, eterna (Figura XVI), encarnada em Pétain. Numa perspectiva discursiva, a Arqueologia desenvolvida pelo Estado nesse período mantém estreita relação com a construção da memória francesa, estando muito ligada ao advento da derrota e à justificação (do ponto de vista oficial) do papel desempenhado pela França e pelos franceses na Guerra. Segundo Olivier (1999: 12), essa Arqueologia da Gália permite reforçar a imagem de um país *tradicionalmente rural*, enraizado nas suas origens gaulesas e integrado à nova Europa. Sob domínio alemão, a Arqueologia desempenhará um papel fundamental na formação das elites, saindo de um lugar secundário nos estudos universitários, por exemplo, para ocupar um lugar de destaque (SCHNAPP 1995: 256), atrelada a um dispositivo de reeducação da juventude e de reinterpretação da História do passado nacional. É a Arqueologia *que ajunta e dá a ver os testemunhos materiais deste passado das origens nacionais ao qual o petanismo faz apelo* (OLIVIER 1998a: 246).

Vinculada ao Estado por seu caráter legitimador de um passado reinterpretado, a Arqueologia francesa sob Vichy caracterizou-se, principalmente, por dois motivos: pela sua regulamentação administrativa (OLIVIERa 1998: 243) e apoio financeiro e pelo fato de ter, pela primeira vez à sua frente, como em demais áreas do governo, especialistas e não políticos. Como observa Olivier (1998a: 256), é o fato de ter introduzido pela primeira vez, de maneira sistemática, especialistas no comando do Estado que confere a Vichy a sua originalidade.

É doravante a *experts*, e não mais a políticos, que é confiada a condução de cada um dos grandes setores da ação política do Estado. Vichy nomeia técnicos para a gestão dos negócios públicos⁸⁸: como Carcopino, um universitário especialista em

⁸⁸ O governo de Vichy é, sobretudo, um governo de ministros técnicos. Sobre essa especialização técnica ver, principalmente, PAXTON, 1972: 158 e 252.

História antiga para a Educação Nacional e Arqueologia, mas também médicos para a Saúde, agricultores para a Agricultura, engenheiros para os Trabalhos Públicos, etc.

Será Carcopino o responsável pela criação da Lei de Antiguidades Nacionais e pelos serviços especializados de Arqueologia. Contrariamente à organização arqueológica de outros países no mesmo período, como a da Alemanha, por exemplo, a França não contava, até então, com nenhuma sistematização nesse domínio. Espaço de iniciativas individuais, de membros de sociedades, academias e conservadores de museus (CORCY-DEBRAY 2001: 362), é com Carcopino que a Arqueologia francesa conhecerá, pela primeira vez, regulamentações e administrações específicas. Para Schnapp (1996: 62), a legislação sobre Arqueologia de Carcopino é tributária da antiga legislação francesa sobre monumentos antigos de 1913 e da própria militância de Carcopino e outros intelectuais pela criação de um serviço de Arqueologia, atendendo, explicitamente, a interesses elitistas. Carcopino se fará valer de sua experiência na Itália e na África à frente de missões arqueológicas francesas e direções de pesquisa para a elaboração das leis do período (GRAN-AYMERICH 1998: 329). Como observa Ève Gran-Aymerich, a África do Norte é um verdadeiro *laboratório de ensaios* daquela mesma Arqueologia institucional que será implementada por Carcopino em 1941 e 1942, em virtude de sua experiência pessoal (1998: 387) e da de seus colegas Albert Grenier, Raymond Lantier e Èugene Albertini (1998: 402).

Em 1941, sob o governo de Vichy, J. Carcopino aceita a secretaria de Estado para a Educação Nacional, e organiza a Arqueologia no seio do CNRS. Antigo diretor da École Française de Rome, ele viu funcionar os serviços arqueológicos italianos e tem experiência de administração e pesquisa. Ele encontra no CNRS a instituição que permitiria, enfim, realizar projetos que, desde o início do século,

pré-historiadores e arqueólogos clássicos tinham elaborado, e de preencher uma lacuna da França em relação a outros países da Europa em matéria de proteção do patrimônio arqueológico e de legislação de escavações.

(GRAN-AYMERICH 1998: 456)

As principais leis do período são:

- Lei de 23 de junho de 1941 - que protege os objetos que apresentam “*interesse nacional*”, de ordem histórica ou artística, cuja exportação deve ser submetida à autorização do Estado.
- Lei de 27 de setembro de 1941 – conhecida como Lei Carcopino, que atribui ao Estado as prescrições segundo as quais as pesquisas arqueológicas devem ser efetuadas (Art. 1º); por ela o ministro pode, em nome do Estado e no interesse das coleções públicas reivindicar as peças provenientes das escavações (Art. 5º). De acordo com os interesses em questão, o Estado pode escavar ou efetuar sondagens em terrenos que não lhe pertencem (Art. 9º); no caso de descobertas fortuitas, se os achados forem de *interesse público*, no campo da Pré-história, da História, da Arte ou da Arqueologia, o Estado deve continuar as escavações.
- Lei de 21 de janeiro de 1942 - que colocava as antigüidades nacionais da França metropolitana sob a autoridade do Secretário do Estado para a Educação Nacional e Juventude, sinalizando o interesse de fazer da Arqueologia, também, um componente do projeto ideológico do Regime, principalmente em relação à educação e aos jovens.

A legislação de Carcopino irá dotar a Arqueologia de todo um aparato administrativo legislativo que terá por finalidade regulamentar as escavações arqueológicas

e estabelecer normatizações para o seu funcionamento. A Arqueologia é desenvolvida sob a autoridade e responsabilidade das XV^a e XVI^a comissões do CNRS – *Centre National de la Recherche Scientifique*⁸⁹, incumbidas, respectivamente, das escavações na França metropolitana e fora do país (AYMERICH 1998: 458).

A Arqueologia galo-romana se beneficia nesse período de recursos advindos do Estado e é desenvolvida em grandes sítios de escavação em Alésia, Gergovie, Lyon e na Borgonha, por exemplo. A escolha desses sítios não é indiferente (1988: 247); todos eles estão ligados ao passado galo-romano ao qual o petanismo faz apelo, constituindo verdadeiros “lugares de memória”, *carregados de símbolos diversos a serviço da propaganda do Regime* (GODINEAU 2001: 189).

Sob Vichy, como em outros regimes autoritários da Europa, a Arqueologia Pré-histórica sofre de poucos investimentos, contrariamente ao que ocorre na Alemanha no mesmo período⁹⁰. O Regime instaura, desde 1942, duas Circunscrições – uma de *Antiguidades Históricas* (celta, grega e galo-romana) e outra de *Antiguidades Pré-histórica*, ambas no seio da XV^a Comissão. A Arqueologia do passado romano é privilegiada, como na Itália e na Espanha, e diretamente utilizada como instrumento de propaganda do Estado (OLIVIER 1998a: 248).

Olivier observa (1998a: 248) que a criação dos serviços regionais de Arqueologia e a organização da gestão das “antiguidades nacionais” se inscrevem em uma concepção regionalista própria à política cultural de Vichy⁹¹. Uma circular oficial de 16 de

⁸⁹ O CNRS é criado em outubro de 1939 e é um órgão subordinado ao Ministério da Educação.

⁹⁰ A Arqueologia Pré-histórica na Alemanha já desempenhava, desde antes da Primeira Guerra, um importante papel legitimador junto às políticas e práticas. No contexto do Pacto de Versalhes a disciplina atuará na reabilitação da imagem dos alemães após a derrota (ARNOLD 1996: 552).

⁹¹ O regionalismo vichysta é ricamente analisado no livro *Le projet culturel de Vichy: folklore et Révolution Nationale* (1940-1944), de Christian Faure (1989); igual compreensão pode ser obtida no texto *La petite patrie*

abril de 1942, endereçada aos novos prefeitos regionais⁹², assinada por Carcopino e pelo

Ministro do Interior diz:

Convém sublinhar que os trabalhos confiados aos Diretores de Antigüidades ou a seus delegados, ao mesmo tempo que competem eficazmente para o enriquecimento do patrimônio histórico e artístico nacional, não deixam de ter igualmente o efeito, o mais feliz, lá onde eles serão empreendidos e desenvolvidos. A elite intelectual de nossas cidades – fator essencial da vida regional – deverá, com efeito, melhor conhecer a origem profunda, a História e a cultura das gerações que deram seu caráter próprio à vida das províncias francesas e ela daí poderá retirar elementos de uma vitalidade aumentada e de uma atividade nova. O mercado local de trabalho será, por outro lado, o primeiro beneficiário da multiplicação dos canteiros de escavação e de restaurações de monumentos históricos⁹³.

Nesse contexto é criada, em 1943, por Albert Grenier, a revista *Gallia*, que dá à Arqueologia francesa um meio regular de publicações, por onde são vazadas descobertas e informações de interesse do Estado, principalmente relativas ao período galo-romano (GRAN-AYMERICH 1998: 385) - sendo *conhecida por assegurar a publicação rápida dos dados provenientes das escavações autorizadas pelo Estado, como aquelas das pesquisas maiores em curso sobre as antiguidades nacionais* (OLIVIER 1998a: 247). *Gallia*, publicada pelo CNRS, é um dos meios pelos quais o Regime faz veicular suas análises justificadoras da cultura material, caracterizando-se por apregoar a existência de uma Arqueologia nacional objetiva e neutra (OLIVIER 1998a: 247). A seu respeito, diz Albert Grenier (1943: 1):

enclose dans la grande – regionalismo e identidade nacional na França durante a III República (1870-1940), de Anne Marie Thiesse (ver referências completas ao final).

⁹² A partir de 1941 os departamentos são substituídos por regiões, governadas por prefeitos.

⁹³ Citado em OLIVIER 1998: 248.

“Uma só coisa conserva seu interesse: o fato, a observação do que tinha sido colocado em jogo, e as circunstâncias da descoberta, dos níveis e do ambiente. O resto, desenvolvimentos teóricos, considerações históricas ou outros, é depressa proscrito⁹⁴”.

Marcada por uma espécie de *pragmatismo* no trato arqueológico, a revista inviabiliza publicações de natureza teórica, caracterizando-se, nesse período, por buscar a divulgação rápida de achados, documentos e notas relativas ao período galo-romano.

A Arqueologia nacional integra um verdadeiro projeto de propaganda idealizado pelo governo de Vichy e visa, principalmente, a juventude escolar, onde a Arqueologia germânica e, em particular de “Pré-História” alemã, são largamente favorecidas (OLIVIER 1999: 8), visando difundir aquilo que Jackie Assayag chamou de um *vasto folclore ariano* (1996: 26).

O discurso arqueológico da Alemanha ocupante será desenvolvido com um caráter muito similar àquele da continuidade material da nação francesa⁹⁵, que confere direitos advindos da ancestralidade. Mas, contrariamente àquele, assentado na idéia de valores morais oriundos da *França eterna*, o discurso alemão será marcado pelo direito da primazia dos vencedores, o direito da primazia da ocupação dos espaços.

A Arqueologia nazista estará muito comprometida com os valores legitimadores da dominação e irá priorizar a escavação de sítios arqueológicos que atestam uma certa anterioridade da presença germânica no território francês. Essa política da ancestralidade é amplamente difundida na Europa dominada e, na França, será muitíssimo favorecida pela própria divisão do território administrativo francês sob a dominação. Na

⁹⁴ Citado em Olivier 1998a: 249.

⁹⁵ Vista, por exemplo, no adágio “Nos ancêtres les gaulois”.

parte anexada da região norte – Alsácia e Lorena (Cf. Figura II), os alemães empreendem uma política de (re)germanização do território⁹⁶.

“É em setores considerados como espaços naturais de “colonização germânica” – como notadamente o norte da França - que a Arqueologia do 3º Reich vai particularmente desenvolver seus programas de pesquisa, buscando demonstrar a perenidade da ocupação germânica desde a mais longínqua Pré-História” .

(OLIVIER 1999: 5)

Os dados da Arqueologia da Alsácia serão explorados

“para oficializar a doutrina segundo a qual os alsacianos contemporâneos seriam descendentes diretos de populações germânicas estabelecidas anteriormente, pelo menos desde o Neolítico. (...) o que justificaria, em consequência, sua assimilação pura e simples à população do Reich alemão”.

(OLIVIER 1999: 6).

Dessa maneira, o passado, lido por meio da cultura material, atende aos interesses de dominação do Reich, visando demonstrar a anterioridade das populações de origem germânica na França, sua superioridade e sua continuidade, mediante a escavação de sítios que atestavam supostos vestígios das invasões germânicas. Essas pesquisas, juntamente com outras sobre o período galo-romano, marcam os interesses da revista *Gallia* nesse contexto, bem expressos nos números 1 e 2 de 1943.

Para execução dessa Arqueologia justificadora, o governo alemão criará serviços regionais de Arqueologia, que terão como objetivo por em prática um *inventário arqueológico* sistemático dos sítios arqueológicos germânicos (OLIVIER 1999: 6). Não só

⁹⁶ Esta (re)germanização tinha por principal objetivo “purificar” culturalmente a região, livrando-na da influência francesa (OLIVIER 1999: 6), principalmente na Alsácia e na Lorena.

na França, como, também, em outros países da Europa ocidental sob domínio do Reich, o regime nazista não se interessará pela Arqueologia de regiões de cultura não germânica⁹⁷(OLIVIER 1998a).

O estudo e a compreensão da Arqueologia dos regimes totalitários evidenciam a natureza discursiva da disciplina e os limites que ela coloca. Objeto de preocupações recentes no cenário arqueológico, o papel desempenhado pela disciplina nos jogos de construções identitárias começa a ser mais bem estudado (Cf. bibliografia citada). A percepção por parte de muitos arqueólogos e historiadores de que a Arqueologia é um discurso sobre o passado tem conduzido a estudos da própria História da disciplina, com suas continuidades e rupturas. A Arqueologia francesa atual, criticada por sua pobreza teórica (OLIVIER & COUDART 1995: 363; OLIVIER 1998), tem esse status atribuído à ligação embrionária que mantém com o Estado. Para Olivier (OLIVIER 1998: 242), essa pobreza teórica está em contraste com a efervescência da Sociologia e Filosofia pós-modernas no país.

O fato de a França não ter conseguido se desvencilhar de um discurso voltado para a identidade nacional e para as origens nacionais, em um contexto de globalização econômica e de fragmentação cultural, onde o modelo de Estado nacional já não perdura, constitui, segundo Olivier, o motivo da crise atual da Arqueologia francesa. Para esta crise também contribui o fato de não mais se sustentar o discurso de unidade e continuidade histórica da nação, diante da fragmentação cultural e reconhecimento da diversidade dos grupos. O capítulo quarto desta tese objetiva analisar a presença desse discurso

⁹⁷ Por não constituir o objeto da pesquisa e figurar no trabalho apenas como referência contextual, a Arqueologia alemã é apenas referenciada e não desenvolvida no texto. Uma maior e mais completa compreensão pode ser obtida em consulta à bibliografia citada.

homogeneizador na sociedade francesa hoje; o que segue é um estudo do engajamento de Carcopino com a R.N., uma tentativa de análise de sua atuação sob Vichy.

Capítulo III

Jérôme Carcopino - um historiador da
Antigüidade sob Vichy

Prólogo

Os estudos da Antigüidade Clássica e do mundo antigo, de modo geral, comumente são lidos sem que se considere o processo epistemológico no qual foram vazados. Nesse sentido, a História Antiga freqüentemente tem sido criticada por não perceber e não procurar perceber as relações entre os historiadores desse domínio e seus objetos.

Durante o Regime de Vichy, no período compreendido entre 23 de fevereiro de 1941 e 16 de abril de 1942, Jérôme Carcopino, já à época consagrado historiador, arqueólogo e epigrafista do mundo romano, exerce a função de secretário de Estado, com estatuto de ministro na área de Educação. Carcopino assume a SEENJ com a ascensão de François Darland à Vice-presidência do Conselho. Darland concentra em suas mãos a Marinha, o Ministério das Relações Internacionais, o Ministério do Interior e o SGI. Carcopino integra a parte de *notáveis, católicos ou liberais conservadores* do novo gabinete (Yves Bouthillier, Pierre Caziot e Victor Barthélemy) (BURRIN 1995: 123).

A atuação de Carcopino junto ao governo de Vichy suscita inúmeras questões; todas elas relacionadas às interfaces que se estabelecem entre o papel dos historiadores, do intelectuais e o desenvolvimento, por sua parte, de funções burocráticas junto aos governos e às instituições. Face às práticas administrativas e burocráticas deve ser disposta, para comparação e/ou contestação a obra do teórico, do estudioso? Se sim, ou se não, em que medida? No caso do historiador, do sociólogo ou do cientista político, pode-se dissociar suas posições intelectuais - historiográficas, sociológicas ou políticas de suas ações, perpassadas pelos filtros dos grupos, dos partidos, dos governos? Essas questões assumem uma dimensão muito maior e muito mais complexa quando se considera a

natureza das funções exercidas, principalmente em regimes e governos onde não se considera o estado de direito.

É Carcopino, o autor do clássico *La vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'Empire*, que participará, efetivamente, da criação e da execução das leis de exclusão de Vichy, das principais reformas educacionais do período e da legislação que, pela primeira vez, regulamenta, de modo efetivo, o patrimônio arqueológico na França. Incumbência tanto mais complicada quando se trata de um regime autoritário, onde as políticas e práticas freqüentemente estão ligadas ao estabelecimento de privilégios.

No caso de Carcopino e de seu papel sob Vichy sempre se poderá obter argumentos ora favoráveis à sua acusação de colaboracionista ora atenuadores dessa mesma condição. Ao mesmo tempo que auxilia na elaboração e aplicação das leis relativas ao *Estatuto dos judeus* (por vezes agravando-as), enviando listas, e encaminhando milhares de pessoas, intervém, auxilia e favorece ora para a camuflagem, ora para a deportação ou ab-rogação de prerrogativas legais para colegas e amigos universitários, de origem judia ou excluídos por outros motivos. No campo da Arqueologia, ao passo que se reconhece que sua política de dotar a disciplina de regulamentações atendia a necessidades há muito esperadas se reconhece, também, o autoritarismo e o comprometimento ideológico dessa política. A educação, talvez, seja o único caso em que a crítica, de elitismo, seja quase consensual entre os observadores. Todas essas considerações se aplicam no campo dos estudos e de críticas dos casos em questão, contudo, um outro problema, de fundo, apresenta-se – aquele do intelectual diante da política. Norberto Bobbio coloca o dilema:

se o homem de cultura participa da luta política com tanta intensidade que acaba por se colocar a serviço desta ou daquela ideologia, diz-se que ele trai sua missão de clérigo (...) mas se, de

outra parte, o homem de cultura põe-se acima do combate (*al di sopra della mischia*⁹⁸) para não trair e se “desinteressar das paixões da cidade”, diz-se que faz obra estéril, inútil, professoral.

(BOBBIO 1997: 21-22)

Um intelectual no exercício do poder, à frente de um cargo, é antes de tudo um homem público; suas ações visam o público. Seu ofício é, por vezes, o meio pelo qual transmite seus valores, suas idéias, enfim, sua visão de mundo. Quando no exercício de seu ofício faz escolhas, essas escolhas são feitas em concordância com seus valores. As *contingências* impostas pelo meio, assim, não existiriam, pois o meio é, antes de qualquer coisa, uma escolha do intelectual. Num contexto traumático, onde não só a História e Arqueologia, como, também, muitas outras áreas do conhecimento atendem a uma certa instrumentalização, o peso das ações deve ser considerado. Não se trata, contudo, de uma visão binária e dicotômica, simplista, que opõe colaboradores e resistentes. Marilena Chauí, a respeito das dissensões entre Sartre e Merleau-Ponty nesse período observava que

a ‘política cartesiana’ dos intelectuais e professores, ou a política da liberdade das consciências individuais em seu solipsismo essencial, não era capaz de compreender o colaboracionismo nem a resistência. Quanto ao primeiro, colocou no mesmo plano chefes ou dirigentes e o povo, como se fosse a mesma coisa optar pela colaboração e não poder recusar trabalhar e prestar serviço aos ocupantes. Quanto à segunda, experimentou-a como “felicidade no perigo”, como supressão do dilema entre o ser e o fazer, como vida clandestina tecida nas relações de homem a homem ou de consciência a consciência.

(CHAUÍ 2002: s/p)

⁹⁸ Assim no original.

Contudo, as atividades políticas de um intelectual no poder são bem distintas daquelas de um operário ou professor que permanecem no exercício de suas funções, mas não diferentes daquelas de um Adolf Eichmman. As funções não podem justificar as escolhas, pois, como se observou, a função é, também, uma escolha, à qual não estão isentos nem aqueles ligados às artes nem às ciências. Entra-se aqui no domínio do *colaboracionismo*, da concordância, da convergência ideológica, o que coloca em pauta não a função dos intelectuais na sociedade mas questões ligadas a uma reflexão que conduza ao pensamento e à ação, em suma, ao papel político e ético dos intelectuais ligados ao poder. Como se pôde observar anteriormente, o rompimento com as diretrizes do Estado democrático na Europa foi a oportunidade de ascensão de muitos e prestigiosos intelectuais em diversos domínios, onde os benefícios e privilégios em contextos de exceção estiveram muito relacionados a seu exercício do poder.

Philippe Burrin (1995: 312-328) narra, de forma rica e exemplar, os caminhos trilhados pelo Collège de France durante a Ocupação. À época o colégio era administrado por Edmond Faral, especialista de Literatura Latina na Idade Média, prontamente comprometido com a aplicação das leis de exclusões raciais e o desligamento de professores com esse pretexto. Contudo, o caso de Faral se insere nos de acomodação imediata aos ditames do ocupante e, mesmo, naqueles que viam na Ocupação a oportunidade de colocarem em prática seus pensamentos. Antes mesmo da aplicação do *Estatuto dos Judeus* Faral se pronunciava:

“Questão dos judeus. Nenhum judeu deu nenhum curso no Collège de France desde o início do ano escolar. A decisão tinha sido

tomada antes mesmo do aparecimento da lei de 3 de outubro de 1940⁹⁹,

Prevenção de todo e qualquer incidente face ao ocupante, com certeza, mas, também, uma escolha. Burrin observa que o comportamento de Faral *é aquele de quase todos os responsáveis universitários. Quer se tratasse da exclusão racial ou das relações com o ocupante, a prudência, senão a complacência, conduzia a se inclinar com muita facilidade, quando não se antecipar* (1995: 313). Para muitos colaboracionistas a opção pelo vencedor é o vislumbrar de um final já anunciado.

Alfred Fabre-Luce, jornalista do *Journal de la France*, justifica sua colaboração, como muitos, pela necessidade histórica e pelo interesse nacional. Diz:

“A escolha que nos é ofertada é simples. Uma nova Europa se edifica. Somos convidados a participar de sua construção. Se aceitamos, nós nos inscrevemos na aristocracia do sangue, beneficiaremos desses privilégios. Se recusamos, nós nos preparamos para o pós guerra um lugar de escravo”.

É necessário hoje partir de um dado: a vitória alemã. (...) A História européia nos mostra a fragilidade das conquistas da violência, quando elas não são sustentadas pelo consentimento. O Império romano permanece o ideal das nações civilizadas; mas jamais seria possível recriá-lo pela força de um só povo. É uma Roma coletiva que é preciso construir. Nesta obra, nós não seremos sujeitos, mas colaboradores; nós podemos mesmo tornar – ao fim da evolução – co-imperadores¹⁰⁰

Ligada às escolhas individuais do historiador, e do intelectual de modo mais amplo, seu engajamento nas vias da colaboração, como sujeito do poder, evidencia a necessidade se compreender que, no poder ou fora dele, o historiador exerce um papel

⁹⁹ Citado em BURRIN 1995: 312.

¹⁰⁰ Citado em BURRIN 1995: 407.

social. Assim como arqueólogos, químicos, biólogos, médicos e outros cientistas ligados ao poder; homens de ciência no exercício de funções políticas. Não se trata, somente, de eruditos com sua prática instrumentalizada, mas, mesmo, de intelectuais à frente de instituições. Carcopino foi

um mestre e um diretor, o que não é a mesma coisa: de um lado, reconhecido por seus pares como excelente em sua disciplina – e pouco importa aqui que essa competência pudesse ser discutida (...) – e por outro escolhido pela autoridade pública para aí exercer uma parcela sobre um espaço cada vez maior, a Escola de Roma, a da rua Ulm, a Academia de Paris, a Educação Nacional em seu conjunto.

(ORY 2001: 12)

Ory pontua que se pode indagar se o itinerário intelectual de Carcopino

“é o exemplo acabado de sucesso social ou de catástrofe intelectual: a diferença entre os dois pode ser, justamente, as circunstâncias históricas, que fazem de um especialista do fim da República romana um contemporâneo das democracias em crise face aos regimes totalitários”.

(2001: 12)

O autor coloca uma importante questão a ser observada: *a obra do antiquista esclarece a vida do vichysta?* Ele conclui numa assertiva não diferente da que norteia essas linhas – *o adulto é o filho da criança*. O biógrafo de Sila e de César é, também, diretor da Escola Francesa de Roma sob Mussolini e ministro de Pétain.

“Seu culto dos grandes homens, como causalidade motora da História, na linha dos historiadores metódicos, e principalmente de

César, torna-o suspeito de cesarismo político. Por trás de César, seus contemporâneos creram reconhecer Mussolini”.

(CORCY-DEBRAY 2001: 439)

A trajetória acadêmica é, desta maneira, um fator marcante na análise e crítica do ministério de Carcopino, ela torna compreensível suas escolhas e motivações e permite contestar a idéia segundo a qual o historiador teria se engajado nas vias da colaboração para salvar a universidade do caos. Ao lado dessa justificativa, com frequência se intenta sobrepor a figura do intelectual à do político, atenuando ou negando sua participação sob Vichy. Essa postura é reforçada tanto pelo próprio Carcopino em suas memórias – *Souvenirs de sept ans* - quanto pelo tributo que lhe rendem seu filho, Claude Carcopino, Paul Ourliac e Pierre Grimal – *Jérôme Carcopino, un historien au service de l’humanisme* - a imagem de homem de ciência, apolítico¹⁰¹. Em suas memórias diria Carcopino:

“é no estudo, e não na ação que, desde que cheguei à idade de homem, consistiu meu meio e minha vida de historiador”.

(CARCOPINO 1953: 603)

A historiografia consagrou poucos trabalhos ao papel dos historiadores nesse período. Quanto ao papel dos historiadores da Antigüidade, então, o período se insere na regra, praticamente inexistem trabalhos a respeito, contrariamente aos estudos das relações

¹⁰¹ “ele não se sente atraído pelo modelo de intelectual que remete ao universal, nem por aquele do militante. Ao longo de toda sua vida, ele se pretende apolítico, e se percebe como um sábio cujo ideal de objetividade o distancia dos engajamentos políticos” (CORCY-DEBRAY 2001: 410). “Esses professores apolíticos convictos, ou que não se engajam mais que por um combate que eles consideram como não político, inspiram-se na verdade do ideal positivo do sábio produto da universidade de pesquisa alemã. Assumir um engajamento militante entra, para eles, em contradição com o ideal de objetividade que funda sua prática profissional” (CHARLE 1994: 311).

entre Lucien Febvre e Marc Bloch e dos *Annales* de maneira geral¹⁰². Stéphanie Corcy-Debray, autora de um aprofundado estudo de Carcopino sob Vichy (2001) insiste, em seu trabalho, na impossibilidade de se compreender as escolhas de Carcopino sem o conhecimento de seu percurso intelectual.

“A vida e a obra de Carcopino necessitam, então, de uma reflexão em conjunto, no entrecruzar da História política, social e cultural, pois elas colocam em questão a análise das representações no domínio do poder e da educação, e a filosofia da História de um universitário que aceita responsabilidades políticas durante os anos negros”.

A trajetória escolar de Carcopino passa pela *Ecole des Roches*, instituição secundária de sua cidade natal, Verneuil-sur-Avre, conhecida por suas preocupações voltadas para a família e formação de jovens para as futuras elites da vida econômica moderna. *Muitas personalidades ligadas à Ecole des Roches, como o próprio Carcopino, tem um passado comum centrado sobre o escotismo, o catolicismo social ou os círculos tecnocráticos. A Ecole des Roches é um dos lugares onde a reflexão sobre a educação e o papel das elites é forjado* (CORCY-DEBRAY 2001: 304). Oriundo de uma formação que atribui grande importância às elites e que reconhece seu papel de dirigente social, Carcopino teve uma carreira excelência (Os trabalhos de Christophe Charle são de uma importância singular para se compreender o ambiente de formação de Carcopino, o papel atribuído às elites, a seleção social e escolar, as estratégias de carreira, a meritocracia, etc. A esse respeito ver, principalmente: CHARLE 1987; 1994 e 1996). Dignitário das maiores instâncias universitárias na França, sua vida acadêmica se liga, de modo evidente, ao ensino

¹⁰² As referências são muitas, contudo, a título de ilustração, pode-se citar um dos maiores críticos franceses à Escola dos Annales, François Dosse, autor do livro *L'Histoire em miettes*, traduzido para o português por *A História em migalhas: dos Annales à História Nova*, publicado pela Editora Ensaio, em 1992.

e à pesquisa, numa carreira excepcional, o que lhe consagrou o reconhecimento de seus pares.

Sua trajetória ilustra uma meritocracia muito seletiva, onde o concurso desempenha um papel fundamental. Tendo passado pelas melhores escolas da República, Jérôme Carcopino, que possui um temperamento autoritário, reivindica, às vezes, suas origens corsas, orgulhoso de sua ascendência napoleônica, e normanda, fontes de seu despertar para a História.

(CORCY-DEBRAY 2001: 400)

Aluno da Escola Normal Superior, da EFR, professor do liceu de Havre, da Universidade da Argélia, Carcopino atinge seu mais alto posto acadêmico com a idade de 39 anos¹⁰³, sendo eleito professor da Sorbonne, em 1920. Ele apresenta sua candidatura para a Sorbonne após a defesa de sua tese de doutorado, em 1919, pleiteando ocupar o cargo colocado em vacância com a aposentadoria de seu diretor de tese, Méga Gustave Bloch. No relatório apresentado pelo comitê de professores de História e Geografia que tratava de sua aprovação como mestre de conferência lê-se:

O Sr. Carcopino é um professor dos mais brilhantes e dos mais distintos. É um espírito do mais alto porte, que sabe renovar os assuntos que aborda. (...) suas obras são distintas e de primeira ordem, colocam-no fora do páreo entre seus concorrentes. (...) A faculdade estará feliz de receber em seus quadros um mestre que exercerá sobre os estudantes uma ação considerável e que fará honrar a Sorbonne como o honra já a ciência francesa¹⁰⁴.

¹⁰³ A idade média de ingresso na Sorbonne nesse período é de 44 anos e um mês Cf. CORCY-DEBRAY 2001: 424.

¹⁰⁴ Citado em CORCY-DEBRAY 2001: 426.

De carreira rápida e notável, Carcopino é autor de vasta obra, com características, a um só tempo, de erudição e vulgarização, perceptível em muitos de seus textos (*La vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'Empire*, *Virgile et le mystère de la IV^e écloge*, *La louve du capitole*, etc.). De aluno na aristocrática EFR na década de 20 se torna, entre 1937 e 1940, diretor da Escola¹⁰⁵, período em que o Fascismo ainda está no poder. Formado no seio da ENS, foi muito influenciado pelos trabalhos de Fustel de Coulanges, Mommsen e demais historiadores da escola metódica, muito presente nos círculos intelectuais e nas instituições francesas do início do século XX. Sua obra é, em grande medida, marcada por essa formação.

“A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da História; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão”.

(BORDÉ & MARTIN 1983: 97)

Historiador, arqueólogo e epigrafista, Carcopino é um leitor metódico das inscrições latinas, pelas quais aborda a História, tendo sido muito influenciado por Fustel de Coulanges e por seus discípulos (CARCOPINO 1958: 7-8), sobretudo Gustave Bloch. Extremamente erudito, na trilha dos historiadores metódicos, Carcopino marca sua obra, também, pela sua constante emissão de juízos de valores e considerações psicológicas, a respeito de indivíduos, situações, momentos históricos, etc., e pela caracterização das grandes personagens que lhe são caras.

¹⁰⁵ “*Jérôme Carcopino corresponde, na verdade, ao perfil do diretor da Escola Francesa de Roma, perfil científico pois é um historiador da Antigüidade internacionalmente reconhecido, perfil político pois é conservador e católico, sendo este último ponto fundamental em Roma*” (CORCY-DEBRAY 2001: 428).

Em *La vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'Empire*, pode-se ler alguns

exemplos:

“Elas (ruínas da época de Trajano) não nos inspiram uma idéia nobre e ao mesmo tempo satisfatória para nós da civilização da qual expõem as riquezas, da sociedade da qual eles evocam a disciplina, dos homens, nossos ancestrais e nossos semelhantes dos quais eles exprimem o valor intelectual e a maestria artística” .

(CARCOPINO 1947: 16)

“No fim do primeiro século de nossa era, o sobrinho do imperador Vespasiano e um poeta parasita como Marcial habitaram próximos um do outro”.

(CARCOPINO 1947: 42)

“Sua consciência (do povo romano), imbuída da dignidade da cultura, mas privada do apoio de uma verdadeira ciência, figura entre os imperativos de doutrinas ascéticas e o relaxamento de uma ultrajante amoralidade, oscila das negações de um ceticismo egoísta às efusões e aos elans de místicos entusiastas”.

(CARCOPINO 1947: 71)

“Salvo exceções, esta (a escravidão) não teria sido (...) em Roma nem intolerável nem eterna; mas é necessário ter em conta que talvez ela jamais tenha sido nem mais doce nem mais fácil de romper que sob os antoninos”.

(CARCOPINO 1947: 77)

“É visível que os abusos da servidão conduziram a um relaxamento da moralidade até entre as famílias privilegiadas, onde os amores com os escravos foram banidos”.

(CARCOPINO 1947: 127)

Essas características valorativas - “*o feliz governo dos antoninos*” (p.30); Roma “*pagou mais caro ainda (...) o gigantismo do qual seu papel dominador tinha acabado por afligir*” (p.36), etc – se fazem presentes nos próprios títulos e subtítulos desse texto e de vários outros. Numa leitura do índice de *La vie quotidienne à Rome à l’apogée de l’Empire* se pode ler, no capítulo II, por exemplo, como título - *O casamento, a mulher e a família: virtudes e vícios* e, dentre os subtítulos, – *Emancipação e heroísmo da mulher romana e Feminismo e desmoralização*. Nesses momentos, Carcopino incorpora a própria visão dos escritores moralistas e propagandistas do Império. Um outro aspecto característico da obra de Carcopino é o seu fascínio por Roma e por César, erigidos como exemplos, testemunhando, assim, sua atração pelos regimes autoritários, o que lhe valeu a acusação de “cesarismo político”, quando da publicação de seu livro *Jules César*, em 1936. Do ponto de vista historiográfico, Carcopino chegou, mesmo, a ser um pouco influenciado pelas mudanças do contexto dos *Annales*¹⁰⁶, mas, como observou Corcy-Debray (2001: 452), rapidamente retornou *a uma história política factual, centrada sobre os grandes homens*. Dentre Sila, Tibério Graco e outros grandes personagens, é César

“o mais vigoroso dos demiurgos político, aquele que, por conciliar a cultura helenística e a disciplina romana, a dominação de um só e a vitalidade das repúblicas municipais, a anexação total do Oriente e a assimilação dos assuntos do povo-rei, soube acabar a maior das revoluções, uma das mais eficazes da História”.

(CARCOPINO 1965: 441)

Sob a conquista romana da Gália diria Carcopino:

¹⁰⁶ “Os liames de Carcopino com os *Annales* passam somente pela sociabilidade dos estudos mantidos com Piganiol e Albert Grenier. globalmente, Jérôme Carcopino não demonstra nenhum interesse pela inovação intelectual que fermenta nos meios de Estrasburgo” (CORCY-DEBRAY 2001: 459).

Quando soa a hora da conquista, primeiro parcial, depois total, os gauleses não estão resignados, mas resolvidos: como o disse Fustel, “eles deram ao Império uma obediência voluntária e preventiva, um abandono total, um devotamento completo, uma verdadeira devoção”. Ele lhe trazia com suas leis “uma segurança de paz, uma garantia de liberdade”. Tê-los preferido à sua anarquia, às suas dissensões perpetuamente renascentes, é já um sinal de inteligência e generosidade que do primeiro golpe os aproxima de seus vencedores. É, em todo caso, o indício que a raça, em sua plasticidade, possuía sob a rudeza aparente de seus costumes e a grosseria de suas instituições rudimentares, tesouros de espiritualidade latente, cuja dominação romana iria mobilizar as riquezas.

(CARCOPINO 1934: 234-235)

Essas breves considerações a respeito de Carcopino possibilitam melhor compreendê-lo sob Vichy; possibilitam melhor compreender as interfaces entre o historiador e o ministro e perscrutar em que medida a obra do intelectual faz compreender a obra do político e em que medida essa tem “autonomia” em relação àquela. Chamado por Pétain para ser secretário de Estado, Carcopino está no apogeu de sua carreira e de seu reconhecimento científico.

Como observa Corcy-Debray (2001: 399),

“ele confere uma credibilidade técnica ao ministério constituído por Darlan e reina sobre um vasto setor que agrupa o ensino, a juventude, a arte, a cultura, os esportes, a arqueologia, os arquivos e a pesquisa, e que ultrapassa, por vezes, suas próprias competências”.

Carcopino representa *o álibi universitário, acadêmico e literário do governo de Vichy* (LECARME 1999: 26); é um colaborador ativo do Regime. Erudito, inovador, excelente em seu meio, é, também, membro da R.N. Em suas figurações nos textos historiográficos do pós-guerra e, ainda hoje, o período vichysta praticamente não

aparece, salvo raras exceções em que é brevemente descrito ou colocado como parêntese na vida do historiador. O papel de Carcopino sob Vichy representa e coloca em questão o papel dos intelectuais nas instituições, nas instâncias burocráticas, nas universidades, no Estado, enfim, no poder; ele evidencia a necessidade de se refletir, à luz da ética, as relações entre o historiador e seu meio, entre o historiador e seu ofício.

1. Carcopino no cenário político vichysta – a História e a Arqueologia a serviço do Fascismo francês

Quando se diz a Carcopino que é necessário revogar tal ou tal por conta dos propósitos que temos sobre nós ele não sabe mais que responder: “eu não posso, é o melhor helenista ou o melhor químico que tempos”. (...) Para ele, na verdade, somente importavam os valores universitários.

(OURLIAC 1981: 116)

Convidado por Pétain a suceder Jacques Chevalier na SEENJ, Carcopino exercerá a função de secretário, com status de ministro, durante 14 meses (23 de fevereiro de 1941 – 16 de abril de 1942). Tendo sido professor da Sorbonne desde 1920, diretor da EFR (julho de 1937 – maio de 1940), o eminente romanista é nomeado, sob Vichy, diretor da ENS (em agosto de 1940) e Reitor da Academia de Paris (em novembro de 1940), antes de sua nomeação como secretário. Esse secretário de Estado do Regime, idólatra do Império e do poder romano (LECARME 1999: 27), admirador dos Gracos, de César e da cultura clássica, já era, à época, reconhecido notoriamente por sua obra de historiador e epigrafista.

Compreender Carcopino sob Vichy, mediante as leis que cria, executa, e as posturas políticas que adota, implica inseri-lo em um contexto maior, o que requer considerar a vida e a obra do romanista, procurando entender seu ministério ora como uma ruptura ora como uma continuidade das mesmas. A experiência ministerial de Carcopino e suas conseqüências políticas, intelectuais e sociais marcam de forma indelével o período de Vichy. Sua inserção no Regime, em meio a estruturas administrativas e redes colaboracionistas, evidencia seu comprometimento com a R.N., com o elitismo escolar e sua participação ativa com as leis de exclusão dos judeus, seja como reitor da Academia de Paris, Ministro ou diretor da ENS. A reforma educacional de Carcopino, sua legislação

patrimonial e sua ação pedagógica elitista à frente da SEENJ são mais compreensíveis quando se observa a formação e obra do historiador.

Sthéphanie Corcy-Debray (2001) vê o colaboracionismo de Carcopino como inserido na própria lógica do intelectual historiador, como produto de sua formação meritocrática republicana, sua cultura política e suas opções ideológicas. Colaborador de Estado sob a ocupação e muitíssimo ligado ao anti-semitismo de Vichy, a carreira excepcional, de renomado cientista de Carcopino é analisada por Corcy-Debray na biografia que faz do historiador, o que a leva a não considerar a passagem de Carcopino pelo governo como um mero parêntese em sua vida. Carcopino, pela ótica de Corcy-Debray, acredita e defende a grandeza intelectual e cultural da França e, para sua manutenção, num contexto que exigia um posicionamento político, era necessário defender mais a universidade que os homens e as liberdades, crendo necessário submeter as liberdades políticas à sobrevivência e grandeza das instituições, em consideração à hierarquia do Estado e o respeito das coisas públicas.

“O historiador da Roma antiga evoca em sua obra a figura de César como salvador da grandeza romana após ter pintado um quadro da crise que conhecia a República a partir de 133. O latinista é finalmente convencido que o sacrifício das liberdades políticas era necessário para que o império atingisse seu apogeu”.

(CORCY-DEBRAY 2001: 494)

Para além desse aspecto ideológico um outro, de caráter bem pragmático marca a carreira de Carcopino durante a dominação. É sob Vichy o espaço em que o historiador afirma sua soberania e, em benefício da conquista do poder e sua manutenção

nele, engaja-se nas políticas e práticas da R.N. A derrota de 1940 impõe um trauma, uma ruptura na vida francesa. A ocupação estrangeira, vinda pelas armas e mantida por elas, interfere diretamente na vida cotidiana de todos os franceses, sendo, para muitos, como se pôde observar, uma profícua oportunidade de ascensão profissional em suas carreiras. No contexto turbulento que precede a derrota, Carcopino exerce a função de diretor da EFR, cargo para o qual tinha sido nomeado desde junho de 1937. Face à ofensiva alemã de maio de 1940 e ao *apoio* do governo italiano, a manutenção da EFR tornava-se insustentável. A EFR é fechada e Carcopino, professores, bolsistas, funcionários retornam à França.

Favorável ao armistício (CARCOPINO 1953: 150), no qual vislumbra a única possibilidade no contexto adverso, Carcopino vê em Pétain a figura do Marechal salvador, *sacrificando não somente seu repouso, mas seu orgulho e sua glória a seu país* (CARCOPINO 1953: 162). Ele tem, assim, a união de fatores imprescindíveis para um colaborador de Estado na França ocupada: aceita o armistício, pelo que não é um resistente, como March Bloch, e reconhece Pétain como o líder, pelo que não contesta sua autoridade. A esses fatores se juntam suas extremas qualificações formais, o que o tornava apto a compor os quadros técnicos do governo de Vichy. Sua primeira inserção formal no Regime vem com sua nomeação para diretor da ENS, a tradicional escola da rua Ulm, onde substitui Celestin Bouglé, a partir de 01 de outubro de 1940¹⁰⁷. Essa nomeação é acompanhada de sua condecoração como diretor honorário da EFR. À direção ENS sucede sua nomeação como reitor interino da Academia de Paris¹⁰⁸ (onde substitui Gustave

¹⁰⁷ Com a morte de Celestin Bouglé, em janeiro de 1940, seu cargo é substituído transitoriamente por Georges Bruhat.

¹⁰⁸ A Universidade de Paris está fechada nesse período, por ordem dos alemães, em virtude das manifestações estudantis.

Roussy), e como membro do Conselho da Universidade de Paris, a partir de 13 de novembro de 1940.

Quanto à nomeação de Carcopino para a direção da ENS, Corcy-Debray (2001: 35) observa que ela constitui, por sua vez,

uma continuidade na carreira de professor-pesquisador de Jérôme Carcopino e uma ruptura, porque nas circunstâncias particulares da Ocupação ela o conduz a tomar iniciativas que o colocam em contato com os meios políticos. Ela é a chave da ascensão de Jérôme Carcopino ao governo, pois, sempre na lógica do armistício, Carcopino preserva e coloca em funcionamento a instituição da rua Ulm. O posto de diretor da Escola Normal Superior está em continuidade administrativa e pedagógica com a carreira que Jérôme Carcopino teve até 1940.

Um aspecto deve, contudo, ser ressaltado, Carcopino teve, anteriormente, duas outras possibilidades de assumir a direção da ENS, em 1939 e no início de 1940. Para CORCY-DEBRAY (2001: 36-37), seu aceite da direção da ENS no contexto de um governo autoritário se liga à liberdade que lhe é propiciada pelo projeto da R.N., explorando a oportunidade que é oferecida pela desorganização do país. Carcopino empreende uma grande reforma na Escola, começando pela implementação de um novo regulamento, reforço dos poderes do diretor, exclusão das mulheres, etc¹⁰⁹. À frente do reitorado, Carcopino milita pela reabertura das universidades, pelo fim da necessidade diária de se apresentar ao comissariado de polícia alemão que todos os estudantes universitários tinham e pela atenuação das penas imputadas aos estudantes presos¹¹⁰. Esses intentos o colocam em contato direto não só com o alto comando de Vichy, como, também,

¹⁰⁹ Uma visão detalhada da atuação de Carcopino junto à ENS pode ser obtida no trabalho citado de CORCY-DEBRAY.

¹¹⁰ Para um melhor conhecimento desse contexto recomenda-se a leitura do texto acima citado.

com as autoridades ocupantes, para quem relata os *incidentes* ocorridos nas faculdades e liceus.

Apesar da condição de diretor da ENS e do reitorado da Academia de Paris, é com o papel de secretário de Estado, de ministro, que Carcopino atinge seu mais alto posto no Regime de Vichy. Ele sucede seu inimigo histórico Jacques Chevalier, no ministério de quem tinha atuado como diretor e reitor e em quem via *um adversário incontestável de suas idéias e conduta* (PLANTÉ 1967: 299). É na composição do alto governo de Vichy que se inscrevem as mais importantes intervenções de Carcopino.

Com um gabinete composto de amigos e colegas da ENS, da EFR, de ex-alunos (Como Paul Ourliac), e de seu filho (Claude Carcopino), o historiador assume o poder em Vichy¹¹¹, constituindo um gabinete que, como ele, era “apolítico” (CARCOPINO 1953: 275). Exercendo poder sobre um amplo domínio, da pesquisa científica à juventude, Carcopino atua sobre uma organização governamental grande e complexa, que envolve muitos secretariados e comissariados (Arqueologia, arquivos nacionais, artes, educação, esporte, canteiros da juventude, patrimônio, etc.). Ministro, Carcopino usufrui de plena autonomia, hierarquicamente só respondendo por suas ações ao chefe de Estado e, evidentemente, ao alto comando alemão.

Indubitavelmente um dos maiores romanistas do século passado (FUNARI 1992: 95-96), simpatizante de Mussolini (SCHNAPP 1996: 61), Carcopino será, durante o Regime, um verdadeiro “mandarim”, por vezes engajado, por vezes conformista – um seu fiel servidor (LECARME 1999: 26). Para Jacques Lecarme, a justiça e a opinião universitária têm sido muito indulgente com o historiador e ministro de Vichy Jérôme

¹¹¹ Serão Claude Carcopino e Paul Ourliac que, juntamente com Pierre Grimal escreverão o tributo *Jérôme Carcopino, un historien au service de l'humanisme*.

Carcopino¹¹²(1999: 26); *em nome de um rigor presumidamente romano e de uma ambição servil se autoriza o elitismo romano durante o regime e Carcopino torna-se um criminoso de gabinete, de Estado* (LECARME 1999: 26). Isso advém, segundo esse entender, das lembranças que permanecem na História e na historiografia a respeito de Carcopino; mais lembrado como historiador que como ministro. Como observa Ory (2001: 11), Jérôme Carcopino

não é um ministro ordinário, não porque ele foi ministro de Vichy e, a este respeito, o ordenador, senão freqüentemente o autor, das grandes decisões do Regime em matéria escolar; mas é, sobretudo, difícil de o reduzir à figura de um homem político, pois a maioria daqueles que conservam hoje ainda a lembrança de seu nome o associam à historiografia da Antigüidade romana mais que àquela da Educação Nacional

O ministério dura 14 meses, a carreira uma vida, contudo, não constitui um parêntese nem historiográfico na vida do autor e nem histórico na sociedade francesa – daí a necessidade de ser considerado. À exceção da legislação arqueológica e patrimonial, anteriormente considerada, a atuação de Carcopino se exerce de maneira notável, também, na universidade e na escola; seja pela viabilização do *numerus clausus* imposto a alunos e professores de origem judia, seja pela reforma escolar¹¹³.

No que se refere à questão judaica sob a Ocupação é consenso entre os historiadores e analistas do período que o Regime de Vichy efetuou uma política por vezes preventiva e autônoma em relação às imposições alemãs à nação ocupada. Criado sob

¹¹² Essa sua posição resultou em uma réplica de Stépnaie Corcy-Debray e Olivier Hatzfeld, publicada no mesmo periódico, *L'Histoire*, n° 233 – Carcopino, Vichy et les juifs.

¹¹³ A amplitude da atuação e influência do ministério de Carcopino, anteriormente referenciada, não é tratada neste tópico. Objetiva-se aqui, somente, possibilitar uma compreensão de suas intervenções junto à universidade e à escola e à juventude de maneira geral. Esse recorte advém da delimitação do objeto e das limitações da pesquisa.

Vichy, o *Estatuto dos judeus*¹¹⁴, fundado sobre critérios raciais, exclui os mesmos de numerosas funções – de serviços do Estado, da imprensa, do cinema, etc., estabelecendo, por outro lado, quotas para o acesso ao serviço de profissionais liberais (MICHAËL & PAXTON 1981). É criado em 29 de março de 1941 um *Comissariado Geral para Questões Judias* – CGQJ, confiado ao anti-semita radical Xavier Vallat, que se lamentava, anteriormente, de ter visto seu “*velho país galo-romano... governado por um judeu*¹¹⁵”. Como notam Azéma e Wieviorka (1998: 84),

o Estado francês se dota de um instrumento que reforça a eficácia de sua política racial, sem responder, mesmo, a pressões alemãs. “Desenvolvendo um anti-judaísmo de Estado, o Estado francês, em uma lógica xenófoba e anti-semita, quer limitar a influência dos judeus e livrar a comunidade francesa de seus elementos estrangeiros

(AZÉMA & WIEVIORKA 1998: 84)

Cointet-Labrousse (1987: 198) auxilia na compreensão da autonomia desse universo anti-semita. Para além do *lugar* ocupado pelos judeus em muitos países da Europa antes da guerra,

o traumatismo nacional da derrota provoca um exame das causas do desastre que conclui com a decadência da nação. Foram acusados de serem responsáveis pelo declínio: a República, os costumes, o dinheiro e todos aqueles que tinham “comprometido as virtudes antigas da raça francesa”. Os dirigentes do país, muito indiferentes ao racismo biológico, não criam que a mestiçagem enfraquecesse a raça, mas davam uma interpretação cultural a essa

¹¹⁴ Existiram dois estatutos, um de 3 de outubro de 1940 e outro, de 2 de junho de 1941, que anulava o anterior e o agravava (AZÉMA & WIEVIORKA 1998: 84). Preparados por Raphaël Alibert e assinados por Pétain, esses estatutos definiam a natureza judia e os setores de atividade dos judeus, tendo sido a base de várias outras leis de exclusão, fundadas em distinções raciais.

¹¹⁵ Referência a Léon Blum. Citado originalmente em MICHAËL & PAXTON 1981: 48.

questão. Os judeus estavam de tal forma amparados pela imprensa, o cinema, o rádio, a condução da opinião pública que eles incitavam à facilidade, aos prazeres vulgares, à indolência culpável, ao *laisser-aller* moral.

Para Cointet-Labrousse, é esse o imaginário em torno dos judeus nesse contexto. A depuração aí, por meio da exclusão dos judeus, é vista num conjunto de medidas necessárias ao retorno à ordem, à disciplina. No espaço da escola e da universidade, essa assepsia dos quadros discentes e docentes é fortemente executada sob o ministério Carcopino e pelos altos funcionários do Regime, *que aceitam sem pestanejar a política de arianização que se inicia imediatamente* (BIRNBAUM 1998: 210). As leis de exclusão não são, de nenhum modo, estranhas a Carcopino, que já as tinha aplicado à frente da direção da ENS e do reitorado. Um exemplo pode ser observado no pedido que dirige aos diretores de instituto das universidades, quando reitor da Academia de Paris, para enviarem listas de funcionários e professores com declarações individuais de não pertencimento à “raça judia” e a sociedades secretas¹¹⁶. Birnbaum (1998; 210) sublinha que, nesse contexto, a

“quase totalidade dos professores, da escola primária às universidades, preenchem, pessoalmente, questionários certificando que não são judeus, alguns dentre eles sublinham muitas vezes um “non” escrito em letras capitais”.

Michaël & Paxton (1981: 215) observam que, como reitor da Academia de Paris, em 1940, Carcopino *reúne os dossiês dos professores judeus com prontidão e os*

¹¹⁶ Circular de Carcopino aos diretores dos Institutos das universidades, em 23 de janeiro de 1941 (Documento AJ16/7119 dos Arquivos da Academia de Paris; citado em CORCY-DEBRAY 2001: 192).

*envia a Vichy, para o reitor, assim agindo, mais rápido (...) poderia intervir no jogo das cláusulas de salvaguarda contidas na lei*¹¹⁷.

Ao afastamento, aposentadoria compulsória, ou exclusão dos funcionários e professores das escolas e universidades Carcopino associa a necessidade imperiosa de fazer manter as instituições em um contexto de exceção, assim argumenta em suas memórias e assim argumenta sob Vichy. Quando do pedido de demissão de Gustave Monod, adjunto do reitor Gustave Roussy para questões relacionadas ao ensino secundário, sob alegação de não poder aplicar o estatuto dos judeus por questões intelectuais e humanistas Carcopino se pronuncia:

Eu homenageio o sacrifício que nessa ocasião lhe ditou sua consciência. Mas eu não saberia me ressentir de não o ter imitado. Se todos os administradores que, em nome do liberalismo universitário e suas concepções de direito, reprovassem a lei sobre os judeus e partissem, quem, então, em seu lugar, teria atenuado ou contornado os golpes? Eu fiquei comigo mesmo e não disse nada. Mas é em me insurgindo contra a lei em orgulhosas e vãs palavras que teria dado a conhecer ao ocupante minhas intenções e paralisado minha ação. Eu estimo mais útil me manter no trabalho.

(CARCOPINO 1953: 248)

De alto funcionário da educação a ministro, as escolhas profissionais de Carcopino evidenciavam, *a priori*, a necessidade de uma postura de aceite face às leis de exclusão, próprias do projeto ideológico da R.N. e da política racial dos ocupantes. Executor zeloso das leis do Regime, Carcopino procede à aplicação da legislação antijudia junto ao quadro de funcionários da Secretaria, alunos, professores e funcionários das escolas e universidades. Essa política de depuração, contudo, é acompanhada do protecionismo de amigos e colegas do meio universitário e, muitas vezes também, pela

¹¹⁷ Citado originalmente em MICAHËL & PAXTON 1981: 215.

agravação da legislação, prerrogativas que lhe possibilitava o poder que detinha. Corcy-Debray (2001: 177) observa que *política de conjunto edificada pelas leis de exclusão é (...) para Carcopino o meio de estabelecer sua autoridade e seu poder sobre sua administração e sobre o mundo escolar e universitário.*

Segundo o estatuto dos judeus, de 1941, é judeu:

Aquele ou aquela, pertencente ou não a uma confissão qualquer, que é oriundo de ao menos três ancestrais de raça judia, ou de dois somente se seu cônjuge é oriundo de dois ancestrais da raça judia .

(Artigo primeiro).

Aquele ou aquela que pertence à religião judia ou que a ela pertencia em 25 de junho de 1940 e que é oriundo de dois ancestrais da raça judia .

(Artigo segundo).

A lei, contudo, é a interpretação de quem está no poder. Para Xavier Vallat, diretor presidente do CGQJ, *é judeu toda pessoa que manifesta, seja por sinais distintivos, seja em razão de presunções suficientemente graves, a presença ou a persistência da tradição judia*¹¹⁸. Para Cointe-Labrousse (1987: 202) o aspecto subjetivo do critério

permitia um total arbitrário para isenções mais largas ou para decisões mais severas. A partir de outubro de 1941, o CGQJ outorgava certificados de não pertencimento à “raça judia”, constitui um fichário e exige que a menção “judeu” fosse colocada sobre a carteira de identidade.

No que se refere aos contornos da legislação antijudia realizados por Carcopino, muitos professores universitários se beneficiam. Henri Bergson recebe um apoio evidente

¹¹⁸ Citado originalmente em COINTET-LABROUSSE 1987: 202.

(MICHAËL & PAXTON 1981: 295), mas o caso de Marc Bloch aparece como o mais conhecido. Quando da prisão do historiador Carcopino, ainda à frente do reitorado de Paris, intervém em seu benefício:

Eu me aproprio sem reserva da proposição de relevamento formulada em favor de Marc Bloch. Abstração feita dos liames de gratidão que me ligam a seu pai, o finado Gustave Bloch, o melhor aluno, com Guiraud, de Fustel e meu mestre, eu considero que a vida de Marc Bloch é constantemente inspirada da divisa que o marechal Pétain propõe: trabalho, família, pátria. Esse valente oficial da grande guerra (...) esse pai de seis filhos, dá-nos um belo exemplo de atividade científica, determinada, original e fecunda. E eu estimo, que a parte todo outro mérito, seus livros e seus trabalhos, sempre pessoais e vigorosos, bastam para lhe conferir seus títulos excepcionais junto dos quais o Conselho de Estado deva lhe aplicar o artigo VIII da lei¹¹⁹.

É sob o ministério Carcopino que os estudantes do ensino superior de origem judia são submetidos a um *numerus clausus*, que lhes limita o acesso à universidade. Excluídos da função do ensino pelo primeiro estatuto e também pelo segundo¹²⁰, é por inúmeras pressões que o governo cede ao estabelecimento de um número mínimo (MICHAËL & PAXTON 1981: 176-177; SINGER 1992: 81) de alunos judeus para freqüência à universidade e à escola. Os problemas suscitados e não previstos pela legislação são vários, por exemplo, a autorização da inscrição de alunos para cursos de formação pedagógica. Michaël e Paxton (1981: 176) narram o caso dos alunos da Faculdade de Letras e da Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, candidatos à

¹¹⁹ Documento AJ16/7129 dos Arquivos da Academia de Paris de 02 de dezembro de 1940, motivações de Carcopino para os relevamentos de perda de função; citado em CORCY-DEBRAY 2001: 233.

¹²⁰ Ambos os estatutos (artigo 4º) preconizam o estabelecimento de um número mínimo, a ser fixado por decretos pelo conselho de Estado.

agregação¹²¹ em 1941. Para a direção do secundário, não podendo lecionar, os alunos não deviam ser autorizados a passar para a agregação. Para Carcopino, os candidatos só poderiam lecionar salvo derrogação especial.

“O princípio de uma tal derrogação coloca um problema político que ultrapassa minha competência e que pertence ao governo resolver¹²²”.

As políticas que estabelecem essa prerrogativa são elaboradas em estreita colaboração com o CGQJ. A atuação de Carcopino denota uma aparente dubiedade pois, ao passo que aplica a política do *numerus clausus* na ENS¹²³, também defende, junto ao Regime, a manutenção de bolsas para alunos judeus da Escola; ao mesmo tempo que aplica com rigor as leis de exclusão coloca, freqüentemente, o cargo em xeque, advogando por seus amigos e colegas do meio universitário (CORCY-DEBRAY 2001: 195-247). Em relação às quotas e os critérios da seleção, estes deveriam se basear sobre a inteligência ou sobre um critério “político”, como a qualidade de antigo combatente ou de filho de um militar morto pela França; Carcopino, como observam Michaël & Paxton, intervém para apoiar a seleção pela inteligência. Em relação às intervenções Carcopino chega, mesmo, a realiza-las, não é um anti-semita inveterado como Xavier Vallat, mas, como observam Michaël & Paxton (1981: 215), *ele usa de sua influência com muita reserva, submete-se tão facilmente ao que ele chamava mais tarde “a cruel necessidade” que o resultado foi um fiel serviço do regime e de suas leis*”.

¹²¹ Concurso de recrutamento de professores para o ensino público.

¹²² Citado originalmente em MICHAËL & PAXTON 1981: 176.

¹²³ Carcopino permanece na direção da ENS após sua nomeação como Secretário.

Às constantes afirmações de Carcopino, sob Vichy ou no pós-guerra, principalmente em suas memórias, de que jamais foi motivado pela menor tentação antisemita, Lecarme (1999: 27) cita seu próprio *César* a jogá-lo no fogo das ideologias, quando conta a tomada de Jerusalém por Pompeu:

Os legionários iniciam, com o gládio nas mãos, sobre a tropa extenuada, e sem ter a deplorar perdas por eles mesmos, exterminam-na em algumas horas: 12.000 judeus cobrem de seus cadáveres o pátio do santuário. Pompeu entra, então, no “santo dos santos” (...), ele se guarda de levar sobre o tabernáculo uma mão sacrílega, demonstra, por essa reserva meditada, o respeito que sua pátria sabe testemunhar à religião dos outros, e é beneficiado pela sorte, nesse dia memorável, para colocar fim ao papel político dos judeus, sem criar entre eles e o povo romano o irreparável fanatismo.

À frente da SEENJ Carcopino realiza mudanças significativas no sistema de ensino francês. Em sua primeira alocução radiofônica como secretário de Estado¹²⁴, ao mesmo tempo em que diz que não irá fazer “tábula rasa” do velho sistema se compromete a realizar “reformas profundas”. A juventude escolar é seu maior objeto de preocupações.

Para Pétain e muitos outros, a França tinha sido vencida por causa da falência de suas elites, falência agravada pelo individualismo desastroso, ligado ele mesmo ao intelectualismo de sua formação. Um dos antídotos seria dar novamente lugar à formação dos chefes, de verdadeiros chefes. Não se tratava de criar uma oligarquia fundada sobre o nascimento, a fortuna, ou os diplomas, mas de suscitar a emergência de uma nova aristocracia, definida pela capacidade de seus membros em exercer plenamente esta verdadeira missão: ser chefe

(AZÉMA & WIEVIORKA 1998: 116)

¹²⁴ Publicada no *Le petit parisien*, em 17 de março de 1941.

Para a *gerontocracia vichysta* (ASSAYAG 1996: 26), uma juventude virilizada está na finalidade dos programas educacionais; ela está presente nos Canteiros da Juventude, nos grupos de escotismo, grupos esportivos, nas escolas, etc, sempre marcada por uma presença muito forte de organizações do Estado. A juventude, como em praticamente todos os regimes autoritários, é erigida como uma espécie de obsessão, à qual o ideário racista, eugênico, ariano e anti-semita não é de nenhuma forma estranho. Em relação à questão judia, como observa Darquier de Pellepoix¹²⁵,

A resolução do problema judeu não é um fim em si mesmo, ela não é mais que uma preparação, uma limpeza prévia graças à qual poderá renascer amanhã (e as circunstâncias catastróficas que nós atravessamos, longe de ser um obstáculo, ajudarão) uma *aristocracia de jovens homens*, livre desta corja judia, que seria capaz de dar a França o seu verdadeiro destino¹²⁶.

Sob incumbência do Estado e muito marcada por uma política de formação doutrinária, a juventude deixa, sob Vichy, de ser tutelada pela Igreja católica, *que desenvolvia, desde um século, uma rede de movimentos da juventude* (COINTET-LABROUSSE 1987: 119). Trava-se, aí, um dos grandes embates do Regime. A Igreja, contudo, é um órgão de muito poder e influência sob o Vichy. A idéia de uma juventude única, totalitária, a exemplo da juventude fascista entrava em conflito direto com os grupos católicos (COINTET-LABROUSSE 1987: 118-132). Excluída dos círculos militares, em decorrência da condição de país vencido e ocupado militarmente, a juventude francesa é enquadrada na obrigatoriedade dos canteiros da juventude, voltados para uma pedagogia da disciplina da vida e do trabalho em grupo. *A sorte da juventude e aquela da Revolução*

¹²⁵ Comissário de Questões judias.

¹²⁶ Citado originalmente em MICHAËL & PAXTON 1981: 276.

Nacional estão incorporadas nas mesmas realidades, são colocadas nas mesmas perspectivas (TASCA 1941).

No espaço da escola a ideologia vichysta é marcada pelo ideário da R.N. de reconstrução da vida do país, de apelo à disciplina, ao preparo físico – “*não se faz uma raça grande sem ter músculos*” – e à naturalização dos cortes sociais. A incidência das áreas de atuação do Regime e a natureza das reformas variaram muito ao longo dos quatro anos de dominação, estando sempre muito ligadas à figura do secretário do momento. Ora o privilégio do primário, ora do secundário, ora de uma política mais afeita a uma natureza confessional, ora laica, etc. Sob o ministério de Carcopino o ensino secundário e superior marcam singularmente sua passagem sob Vichy, e também suas concepções a respeito da educação.

Jérôme Carcopino integra o ideal meritocrático republicano, evidenciando as regras tradicionais de reprodução da classe dirigente. As representações que ele elabora, então, da elite da qual ele é um membro constitutivo o conduzem, uma vez no poder, a proteger as instituições de reprodução das elites da qual ele tem o cargo. Desenvolvendo essas representações sob Vichy, ele tenta dar novamente ao secundário seu papel afunilador, onde os bolsistas são alunos excepcionais, onde os filtros mostram a meritocracia universitária homogênea. Jérôme Carcopino não tem jamais um discurso democrático sobre a meritocracia. O *normalien*, o agregado, o “romano”, o professor da Sorbonne, é defensor de uma elite reservada a uma aristocracia do mérito republicano.

(CORCY-DEBRAY 2001: 411)

Elitista por fidelidade às instituições escolares da Terceira República (CORCY-DEBRAY 2001: 400) e conservador, o ministério de Carcopino é marcado por reforçar o privilégio de acesso ao ensino secundário, suprimindo sua gratuidade, pelos

embates em defesa da escola laica¹²⁷ (apesar da formação católica extremada) e pelo retorno do ensino de humanidades. Por paradoxal que pareça, as reformas de Carcopino sob Vichy, regime que busca o rompimento com a herança republicana e o Front popular, estão muito próximas do projeto educacional e das reformas de Jean Zay no pré-guerra. Carcopino pertencente a um modelo republicano meritocrático e que crê,

“como o queria o projeto escolar da Terceira República, que o acesso ao ensino secundário e depois ao superior deve ser fundado sobre as noções de mérito e promoção de uma elite”

(CORCY-DEBRAY 2001: 319)

Corcy-Debray estabelece, longamente, os paralelismos, relações e influências entre as reformas de Carcopino e aquelas de Victor Dury¹²⁸, Leon Bérard¹²⁹ e, mesmo, Jean Zay¹³⁰, marcadas pela meritocracia das barreiras, das limitações e dos concursos, visando dar à França uma elite de excelência. O ideário advém de um fundo comum, laico, liberal e, também, republicano. A “Reforma Carcopino” é publicada no Diário Oficial entre os dias 2, 3 e 5 de setembro de 1941 e é muito pautada pelo conceito de seleção pelo mérito. A supressão da gratuidade do secundário passa a constituir mais um fator de obstrução à democratização de seu acesso. Quanto ao ensino universitário, para Carcopino, *o acesso à cultura superior não constitui um direito, aos cuidados do Estado, mais que para aqueles que são aptos a recebê-lo* (CARCOPINO 1953: 415).

¹²⁷ Pode-se observar, na documentação sobre a SEENJ, as discussões e divergências entre Jérôme Carcopino e Jacques Chevalier (seu antecessor na secretaria) a esse respeito. Trata-se de dois católicos conservadores e radicais mas que, diante do Estado, tem uma concepção diferente a respeito do papel da religião na Educação. Chevalier ensaia restabelecer Deus na escola, Carcopino o subtrai.

¹²⁸ Especialista da Antigüidade e Ministro sob Napoleão.

¹²⁹ Sub-secretário de Estado para a Instrução Pública 1912-1913; Ministro da Instrução Pública e das Belas Artes 1919-1920 – 1921-1924.

¹³⁰ Ministro da Educação Nacional sob Léon Blum.

“Para defender o ensino superior contra a multidão de elementos inferiores que não podiam mais que depreciá-lo, eu teria instituído na entrada de cada faculdade uma barragem ou, melhor ainda, um filtro”.

(CARCOPINO 1953: 411)

Historiador da Antigüidade a serviço do Regime de Vichy, num contexto muito marcado pela instrumentalização da disciplina histórica, a produção historiográfica de Carcopino nesse período não evidencia seu comprometimento com a R.N.¹³¹. Não ao menos do ponto de vista da propaganda petanista, de culto ao Marechal ou aos ícones da R.N. Contudo, sua atuação à frente do ministério, vista pela documentação que produz, é fortemente carregada dos conteúdos ideológicos do petanismo, para onde parece convergir muitos dos seus valores de aluno e admirador da École des Roches. As concepções de escola e de educação de Carcopino ligam-se à idéia de uma moral de preparo para vida, lugar onde a família e a religião (esta fora da escola) ocupam um espaço considerável na formação dos indivíduos. Em um manual do Secretariado para a Família e a Saúde, prefaciado por Carcopino e que tem por objetivo incentivar a natalidade o historiador diz:

“A alegria do amor humano não se realiza plenamente se não na família, pela durabilidade que lhe dá o casamento e pela renovação que lhe vem dos filhos. CASEM-SE¹³² jovens.”

“A família, para um chefe que a alimenta de suas responsabilidades, é uma escola de energia”

¹³¹ Durante o Regime de Vichy Carcopino publicará, somente, *Aspects mystiques de la Rome païenne* (1941) e *Le Maroc antique* (1943).

¹³² Destaque no original.

“A França pede. Ela tem necessidade das jovens energias que lhe darão crianças nascidas de casais jovens. Respondam ao apelo do Marechal para dar à França as forças que ela perdeu. Nosso futuro depende de vocês.”

(CARCOPINO 1942: 3)

É a partir da derrota e do tema da regeneração nacional que Carcopino elaborou sua reflexão sobre a educação. Ele partilha

“a convicção que um retorno da moral é necessário, mas jamais de maneira obsessiva (...), na temática da decadência francesa, ele recusa absolutamente a idéia que o prestígio intelectual francês seja destruído pela derrota”

(CORCY-DEBRAY 2001: 375)

Ministro de Vichy, Carcopino é o intelectual chamado à ação. Suas posturas face ao Regime se inscrevem na sua trajetória acadêmica, nas interfaces de múltiplas e contraditórias ideologias, diante das quais sempre teve claras suas opções. Desejoso de ser visto como intelectual e não como político, Carcopino é o intelectual a serviço da política; sua atuação política não se dissocia de sua obra acadêmica; essa possibilita a compreensão daquela e se apresenta, a um só tempo, como continuidade e ruptura da mesma. O estudo do Regime de Vichy e do papel de Carcopino no mesmo conduz, inelutavelmente, à atestação do envolvimento do historiador com o colaboracionismo de Estado, com tudo que implica esse colaboracionismo. Mas conduz, também, à necessidade de reflexão acerca da História e do papel do historiador, bem como à irrefutável relação que mantêm com os poderes.

2. Carcopino no pós-guerra, a difícil reabilitação

“É necessário saber o que queremos na vida; se eu consagro a minha à História romana, é com a esperança de deixar uma obra que a mim sobreviva¹³³”.

A condição de colaborador da R.N., negada por Carcopino em suas memórias – *Souvenirs de sept ans* - e atenuada por Claude Carcopino, Paul Ourliac e Pierre Grimal, em tributo publicado em homenagem ao historiador – *Jérôme Carcopino, un historien au service de l’humanisme* – não subsiste às análises mais epidérmicas da documentação oficial do Regime durante seu período como ministro. A experiência vichysta de Carcopino, menos que um parêntese na carreira fecunda do historiador, assim vista no pós-guerra, é fruto de suas escolhas. Intelectual que sai de seu gabinete, de sua torre de marfim, Carcopino se representa e é representado como um defensor da universidade em meio a um contexto adverso, de exceção. Historiador erudito, original, excelente em seu meio e colaborador de Estado num regime autoritário. Como situá-lo?

Recentemente (1998-1999) nas páginas da revista de vulgarização histórica *L’Histoire*, o estatuto do historiador foi pauta de algumas discussões, por ocasião da publicação de uma nova edição de seu livro *La vie quotidienne à Rome*. A revista publica, em seu número 224, uma matéria intitulada: *Jérôme Carcopino: un auteur à lire avec la plus grande prudence et circonspection*; publica, no número 226, um pequeno texto de sua biógrafa Stéphanie Corcy-Debray, tendo, ao lado, um texto editorial de *L’Histoire* intitulado: “La réponse de ‘L’Histoire’”. Nele se pode ler:

¹³³ Considerações de Carcopino, segundo seu filho Claude (1981: 87).

Nossa resenha não tentava, seguramente, dar uma avaliação global de Carcopino como historiador, nem mesmo de sua influência ou de suas posições ideológicas. Tratava-se seguramente de colocar um problema de edição concreto e muito contemporâneo: podemos republicar em 1998, em uma coleção de grande difusão, um livro redigido há sessenta anos, em um contexto intelectual e ideológico inteiramente diferente do nosso? Nossa resposta é, evidentemente, sim, pois ler Carcopino traz sempre alguma coisa. Mas pode-se pensar que muitos leitores dessa coleção popular ignoram inteiramente o autor, isso compreende também a época em que ele vivia! Convém então prevenir que em sessenta anos a ciência histórica progrediu muito e que a *Vida cotidiana* está longe de estar em dia. No mais, suas fórmulas moralizantes, todas envolvidas de retórica, correm o risco de surpreender, mesmo de chocar, na medida em que elas refletem as concepções elitistas, ver o racismo ordinário dos meios burgueses do pré-guerra.

No texto de Corcy-Debray (1998: 4) a biógrafa não chega a emitir nenhum juízo de valor quanto a respeito da republicação do livro, dizendo somente que a reedição coloca em questão *o problema do estatuto literário do historiador*, com suas fórmulas lapidares, das quais dá alguns exemplos. No número 232 da revista, Jacques Lecarme redige um artigo de crítica contundente a Jérôme Carcopino, onde diz que “*a reedição da Vida cotidiana em Roma no apogeu do Império leva a se interrogar sobre o percurso de seu autor*”, historiador da Antigüidade mas, também, ministro de Vichy (LECARME 1999: 26). Autora de uma biografia atípica¹³⁴ e que se assenta numa sólida pesquisa documental, Corcy-Debray critica o texto de Lecarme no número 233 (1999: 3), apontando para algumas generalizações e imprecisões. O autor, nesse mesmo número, julga úteis suas observações mas critica sua parcialidade em relação à questão judia, num seu artigo publicado na revista *Vingtième Siècle*¹³⁵. Tanto no que se aproximam quanto no que se

¹³⁴ Não por se tratar de um historiador da Antigüidade, o que é pouco usual nos estudos biográficos, mas, também, pela forma não linear e não convencional com que organiza o texto.

¹³⁵ CORCY-DEBRAY. Jérôme Carcopino. Du triomphe à la Roche tarpéienne. *Vingtième Siècle*, 58, 70-82.

afastam, as considerações de *L'Histoire*, Corcy-Debray e Lecarme, independentemente de favoráveis ou não à publicação de uma nova edição da *Vida cotidiana*, conduzem à necessidade de uma reflexão sobre a relação autor-obra.

A importância atribuída à relação autor-obra (seja essa obra política ou historiográfica) se liga diretamente à imagem que ambos usufruem na contemporaneidade e na posteridade. Nessa imagem, importa considerar a representação que é feita tanto por Carcopino (dele e de sua obra) quanto por aqueles que são seus tributários, visto que fornecem dados para a *construção* futura das idéias do autor e da obra por alunos, pares, pesquisadores, etc. As representações de Carcopino e sua obra, tanto em *Jérôme Carcopino, un historien au service de l'humanisme*, tributo que lhe rendem seu filho, seu aluno e seu grande admirador, quanto em *Souvenirs de sept ans*, são muito similares – elas têm por objetivo a reabilitação do historiador.

Carcopino deixa o governo em 18 de abril de 1942, com o retorno de Pierre Laval ao poder, num ambiente de intrigas e rivalidades criadas e suscitadas pelas redes colaboracionistas e pressões do governo alemão. Como observa Corcy-Debray, Carcopino é demissionário antes que o demitam (2002: 249). É substituído na SEENJ por Abel Bonnard e dedica-se, a partir daí, à administração da ENS e à direção de publicações da EFR. Mantenedor de direitos e privilégios, mas também arauto do legalismo jurídico, Carcopino tentará salvaguardar a ENS e sua estrutura das prerrogativas gerais, a partir de então sob o comando de Bonnard. Como exemplo pode-se citar suas tentativas de poupar os alunos da ENS do serviço cívico rural e do estágio nos Canteiros da Juventude, ao menos antes da ocupação da Zona Sul. Carcopino se faz valer das relações que estabeleceu durante sua passagem no governo diante dos problemas que enfrenta na direção da ENS. Se por um lado sua postura de agente da depuração dos quadros docentes é levada aos extremos do

legalismo, por outro é sujeito de um grande número de intervenções junto a Vichy e aos alemães em favor de alunos, professores e funcionários da Escola, que, institucionalmente, irá apoiá-lo em seu processo.

“Uma parte de antigos alunos associados à administração da Escola reúne uma documentação sobre suas intervenções e envia à comissão de instrução quando de seu processo”

(CORCY-DEBRAY 2002: 269-270)

É em agosto de 1944, data da Liberação de Paris, que Carcopino e os colaboracionistas passam ao banco dos réus. Começa, a partir daí, a difícil reabilitação do historiador, chamado a responder por suas escolhas. No início deste mesmo mês, antes da Liberação, a ENS tinha sido ameaçada de ser fechada pela Gestapo, em virtude do envolvimento um aluno externo com a Resistência, Claude Roussel¹³⁶. A Liberação ocorre num momento de extrema crise entre a direção da Escola, o ministério e a polícia alemã, com ela, Carcopino é preso em 22 de agosto de 1944¹³⁷.

Carcopino é julgado pela Suprema Corte, encarregada do julgamento de ministros, secretários e delegados de Vichy. Atingido em sua respeitabilidade, o historiador usa em sua defesa seus atos de resistência, além de alegar não ter nenhum papel político (CARCOPINO 1953: 688). Em julho de 1947 ele se beneficia de sua absolvição, para a qual contaram suas várias intervenções em favor de judeus e maçons, a reintegração de muitos professores do ensino superior, sua recusa do *numerus clausus* para o ensino

¹³⁶ O aluno é expulso e o diretor adjunto da escola e o secretário geral são deportados (CORCY-DEBRAY 2002: 272-273).

¹³⁷ Ele entrará em liberdade provisória a partir de 29 de agosto, em virtude das violências sofridas e por problemas de saúde; terá sua prisão decretada em 20 de outubro pelo tribunal militar mas dela será livrado por atestados médicos. Será preso novamente em 06 de novembro, só saindo da prisão em 14 de fevereiro, sob liberdade provisória (CORCY-DEBRAY 2001: 274-275).

secundário, sua resistência antes de junho de 40, na ENS, no reitorado, no ministério, etc. De sua entrada no ministério, vista por Carcopino como um “*ato de resistência*”, às medidas que adota, sua defesa consiste em demonstrar *que toda sua ação governamental é um serviço prestado à resistência* (CORCY-DEBRAY 2002: 280). A absolvição de Carcopino, contudo, não o livra dos efeitos da lei de 17 de outubro de 1944, que lhe suspende a direção da ENS, seu posto de Inspetor de Antiguidades na Argélia, além de sua cadeira na Faculdade de Letras de Paris, o que lhe valerá uma verdadeira batalha diante do Conselho de Estado para obter sua reabilitação como professor e pesquisador (CORCY-DEBRAY 2002: 282-283). Fora dos círculos acadêmicos, por conta das inúmeras dificuldades institucionais que lhe são impostas no pós Liberação, Carcopino é impelido à aposentadoria. A Sorbonne lhe concede novamente seu cargo mediante a condição expressa de que se aposente imediatamente à sua reintegração. Para Carcopino, a administração (*o*) *exclui da universidade, como se (fosse) indigno*¹³⁸. Nesse período em que é hostilizado institucionalmente, e que vai até abril de 1951, Carcopino redige suas *Souvenirs de sept ans*, que cobrem o período compreendido entre 1937 e 1944. O texto consiste na explicação/justificação de suas escolhas sob Vichy.

A mais importante explicação/justificação de Carcopino, aquela que por suas razões deve preceder a todas é a de sua adesão à R.N. Para Carcopino, face à derrota evidente e à recuperação da França prometida pelo vencedor de Verdun era notório que, chamado a ajudar, deveria dar a sua contribuição (1953: 151) para a “França nova” (1953: 170; CARCOPINO, OURLICAC & GRIMAL 1981: 95). Em *Jérôme Carcopino, un historien au service de l’humanisme*, obra menos densa que *Souvenirs de sept ans*, por ser

¹³⁸ Documento dos Arquivos Nacionais F17/25 411, de 18 de dezembro de 1950; citado em CORCY-DEBRAY: 2002: 284.

uma homenagem e não uma auto de defesa minucioso e circunstanciado, Claude Carcopino diz estar preocupado, em traçar o “retrato¹³⁹” de Carcopino para os estudantes de História Antiga do ano 2000 (1981: 71). Mas a narrativa de Claude Carcopino deve ser lida com algumas restrições: ele é filho de Carcopino e foi funcionário de seu ministério, além do que tem a pretensão de querer mostrar *as coisas tal como elas foram* (1981: 78), na elaboração de um *retrato fiel* (1981: 93) do pai. Para Claude,

“Antes de 40, ele (Carcopino) não tinha gosto pela atividade política; em Vichy sua idéia fixa foi de descartar toda influência política das decisões governamentais que ele era levado a tomar, e isso malgrado as solicitações vindas de todos os horizontes, das quais ele era o objeto.”

Sem interesses outros, as motivações de Carcopino, ao assumir a SEENJ, vistas por seu filho, se inserem na ânsia de defesa da universidade, na sua luta para preservação das liberdades universitárias e do corpo docente num contexto de exceção. Para ele, *jamais Carcopino deu provas, no curso de sua longa existência, de mais abnegação e de grandeza de alma que durante os 14 meses que passou em Vichy, de janeiro de 1941 a abril de 1942; que jamais ele deu tantos serviços a seu país e a sua universidade que no curso desse período* (1981: 94; cf. tb. página 108). Para Claude Carcopino (1981: 97)

parece necessário fazer compreender às futuras gerações estudantis que, de 1940 a 1945, quer se trate da Escola Normal Superior, do Reitorado ou do Ministério, Jérôme Carcopino, à indiferença total de seu interesse pessoal, bem compreendido, deu à

¹³⁹ Título do terceiro capítulo do livro. Claude Carcopino diz tratar o livro de um dossiê de reabilitação moral e não de reabilitação oficial e judiciária, pois este já tinha sido feito por Carcopino (1981: 96).

França e, mais ainda, à sua cara universidade, serviços inestimáveis em se batendo por elas sob todos as frentes, aí compreendido aquela de Vichy, em um ambiente cotidianamente dramático.

Toda sua narrativa das justificativas das opções do pai sob Vichy se assentam na decisão de manter em pé a universidade (que ele considera essencial e indispensável para seu país) e a educação nacional, como um todo, erigindo Carcopino “*delegado*” dos alunos, dos professores, enfim, da França. Às acusações de carreirismo, oportunismo, apoiadas nas infelicidades da pátria, Claude Carcopino busca demonstrar a abnegação e os sacrifícios do pai em benefício de seu país. À exceção de Pierre Grimal, a quem cabe uma apresentação quase “filial” da obra de Carcopino, a política da justificativa das escolhas e ações do historiador da Roma antiga sob Vichy caberá a Paulo Ourliac, ex-aluno e chefe de gabinete de Carcopino. A narrativa de Ourliac, como aquela de Claude Carcopino deve, também, ser lida com restrições. Ourliac demonstra uma verdadeira devoção a seu antigo mestre. Se isso diz do tom que seguirá suas intervenções, o título do capítulo que redige diz bem do conteúdo – “*Quatorze meses de ministério*”. Ourliac segue a mesma linha de Claude Carcopino em relação ao papel de seu mestre à frente da universidade; segundo ele, para Carcopino, *só contam os valores universitários* (1981: 116); para o historiador importa manter *a liberdade e a dignidade do corpo de professores* (1981: 116). Quanto à atuação de Carcopino face às leis de proscricção Ourliac (1981: 117) diz:

“Das leis sobre os judeus e os franco maçons, não se pode falar mais que com tristeza; é necessário reler o que escreveu em suas memórias Jérôme Carcopino; nada durante seus quatorze meses de Vichy não lhe tocou mais o coração que proteger, tanto quanto ele podia, os funcionários e os estudantes.”

Ourliac segue nas explicativas das conhecidas intervenções de Carcopino pelos judeus e franco maçons, bem como na apresentação das ações que lhe renderam a absolvição por serviços prestados à Resistência. Outras questões como o papel desempenhado por Carcopino para apaziguar as querelas sobre a escola laica e suas reformas no ensino são consideradas por Ourliac, com uma postura justificadora igual à de Claude Carcopino.

“Seria pouco dizer que Jérôme Carcopino amava a universidade; ela vivia nele e ele vivia por ela; ela era o fogo divino que iluminava sua longa carreira; sua missão era de descobrir os melhores, de formá-los por sãos estudos, de conduzi-los aos postos que eles mereciam.”

(1981: 122)

Ourliac justifica e concorda com as posturas elitistas de Carcopino, de eliminar do ensino os elementos parasitários, inaptos aos estudos (1981: 125), suprimir a gratuidade ao passo que eleva o número de bolsas (1981: 127), etc. Tanto em suas memórias quanto em sua homenagem, obras diferentes, há uma intenção de igual fundo – justificar a difícil escolha adotada num contexto tão adverso. Quanto a Carcopino, talvez caiba à História e aos historiadores hoje perscrutar suas iniciativas, seus interesses, e, principalmente, a relação que guarda sua obra política com sua obra acadêmica. Num contexto maior, inseri-lo nos debates que tratam das relações entre os intelectuais e o poder, onde praticamente não aparece, e, tanto mais, inseri-lo num campo de estudos ainda incipiente, que procura perceber, discursivamente, o *lugar* dos historiadores da Antigüidade – forma de melhor compreender suas obras.

Capítulo IV

**História da Antigüidade e as
“*extremas direitas*” francesas,
a pesada herança de Vichy**

Prólogo

A ascensão dos grupos políticos de extrema direita na Europa é um fenómeno político de desenvolvimento marcado, principalmente, pelo contexto do pós-guerra (SIRINELLI 1992: IV – tomo I), intensificado pela década de 80 e pela queda do Comunismo (MILZA 2002: 7). De designações diversas, esses grupos de radicalização política, comumente, aproximaram-se e se aproximam, em suas propostas, de vertentes nacionalistas e, mesmo, europeístas e xenófobas. A Antigüidade Clássica (mas não só), não raro, esteve na origem das justificativas dessas propostas. No caso da França, os usos do passado indo-europeu, grego, romano, gaulês e galo romano atenderam a uma certa instrumentalidade política por parte de círculos como o GRECE, o grupo articulado em torno da Revista T.P. e partidos nacionalistas como o F.N. e outros grupos de *extrema direita* e *extrema direita radical* que se desenvolveram no imediato pós-guerra. Esses grupos, pela leitura que propõem da Antigüidade e pelo seu ideário político, muito se aproximam da ideologia vichyista, sendo visto por especialistas como herdeiros políticos do Regime de Vichy.

Na atualidade, a utilização da História do mundo antigo como instrumento legitimador do ideário de grupos políticos, particularmente grupos políticos conhecidos como de extrema direita, é algo recorrente e que dispõe, ainda, de poucas produções científicas especializadas a respeito. Na França, país de longa tradição na área dos estudos da Antigüidade, onde o ensino de História foi fortemente determinado pelo ideário do Estado Nação (GUYONVARCH 1995: II), a produção historiográfica acerca do mundo antigo, mas não só (JOUTARD 1995), sempre esteve presente e desempenhou grande papel nos jogos políticos (DUMOULIN 1992). Isso em parte pelo lugar privilegiado que os estudos do mundo antigo ocupam nas sociedades ocidentais, de modo geral, mas, também,

devido às possibilidades de paralelos que a História da Antigüidade pôde e pode oferecer às sociedades modernas, hoje (DUBUISSON 2001).

Essa instrumentalidade do mundo antigo, notadamente do passado indoeuropeu e gaulês, é um dos grandes pilares de sustentação da legitimidade das propostas xenófobas e racistas do GRECE, do grupo T.P. e de partidos políticos nacionalistas e radicais como o F.N.. Compreender essas apropriações e instrumentalidades requer pensar esses grupos no seio de sua formação. Uma análise do F.N. e de T.P., os grupos que mais se apropriam do Antigüidade gaulesa, romana e galo-romana não se dissocia do GRECE, visto este estar na origem da matriz direitista no pós Segunda Guerra na França; não se dissocia, também, de algumas considerações a respeito da idéia de direita e de extrema direita, categorias analíticas nas quais se encaixam os grupos em questão.

O acurado estudo de René Rémond, *Les Droites en France*, publicado originalmente na França, em 1954, é, ainda hoje, um dos pilares que contribuem para a compreensão da História das direitas na França. À época, Rémond postulava a existência não de *uma* direita, mas de três: legitimista, orleanista e bonapartista¹⁴⁰; contudo, muita coisa mudou no cenário político francês desde então. Os grupos políticos mudaram, a direita mudou e, num contexto mais amplo, não só francês, mas, mundial, a própria clivagem direita-esquerda, com multifacetadas interpretações, foi colocada em questão¹⁴¹,

¹⁴⁰ O mesmo trabalho de Rémond, revisado, será publicado em 1982 e terá, ainda, várias reedições.

¹⁴¹ Apesar de ter ciência do debate em torno da clivagem direita-esquerda que marcou, principalmente, os círculos intelectuais do final da década de 80 e a década de 90 (em grande parte pelo colapso do Comunismo, pelo neoliberalismo e pela globalização) essa discussão, por conta da finalidade do texto, não será desenvolvida. Numa perspectiva da História política francesa atual, estudos a esse respeito podem ser encontrados no trabalho coletivo publicado por François Furet, Jacques Julliard e Pierre Rosanvallon, intitulado *La République du centre*. Paris: Calmann-Lévy, 1988. A esse respeito pode se ver, ainda, AGULHON, M. *La République, de Jules Ferry à François Mitterrand* (1880 à nos jours). Paris, Hachette, 1990; MAYER, Nona. Permanence et fondements du clivage gauche-droite dans Histoire politique et sciences sociales. In: PESCHANSKI, D, POLLAK, M, ROUSSO, H. *Les Cahiers de l'IHTP*, número 18, juin 1991. 95-102 e RÉMOND, RÉNÉ. *Por uma História* política. São Paulo: FGV, 2003. Numa perspectiva global, diferentes e contrastantes posturas podem ser consideradas nos trabalhos de Norberto Bobbio (*Direita*

evidenciando, mesmo, a necessidade e a atualidade de se pensar o papel desempenhado pelas direitas.

Mesmo num universo polissêmico, que confere a cada termo, em um mesmo ou diferentes contextos, diferentes conotações, direita e esquerda, termos comuns do vocabulário político, não se definem mais que em relação um ao outro, e não se constituem dados imediatos, plasmados ao observador. Direita e esquerda, como observa Rémond (1982: 15), *são construções de espírito, conceitos antes de se tornarem objetos*. Essa dualidade, herdada da Revolução Francesa e consagrada pelo pensamento socialista e singularmente pelo marxismo responde, aos olhos de Rémond, a uma *necessidade de espírito*. Para ele a razão se resigna mal à multiplicidade de opiniões individuais, tendo necessidade de agrupá-las em conjuntos relativamente homogêneos (1982: 30), duais. É esse um procedimento comum e necessário à política (espaço tido como de conflito), ainda que os termos direita e esquerda não sejam essencialmente eternos, não havendo *uma* direita que se oponha a *uma* esquerda igualmente única e vice-versa. Direita e esquerda constituem, assim, não modos unitários e essenciais de ver e apreender ideologias e políticas no mundo, mas, modelos “homogêneos plurais” das sociedades¹⁴². Nessa lógica de “homogeneidade” de diferentes direitas e diferentes esquerdas, num universo polimorfo e polissêmico, a radicalização política, de uma vertente ou de outra, caracteriza-se por um conjunto de posicionamentos extremos, em relação à grande lógica dos grupos.

Desde meados da década de oitenta a oeste e desde a queda do Comunismo a leste, a Europa conheceu

e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Unesp, 1995) e Anthony Giddens (*Para além da direita e da esquerda*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996)

¹⁴² Um grande número de definições de direita ao longo da História francesa pode ser lido no trabalho acima citado de Rémond, pp. 359-374, mais especificamente.

um fenômeno de radicalização política que os observadores (políticos, sociólogos, historiadores, jornalistas, etc) designam por nomes diversos. Fala-se de “ascensão da extrema direita” ou da “direita radical”. Evoca-se a irresistível ascensão do “populismo” ou do “nacional populismo” sem sempre precisar se esses termos se aplicam a movimentos, programas, personalidades, ou regimes oriundos de matriz direitista ou esquerdista.

(MILZA 2002: 7)

De imprecisão semântica, como os vocábulos direita e esquerda, os grupos de radicalização política conhecidos como de “extrema direita”, são designados como de ultra-direita, direita extra-parlamentar, direita da direita, direita radical, etc. Esses termos não revelam, contudo, pela parte dos articulistas, *mais que uma necessidade de evitar repetições* (MILZA 2002: 17). A diversidade de designações se traduz, então, numa certa dificuldade de definir, com precisão, o objeto examinado. O que é a “extrema direita?” O que é a “extrema direita” francesa?

Como a direita, a extrema direita não constitui uma entidade homogênea. Por longo tempo distinta de muitas outras correntes do universo direitista pela sua “*recusa absoluta das instituições democráticas e pela violência de seu comportamento*” (MILZA 2002: 17), essas características não mais definem a extrema direita, hoje, nos países onde a democracia liberal está de longa data enraizada nas instituições e nos espíritos. De cultura conservadora e autoritária (anti-igualitária), levada a limites radicais, caracterizada pelo populismo, pelo nacionalismo étnico e pela xenofobia, muitas vezes ligada aos ideais do Nazismo, do Fascismo e de outros regimes autoritários que assolaram a Europa na primeira metade do século XX, as extremas direitas do pós Segunda Guerra, na França, serão associadas à *Nouvelle Droite*. É em torno dela que se organizarão muitos intelectuais,

estudantes, políticos, etc., que, ligados a uma concepção de História, de civilização e de homem muitíssimo específica, irão ler a História nacional, numa prática historiográfica onde a História da Antigüidade está marcadamente comprometida com ideologias de justificação e legitimação de direitos, das desigualdades raciais e de classe. A *Nouvelle Droite* é

constituída ao longo dos últimos anos de elementos muito díspares – revistas, círculos de pensamento, colóquios, personalidades implicadas em partidos e organizações autônomas; a “*Nouvelle Droite*” ideológica não é filha nem da crise que afetou as economias dos países industriais a partir de 1974 – ainda que sua emergência na mídia se inscreva em um contexto de retorno à Guerra Fria e do marasmo persistente – nem da relação com os eventos de 1968. Ela é diretamente oriunda do desempenho que tem, após a choque de 1962, um certo número de militantes engajados que gravitam ao redor do *Europe-Action*, a revista e o círculo animados por Dominique Venner e Jean Mabire e a Federação dos Estudantes Nacionalistas. Para esses militantes, em sua maioria de menos de 30 anos, o jogo é, primeiramente, ideológico.

(MILZA 2002:192-193)

Criado em 1963 e ligado umbilicalmente ao surgimento da *Nouvelle Droite*¹⁴³, o grupo *Europe-Action* terá uma curta trajetória intelectual¹⁴⁴, marcada pelas suas convicções europeístas e fortemente nacionalistas¹⁴⁵ e pela fundamentação do racismo

¹⁴³ A expressão “*Nouvelle Droite*” é utilizada na França a partir de 1978 para designar o GRECE, mas, por extensão, para referir, desde 1979, ao conjunto formado pelo GRECE e pelo Club de l’Horloge (TAGUIEFF 1994: 9).

¹⁴⁴ O grupo deixa de existir em 1966; o último número de sua revista mensal data de novembro desse ano.

¹⁴⁵ Em entrevista publicada na revista *Vingtième Siècle* e reproduzida no livro *La Nouvelle Droite* (p.12), Pierre-André Taguieff lembra a edição número 5, de maio de 1963, do *Europe-Action*, onde se publica o “*Dictionnaire du militant*”, no qual se pode ler, no verbete nacionalismo, o seguinte: “*Doutrina que exprime em termos políticos a filosofia e as necessidades vitais dos povos brancos. Doutrina de energia, doutrina da Europa, doutrina do real, doutrina do futuro*” (p.72); o Ocidente aí é caracterizado como: “*Comunidade de povos brancos. Comunidade de cultura*” (p.73). O povo é definido como: “*uma unidade biológica confirmada*

biológico em bases científicas. O grupo se pretende uma ruptura na História da direita francesa. Para seus membros, coordenados por Dominique Venner e Jean Mabire,

A extrema direita não inventou nada de novo desde a guerra. Ela se encontra no meio de um cemitério de idéias. Ela ruma velhas fórmulas e contempla velhas luas no seu emaranhado de flamas românticas. Suas legiões esqueléticas se dividiram com o sentimento confuso de um debate de outra época. (...) o mundo mudou e é talvez chegado o momento de inventar uma outra coisa.

(MILZA 2002: 193)

Venner explicava que só uma nova elaboração doutrinal podia constituir uma *resposta ao fracionamento infinito das direitas* e, sobretudo, que ela necessitava “*combater mais pelas mais pelas idéias e pela astúcia que pela força*” (VENNER 1962), numa perspectiva de recusa de *uma solução ativista* em favor de um combate *sobre o plano legal*. O racismo é, nesse domínio, um dos principais focos da atenção do *Europe-Action*¹⁴⁶.

De perspectiva doutrinal muito similar à do *Europe-Action* e composto essencialmente por seus antigos membros, é declarado na prefeitura de Nice, em janeiro de 1969, o GRECE, onde se encontra aquele que brevemente se tornará a principal referência teórica da *Nouvelle Droite*, Alain de Benoist. De constituição intelectual marcada por uma cultura racista, neo-nazista e neo-fascista, onde a exaltação do “nacionalismo europeu”, fundada sobre a primazia da raça branca é o grande *leitmotiv*, será o GRECE que irá

pela História” (p.74) e civilização como “*resultado das possibilidades criadoras do povo... a cultura ocidental (povos brancos) mostra uma incontestável superioridade*” (p.59).

¹⁴⁶ A respeito dos “*elementos de cor*”, por exemplo, e de sua constante ameaça, Dominique Venner diria: “*nós sabemos que a base do povoamento da Europa, que permitiu uma expansão civilizadora, era aquela de uma etnia branca. A destruição desse equilíbrio, que pode ser rápida, levará, forçosamente, ao nosso desaparecimento e o de nossa civilização* (1966: 8).

publicar as revistas *Nouvelle École*¹⁴⁷ e *Éléments*, publicações de caráter doutrinário do grupo¹⁴⁸; para Benoist, a (re)elaboração do “nacionalismo europeu” se esforçará por dar à defesa de uma identidade européia culturalmente não misturada uma base universalizante (TAGUIEFF 1994: V). Além de Benoist, outras personalidades conhecidas do universo intelectual francês da direita compõem o grupo, como: Roger Lemoine, Dominique Venner, Jean Mabire, Pierre Vial, Dominique Gajas¹⁴⁹, etc.

Como o *Europe-Action* e o GRECE, em uma lógica intelectual muitíssimo similar, será fundado em 1974 o *Club de l’Horloge*, que marcará a História da *Nouvelle Droite* francesa no final década de 70. É essa *Nouvelle Droite*, das décadas de sessenta e setenta, de pensamentos conflitantes, ideologias nem sempre homogêneas, mas fundadas em bases comuns, que se alimentará o pensamento “direitista” sobre o mundo antigo nas décadas de 80 e 90, cuja constituição intelectual, restrita ao GRECE, ao F.N. e à Revista T.P., será brevemente apresentada na seqüência do texto.

O universo conceitual da *Nouvelle Droite* se organiza em torno de um certo número de temas, cujo mais importante, porque ocupa o centro da construção, é aquele do “mito igualitário” (MILZA: 2002: 198). Personalizada, é em torno de Alain de Benoist e de

¹⁴⁷ Como observa Pierre Milza (2002: 197) “Desde 1970, esta publicação é dotada de um comitê editorial no qual figuram, ao lado de alguns representantes “históricos” da extrema direita de caráter fascista, escritores, filósofos, universitários e intelectuais de reputação internacional, entre os quais o geneticista britânico Darlington, o psiquiatra Pierre Debray-Ritzen, Mircéa Eliade, professor de história das religiões na Universidade de Chicago, os sociólogos Julien Freund e Jules Monnerot, o professor de história romana Marcel Le Glay, os escritores Arthur Koestler, Louis Pauwels, Thierry Maulnier, etc. Enfim, muitos membros do GRECE fundaram, em 1976, as Éditions Copernic, que publicam de uma parte os escritos dos autores “da casa” e de outra parte aquelas de historiadores e filósofos do século XIX considerados como “precursores””.

¹⁴⁸ O GRECE organizará um grande número de atividades como seminários e conferências em Paris e no interior, cujos títulos em si mesmos são bem representativos das ideologias do grupo: “*La question des valeurs*”, em maio de 1970; “*L’histoire a-t-elle un sens?*”, em outubro de 1973; “*Des elites pour quoi faire?*”, em janeiro de 1975; “*Les illusions de l’égalité*” em dezembro de 1977, etc.). A esse respeito ver: (MILZA 2002: 196)

¹⁴⁹ Uma lista com os nomes dos 40 membros fundadores do GRECE foi publicada pela revista *Nouvelle École*, no número de agosto-setembro de 1968 (ano de constituição do GRECE).

sua crítica à igualdade social que a *Nouvelle Droite* se organizará (TAGUIEFF 1994: 9-106). A respeito dessa desigualdade diria Benoist:

A meus olhos, o inimigo não é “a esquerda” ou “o Comunismo”, ou, ainda, “a subversão”, mas, bem ou mal, esta *ideologia igualitária*, cujas formulações, religiosas ou laicas, metafísicas ou pretensamente “científicas”, não cessaram de florir desde dois mil anos, cujas “idéias de 1789” não foram mais que uma etapa e, cuja subversão atual e o Comunismo são a inevitável consequência”.

(BENOIST 1977: 16)

Do trabalho de etólogos e geneticistas Benoist e seus partidários deduzem

“que o homem, sendo um animal (...), não tem nenhuma razão de pensar que ele não é portador, como todos os outros animais, de um patrimônio genético que condiciona muito fortemente sua inteligência, suas pulsões, sua sensibilidade, sua moralidade”

(MILZA 2002: 199)

Daí para práticas eugênicas fundadas no “*realismo biológico*”¹⁵⁰, legitimadas pela Etologia, pela Genética, pela História, etc, a distância não é muito grande. As teorias de Georges Dumézil sobre a “tripartição sócio-funcional”, característica das sociedades indo-européias serão, aí, muitíssimo utilizadas. Para a *Nouvelle Droite*, é clara a existência de uma cultura indo-européia, que transcende os Estados-nações, biologicamente determinada e *conforme as leis gerais do vivente* (BENOIST 1981: 251).

A referência aos indo-europeus permite conferir uma origem comum aos povos europeus e justifica sua união imperial. Tira-se dos estudos de Dumézil sobre a

¹⁵⁰ Para Benoist, “*O realismo biológico é a melhor ferramenta contra as quimeras idealistas*” (1965: 9).

existência de um substrato lingüístico indo-europeu a idéia da existência de uma raça indo-européia, logo, de uma “herança” e de uma mentalidade “indo-européia¹⁵¹”, ligada às noções de língua, povo e pátria originais, o que conduz, conseqüentemente, às idéias de superioridade racial original (DEMOULE 1999). O retorno aos ancestrais é, então, aos olhos de Benoist e da *Nouvelle Droite*, o reencontro com a religião, a ideologia e a organização dos povos indo-europeus.

“A única resposta positiva¹⁵² aos problemas, aos desafios de nosso tempo, está numa atitude que reproduziria, adaptando e reinventando, aquela mesma dos indo-europeus diante da revolução neolítica”

(BENOIST 1973: 10)

A herança indo-européia que nós reencontramos e cultivamos em nós mesmos, nós a projetamos, então, duplamente na História, como representação do passado e como “imaginação do futuro (...) quando nós falamos de tradição indo-européia, ou quando trazemos à luz do dia os traços esquecidos do mito, da religião, da ideologia e da História dos povos nos quais nós queremos reconhecer nossos ancestrais, nós não olhamos somente para trás. Ao contrário, como Janus, nós vislumbramos também o futuro.

(BENOIST 1973: 10)

Essa “nostalgia” dos indo-europeus por parte da *Nouvelle Droite* se apropriará, muitíssimo, dos trabalhos de George Dumézil. O aparecimento, no começo da

¹⁵¹ O GRECE publicará, na seção *L'Itinéraire*, do número 21-22 da *Nouvelle École* do período de novembro de 1972/fevereiro de 1973, um dossiê consagrado a esse tema com o título “George Dumézil et les études indo-européennes”. A introdução é Alain de Benoist, que a assina com o pseudônimo N.E. (ver ref. completa ao final).

¹⁵² Grifos no texto original.

década de 80, de duas obras de Jean Haudry¹⁵³ (*L'Indo-Européen* e *Les Indo-européens*¹⁵⁴) publicadas pela PUF - *Presses Universitaires de France*, é bem representativo da atualidade das apropriações históricas da Antigüidade indo-européia feitas pela “extrema direita¹⁵⁵”. Referenciados na bibliografia por títulos produzidos por institutos nacionais socialistas sob o Reich (como os do “raciólogo” Hans Günther), esses trabalhos foram contundentemente criticados por Bernard Sergent (1982: 669 e seguintes). A respeito da obra *Les Indo-européens*, por exemplo, Sergent dirá:

“(...) o livro é absurdo. E essa absurdez vem do fato dele não obedecer a nenhuma problemática de ordem racional e científica, mas repousa sobre uma ideologia política contemporânea: é uma obra de extrema direita. Oriunda daquilo que chamamos no século XX de Fascismo”.

(SERGENT 1982: 673)

Como observa Olivier Dumolin, “*A manipulação das conclusões históricas, arqueológicas e lingüísticas sobre os indo-europeus oferece um caso representativo da distorção dos resultados da pesquisa em proveito de uma renovação cultural da direita*” (1992: 382). Para esse autor, esse ressurgimento da utilização das ciências filológicas, históricas e arqueológicas para fins racistas contribuiu, sem dúvida, para relançar uma velha

¹⁵³ Professor da École Pratique des Hautes Études e na Université de Lyon 3, Haudry foi membro do Conselho Científico do Front National, fundado por Jean-Yves Le Gallou e Bruno Mégret. Lyon 3 é conhecida por agrupar um grande número de professores, universitários e grupos direitistas; a esse respeito ver: *Rapport sur le négationnisme et le racisme à l'université Lyon 3*. Lyon: Conseil Lyonnais pour le respect des Droits, 2002.

¹⁵⁴ Jean Haudry. *L'Indo-Européen*. Paris: PUF, 1980; Que-sais-je? n°1798; *Les Indo-européens*, Paris, PUF, 1981 e 1985. Que-sais-je? n° 1965

¹⁵⁵ A revista *Nouvelle École* consagrará, em 1997, um número especial sobre os indo-europeus, dirigido por Alain de Benoist e Jean Haudry. Um exemplo preciso das leituras da historiografia direitista sobre os indo-europeus pode ser lida na resenha contundente que Jean Haudry disponibilizará, na página virtual do *Club de l'Horloge*, em dezembro de 2000, da obra *Black Athena*, de Martin Bernal; a esse respeito ver: http://www.clubdelhorloge.fr/lyssenko_2000Bernal.php

polêmica sobre as simpatias presumidas da extrema direita de Georges Dumézil¹⁵⁶, particularmente no fim dos anos trinta, polêmica confundindo amizades, o objeto de estudo e a utilização da obra (DUMOULIN 1992: 382-383). Maurice Olender (1981: 208) insere os trabalhos de Haudry no conjunto dos

“trabalhos intelectuais onde a erudição quer legitimar afirmações de tipo arqueológico, antropológico ou lingüístico sobre as origens indo-européias¹⁵⁷”

Percebendo a Europa cristã como *a maior empresa de “aculturação” que a humanidade já conheceu* (MILZA: 2002: 202), o GRECE, nas trilhas da *Nouvelle Droite*, difundirá a necessidade de um retorno ao paganismo,

“não para utilizar os druidas como opereta e as valquírias quando melhor convém. “Nós não procuramos retornar a um passado distante mais que para retomar os fios de uma cultura, encontrando nela mesma suas razões autônomas. O que nós procuramos, atrás das imagens dos deuses e dos heróis, são valores e normas”.

(BENOIST 1981: 251).

O retorno ao paganismo é, então, uma espécie de reencontro com a “Europa”, no restabelecimento da ordem “normal” das coisas. Como observa Milza,

é necessário, por um retorno às fontes do pensamento antigo, suprimir a distinção entre o humano e o divino, característica da tradição judaico-cristã. Fazendo do Deus único um ser distinto de

¹⁵⁶ Uma compreensão maior desse debate pode ser vista nos trabalhos de Jean Paul Demoule (1999), Carlo Ginzburg (1985) e Maurice Olender (1991), assim como, também, no seu contraponto, como os trabalhos do ensaísta Didier Eribon (1985) e do próprio Dumézil (1985).

¹⁵⁷ Uma crítica contundente e erudita aos trabalhos de Haudry pode ser lida em OLENDER 1981: 208-223, mais especificamente.

natureza superior ao homem, as religiões reveladas introduziram no mundo os germes da intolerância e do totalitarismo. O retorno ao espírito do paganismo não mais fará que recusar um e outro desses desvios.

(MILZA 2002: 203).

O totalitarismo era, nas origens, absolutamente contrário à mentalidade dos indo-europeus (VIAL 1980: 10). É nesse ideário que se encaixam as propostas do GRECE e sua ética,

sem moral absoluta, universal, válida para todos os tempos e para todos os países, assim, sem “direitos do homem” no sentido humanista do termo, mas uma ética utilitária, liberada de toda referência paralisante ao pecado, e, assim, o fim supremo seria o vencimento de si mesmo. Assim poderia se desenhar o “super-homem”, que Alain de Benoist define não como um “superman de grandes bíceps ou grande QI”, mas como aquele que “se coloca em situação “heróica” de vencer a si mesmo” e se aplica a permanecer fiel à norma que está fixada.

(MILZA: 2002: 203)

Numa perspectiva antiigualitária, à imagem da natureza e da História, o GRECE concebe sua visão de homem e de mundo, percebendo que as culturas são diferentes e

“dão respostas diferentes às questões essenciais. É porque toda tentativa de unificá-las termina por destruí-las (...) A idéia de uma lei absoluta, universal, chamada a determinar em última instância nossas escolhas morais, religiosas ou políticas aparece, então, sem fundamento. Esta idéia está na base de todos os totalitarismos”

(BENOIST e CHAMPETIER 2000: 14)

Essa lógica intelectual do GRECE atravessará toda a década de 80 e, ainda hoje, é claramente perceptível numa rápida análise do conteúdo enunciado em seu site

oficial: <http://www.grece-fr.net/>. Uma percepção muito erudita da atualidade do ideário do GRECE pode ser vista nas análises de Pierre André Taguieff (1994) e de Pierre Milza (2002: 207-210). É do GRECE que sairá a matriz ideológica do F.N. e do grupo Terre et Peuple.

1 - O *Front National*, a luta contra os imigrantes e a Gália

“Se a frase de Léopold Senghor, “Nós somos filhos da Grécia, não é verdadeira mais de um ponto de vista puramente intelectual quando se aplica aos universitários senegaleses, existe liames carnis entre os contemporâneos de Vercingetórix e nós; do mesmo modo que outros liames que vos unem a Roma, aos invasores germanos. E os locais, os prédios, (...), o solo respondem aos homens. (A identidade francesa é uma realidade orgânica complexa que celebra os nós do sangue e do solo)”

(PELTIER 1995: 13)

Três anos após a criação do GRECE constitui-se, em 1972, em torno de Jean-Marie Le Pen, o F.N.. Conhecido hoje como a maior organização francesa da extrema direita, o F.N., à época de sua criação, apresentava-se como uma força aglutinadora dos grupos direitistas (WINOCK 1998).

“A direita ultra-reacionária e os nostálgicos da França marechalista coexistem, então, na organização que preside Jean-Marie Le Pen, com autênticos neo-fascistas, preconizando a criação de uma “terceira força” europeia e revolucionária”

(MILZA 2001: 137)

O partido que no primeiro turno das eleições de abril-maio de 2002 derrotou o primeiro ministro socialista Lionel Jospin, com um recorde histórico de votos válidos da extrema direita (17%) para seu candidato, Jean-Marie Le Pen, era incipiente na eleição presidencial de 1974, quando obteve 0,74% dos votos válidos. Para Michel Winock, Le Pen *vegeta por longo tempo à frente de um grupúsculo* (1998).

Se por um lado o GRECE reivindica para si o pertencimento a uma *Nouvelle Droite*¹⁵⁸, o F.N. recusará, veementemente, sua designação como partido de extrema direita (APPARU 1978: 176; MILZA 2002: 18-19) e, mesmo, de direita. Contudo, recusar o epíteto não exime o F.N. de sua classificação, consensual entre os especialistas do tema, em um campo de estudos delineado. Eleita uma das principais frentes do discurso político do F.N., a imigração se inscreve no mais atual e, talvez, no mais complexo aspecto das discussões identitárias na França, hoje; a ela, recorrentemente, são associados, pelos partidos de direita, problemas como: falta de segurança pública, desemprego, saúde e decadência moral (ORFALI 1990: 152). Enfim, a velha noção de crise social, característica dos discursos de direita. Em conformidade com uma certa tipologia dos discursos sobre crise da ordem e perda de valores, o tema da decadência se articula em torno de três pontos: uma constatação, uma análise das causas e uma apresentação dos remédios (CHEBEL D'APPLOLONIA 1999).

O processo é conhecido. Fustiga-se a “decadência”. Chama-se os cidadãos a reagir contra a “invasão”. Designa-se os inimigos: estrangeiros, “comunistas”, os “professores barbudos”, etc. Convence-se as massas que a “catástrofe” é iminente e que o país tem necessidade de um salvador. E tem-se, por outro lado, mais chances de concluir que a sociedade está em crise e que a identidade está em jogo.

(CUMINAL et al 1997: 12)

¹⁵⁸ A expressão “*Nouvelle Droite*” é utilizada comumente nos meios especializados para se referir ao GRECE, contudo, um uso pouco recorrente, mas, que conheceu uma certa difusão, é aquele que designa, por esse nome, as direitas do pós-guerra.

Em resposta à pergunta “Quais são os principais temas da campanha do Front National?”, em entrevista ao *National Hebdomadaire*, Bruno Mégret (o segundo na hierarquia do Front até a dissensão de 1999) diz:

Nós iremos nos bater pelo tema “Uma França francesa numa Europa européia”. Sabemos muito bem que a Europa dos *eurocratas* tal qual a deseja o *établissement* político é um acelerador de nosso declínio. Ela visa dissolver nossa identidade, a ser submetida aos ventos loucos de todas influências e penetrações de além mar. Ela tem guarida na agravação da insegurança, do desemprego e do fenômeno da imigração (...) é nossa civilização européia e cristã que é globalmente ameaçada pelo terceiro mundo muçulmano e oriental. É somente em escala européia que poderemos reencontrar a potência necessária para permitir a nossa nação ser novamente dirigente de seu destino. Devemos, neste espírito, engajarmo-nos na base de uma Europa, comunidade de civilização dotada de uma fronteira sólida, que exclua os países não europeus e lhes assegure sua proteção face à imigração.

(MÉGRET 1989: 19)

A imigração está no cerne dos debates políticos da extrema direita, visto constituir essa “invasão estrangeira”, a seus olhos, uma verdadeira ameaça à identidade nacional. Como observa indignado Le Pen, a respeito da concessão “indistinta” e “incontrolada” da cidadania francesa, *La carte d'identité n'est pas la carte orange* (1987: 10), que pode ser demandada por qualquer pessoa sem que se lhe solicite nenhum pré-requisito. É, ainda, nas palavras de Jean-Marie Le Pen que se percebe, de modo manifesto, pelo olhar das direitas, o grande perigo que os imigrantes oferecem em relação à identidade nacional:

“Acuso nossos adversários de serem cúmplices de um verdadeiro genocídio político, pois tomar a um povo sua identidade é tomar uma grande parte de sua alma”.

(LE PEN 1989)

Na linguagem do F.N., é necessário “*chamar um gato, um gato*”; chamar de francês, um francês.

Nós estamos em um novo período de imigrações. Jamais, sem dúvida, os povos foram, como outrora, atraídos pelas riquezas do Ocidente como no Império Romano. É necessário lembrar que essas “grande invasões” são estudadas na Alemanha sob o nome de “grandes imigrações”. Sabemos o que elas trouxeram para o Império romano. As imigrações, mão-de-obra solicitada nos anos 70 por um patronato que queria ganhar sempre mais e sub-remunerar os trabalhadores em lhe opondo uma concorrência estrangeira, são transformadas em imigrações de povoamento no momento em que o país deveria parar os fluxos vindos do sul. Para limitar a impressão negativa da modificação do tecido nacional, nacionaliza-se indistintamente.

Roma tentou a mesma coisa ao se unir aos povos que vinham se instalar no Império. Roma caiu. Parece, decididamente, impossível tirar lições objetivas da História cega de todos os tempos pelas ideologias dominantes.

(Texto publicado no N.H. Semaine du 03 au 09 août 1995, n 576, p. 11)

Diretamente ligada à perda da identidade nacional e aos problemas do país, a imigração percebida pelo F.N. é, antes de mais, representativa do medo diante do estrangeiro, do “desconhecido”, manifesto num sentimento de suspeição face ao

imigrante¹⁵⁹. Para Riva Kastoryano (2001: 4), os debates sobre a imigração e a cidadania traduzem, incontestavelmente, *a apreensão da classe política e da opinião pública de ver a nacionalidade “dessacralizada” por uma cidadania por papéis, um direito desprovido de identidade*, e que coloca em risco o desaparecimento, por assimilação ou invasão dos franceses *d’abord*.

“No quadro diabólico da destruição da França, levada a termos por políticos do *établissement*, seguidos da extinção biológica (a queda da natalidade), a submersão migratória (imigração de povoamento), o desaparecimento da nação (o euromundialismo ideológico), o quarto lado é aquele do genocídio cultural”.

(LE PEN 2002)

Como todos os grupos extremistas de direita, o F.N. é crítico virulento do presente e vê, num retorno a um certo passado nostálgico, a única possibilidade de frear a decadência nacional, restabelecer os valores tradicionais e lutar e proteger, enfim, a “homogeneidade” da identidade nacional. Como observou Brigitta Orfali, o F.N. *não aparece como alguma coisa nova, à imagem do movimento ecológico, por exemplo, mas como uma revivescência do passado* (1990: 152). Para o F.N. de Jean-Marie Le Pen, a nação é, antes de mais, uma nação étnica, ligada a uma concepção organicista de terra. Uma terra que representa, antes de seu aspecto econômico, um forte apelo simbólico (BARRAL 1992: 67); para o F.N. a nação se funda, por outro lado, pela língua, pelo sangue, pelo pertencimento a uma França histórica, enfim, por um patrimônio comum:

¹⁵⁹ Face à política ostensiva de incitação ao racismo e combate aos imigrantes feita pelo F.N., choca a percepção da existência de negros e demais oriundos do Magreb no seio do partido.

“O que nós temos de mais comum entre nós, aqui, hoje, e com nossos compatriotas franceses que estão no exterior deste recinto, é a noção de patrimônio, seu patrimônio cultural acumulado por séculos de trabalho e de sacrifícios, por gerações que nos precederam, seu imenso patrimônio moral cultural¹⁶⁰”.

“A nação é a comunidade de língua, de interesse, de raízes, seus mortos, o passado, a hereditariedade e a herança. Tudo o que a nação lhe transmite no nascimento tem já um valor inestimável”.

(LE PEN 1984)

Visão quase naturalista de nação é esta concepção que norteia os discursos sobre identidade nacional do F.N., que almeja um retorno a uma nação étnica e que se assenta num discurso de respeito à individualidade e da diferença, mas como fator de segregação.

“Eu creio que a alquimia de nuances caracteriza o homem branco da Europa (...). nós somos da mesma raça e do mesmo espírito. Nós respeitamos também o estrangeiro nessa universalidade da humanidade que faz de cada homem, de cada grupo ou nação um ser diferenciado”

(LE PEN 1991)

Em uma matéria de crítica aos manuais escolares franceses, publicada no N.H. de 1 de abril de 1987 pode-se ler, dentre uma seleção de trechos dos principais manuais em uso a seguinte frase: *é necessário compreender bem que uma nação é um futuro mosaico de comunidades*¹⁶¹. O autor tem por objetivo expor as aberrações dos manuais escolares, estabelecendo um paralelo com a situação da educação no país.

¹⁶⁰ Excerto de um discurso de Jean-Marie Le Pen em La Trinité, citado em (CULMINAL et al 1997: 96).

¹⁶¹ Trata-se de um manual da editora Delagrave, cujo título não se encontra explicitado na matéria.

Contrariamente ao GRECE, cuja instrumentalidade do mundo antigo, em defesa da existência de uma Europa unida, é feita com o respaldado de sua leitura dos indo-europeus, o F.N. fundamenta suas políticas xenofóbicas e segregacionistas na idéia de uma certa individualidade das nações, especificamente, no caso, da nação francesa¹⁶², o que lhe confere uma leitura muito específica dos próprios mitos de origem franceses e, principalmente, da Gália e dos gauleses¹⁶³. Essa postura política do F.N encontra-se enunciada já nos primórdios do partido, apegada aos ideais de uma França *profunda* e que já reproduzia, à época, seus conhecidos bordões a respeito de um de seus principais motivos de campanha – a imigração, a saber: “A França para os franceses”, “A invasão meteca”, etc. É nesse domínio que

a construção do real, a partir do enunciado “les français d’abord” implica uma retórica dicotômica específica que se funda sobre a oposição nós/eles (...) Assim, os membros do Front National utilizam raramente o “eu”, mas dizem “nós”, “a França”, “os franceses”. (...) oposição implícita ou expressa em seu mundo fechado: “os estrangeiros”, “eles” – ou seja, o mundo externo e ameaçador

(ORFALI 1990: 159).

A violência e o imigrante constituem, aí, os grandes temas do F.N. e representam uma verdadeira simbiose, visto ser a primeira, intrínseca ao segundo. Os

¹⁶² “*Pour une France française dans une Europe européenne*”. Bordão comum na grande imprensa do F.N., esse foi o título dado à entrevista concedida por Bruno Mégret, publicada no N.H. número 246, 06-12 de abril de 1989, p.19. Na epígrafe da entrevista pode-se ler um fragmento bem representativo desse lugar da França na Europa das nações: “*Europeu convicto, consciente de que o futuro de nosso país é inexoravelmente ligado àquele de uma Europa das pátrias, como deseja ver criada, em um dia não muito distante, Jean-Marie Le Pen, Bruno Mégret é um partidário de uma França francesa, em busca de suas origens*”. A esse respeito ver, também, comentários do próprio Jean-Marie Le Pen no número 251 do N.H. da semana de 11-17 de maio de 1989.

¹⁶³ Como observa Jean-Paul Demoule, a vertente “mégriste” do Front opta pelos indo-europeus nesse domínio.

referenciais da Antiguidade nesse domínio são vários. Nicole Loraux contra-argumenta com erudição os usos do conceito de democracia grega, contra os estrangeiros franceses, pelo F.N. (1981), por exemplo. Concordando com Finley, Loraux postula que nada, jamais, deve dispensar o historiador de explicar (1981: 177). Essa postura se volta para a necessidade da historiadora de combate intelectual contra o F.N. (1981: 189), no caso, contra a instrumentalização contemporânea do conceito de democracia ateniense como pretexto de exclusão dos imigrantes. Loraux analisa, nesse estudo, os usos dos “*vinte e cinco séculos de tradição jurídica e política*” pelo F.N. como forma de obter uma autoridade discursiva sobre eleitores e parlamentares¹⁶⁴.

Aproximando o pensamento de Jean-Marie Le Pen àquele de Aléxis Carrel¹⁶⁵, Lucien Bonnafé e Patrick Tort, dirão:

“O chefe da extrema direita francesa resolve, assim, um problema de “ascendência”, seguindo, nessa ordem, uma receita imemorial que pré-existe, como a “ascendência” criada, favorece ou garante ao “ascendente”, ou seja, a empresa dominadora que o indivíduo ou grupo exerce sobre outros indivíduos ou grupos maiores”.

(BONNAFÉ 1992: 7)

Para Le Pen e os militantes de seu partido,

“a Biologia e a natureza são os quadros de explicação das relações (...) onde o ser humano é um animal deveras específico, mas

¹⁶⁴ A título de crítica a um discurso sobre a Grécia antiga da deputada Marie-France Stirbois, do F.N., Nicole Loraux estabelece uma longa preleção sobre a democracia grega, à qual segue uma erudita desconstrução do texto da parlamentar (Discussion du projet de loi Jean-Clause Gayssot tendant à réprimer tout acte raciste, antisémite ou xénophobe”, *Journal Officiel de la République Française*, année 1990, no. 18, jeudi 3 mai 1990, p. 907-911.

¹⁶⁵ Pesquisador francês pioneiro em pesquisas de Histologia moderna e transplantes de órgãos; especialista em “compatibilidades” biológicas e promotor, na França, da higiene social, do eugenismo e da exterminação à gás (BONNAFÉ 1992: 7). Carrel é o autor do clássico livro *L’homme, cet inconnu*.

submetido às mesmas leis biológicas e naturais que os outros animais da “criação”.

(CUMINAL et al. 1997: 11)

É da França de Vichy, com suas leis racistas, que retiram direitos tendo como pretexto a origem dos cidadãos (MICHAËL e PAXTON 1981), que se inspira o F.N. Seria Le Pen a dizer, “*Eu não disse que as câmaras de gás não existiram. Eu nem mesmo pude vê-las. Mas creio que isso é um pequeno detalhe da História da Segunda Guerra Mundial*”¹⁶⁶. É da História, como grande campo de referências e de suas relações com a “identidade Nacional” que Le Pen retira referências para seus discursos políticos, em estabelecendo paralelos com heróis (Vercingetórix, Clóvis e, sobretudo, Joana D’Arc¹⁶⁷) e atos fundadores da História da França, criando uma França mítica da qual o F.N. tem necessidade e faz apelo na justificativa de suas posições ideológicas. A História da Gália, aqui, ocupa um lugar de destaque no discurso de constantes alusões históricas do F.N. Como observa Anne-Marie Thiesse (1999: 21):

“Todo nascimento estabelece uma filiação; a vida das nações começa com a designação de seus ancestrais. E a proclamação de uma descoberta: existe um caminho de acesso às origens, que permite reencontrar os antigos fundadores e de recolher seus legados preciosos”

Mito de fundação por excelência,

“o mito gaulês é, como todo discurso mitológico sobre as origens, discurso sobre a identidade coletiva. Ele funciona, então, como um certo código cultural, e como tal, assume funções específicas, em

¹⁶⁶ Frase dita por Le Pen no programa *Grand Jury*, promovido pela RTL-Le Monde, em 13 de setembro de 1987.

¹⁶⁷ Nesse domínio Joana D’Arc é, indubitavelmente, a maior referência histórica utilizada pelo F.N., seja nos discursos de Le Pen, seja na imprensa oficial do partido.

oposição àquelas dos outros códigos culturais em funcionamento na mesma época”.

(BACZKO 1980: 17)

A identidade nacional ancorada no mito gaulês permite, assim, o reencontro com o passado ideal, distante, e que têm na tradição gaulesa, em sua longevidade, a resposta para os dramas atuais da sociedade francesa. Um cartaz editado pelo F.N. (Figura XVII), por ocasião das eleições regionais e cantonais de 1998 na região de Noisy-le-Sec lembra, como aquele de Vichy (Figura XV), a importância do passado e da identidade nacional para o partido. O cartaz, por ser sintomático a esse respeito, requer uma análise detalhada que, pela riqueza com que é feita e como homenagem ao autor é abaixo descrita:

“Seja fiel de tua identidade e proteja-a”. As palavras “Seja fiel”, “identidade” e “proteja-a” estão em maiúsculo; a palavra “identidade” se impõe no primeiro plano por seu tamanho maior. Esta injunção é sublinhada pelo apelo seguinte, escrito em letras menores abaixo do cartaz: “Não fique mais isolado, é tempo de nos agruparmos”. A fórmula retoma, sob outros termos, o slogan da campanha de panfletagem nacional do Front National, que proclama, “Fique bem, chegamos”. Mas são sobretudo a temática e o estilo gráficos deste novo cartaz que merecem uma atenção particular. O jovem, com cabelos curtos e mangas arregaçadas, é tratado em um estilo realista que lembra aquele dos desenhos animados de ação; o ar seguro de si, o olhar direto diante do espectador que somos nós. Este jovem homem com ombros largos está vestido de um pulôver e de uma calça de estilo esporte; com ar descontraído e conquistador, ele tem as mãos nos bolsos e coloca o pé sobre uma espécie de pequeno pedestal colocado em sua frente. Atrás dele se ergue a silhueta impositiva de um gaulês, que lhe coloca paternalmente a mão sobre o ombro. Seu outro braço se apóia sobre um pesado machado de duas lâminas enormes, nas quais se reconhece a forma evocativa da Francisca. Contrariamente ao rapaz que passa a imagem de uma pessoa descontraída, este ancestral não nos olha. Sua túnica termina à altura da cintura e a larga calça gaulesa é fixada nas panturrilhas por correias de couro entrelaçadas; a capa, a túnica e as calças com correias são

emprestadas à imagem tradicional dos francos, à qual os gauleses são convencionalmente associados. Sob um chapéu na cabeça, com asas abertas, que lembra diretamente a figura do chapéu das caixas de cigarros “*Gauloises*”, seu rosto é voltado para além da imagem. O mentor, superdimensionado, é voluntário; a boca está envolta de imensos bigodes caídos; os longos cabelos, que caem igualmente de cada lado do rosto são claros, como o bigode, e são aqueles de uma espécie de Golias loiro. O gigante gaulês é um fantasma, uma aparição do passado; o rosto, sem olhos, é feito de grandes traços, de maneira esquemática; ao mesmo tempo os relevos desta silhueta são evocados em um estilo pontilhista, que contrasta com a aparência realista dos motivos em xadrez do pulôver do rapaz. O pé do guerreiro, colocado atrás da Francisca, parece flutuar no vazio à altura dos joelhos do rapaz. Associados um ao outro, o ancestral gaulês e o “jovem do Front” se afirmam em uma espécie de casal ambíguo, imposto a nosso olhar: o casal do velho guerreiro e do jovem militante, do pai e do filho, do passado das origens e da “França para os franceses”.

(OLIVIER 1998b: 31-32)

Referência explícita ao cartaz dos Canteiros da Juventude de Vichy, esta referência não anunciada se inscreve numa filiação ideológica direta do Front National com o movimento petanista. Entre a “*France Toujours*”, do cartaz de 1941, e o “SOIS FIER de ton **IDENTITE**”, do cartaz de 1998, uma mesma concepção de História, de passado, de valores, de juventude, de propaganda; convergência política e ideológica. Não sem razão é praticamente consenso entre os analistas do F.N. a percepção de sua herança do Regime de Vichy (CAMUS 1997: 157-161).

É esse mesmo passado que, por meio dos discursos históricos, busca nos gauleses ou nos francos as origens da identidade francesa e se torna pretexto, na modernidade, para a exclusão dos imigrantes, estando na pauta dos debates sobre a identidade nacional. A suposta “*origem gaulesa*”, como todo elemento definidor das identidades é, aí, fator de inclusão e de exclusão. À homogeneidade histórica e cultural se

opõem, nesse campo, as identidades periféricas. A Gália e os gauleses são recuperados obedecendo a interesses políticos, onde se lê uma vontade de união, de diferenciação e de dominação;

nascida de um desejo de identificação, de uma nostalgia das origens e de uma vontade de potência, o mito gaulês vai se conformar às estruturas do imaginário coletivo e tomar a forma que tomam a maior parte dos mitos de origem (...) a particularidade do sistema de associação da França à Gália é que ele exprime, com variações segundo os tempos, mas por vezes também simultaneamente, uma reivindicação de identidade nacional (e, por conseguinte, de particularidade) e uma reivindicação de “primazia” (e, por conseguinte, de autoridade) sobre os outros povos.

(DUBOIS 1981: 20)¹⁶⁸

Para Suzane Citron (1991: 103-104), não há memória gaulesa.

a origem gaulesa dos franceses é uma elaboração intelectual, hoje, perfeitamente reconhecida, que acompanha os conhecimentos novos ligados ao humanismo dos séculos XV e XVI e que se impõe como “verdade” no quadro da História nacionalista e liberal do século XIX. Na verdade, os “gauleses” não existem mais que em relação aos romanos, pois a “Gália” é uma invenção romana”.

A palavra França remete, nos discursos de Jean-Marie Le Pen, ao território e às fronteiras, mas, também, a uma entidade carregada de uma cultura e História comuns (CULMINAL1997: 98). Em discurso por ocasião da *rentrée* política do F.N. Le Pen diz:

“Materializando minha fidelidade a minha terra natal eu exprimo, por esse gesto, (...) um reconhecimento, também à terra, à paisagem, como àqueles que, dentre nós, é forjado primeiro, por

¹⁶⁸ Na mesma perspectiva, é Claude Nicolet a dizer: “*Franceses, gauleses, germanos: digo na totalidade, descobrem-se ou (re)descobrem-se em torno de Roma. Eis aí o anglo de ataque: Roma como reveladora, Roma como ponto de referência*” (NICOLET 2003: 17).

sua hereditariedade, por seus genes, tais como eles são transmitidos de século em século desde o início da vida sobre nosso planeta”.

(LE PEN 1989a)

Presente nos discursos e na imprensa oficial do Front, a referência à Gália e aos gauleses é sempre manifesta com o intuito de distinguir o francês do não francês. Em recente artigo, publicado no *Le Figaro*, Cécilie Gabizon (2002) faz a seguinte afirmação: *As relações entre esses jovens “bronzeados” e os “gauleses” estão deterioradas desde há muito*. Como essa referência, uma gama de outras, de natureza similar, alude às mesmas intenções: “*La France aux Français*” ou “*La Gaule aux Gaulois*”; “*haine anti-gaulois*”; “*Gaulois et fier de l’être*”, etc. Frases caras a Le Pen e seus partidários, em suas falas, são bem similares àquelas da juventude ultranacionalista do GUD - Groupe Union et Défense – Jeune Résistance e de outros grupos direitistas. Como enuncia Le Pen: *Não sou xenófobo nem racista, mas, sim, francófono (...) sou gaulês e a única coisa que temo é que o céu caia sobre minha cabeça, não me assusta o poder*¹⁶⁹. Para além das referências, muitas analogias e paralelos entre o mundo antigo e a atualidade são bastante comuns na imprensa do F.N., seja nas suas matérias, seja em entrevistas e, o que é muito comum, em resenhas quase semanais de livros publicados sobre a Antiguidade no N.H. Assim, em uma resenha do livro *D’Or et de Bronze* (Trata-se de uma autobiografia imaginada de Tiberius Claudius Pomperianus), de Paul Rochefort, por exemplo, o articulista François Fontaine enuncia, claramente, um paralelo entre a realidade imperial romana e a situação da França atual, vista pelo F.N.:

¹⁶⁹ Entrevista a Jean-Marie Le Pen. Jornal digital La Vanguardia.es, por J. Ramón González Cabezas, em 01/02/2004.

O império vacila. Em Roma, os complôs não cessam de suceder às conspirações de palácio. Nas províncias distantes, as legiões se revoltam. No exterior, os bárbaros ameaçam. Em breve, a célebre “Pax Romana” não será mais que uma lembrança.” “Construída como uma tragédia, esta obra, que exhibe os mecanismos inexoráveis do declínio, revela um escritor cujo estilo tem o brilho do ouro e a solidez do bronze.

(FONTAINE 1986: 13)

Numa reportagem laudatória a respeito de Romin Rolland, Jean Mabire (hoje membro do F.N.) qualifica aquele a quem chama de “indo-europeu” como o precursor da idéia de uma Europa unida na diversidade. Mabire reproduz um fragmento citado por Rolland em que este diz:

“Sou um homem da terra. Sou filho da argila e das águas dos rios. É minha carne. Vocês não me anexarão, homens peixes do mar sem maré – homens das margens e das areias – grandes povos que admiro, mas à distância, vocês não são de minha família! (...) Nós viemos do norte!”

(MABIRE 1990: 17)

Fundada na genealogia, ora gaulesa, ora indo-européia, a nação necessita de ancestrais prestigiosos. Eco de uma “*França essência, pré-encarnada na Gália*” (CITRON 1995: 17-19) e que também defende “uma certa idéia de França”, o discurso do F.N. comunga, com demais setores da extrema direita, o investimento nos legados ancestrais; o F.N. também tem, como outros grupos direitistas, uma juventude nacionalista e racista, orgulhosa de exaltar suas origens gaulesas na Internet, em camisetas, prospectos, programas, letras de músicas de seus grupos de RIF, (*Rock Identitaire Français*), etc.

Mais toi le Gaulois,
Le Ducon Lajoie,
Tu les aimes pas
Ces gens-là!
Ils ont d'autres coutumes
Que celles des gens du nord
Qui font dans le costume
Et la côte de porc.
Dans tes vilaines entrailles
Tu sens monter la haine.
Tu voudrais qu'elles s'en aillent
Et tu cries vive Le Pen
Qu'ils restent chez eux,
Ces fumeurs de haschisch,
On reste entre petits vieux,
Au pays des caniches¹⁷⁰

Em entrevista ao site Zicline, o vocalista *Pustule l'Ardechois*, ao ser indagado se o voto no F.N. era um voto de descontentamento responde: *É necessário não esquecer uma coisa: temos no fundo de nós genes gauleses. E, enquanto gauleses, veneramos o chefe e seu carisma. Le Pen é um verdadeiro chefe, e é isso que incomoda*¹⁷¹.”
Enfim, ainda que presente nas elaborações identitárias atuais de toda sorte na França (SIMON 1989: 7-8 e GODINEAU 2001: 189-194), é no seu uso pelo F.N. que o mito gaulês têm, hoje, um de seus mais veementes defensores.

Diversos setores da sociedade francesa se indagam hoje sobre o aumento do número de votos do F.N. nas eleições e o do número de aderentes ao partido. O modelo de

¹⁷⁰ Excerto da letra da música Loukoum et Camembert, interpretada pelo grupo Les Scrocs.

¹⁷¹ <http://www.zicline.com/dossiers/pustule/pustule1.htm>

República autoritária e conservadora que propõe e suas suas políticas sociais e econômicas funestas e abstratas, calcadas numa concepção hierárquica dos grupos humanos em relação às suas origens, chocam cada vez mais os meios especializados.

“A sua estigmatização como partido extremista ou a afirmação de sua filiação direta com os fascismos, a condenação quase unânime da qual é objeto pela classe política não faz baixar o nível do voto no F.N., que é, ao contrário, reforçado e diversificad.”

(CAMUS 1997: 13)

A crítica ao projeto ideológico do F.N. tem sido conduzida a um abandono da demonização como modo principal, senão exclusivo de resposta, buscando, prioritariamente, respostas políticas como a formulação de possibilidades às suas proposições. Os usos que o partido faz do passado nacional restam, ainda, por serem estudados. A homogeneidade da identidade francesa almejada e propalada pelo F.N. também. A quase inexistência de trabalhos a respeito é a atestação, evidenciando a necessidade dos historiadores, também do mundo antigo, de se inserirem no combate contra o racismo, o elitismo, a xenofobia, o discurso da *desigualdade* e outras características nefastas do universo do F.N.

2 - O papel da Antigüidade na “guerra étnica” de *Terre et Peuple*

“A razão primeira de nosso engajamento é o combate pela identidade de nossos povos, todos os povos irmãos da Grande Europa.”

(VIAL 1999b: 1)

De leitura similar da História muito próxima àquela feita pelo F.N. e, por muitas vezes, realizada pelos seus próprios membros, tem-se o círculo de pensamento que se desenvolveu em torno da revista T.P., liderado por Pierre Vial¹⁷², antigo membro do *Europe-Action* e do GRECE, onde foi encarregado da seção de História do grupo e, posteriormente, Secretário Geral (1978-1984) do mesmo. A matriz ideológica de *Terre et Peuple* e de Vial é formada, então, nas trilhas do pensamento de Dominique Venner e Alain de Benoist.

Tendo abandonado o GRECE, por divergências ideológicas e de estratégias políticas, Vial se junta ao F.N. em 1988, e conhecerá uma rápida ascensão na hierarquia do partido, em virtude de suas ligações com Bruno Mégret, e ocupará cargos de membro do *Bureau politique du FN*, *Délégué National à la Formation*, *Membre du Conseil Scientifique* e do *Département des Affaires Sociales*, etc. Daí muitas das idéias dos grupos da *Nouvelle Droite* terem entrado e se desenvolvido no seio do F.N.. É Vial a criar, em 1995, a revista T.P., uma organização de “defesa identitária” pagã e anti-católica, e, como F.N., personalista.

Por ocasião da cisão do F.N. de 1999, Vial restará entre os seguidores de Bruno Mégret, e desempenhará funções muito similares àquelas que desenvolvia no Front

¹⁷² Pierre Vial é professor de História Medieval na Universidade de Lyon III

junto ao *Mouvement National Républicain -MNR*¹⁷³, de posturas muito mais radicais que as do F.N. Reconhecido pelas suas características neopagãs e europeístas, o articulador maior de T.P. torna-se um dos grandes ícones da extrema direita francesa atual e propugnador do que designa de “guerra étnica” (VIAL 1999: 1) .

Nós caminhamos para uma guerra étnica e esta guerra será total. (...) É necessário, então, preparar mentalmente, psicologicamente, moralmente e psiquicamente o maior número possível de nossos compatriotas nesta perspectiva, afim de que eles vivam neste desafio o menor mal possível, ou seja, dando a si mesmos o máximo de chances de sobreviver. Este imperativo dá todo seu sentido a nossas atividades: organizando passeios, visitas de sítios e exposições, conferências, estágios de formação, nós queremos colocar em alerta os homens e as mulheres de nosso povo sobre o sentido dos afrontamentos que se preparam e forjar sua determinação face a isso.

(VIAL 1995)

Vial enunciará, no editorial do primeiro número de sua revista, suas principais proposições:

A atualidade acentua, de tempos em tempos, uma evidência: os conflitos étnicos, que sempre existiram e existirão sempre. (...). O único remédio, é tomar consciência, lucidamente, desta realidade e dela tirar a conseqüência: a cada povo uma terra. É a necessária adequação, a união orgânica entre uma terra e um povo que nos conduziu a escolher, como título desta revista, “Terre et Peuple”. É, já, o nome de uma associação que se volta ao combate cultural identitário e que assustou, nos últimos tempos, muita gente. Com a vontade subjacente de satanizar, nossa empresa. Deformando

¹⁷³ Nos novos quadros de Bruno Mégret, Pierre Vial encontrará uma convergência muito grande em relação às suas idéias sobre “identidade francesa” e “identidade européia”, ao lado de outros teóricos direitistas como o próprio Mégret, mas, também, Jean-Claude Bardet, Jean-Yves Le Gallou, Pascal-Michel Delmas, Philippe Millau, etc.

nossas propostas, fazendo caricatura de nossa ação, atribuindo-nos maléficas intenções.

(VIAL 1999: 1)

Círculo muito marcado por suas aproximações do hitlerismo, o grupo T.P. vê, na sociedade francesa e nas sociedades européias, de modo geral, a eminência de um confronto maior e decisivo que se anuncia (VIAL 1999a: 1). Em artigo publicado no segundo número da Revista, Guillaume Faye, um dos principais teóricos da *Nouvelle Droite* e colaborador de T.P expõe, explícita e metaforicamente, as ideologias do grupo. Para Faye,

O século XXI será um século de ferro e de tempestades. Não parecerá com as predições harmoniosas proferidas até os anos setenta. Não será a *village global*, profetizada por Mac Luban, em 1966, nem o planeta em rede (network planet), de Bil Gates, nem a civilização mundial liberal e sem História dirigida pela ONU, descrita por Fukuyama. *Será o século dos povos em competição e das identidades étnicas*¹⁷⁴. E, paradoxalmente, os povos vencedores serão aqueles que restarem fiéis ou retornarem aos valores e realidades ancestrais, quer sejam eles biológicos, culturais, étnicos, sociais, espirituais e que, ao mesmo tempo, sejam mestres da ciência tecnológica. O século XXI será aquele onde a civilização européia, filha de Prometeu e trágica, mas eminentemente frágil, operará ou conhecerá seu irremediável crepúsculo. Esse será um século decisivo.

(FAYE 1999: 7)

Se autodefinindo como comunidade cultural, voltada para o “combate cultural identitário” (VIAL 1999: 1), como o GRECE e o F.N., T. P. será, também, um grupo muito ligado ao estudo do passado, das origens nacionais e terá, na luta contra os imigrantes, os “invasores”, um de seus maiores pressupostos ideológicos. Na sua ideologia, *a cada povo uma terra* (VIAL 1999: 1). A concepção de identidade do grupo é

¹⁷⁴ Grifo no original.

muito próxima daquela de outros grupos de extrema direita franceses, mas marca-se pela exacerbação de uma idéia orgânica de união entre identidade cultural e identidade étnica, faces de um movimento identitário *multiforme e multipolar* que anuncia a “*primavera dos povos*” (VIAL 1999b: 1). Trata-se de uma identidade fundada sobre a origem, o sangue, incompatível com o direito do solo (VIAL: 2000a: 1). Para Vial (2000: 1), a identidade

“é a adequação entre uma terra e um povo. O que nós chamamos pátrias carnaís. O que significa muito claramente que a dimensão étnica é incontornável quando se fala de identidade. A negação e destruição da identidade é a mestiçagem. É a França multicultural (...)”

Essa concepção de identidade permite ao grupo, como ocorre de maneira similar com os outros, o discurso em torno do respeito à diferença, com o refutar do adjetivo de racistas. Para T.P., os imigrantes não europeus na Europa são desenraizados e sofrem as conseqüências disso por parte de um sistema perverso liberal-capitalista (VIAL 2000a: 1). A solução é o retorno às suas terras e seus povos de origem, onde encontrarão o pertencimento, as raízes, as respostas para seus problemas. Isso para os descendentes de imigrantes em primeira, segunda e terceira gerações (VIAL 2004: 1).

O uso do passado gaulês é, aqui, mais uma vez reivindicado, como retorno à pureza original em uma sociedade *racialmente* mesclada. No boletim do grupo, de 1998 – *La lettre de Terre et Peuple*, Vial se indaga, no editorial: “*Nossos ancestrais os gauleses? E responde, presente!*”.

“Nós queremos que nossas crianças sejam, a seu tempo, gaulesas e orgulhosas de o serem. Que isso agrade ou não às sociedades multicolores, sem corpo e sem alma, contra as quais nós engajamos

resistência. Em uma guerra que é necessário chamar por seu nome: uma guerra de liberação nacional”

(VIAL 1998)

Vercingetórix e toda sua simbologia empenham, nesse domínio, a verdade, “*Contra todas as manipulações da História*” (VIAL 2001: 7-8), encarnando um mundo celta ao qual se encontram visceralmente ligadas a Europa e a França. Diego Sanromán¹⁷⁵ observa que *afirmar a identidade gaulesa dos franceses equivale, por um lado, a reconhecer-se membro de uma comunidade étnica mais ampla, que se estende por todo o continente europeu.*

Mobilizado antes pela literatura, hoje pelo cinema e pelos desenhos animados, Vercingetórix é, primeiramente, um personagem histórico do qual é necessário respeitar a autenticidade. Ele aparece, então, como a encarnação do mundo celta, à qual nós somos profundamente, visceralmente ligados, pois, é um dos componentes essenciais de nossa Grande Pátria européia. É por conta disso que nos interessamos por ele, pesquisando em sua história a expressão, a afirmação de uma visão de mundo que, dois mil anos depois, é sempre a nossa. Nossa herança, nossa memória, nosso futuro. Breve, nosso destino. *Para aqueles que sabem entender, Vercingetórix está sempre presente. Ele chama a Europa celta à batalha, no combate identitário que é, hoje, o jogo decisivo para nossos povos, e o sentido de nosso engajamento.*

(VIAL 2001 : 32)

Como a metáfora da *Carte Orange*, feita pelo F.N., um leitor indignado da revista resume a situação na seguinte metáfora:

¹⁷⁵ Em: Ciber-fascismo: la presencia de la Nueva [extrema] derecha em la world Wide Web. La nueva derecha en Europa: una revisión crítica; disponível no site <http://www.accionchilena.cl/Doctrina/ciberfascismo.htm>.

“Hoje, não é necessário comprar um bilhete de avião para descobrir outras civilizações; podemos, desde já, fazer uma volta ao mundo em 80 estações de metrô, o que, vocês reconhecem, não é muito bom para a indústria do turismo em geral e de viagens organizadas em particular!”

(ROLINAT 2001: 7)

Ainda no domínio das “metáforas” e dos paralelos, é a longa saga da Europa, chamada por Guillaume Faye de *civilização superior*, que este articulista narra à sombra de ilustrações históricas da Antigüidade greco-romana (Faye 1999: 7-9), em estabelecendo paralelos com o mundo contemporâneo. Para Faye, como Roma ou o Império de Alexandre, a Europa se deixou devorar por seus próprios filhos pródigos, a América e o Ocidente e pelos povos que ela mesma *superficialmente colonizou*, e vive agora sua quarta idade, que será, *para esta civilização herdeira dos fraternos povos indo-europeus, o século fatídico, (...) do destino que distribui a vida ou a morte* (FAYE 1999: 7-8). Adeptos de um racismo biológico, de cunho hitlerista, e de postura política contrária àquela das diretrizes iniciais da *Nouvelle Droite*, o círculo de Vial propõe um engajamento mais militante, mais aguerrido, chegando, mesmo, a uma espécie de incitação à luta.

Não praticamos nem queremos praticar o intelectualismo, isso não nos impede de realizar uma certa reflexão que chamaremos intelectual, cultural, pouco importa. Mas somos antes de tudo militantes (...), ou seja, combatentes e orgulhosos de nossa postura” (...). O combate intelectual e o combate político são inseparáveis. São inseparáveis em sua complexidade (...) Trata-se simplesmente de unir a reflexão à ação, cuidando sempre da qualidade, da intensidade, da profundidade da reflexão (...). Dito de outra maneira, tomar consciência das próprias raízes é necessário mas não é suficiente. Falta, contudo, lutar contra aqueles que querem destruí-las, contra aqueles que querem erradicar a cultura de nosso

povo e, em consequência, destruir sua alma, para submeterem os espíritos e os corpos¹⁷⁶.

No campo do engajamento, das relações entre o pensamento e a ação, T.P. é de uma proposta muito mais combativa que uma de suas principais matrizes ideológicas, aquela que vem de Dominique Venner, que postulava a necessidade de *combater mais pelas mais pelas idéias e pela astúcia que pela força* (VENNER 1962). O discurso de crise social é extremamente semelhante àquele do FN. Para a “guerra cultural”, a “guerra étnica”, Vial responde (1996): *é necessário uma armada. nós temos a ambição de criar esta armada. Uma armada que deve ser uma comunidade de trabalho, de combate*. O grupo tem aquilo que Sanromán designou de

uma vocação de intelectual orgânico coletivo, com uma diferença essencial a respeito daquela de Gramsci: do que se trataria, agora, não seria de despertar a consciência revolucionária do proletariado (...) mas, sim, de reconstruir a consciência da comunidade popular, quase aniquilada por séculos de hegemonia do igualitarismo, o cosmopolitismo e valores mercantilistas¹⁷⁷.

Defensores de uma espécie de enraizamento cultural e de uma fidelidade identitária, o círculo T.P., tem a História, *desde os gregos e romanos*, como testemunha dos fracassos e derrocadas das sociedades multi-culturais. O exemplo do Império romano do Ocidente, como em outros grupos direitistas, é o mais utilizado a esse respeito (CHRISTELE 1999: 28-29). Com os “*olhos no passado*”, Louis Christelle (cujos posicionamentos são extremamente representativos do ideário de T.P) vê que o futuro trará,

¹⁷⁶ Citado por Sanromán na referência anterior.

¹⁷⁷ Na referência citada.

“sem nenhuma dúvida, explosões previsíveis; na Índia entre os hindus e muçulmanos, no Brasil com a população mais mestiça do mundo, e, talvez, em nosso próprio país”.

(1999: 28-29)

Para enfrentar esse futuro nefasto, de “guerras étnicas”, Guillaume Faye vê, para a França, a necessidade de cultivar sua fidelidade identitária e sua ambição histórica, tudo resumindo em uma grande metáfora num artigo intitulado “XX^e siècle – l’Europe, un arbre dans la tempête” (1999: 7-9). Composta por raízes, tronco e folhagens – germen, soma e psique, as raízes representam *a alma ancestral e o futuro do povo* e, por serem destinadas às novas gerações, toda mestiçagem é vista como uma apropriação indevida e uma traição; o tronco é a expressão cultural e física do povo, alimentada pelas raízes e a folhagem, frágil e bela, *é a civilização, a produção e a profusão das novas formas de criações (...) a razão de ser da árvore*, sempre ameaçada pelas intempéries. A Europa vive, para Faye, uma ameaça por dois vírus: *o do esquecimento de si, da morte interior e aquela da abertura ao outro* (1999: 8). Para a “*Europa dos povos*”, com etnia e alma coletivas (VIAL 2003) é imprescindível o “*sentimento comunitário*” (VIAL 2003a: 1), para a sobrevivência da Europa e dos europeus, ao qual não deve faltar *a esperança de uma resistência gaulesa* (VIAL 2004: 1).

A História da Antigüidade, indo-européia, grega, romana ou gaulesa está muito presente nas justificativas legitimistas da *Nouvelle Droite*, uma espécie de *remake* do Nacional Socialismo; os elementos de referência não são poucos:

uma concepção de História ligada ao mito ariano, um neopaganismo que rejeita a herança judaico-cristã, uma raciologia

fundada, por sua vez, sob a antropologia física, a “psicologia dos povos” e a teoria dos “genes criadores de civilizações”, a ligação ao passado nórdico da Europa, à estética wagneriana, a um helenismo repensado pela cultura alemã, (...) etc.

(MILZA 2001: 206)

Apesar das proximidades entre o pensamento do Nacional Socialismo e da *Nouvelle Droite*, é quase unânime entre os especialistas (políticos, cientistas políticos, historiadores, etc) que os movimentos direitistas desta vertente não constituem um “ressurgimento” do Nazismo e mesmo, do Fascismo, contudo, suas aproximações do mundo antigo são muito similares àquelas levadas a termo por esses regimes. É necessário procurar se aperceber, tanto num momento quanto no outro, de que *escolhas* da Antigüidade se tratam. Importante é perscrutar, hoje, como a França, pelo viés das extremas direitas, recria, fabrica, seu passado indo-europeu, grego, romano e galo-romano, *no momento onde os muros caíram, onde os países do leste retornam, onde se coloca novamente a questão da identidade européia, de sua cultura, de suas políticas, no momento onde a hidra do racismo e da xenofobia tem cabeças que atacam, reclamando de sua herança da Grécia ou da herança indo-européia, não é inconveniente se perguntar como poderemos conceber, hoje, uma invenção da democracia entre os atenienses ou a sociedade inter-cultural dos romanos* (DROIT 1991: 7).

Conclusão

Este trabalho de tese foi iniciado com a apresentação de um projeto de pesquisa de doutorado ao Programa de Pós-graduação em História, no qual se propunha, à época, uma análise do estatuto da História e da Arqueologia do mundo antigo sob o Regime de Vichy (1940-1944). Objetivava-se empreender uma pesquisa que analisasse o papel desempenhado pelos estudos da Antigüidade no período em questão, tentando observar em que medida foram utilizados para estabelecer uma compreensão da derrota da França para a Alemanha e, também, do colaboracionismo do governo francês com o governo alemão.

Submetido a parecer de mérito à Fapesp, o projeto foi aprovado; em sua apreciação geral, que fundamentou a concessão da bolsa de pesquisa, sugeriu o parecer recebido que seria possível complementar a bibliografia, arrolando *obras sobre a influência do Fascismo na Arqueologia italiana, por exemplo*. Em Paris, nos colóquios de orientação com o Prof. Dr. Laurent Olivier, o mesmo viria a dar uma sugestão muito próxima à recebida da Fapesp. Sugeriu o professor que se procurasse, na pesquisa, inserir o caso dos usos político-ideológicos da História Antiga e da Arqueologia na França, num contexto maior, europeu, colocando-o ao lado dos *usos* dessas disciplinas pelo Nazismo e pelo Fascismo. O que no projeto inicial figurava somente como uma possibilidade de se estabelecer paralelos, assumiu, assim, uma dimensão muito maior, a de procurar perceber os usos da Antigüidade a serviço dos regimes autoritários na Alemanha e na França.

Essa grande contextualização, que permitiu pensar as apropriações do mundo antigo em outros regimes autoritários (tendo ciência dos diferentes, mas, por vezes similares modos de apreensão do passado), deu margem para que se pensasse, também, nas similares apropriações do mundo antigo na contemporaneidade, mas aí delimitando somente a França como caso de estudo. Um grande recorte como esse, é certo, deixa muitas lacunas, mas ousa, ao mesmo tempo, propor uma reflexão sobre um objeto delimitado, mas que se pensa ser melhor compreendido se visto dessa maneira. Um objeto cujas dimensões são contínuas e se inscrevem na própria escrita da História, a apropriação do passado, dos estudos do mundo antigo como forma de dar compreensão às questões do presente. Mas que uma grande continuidade que acaba por se afunilar, Nazismo, Fascismo, Vichismo e

extremas direitas francesas constituem diferentes vetores que apontam para usos muito próximos do mundo antigo no presente.

Na França, Vercingetórix e os gauleses povoam o imaginário francês, ligando-se à vida dos franceses desde sua infância. Da rua Vercingetórix à estação Alésia em Paris, aos queijos, cigarros, bebidas e marcas de tantos outros produtos. Presentes nos combates exteriores, nas legitimações de direitos advindos das origens, na literatura escolar, nas lutas políticas pela República, contra a República e de toda sorte, eles constituem figuras míticas da História nacional. A eles se juntam aproximações as mais diversas: científicas, pseudo-científicas e não científicas. Vercingetórix, Gália e gauleses são palavras sempre carregadas de significações contemporâneas, levando a refletir que quando um francês, do século XVIII ou do XXI diz “*gaulês e orgulhoso de sê-lo*”, esse adjetivo tem mais valores que conteúdo.

Num amplo contexto, para além do objeto, das temáticas, da variedade das fontes, pretendeu-se com esta tese apontar para a necessidade de se refletir acerca das relações sempre guardadas entre a Antigüidade e o mundo contemporâneo; ainda muito pouco observadas pelos historiadores do mundo antigo. Intentou-se apontar, com apresentação, interrogação e crítica dos documentos, para a constante presença da Antigüidade nas ilustrações, nas argumentações, nas constituições identitárias, etc, com objetivo de sugerir a reflexão de que o mundo antigo não é e nem deve ser o mundo antigo em si, plasmado e à espera de sua apreensão, mas, sim, a leitura que dele se faz. Uma leitura inserida e marcada pelo tempo presente.

Referências bibliográficas e de fontes

Documentação citada :

Fonte antiga

CÉSAR. *Guerre des Gaules*. Texte établi et traduit par L.-A. Constans. Deuxième tirage de la quatorzième édition revue et corrigée par A. Balland. Paris: Les Belles Lettres, 2000.

Fontes do século XVIII

BOULAINVILLIERS, Henri de. *État de la France, dans lequel on voit tout ce qui regarde le gouvernement ecclésiastique, le militaire, la justice, les finances, le commerce, les manufactures, le nombre des habitants, et en général tout ce qui peut faire connaître à fond cette monarchie. Extrait des mémoires dressés par les intendants du royaume, par ordre du roi, Louis XIV,... avec des mémoires historiques sur l'ancien gouvernement de cette monarchie jusqu'à Hugues Capet. On y a joint une nouvelle carte de la France*. Londres: T. Wood et S. Palmer, 1737.

DUBOS, Abbé. *Histoire critique de l'établissement de la monarchie française dan les Gaules*. Paris: Osmont, 1734.

SIÉYÈS, Emmanuel- Joseph. *Qu'est-ce que le tiers état ?*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 1995. Documento etletônico.

Fontes do século XIX

LORRAIN, A. *Récits patriotiques*. Paris: Hachette, 1883.

MONOD, G., FAGNIEZ, G. Avant-propos. *Revue Historique*, Paris, 1, T. 1, janv.-juin.,1876.

RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation ? Conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882*. Paris: Calma-Lévy, 1882. 30p

Sobre o Nazismo e o Fascismo

Nazismo

HITLER, Adolf. *L'expansion du IIIe Reich. Le livre qu'il n'a pas pu publier*. Traduit de l'allemand par Francis Brière. Paris: Plon, 1963.

_____. *Mein kampf*: Mon combat. Paris: La Défense Française, 1939. (Édition intégrale)

_____. *Mein Kampf*. Ce qui ne figure pas dans les éditions françaises publiées par les amis du Führer. Paris: Comite de Défense Republicaine et Française. Paris: 1939/1940.

_____. *Ma doctrine*. Texte traduit et établit par François Dauture et Georges Blond. Paris: Libraire Arthème Fayard, 1938.

HITLER, Adolf, RIBBENTROP, J., GOEBBELS, ROSENBERG, A. *L'avenir de l'Allemagne*. Précedé d'une étude de Y.-M. Sicard. Paris: Fernad Sorlot, 1936.

Fascismo

Obras de Referência

ENCICLOPEDIA ITALIANA. Roma: Instituto della Enciclopedia Italiana. 1949. Reprodução do original, publicado em 1932.

SCRITTI E DISCORSI DI BENITO MUSSOLINI. Milão: Edizioni Librarie Siciliane, 1924. IV (II-III).

SUSMEL, Edoardo, SUSMEL, Duilio. *Opera Omnia di Benito Mussolini*. Firenze-Roma: La Fenice, 1951.

Sobre o Regime de Vichy

Obras de referência

COINTET-LABROUSSE, Michèle et Jean-Paul. *Dictionnaire Historique de France sous l'Occupation*. Paris: Tallandier, 2000.

LES PAROLES ET LES ECRITS DU MARECHAL PETAIN. Vichy : Edition de la Legion Française des Combattants, 1943.

QUADERNI E DOCUMENTI INEDITI DI ANGELO TASCA. Archives de Guerre d'Angelo Tasca. Paris: Éditions du CNRS; Milão: Feltinelli Editore Milano, 1986.

REVUE DE LA POLITIQUE FRANÇAISE. L'ordre de la Francisque – par l'Archiviste Jérôme. 1974.

Jornais e Revistas

L'AVENIR. Clermont-Ferrand, 1942.

L'ILLUSTRATION. Paris, 1940-1944.

GALLIA 1942 –1943.

Artigos de Jornal

L'Illustration

CAHUET, Albéric. L'école pour la patrie. *L'Illustration*, Paris, 27 juillet 1940.

LESDAIN, Jacques de. Empires et hégémonies. *L'illustration*, Paris, 20mai, 1940, p. 183.

_____. Vers des temps nouveaux. *L'Illustration*, Paris, mai-août 1940, pp. 454-455

NAUDEAU, Ludovic. Philosophie d'une défaite, *L'Illustration*, Paris, 27 juillet 1940.

La Francisque gallique, insigne de la fidélité, *L'Illustration*, 30 mai 1942.

POCHET-LAGAYE, M. La vie a Clermont-Ferrand, *L'Illustration*, n.5081, Paris, juillet 1940.

L'Avenir

Editorial. *L'avenir du Plateau Central*, Clermont Ferrand, 31 juiet 1942.

Editorial. *L'avenir du Plateau Central*, Clermont Ferrand, 26 août 1942 .

Le Maréchl Pétain présidera les manifestations a Gergovie et a Clermont. *L'avenir du Plateau Central*, Clermont Ferrand, 27 août 1942.

Le 2e aniversaire de la Légion - D'émouvantes cérémonies ont eu lieu dans toutes les communes à l'occasion du prélèvement de la terre, symbole de l'unité française, *L'avenir du Plateau Central*, Clermont Ferrand, 24 août 1942.

Le 2e Anniversaire de la Legión - L'appel de M. Vimal de Fléchac – chef regional, *L'avenir du Plateau Central*, Clermont Ferrand, 27 août 1942.

Sur le plateau de Gergovie, berceau de la patrie, le marechal Pétain mele les terres de France et de l'Empire, symbole de l'unité nationale, *L'avenir du Plateau Central*, Clermont Ferrand, 31 août 1942.

VALLET, Maurice. “La Révolution Nationale part de l'école”. *L'avenir du Plateau Central*, Clermont-Ferrand 29-30 août 1942.

Le moniteur du Puy-de-Dôme

Editorial. *Le Moniteur du Puy-de-Dôme*, 13 octobre1900.

Le Petit Parisien

Le petit parisien, 17 de mars 1941.

Journal des Débats

Journal des Débats, 30 août 1942.

Manuais (1940-1944)

Obra de referênciã:

AMALVI, Christian. *Répertoire des auteurs de manuels scolaires et de livres de vulgarisation historique de langue française de 1660 à 1960*. Paris: Boutique de l'Histoire, 2002.

Manuais

ALBA, André. *Rome et les débuts du moyen age*. Classe de 5e. Cours d'Histoire. Programme du 23 décembre 1941. 2ème fascicule.

ARQUILLIÈRE, H. X., JARRY, E. *Rome*. Classe de Cinquième. Programme du 23 Décembre 1941. (Éditions École et Collège n. 158)

BOCQUILLON, Émile. *L'Éducation de la Jeunesse et la Révolution Nationale*. Paris: Éditions CEP, 1943.

CHAULANGES, S. et M. *Histoire de France*. Cours Moyen et classe de septième. Paris: Delagrave, 1943.

Étudiant, mon Camarade. Par un étudiant. SECRÉTARIAT A LA FAMILLE ET A LA SANTÉ. COMISSARIAT GÉNÉRAL A LA FAMILLE. Préface de J. Carcopino, Secrétaire à l'Éducation Nationale Édité par L'office de Publicité Générale, 1942.

JALLABERT, Pierre. *Vive la France*. Paris: F. Nathan, 1942.

LATREILLE, André. *Comment s'est formée la France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1942. Bibliothèque du Peuple.

LUGAND, René, WOLFF, Pilippe. *Rome – des origines à la dissolution de l'Empire*. Classe de Cinquième. Publié sous la direction de Jérôme Carcopino. Paris: Armand Colin, 1942.

PALUEL-MARMONT. *Pétain*. Ornementation de M. Albe. Paris: Libraire des Champs-Élysées, 1942.

TABOULET, G. et CHAMPION, G. *Histoire de France*. À l'usage des écoles primaires françaises d'Indochine. Cours Élémentaire. Éditions de la Direction de l'Instruction Publique, 1944.

Manuais do pós-guerra

AUBRY, Octave. *Histoire de France*. Des origines au temps présent. Paris : Flamarion, 1947.

MAUROIS, André. *História da França*. Tradução de Godofredo Rangel. São Paulo:Companhia Editora Nacional, 1950.

Obras de Carcopino

CARCOPINO, JÉRÔME. *Points de vue sur l'impérialisme romain*. Paris: Le Divan, 1934.

_____. *La vie quotidienne a Rome a l'apogée de l'Empire*. Paris: Librairie Hachette, 1947

_____. *Passions et politique chez les Césars*. Paris: Hachette, 1958.

_____. *Jules César*. Paris: Les Libraires Associés, 1965.

Sobre Carcopino - Memórias e homenagens

CARCOPINO, Claude, OURLIAC, Paul, GRIMAL, Pierre. *Jérôme Carcopino, un historien au service de l'humanisme*. Paris: Belles Lettres, 1981.

CARCOPINO, Jérôme. *Souvenirs de sept ans*. Flammarion, 1953.

Sobre os grupos de extrema direita franceses

BENOIST, A. de, CHAMPETIER, C. La Nouvelle Droite de l'an 2000. *Éléments*, 94, Février 1999.

_____. *Comen peut-on être païen?* Paris: Albin Michel, 1981.

_____. *Vue de droite*. Paris: Éditions Copernic, 1977.

_____. *Europe-Action*, n.36 décembre 1965. p. 9

BENOIST, Alain de. (pseudônimo N.E.). Introdução ao dossiê George Dumézil et les études indo-européennes. *Nouvelle École*, n. 21/22, pp.7-12,1972/1973.

CHRISTELE, Louis. La société multi-culturelle à l'épreuve de l'Histoire. *Terre et Peuple*, n. 1, pp. 28-29,1999.

FAYE, Guillaume. L'Europe, un arbre dans la tempête. Tribune Libre de Guillaume Faye. *Tere et Peuple*, n. 2, pp. 7-9,1999.

FONTAINE, François. Resenha da obra *D'or et de Bronze*, de Paul Rochefort. *National Hebdomadaire*, Semaine de 24 au 30 juillet 1986, p.13

LE PEN. Jean-Marie. Politique culturelle. Discours de Jean Marie Le Pen, Avignon, 2002.

_____. Editorial, *Identité*, 1991, n 1-2.

_____. "La rentrée politique du Front Nacional". Discours de Jean-Marie Le Pen à La Trinité-sur-Mer, 1er septembre 1989a.

_____. *National Hebdomadaire*, n. 227 – semaine du 2 au 8 février 1989.

_____. Dossier "Pour un vrai code de la nationalité", *National Hebdomadaire*, n. 140 - Semaine du 26 mars au 1er avril 1987, p.10

_____. La vraie opposition: le Front national, brochure, 1984.

MABIRE, Jean. Romin Rolland: L'utopiste de l'Europe, par Jean Mabire. *National Hebdomadaire*, n. 312 – semaine du 12 au 18 juillet 1990.

MÉGRET, Bruno. “Pour une France française dans une Europe européenne”. *National Hebdomadaire*, n. 246 – semaine du 06 au 12 avril 1989. p. 19

National Hebdomadaire – Semaine du 03 au 09 août 1995, n 576, p. 11

National Hebdomadaire, n. 251 – Semaine du 11 au 17 mai 1989

Nouvelle École, n. 21-22, mars 1972-février 1973.

PELTIER, Martin. Sommes-nous vraiment ce que nous sommes? *National Hebdomadaire*, n. 579 – semaine du 24 au 30 août 1995. p. 13

RAPPORT SUR LE NEGATIONNISME ET LE RACISME A L'UNIVERSITE LYON 3. Lyon : Conseil Lyonnais pour le respect des Droits, 2002

ROLLINAT, Jean-Claude. En France comme ailleurs, une terre pour un peuple, un peuple sur sa terre. *Terre et Peuple*,, Numéro 7/8, 2001. p. 7

VENNER, Dominique. *Europe-Action*, 39, mars 1966.

_____. “Sur un nouveau phénomène révolutionnaire” – *Défense de l'Occident*, 26-11, 1962.

VIAL, Pierre. Appel pour un communitarisme européen, *Terre et Peuple*, n. 19, 2004.

_____. Il faut penser à notre ame. *Terre et Peuple*, 17, 2003.

_____. Face au grande suicide. *Terre et Peuple*, n. 18, 2003a .

_____. Vercingétorix – Le Celte. *Terre et Peuple*, n. 7/8, pp 29-32, 2001.

_____. Oser! *Terre et Peuple*, n.5, 2000.

_____. Europe, notre patrie! *Terre et Peuple*, n.6, 2000a.

_____. Planton notre drapeau. *Terre et Peuple*, n. 1,1999.

_____. Le mouvement identitaire, *Terre et Peuple*, n 1, 1999a

_____. *Tere et Peuple*, n. 2, 1999b.

_____. “Gaulois? Présents! *La Lettre de Terre et Peuple*, janvier-février 1998.

_____. Entretien, *Europe nouvelles*, n. 15, 1996.

_____. *La Lettre de Terre et Peuple*, 4, 1995.

_____. Editorial. *Éléments*, 33, février-mars 1980.

Jornais e Revistas

NATIONAL HEBDOMADAIRE, 1985-2004

TERRE ET PEUPLE, 1999-2004

Referências bibliográficas

AGULHON, M. *La République, de Jules Ferry à François Mitterrand* (1880 à nos jours). Paris: Hachette, 1990.

AHMAD, Aijaz. Cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais. In: MEIKSINS WOOD, E., FOSTER, J.B. *Em defesa da História. Marxismo e Pós-modernismo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

AMALVI, Christian. *Les héros de l'histoire de France. De vercingétorix à de Gaulle, un tour en quatre-vingts personnages. L'alun de famille de tous les français Le panthéon national de nos livres d'histoire...* Paris: Éditions Privat, 2001.

_____. *De l'art et la manière d'accomoder les héros de l'histoire de France. De Vercingétorix à la Révolution*. Paris: Albin Michel, 1988.

_____. De Vercingétorix a Asterix, De la Gaule a De Gaule ou les métamorphoses idéologiques et culturelles de nos origines nationales. *Dialogues de Histoire Ancienne*, 10, 285-318, 1984.

_____. Vercingétorix dans l'enseignement primaire: 1830-1940. In: VIALLANEIX, Paul., EHARD, Jean. *Nos ancêtres les gaulois – ACTES DU COLLOQUE INTERNATIONAL DE CLERMONT-FERRAND*. Clermont-Ferrand, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Clermont-Ferrand II, Nouvelle série, Fascicule 13, 1981. pp.349-355.

AMBROZOLI, L. Recherches sur les thèmes impérialistes dans les programmes et les textes de culture fasciste (1925-1941), In: *Guerres mondiales et conflits contemporains*, 161, 1991.

AMOUROUX, Henri. *Les beaux jours des collabos*. Juin 1941-juin 1942. Paris : Robert Laffont, 1978.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Ática, 1989.

APPARU, Jean-Pierre. *La droite aujourd'hui*. Paris: Albin Michel, 1978.

ARNOLD, Bettina. The Past as Propaganda: Totalitarian Archaeology in Nazi Germany. In: HODDER, I., PREUCCEL, R. *Contemporary Archaeology in Theory. A Reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1996. pp. 549-569.

ASSAYAG, Jackie. "L'Inde fabuleuse" de Vichy. La race en image dans le nazisme français (1943-1944), *Gradhiva*, n.19, 25-38, 1996.

AUTRAND, MICHEL. Le théâtre du XX^e siècle et l'Antiquité. In: Michel, A. (Org.) COLLOQUE TRADITION CLASSIQUE ET MODERNITÉ – ACTES, Paris, Diffusion de Boccard, 2002. Chiers de la villa Kérylos, numéro 13. pp. 193-203.

AZÉMA, Jean-Pierre, WIEVIORKA, Olivier. *Vichy. 1940-1944*. Paris: Perrin, 1998.

BACZKO, Bronislaw. Sentiment monarchique et "gallicité" – résumé de l'introduction. In : VIALLANEIX, Paul., EHARD, Jean. *Nos ancêtres les gaulois* – ACTES DU COLLOQUE INTERNATIONAL DE CLERMONT-FERRAND. Clermont-Ferrand, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Clermont-Ferrand II, Nouvelle série, Fascicule 13, 1981.

BARRAL, Pierre. L'Alsace-Lorraine : trois départements sous la botte. In : AZEMA, Jean-Pierre, BEDARIDA, François. *La France des années noires – De la défaite à Vichy*. Paris: Seuil, 1993. pp. 234-249.

_____. La terre. In: SIRINELLI, Jean-François. (Sous la direction de) *Histoire des droites en France*. Sensibilités. Paris: Gallimard, 1992. Tome III - 49-70

BARREAU, Jean-Michel. Abel Bonnard, Ministre de l'Éducation Nationale sous Vichy, ou l'éducation impossible. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. n.43 v.3, juin - sept., pp. 464-478, 1995.

BENJAMIN, Walter. *Réflexions théoriques sur la connaissance, Paris capitale du XIX^e siècle – Le livre des passages*. Tradução de Jean Lacoste. Paris: Les Éditions du Cerf, 1989.

BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia européia. Tradução de Fábio Adriano Hering. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). *Repensando o Mundo Antigo*. IFCH/UNICAMP, 2003. Coleção Textos Didáticos.

BERSTEIN, S., MILZA, P. *Histoire de la France au XX^e siècle: 1930-1945*. Paris: Editions Complexe, 1991.

BIRNBAUM, Pierre. *La France imaginé. Déclin des rêves unitaires?* Paris: Fayard, 1998.

BOBBIO, N. Os intelectuais e o poder: *dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

_____. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BONNAFÉ, Lucien, TORT, Patrick. *L'homme, cet inconnu?* Alexis Carrel, Jean-Marie Le Pen et les chambres à gaz. Paris: Éditions Syllepse, 1992.

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *As exolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

BUCHSENSCHUTZ, Olivier, SCHANAP, Alain. Alésia. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. v. 3, pp.4102-4140.

BURRIN, Philippe. Science et présence. In: _____. *La France à l'heure allemand 1940-1944*. Paris: Seuil, 1995. 311-328.

CABANEL, P. Nations antiquaires et antiquités nationales. In: CAUCANAS, Sylvie, CAZALS, Rémy, PAYEN, Pascal. *Retrouver, imaginer, utiliser l'Antiquité*. Actes du Colloque international tenu à Carcassone les 19 et 20 mai 2000. Toulouse, Editions Privat. 2001. pp.49-58.

CACHIN, Françoise. Le paysage du peintre. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. v. 1, pp.957-996.

CAMUS, Jean-Yves. *Le Front National – Histoire et analyses*. Paris: Editions Laurens, 1997.

CAUCANAS, Sylvie, CAZALS, Rémy, PAYEN, Pascal. *Retrouver, imaginer, utiliser l'Antiquité*. Actes du Colloque international tenu à Carcassone les 19 et 20 mai 2000. Toulouse, Editions Privat. 2001.

CAVALCANTI-BRENDLE. Maria Bethânia Uchoa. A cidade dos ditadores. *Revista Eletrônica Continente Multi-cultural*. Edição n. 31, junho de 2003. Disponível em: <http://www.continentemulticultural.com.br/revista031/materia.asp?m=Urbanismo&s=1>

CARDOSO, Ciro Flamarion. Tempo e História. *Cuadernos Digitales*, Universidad de Costa Rica, n. 24, noviembre del 2004.

CHAUÍ, Marilena. Filosofia e engajamento: em torno das cartas da ruptura entre Merleau-Ponty e Sartre, *Cultura*, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.portalpopular.org.br/debates/cultura/cultura-22.htm>

CHARLE, Crhistophe. *Les intellectuels en Europe au XIX siècle*. Paris: Seuil, 1996.

_____. *La République des universitaires. 1870-1940*. Paris: Seuil, 1994.

_____. *Les Elites de la République*. Paris: Fayard, 1987.

CHEBEL D'APPLOLONIA, Ariane. *L'extrême droit en France – de Maurras à Le Pen*. Paris: Complexe, 1999.

CITRON, Suzane. Recomposer le passé. *Le Monde*, 5 novembre 2003.

_____. La construction du mythe national. In: CITRON, S., GUYNOVARC'H, C., e PLASSERAUD, Y. *Histoire de France – mythes et réalités: quelle place pour les peuples et les minorités? Quelle place pour l'Europe?* Toulouse: Érès, 1995. pp. 17-24.

_____. *Le Mythe national*. L'histoire de France en question. Paris: E.D.I., 1984

COINTET-LABROUSSE, Michèle. *Vichy et le fascisme*. Les hommes, les structures et les pouvoirs. Belgique: Editions Complexe, 1987.

CONTE, Edouard, ESSNER, Cornelia. *La quête de la race – une anthropologie du nazisme*. Paris: Hachette, 1995.

CORCY-DEBRAY, Stéphanie. *Jérôme Carcopino, un historien à Vichy*. Paris: L'Harmattan, 2001.

_____. Carcopino, Vichy et les Juifs. *L'Histoire*, Paris, n.133, juin, p.3, 1999.

CUMINAL, Isabelle, SOUCHARD, Maryse, WAHNICH, Stéphane, WATHIER, Virginie. *Le pen, les mots. Analyse d'un discours d'extrême droite*. Paris: Le Monde Editions, 1997.

_____. *Religion Grecque et politique française du XIX^e siècle*. Dionysos et Marianne. Paris: L'Harmattan, 1998.

DELPORTE, Christian. *Les crayons de la propagande*. dessinateurs et dessin politique sous l'occupation. Paris: CNRS, 1993.

DEMOULE, Jean-Paul. Destin et usages des Indo-Européens. *Mauvais temps*, numéro 5, juillet 1999. Disponible em: <http://www.anti-rev.org/textes/Demoule99a/index.html>

DÍAZ-Andreu, Margarita. Nacionalismo y arqueología: Del viejo al nuevo mundo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. São Paulo, suplemento 3, pp. 161- 180, 1999.

DÍAZ-Andreu, Margarita, CHAMPION, Timothy. *Nationalism and archaeology in Europe*. Londres: University College London, 1996.

DOSSE, François. *A História em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1992.

Dossier Antiquité et dictatures du 20e siècle. *Vingtième Siècle*. Revue d'Histoire. Paris, 78, avril-juin, 2003.

DROIT, Roger-Pol. *Les Grecs, les Romains et nous. L'antiquité est-elle moderne?* (Org.) Paris: Le Monde Editions, 1991. (Deuxième Forum Le Monde Le Mans)

DUBOIS, Claude Gilbert. Nos ancêtres les Gaulois – le développement d'un mythe des origines nationales au 16e siècle. In : VIALLANEIX, Paul., EHARD, Jean. *Nos ancêtres les gaulois – ACTES DU COLLOQUE INTERNATIONAL DE CLERMONT-FERRAND*. Clermont-Ferrand, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Clermont-Ferrand II, Nouvelle série, Fascicule 13, 1981. pp. 19-27.

DUBUISSON, Michel. Réflexions sur l'actualité de l'Antiquité gréco-romaine. In: *Histoire de l'Antiquité. Orient, Grèce, Rome*. Liège, 2001

DUMÉZIL, Georges. Science et politique: Réponse à Carlo Ginzburg. *Annales ESC*, Paris, septembre-octobre, pp. 985-989, 1985.

DUMOULIN, Olivier Histoire et historiens de droite. In: SIRINELLI, Jean-François. (Org.) *Histoire des droites en France*. Cultures. Paris: Gallimard, 1992. pp. 327-398

EHARD, Antoniette. Vercingetórix contre Gergovie? In : VIALLANEIX, Paul., EHARD, Jean. *Nos ancêtres les gaulois – ACTES DU COLLOQUE INTERNATIONAL DE CLERMONT-FERRAND*. Clermont-Ferrand, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Clermont-Ferrand II, Nouvelle série, Fascicule 13, 1981. pp.307-321.

ERIBON, Didier. *Faut-il brûler Dumézil? Mythologie, science et politique*. Paris: Flammarion, 1992.

FAURE, CHRISTIAN. Le projet culturel de Vichy: folklore et révolution nationale 1940-1944 Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 1989

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências – século XIII a XX*. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Falsificações da História*. Tradução de Cascais Franco e Vitor Romaneiro. Lisboa: Publicações Europa-América, 1994.

FONTANA, Josep. *Europa ante el espejo*. Barcelona: Crítica, 1994.

FORO, P. Archéologie et romanité fasciste. De la Rome des Césars à la Rome de Mussolini. *Retrouver, imaginer, utiliser l'Antiquité*. In: CAUCANAS, Sylvie, CAZALS, Rémy, PAYEN, Pascal. *Retrouver, imaginer, utiliser l'Antiquité*. Actes du Colloque international tenu à Carcassonne les 19 et 20 mai 2000. Toulouse, Editions Privat. 2001. pp. 203-217

FOUCAULT, Michel. *Il fut défendue la société*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Antigüidade Clássica – a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Edunicamp, 2002.

_____. Resenha de Thomas C. Patterson, *Inventing Western Tradition*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1997. In: *Crítica Marxista*, 12, pp. 172-174, 2001.

_____. *Linguística e Arqueologia*. *Delta*, 15, 1, pp.161-176, 1999.

_____. Nota de leitura de Jean-Michel David, *La romanisation de l'Italie*. Paris: Flammarion, 1997. In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, 3/2, pp. 177-180, 1998a.

_____. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana. In: _____. *Teoria arqueológica na América do Sul*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998b. Coleção Primeira Versão. pp. 13-32

_____. *Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-Americano*. In: _____. *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998c. pp. 7-34

_____. *Doxa e episteme: a construção discursiva na narrativa (ou Salústio e a historiografia)*. *Projeto História*, São Paulo, 8/9: 91-101, 1992.

FUNARI, P.P.A., FEITOSA, L.C., SILVA, G.J. *Amor desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

FURET, F, JULLIARD, J, ROSANVALLON, P. *La République du centre*. Paris: Calmann-Lévy, 1988.

GABIZON, Cécilia. *Présidentielle. Beurs ou blacks, ils ne s'étaient pas sentis concernés par l'élection. Ils découvrent aujourd'hui brutalement la portée des résultats du scrutin*. *Le Figaro*, 25 avril 2002.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *Os manuais para alfabetização e o seu desvelar para o mundo da leitura e da escrita*. In: FILHO, Oziris B., GAETA, Maria Ap. J. Veiga. *Língua, Literatura e Ensino*. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.

GERBOD, Paul. *L'enseignement supérieur français à la découverte des Gaulois (1890-1940)*. In : VIALLANEIX, Paul., EHARD, Jean. *Nos ancêtres les gaulois – ACTES DU COLLOQUE INTERNATIONAL DE CLERMONT-FERRAND*. Clermont-Ferrand, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Clermont-Ferrand II, Nouvelle série, Fascicule 13, 1981. pp. 367-374.

GERVEREAU, Laurent, PESCHANSKI, Denis. *La propagande sous Vichy – 1940 – 1944*. Paris: Collection des Publications de la DIC, 1990.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

- GODINEAU, Christian. *Le dossier Vercingétorix*. Paris: Actes Sud/Errance, 2001.
- _____. Les gaulois n'étaient pas des barbares. Entretien. *Revue L'Histoire*, n° 176, pp.34-45, avril, 1994.
- _____. Avant-Propos. Vercingétorix e Alésia. LOURDAUX, Silvie, CARBONNET, Muriel. Catalogue de la exposition organisée par la Reunion des Musées Nationaux/Musée des Antiquités Nationales, Paris: 1994a. pp.15-18
- GRAN-AYMERICH, Ève. *Naissance de l'archéologie moderne - 1798-1945*. Paris: CNRS Éditions, 1998.
- GIDDENS, Anthony Giddens. *Para além da direita e da esquerda*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- GUINZBURG,Carlo. Mythologie germanique et nazisme. Sur un ancien livre de George Dumézil. *Annales ESC*, pp. 695-715, juillet-août,1985.
- GUYONVARCH, Christian. Ouverture. In: CITRON, S., GUYNOVARCH, C., e PLASSERAUD, Y. *Histoire de France – mythes et réalités: quelle place pour les peuples et les minorités? Quelle place pou l'Europe?* Toulouse: Érès, 1995. pp. pp. 11-13
- GUYOT, Adelin, RESTELLINI, Patrick. Préface de Léon Poliakov. *L'art nazi*. Paris: Editions Complexe, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris, PUF, 1968.
- HARTOG, François. *Le miroir d'Herodote*. Paris: Gallimard, 1980.
- HAUDRY, Jean. Resenha de *Black Athena*, de Martin Bernal. Paris: Club de l'Horloge. disponível em: http://www.clubdelhorloge.fr/lyssenko_2000Bernal.php
- HINGLEY, Richard. Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org.). *Repensando o Mundo Antigo*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002. Coleção Textos Didáticos número 47
- HINGLEY, Richard (Org.) *Images of Rome*. Perceptions of ancient Rome in Europe and the United States in the modern age. *Journal of Roman Archaeology*, Supplementary series number 44, 2001.
- HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric J., RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim de Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOFFMANN, Stanley. Le trauma de 1940. In: AZEMA, Jean-Pierre, BEDARIDA, François. *La France des années noires – De la défaite à Vichy*. Paris: Seuil, 1993. pp.131-150

HUTCHEON, Linda. Poética do pós-modernismo. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

INSOLERA, Italo, PEREGO, Francesco. *Archeologia e città*. Storia moderna dei Fori di Roma. Roma-Bari: Editore Laterza, 1983.

INSOLERA, Italo. CEDERNA, Antonio. Roma fascista nelle fotografie dell'Instituto Luce. Roma: Editori Riuniti/Instituto Luce, 2001.

JOUTARD, Philippe. L'enseignement de l'histoire. In: François Bédarida. *L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison de l'Homme, 1995. p.45-55.

KASCHUBA, Wolfgang. Identité, alterité et mythe. *Revue Ethnologie Française*, 4, octobre-décembre, tome xxvii, pp. 499-515, 1997.

KASTORYANO, Riva. Nationalité et citoyenneté en Allemagne aujourd'hui. *Vingttième Siècle*, 70, pp. 3-17, 2001.

KOHL, Philip L., FAWCETT, Clare (Orgs.). Archaeology in the service of the state: theoretical considerations. In: _____. Nationalism, politics, and the practice of Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. pp. 3-18.

LABORIE, Pierre. Usages du passé au présent: les oligarques de Jules Isaac – In: Michel, A. (Org.) COLLOQUE TRADITION CLASSIQUE ET MODERNITÉ – ACTES, Paris, Diffusion de Boccard, 2002. Chiers de la villa Kérylos, numéro 13. pp. 163-173

_____. Vichy et ses représentations. In: AZÉMA, Jena-Pierre et BÉDARIDA, François. *Vichy et les français*. Paris: Fayard, 1992. pp.492-503

LECARME, Jacques. Jérôme Carcopino – Rome au service de Vichy. *L'Histoire*, n° 232, pp. 26-27, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEROY, Gérard. Breker. Paris: Pardès, 2002

LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. Os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LORAUX, Nicole. La démocratie à l'épreuve de l'étranger. In: DROIT, Roger-Pol. *Les Grecs, les Romains et nous. L'antiquité est-elle moderne?* (Org.) Paris: Le Monde Editions, 1991. pp. 164-188. (Deuxième Forum Le Monde Le Mans)

LYON-CAEN, Christiane. Vercingétorix dans la littérature. In: LOURDAUX, Silvie, CARBONNET, Muriel. Vercingétorix et Alesia. Catalogue de la exposition organisée par la Réunion des Musées Nationaux/Musée des Antiquités Nationales, Paris, 1994. pp.376-379.

MacDONALD, W. A. Archaeology in the 21st century: six modest recommendations, *Antiquity*, 65, pp. 829-839, 1991.

MARTIN, Paul. Vercingétorix, victime de l'esprit de clocher. *L'histoire*, 650, 56-63, février 2001.

_____. *La Guerre des Gaules. La Guerre civile. César, l'actuel.* Paris: Ellipses: 2000.

MAS, Raymond. Recherches sur les Gaulois et sentiment national en France au XVIIIe siècle. In: GRELL, Chantal, DUFAYS, Jean-Michel (Orgs.) *Pratiques et concepts de l'histoire en Europe, XVIe-XVIIIe siècles.* ACTES DU COLLOQUE TENU EN SORBONNE LES 22 ET 23 MAI 1989. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1990.

MAYER, Nona. Permanence et fondements du clivage gauche-droite dans Histoire politique et Sciences Sociales. In: PESCHANSKI, D, POLLAK, M, ROUSSO, H. *Les Cahiers de l'IHTP*, numéro 18, juin 1991. pp. 95-102.

MICHAËL, R. Marrus, PAXTON, R. *Vichy et les Juifs.* Traduit de l'anglais par Marguerite Delmonte. Paris: Calmann-lévy, 1981.

MICHEL, Henri. *Pétain et le Régime de Vichy.* Paris: PUF, 1978.

_____. *La Seconde Guerre mondiale.* Paris: PUF, 1977.

MICHEL, A. COLLOQUE TRADITION CLASSIQUE ET MODERNITÉ – ACTES, Paris, Diffusion de Boccard, 2002. Cahiers de la villa Kérylos, numéro 13.

MILO, Daniel. Les classiques scolaires. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire.* Paris: Gallimard, 1997. v. 2 pp. 2085-2155.

MILZA, P. *Mussolini.* Paris: Fayard, 1999.

MILZA, Pierre. *L'Europe en chemise noire: les extrêmes droites européennes de 1945 à aujourd'hui.* Paris: Fayard, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Prospectiva 1967 della storia greca. In: *Quarto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1969. 43-58.

MUSÉE DE LA POSTE. Dossier de presse. Exposition “Nos ancêtres les Gaulois”. Paris: 2002.

MUSÉE DE LA RESISTANCE ET DE LA DÉPORTACION DE L'ISÈRE. Exposition. Affiches des années noires: 1940-1945, Catálogo de exposição, 1996-1997.

NICOLET, Claude. *La fabrique d'une nation. La France entre Rome et les Germains*. Paris: Perrin, 2003.

NORA, Pierre. Entre mémoires et histoire: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

_____. Ernest Lavisse: son rôle dans la formation du sentiment national, *Revue Historique*, 228, 1962, pp.74-97

OLENDER, Maurice. Georges Dumézil et les usages “politiques” de la préhistoire indo-européenne. In: DROIT, Roger-Pol. *Les Grecs, les Romains et nous. L'antiquité est-elle moderne?* (Org.) Paris: Le Monde Editions, 1991. (Deuxième Forum Le Monde Le Mans)

OLIVIER, Laurent. L'impossible archéologie de la mémoire: à propos de W ou le souvenir d'enfance de Georges Perec. *European Journal of Archaeology*, London, 3/3, pp. 387-406, 2000.

_____. L'archéologie du 3^{ème} Reich et la France. Notes pour servir à l'étude de la “banalité du mal” en archéologie. 1999. (*mimeo*)

_____. Aux origines de l'archéologie française. *Antiquités Nationales*. Bulletin publié par le Musée des Antiquités Nationales et par la Société des Amis du Musée et du Château de Saint-Germain-en-Laye, 30, pp. 185-195, 1998.

_____. L'archéologie française et le Régime de Vichy (1940-1944). *European Journal of Archaeology*. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, 1/2: pp. 241-264, 1998a.

_____. Vichy, Le Pen et les gaulois. De la Révolution National au Front National. *Les nouvelles de L'Archéologie*, 72, pp.31-35,1998b.

OLIVIER, Laurent, COUDART, Anick. French tradition and the central place of history in the human sciences – Preamble to a dialogue between Robinson Crusoe and his Man Friday. In:UKO, Peter J. *Theory in Archaeology – a world perspective*. Londres, Nova Iorque: 1995. 363-381.

ORFALI, BIRGITTA. *L'adhésion au front national*. De la minorité active au mouvement social. Paris: Éditions Kimé: 1990.

- ORWELL, George. 1984. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1998.
- ORY, Pascal. Introduction a l'écriture d'une vie. In: CORCY-DEBRAY, Stéphanie. *Carcopino un historien à Vichy*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- PAXTON, Robert. La soupure décisive pour Vichy (novembre 1942). L'État Français vassalisé. *La France des années noires – De la défaite à Vichy*. Paris: Seuil, 1993. pp. 8-29
- _____. *La France de Vichy. 1940-1944*. Traduit de l'américain par Claude Bertrand. Paris: Éditions du Seuil, 1972.
- PESCHANSKI, Denis, DURAND, Yves (et. Al.) *Images de la France de Vichy. 1940-1944* Images asservies et images rebelles. Paris: La documentation Française, 1998.
- PESCHANSKI, Denis. Le régime de Vichy a existé. Gouvernants et gouvernés dans la France de Vichy. In: _____. *Vichy 1940-1944*. Quaderni e documenti inediti di Angelo Tasca. Paris: Éditions du CNRS; Milão: Feltrinelli Editore, 1986.
- PLANTE, Louis. *Au 110 rue de Grenelle: souvenirs, scènes et aspects du ministère de l'Instruction Publique – Education Nationale, 1920-1944*. Paris: Clavreuil, 1967.
- POMIAN, Krzysztof. Francês et Gaulois. In: NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire* (Dir). Paris: Gallimard, 1997. T.2, La Nation. pp.2245-2300.
- POSTER, Mark. *Cultural History and Postmodernity*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1997.
- RABINOWITZ, N. S., RICHLIN, A. *Feminist Theory and the Classics*. Nova Iorque: Routledge, 1993.
- RÉMOND, RÉNÉ. *Por uma História política*. São Paulo: FGV, 2003.
- REVEL, Jacques. Le fardeau de la mémoire. Institut de Recherche sur le Maghreb Contemporain. 2001, Disponible em: <http://www.irmcmaghreb.org/corres/textes/revel.htm>
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Le Seuil, 2000.
- ROMAN, Yves. Vercingetórix, héros contemporain. In: LOURDAUX, Silvie, CARBONNET, Muriel. Catalogue de la exposition organisée par la Réunion des Musées Nationaux/Musée des Antiquités Nationales, Paris: 1994. pp. 201-205.
- ROUSSO, Henry. Vichy: politique, idéologie et culture. In: RIOUX, J.P. (Org.) *La vie culturelle sous Vichy*. Bruxelles: Éditions Complexe: 1990. pp. 19-39.
- ROYO, M. Détruire, dit-il. Mussolini et Rome: les paravents de l'archéologie. *Les nouvelles de l'archéologie*, n. 67, pp. 35-44, 1997.

SALLOIS, Jacques. Prefácio à LOURDAUX, Silvie, CARBONNET, Muriel. Catalogue de la exposition organisée par la Reunión des Musées Nationaux/Musée des Antiquités Nationales, Paris: 1994. p. 11

SANROMÁN, Diego. La nueva derecha en Europa: una revisión crítica. *Accion Chilena*. Disponible em: <http://www.accionchilena.cl/Doctrina/ciberfascismo.htm>

SCHIAVONE, Aldo. *La Histoire brisée*. La Rome antique et l'Occident moderne. Paris: Belin, 2003.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 37-58.

SERGENT, Bernard. "Penser et mal penser les indo-européens". Note critique. *Annales Economie, Société civilisation*, 4, pp. 669-681, juillet-août 1982.

SILVA, Glaydson José da. Apresentação ao texto "As origens da arqueologia francesa", de Laurent Olivier. In: FUNARI, P.P.A. (org.) *Repensando o Mundo Antigo*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2003. 29-30.

SIMON, André. *Vercingétorix et l'idéologie française*. Paris: Editions Imago, 1989.

SINGER, Claude. Vichy, l'université et les juifs: les silences de la mémoire. Paris: Belles-Lettres, 1992.

SIRINELLI, Jean-François. (Org.) *Histoire des droites en France*. Paris: Gallimard, 1992. Tome I (politique); Tome II (Cultures) e Tome III (Sensibilités).

SCHNAPP, Alain. L'autodestruction de l'archéologie allemande sous le Régime Nazi. In: Dossier Antiquité et dictatures du 20e siècle. *Vingtième Siècle*. Revue d'Histoire. Paris, 78, avril-juin, pp.101-109, 2003.

_____. French archaeology: between national identity and cultural identity. In: DÍAZ-ANDREU, Margarita, CHAMPION, Timothy. *Nationalism and archaeology in Europe*. Londres: University College London, 1996. pp. 48-67

_____. L'archéologie. In: L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995. In: BÉDARIDA, François. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995. pp. 255-269

_____. Archéologie, archéologues et nazisme. In; OLENDER, M. *Le racisme – mythes et sciences. Pour Léon Poliakov*. Editions Complexe, 1981. pp. 289-315

TAGUIEFF, Pierre-André. *Sur la Nouvelle droite*. Paris: Descartes e Cie, 1994.

TAILLEFER, Michel. Mythes des origines (discussion). In: CAUCANAS, Sylvie, CAZALS, Rémy, PAYEN, Pascal. *Retrouver, imaginer, utiliser l'Antiquité*. Actes du Colloque international tenu à Carcassonne les 19 et 20 mai 2000. Toulouse, Editions Privat. 2001. p. 72

THIESSE, Anne-Marie. La creation des identities nationales. Europe XVIIIe siècle. Paris: Seuil, 1999.

THIESSE, Anne-Marie. La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 8, n.15, pp. 3-16. 1995.

TRIGGER, Bruce. Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. In: HODDER, I., PREUCCEL, R. *Contemporary Archaeology in Theory. A Reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1996. pp. 615-631.

TULLARD, J. *Napoléon ou le mythe du saveur*. Paris: Fayard, 1977.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. 2. ed. Brasília: Editora da UNB, 1992.
_____. *O inventário das diferenças*. História e Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia*. O grande desvio. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VIDAL-NAQUET, P. L'Atlantide et les nations. In: _____. *La démocratie grecque vue d'ailleurs*. Paris: Flammarion, 1990. pp. 139-159.

_____. *Le monde* de 15 de dezembro de 1980, página 16.

VILLARD, Pierre. Antiquité et weltanschauung hitlérienne. *Revue d'histoire de la deuxième guerre mondiale*, 88, octobre 1972.

WEIL, Simone. Les modèles antiques – quelques réflexions sur les origines de l'hitlerisme. In: *Écrits historiques et politiques. Vers la guerre (1937-1940)*. Paris: Gallimard, 1989. (Oeuvres complètes). 1168-1219.

WINOCK, Michel. Le Front National: portrait historique d'un parti d'extrême droite. *L'Histoire*, Paris, n. 219, mars 1998.

Índice onomástico

A

Agulhon, Maurice, 92, 202, 247
Ahmad, Aijaz, 43, 66, 247
Alba, André, 123, 244
Albertini, Eugène, 148
Amalvi, Christian, V, 70, 71, 74, 80, 81, 88, 89, 117, 119, 243, 247
Amouroux, Henri, 108, 247
Anderson, Benedict, 75, 249
Apparu, Jean-Pierre, 215, 248
Arnold, Bettina, 150, 248
Arquillière, H., 123, 124, 244
Assayag, Jackie, 30, 152, 186, 248
Autrand, Michel, 114, 248
Azéma, Jean-Pierre, 97, 100, 101, 102, 103, 108, 179, 185, 248, 254

B

Baczko, Bronislaw, 93, 223, 244
Bardet, Jean-Claude, 231
Barral, Pierre, 101, 218, 248
Barreau, Jean-Michel, 108, 109, 248
Barthélemy, Victor, 159
Bartholdi, Frédéric-Auguste, 137-138, 165
Benjamin, Walter, 18, 248
Benoist, Alain de, 206-212, 230, 245
Bergson, Henri, 182
Bernal, Martin, 27, 29, 30, 210, 248, 253
Berstein, Serge, 97, 101, 102, 104, 106, 114, 241, 248
Birnbaum, Pierre, 118, 180, 248
Marc, Bloch, 166, 175, 183
Bloch, Méga Gustave, 167, 168, 183
Blond, Georges, 65, 241
Blum, Léon, 179, 188
Bobbio, Norberto, 160, 161, 202, 249
Bocquillon, Émile, 113, 129, 244
Bonheur, Gaston, 71
Bonnafé, Lucien, 221, 249
Bonnard, Abel, 108, 109, 145, 193, 248
Bougle, Celestin, 175
Boulainvilliers, Henri de, 82, 91, 241
Bourdé, Guy, 168, 249
Bouthillier, Yves, 159
Breker, Arno, 57, 58, 254
Bruhat, Georges, 175
Buchsenschutz, Olivier, 128, 129, 249
Burrin, Philippe, 97, 99, 100, 103, 110, 159, 162, 163, 249

C

Cabanel, Patrick, 29, 31, 39, 61, 63, 249
Cachin, Françoise, 249, 265
Cahuet, Albéric, 145, 242
Camus, Jean-Yves, 224, 229, 249

Carcopino, Claude, XXII, 165, 177, 191, 196, 197, 198, 245
Carcopino, Jérôme, XV, XXI, 33, 58, 143, 147-149, 151, 155, 157, 159, 160, 164-178, 180-185, 187-198, 244, 245, 250, 254-257
Cardoso, Ciro Flamarion, 104, 249
Caucanas, Sylvie, 29, 249, 251, 259
Cavalcanti-Brendle, Maria B. U., 55, 57, 249
Cazals, Rémy, 29, 249, 251, 259
Caziot, Pierre, 1659
Cederna, Antonio, 30, 50, 254
César, Júlio, 49, 50, 53, 54, 77-79, 86, 88, 106, 120-126, 127, 131, 132, 134-136, 145, 146, 164, 165, 170, 173, 174, 185, 241, 245, 255
Champion, Timothy, 29, 250
Chauí, Milena, 162, 249
Charle, Christophe, 165, 166, 249
Chartier, Roger, 17
Chaulanges, S., 119, 121, 244
Chebel D'Appolonia, Ariane, 215, 250
Chirac, Jacques, 93
Citron, Suzane, 29, 77, 87, 91, 118, 225, 227, 250, 253
Cointet-Labrousse, Jean-Paul, 103, 242
Cointet-Labrousse, Michèle, 102, 103, 111, 141, 179, 180, 182, 186, 250
Conte, Edouard, 62, 250
Corcy-Debray, Stéphanie, 148, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 176, 178, 180, 182, 183, 184, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 250, 257
Cuminal, Isabelle, 215, 222, 250

D

Darland, François, 159
Dauture, François, 65, 241
De Certeau, Michel de, 17
Delmas, Pascal-Michel, 231
Delporte, Christian, 251
Demoule, Jean-Paul, 62, 209, 211, 250, 220
Díaz-andreu, Margarita, 29, 45-47, 75, 145, 250, 258
Dosse, François, 166, 250
Droit, Roger-Pol, 29, 30, 238, 251, 255, 256
Dubos (Abbé), 82, 83, 241
Dubois, Claude, 80, 225, 251
Dubuisson, Michel, 29, 32, 38, 202, 251
Duruy, Victor, 74, 80
Dumézil, Georges, 208, 209, 211, 245, 251, 253, 267
Dumoulin, Olivier, 201, 211, 251

E

Eichmman, Adolf, 162
Ehard, Antoniette, 136, 137, 251, 264

Eribon, Didier, 211, 251
Essner, Cornelia, 62, 250

F

Fabre-Luce, Alfred, 163
Faure, Christian, 150, 251
Faye, Guillaume, 232, 235, 237
Febvre, Lucien, 168
Ferro, Marc, 45, 115, 251
Fichte, Johann, 61-63
Finley, Moses I., 33, 221
Fléchet, Vimal de, 133, 134, 243
Fontana, Josep, 38, 251
Foro, Philippe, 30, 51, 52, 251
Foucault, Michel, XVII, 67, 82, 251
Fukuyama, Francis, 232
Funari, P.P.A., I, II, III, V, IX, XIX, 30, 40, 54,
143, 144, 177, 252, 253, 258
Furet, François, 202, 252

G

Gabizon, Cécilie, 226, 252
Gaeta, Maria Ap. J. V, 118, 252
Gates, Bil, 232
Gaulle, Charles, 89, 92, 247
Gentile, Giovanni, 53
Gerbod, Paul, 146, 252
Girardet, Raoul, 44, 74, 76, 252
Giscard D'Estaing, René, 138
Giscard, D'Estaing, Valéry, 138
Godineau, Christian, 79, 88, 92, 93, 119, 121,
122, 138, 140, 150, 228, 253
Gran-Aymerich, Ève, 51, 143, 148, 149, 151,
253
Grenier, Albert, 146, 148, 151, 170
Grimal, Pierre, XXII, 165, 177, 191, 195, 197,
245
Guiddens, Anthony, 203, 253
Guinzburg, Carlo, 211, 253
Guyonvarc'h, Christian, 201, 253
Guyot, Adelin, 54-56, 253

H

Halbwachs, Maurice, 72, 113, 253
Hartog, François, 40, 253
Haudry, Jean, 211, 211, 253
Herder, Johan Gottfried, 61
Hingley, Richard, 29, 40, 41, 45, 253, 254
Hitler, Adolf, 45, 54-57, 59, 60, 65, 66, 145,
241-242
Hobsbawm, Eric, 31, 43, 44, 47, 253
Hoffman, Stanley, 106, 112, 254
Hutcheon, Linda, 143, 254

I

Isaac, Jules, 114, 254
Insolera, Ítalo, 30, 254

J

Jallabert, Pierre, 120, 126, 264, 244
Joutard, Philippe, 70, 201, 254
Julian, Camille, 88, 90, 92, 123
Julliard, Jacques, 202, 252

K

Kaschuba, Wolfgang, 29, 41, 254
Kastoryano, Riva, 30, 62, 219, 254
Klemm, Gustav, 61
Kohl, Philip, 29, 45, 254
Kossina, Gustav, 61, 62, 64, 65

L

Laborie, Pierre, 114, 145, 254
Lantier, Raymond, 148
Laval, Pierre, 193
Lavissee, Ernest, 90-92, 256
Lebrun, Albert, 98
Lecarme, Jacques, 172, 174, 178, 179, 186,
193, 194, 253
Le Gallou, Jean-Yves, 210, 231
Le Goff, Jacques, XVII, 32, 72, 74, 254
Le Pen, Jean-Marie, XXIII, 93, 214, 216, 217,
218, 219, 220-222, 225, 226, 228, 245,
249, 250, 256
Leroy, Gérard, 58, 254
Lesdain, Jacques de, 104-107, 242
Levi, Primo, 35, 73, 254
Loroux, Nicole, 74, 221, 255
Lugand, René, 124, 244
Lyon-Caen, Christiane, 122, 255

M

Mabire, Jean, 205-207, 227, 246
Marmont, Paluel, 140, 244
Martin, Paul, 77-79, 255
Mas, Raymond, 83, 255
Mayer, Nona, 202, 255
Mégret, Bruno, 210, 216, 220, 230, 231, 246
Michaël, R, 179, 180, 183, 184, 186, 222, 255
Michel, Autrand, 29, 93, 255
Michel, Henri, 111, 141, 142, 255
Milo, Daniel, 114, 255
Mitterrand, François, 31, 93, 131, 202, 247
Milza, Pierre, 49, 52, 97, 101, 102, 104, 106,
1415, 201, 204-208, 211-215, 238, 248,
255
Mommsen, Theodore, 33, 88, 169
Momigliano, Arnaldo, 61, 257
Montesquieu, 74, 82
Mussolini, Benito, 48-54, 58, 59, 165, 166,
178, 243, 252, 256, 258

N

Naudeau, Ludovic, 104, 105, 242
Nicolet, Claude, 81, 82, 90, 225, 256
Nora, Pierre, 73, 76, 91, 249, 255, 257

O

Olender, Maurice, 211, 256, 258
Olivier, Laurent, V, IX, 42, 45, 46, 51, 64, 65,
84, 86, 116, 122, 123, 125, 128, 141, 142,
145, 146, 147, 150-154, 178, 210, 224,
239, 256, 258, 265
Orfali, Brigitta, 215, 218, 220, 256
Orwell, George, 31, 257
Ory, Pascal, 164, 178, 257
Ourliac, Paul, XXII, 165, 173, 177, 191, 195,
197, 198, 245

P

Paxton, Robert, 100, 101, 108, 141, 141, 147,
179-181, 183, 184, 186, 222, 255, 257
Pellepoix, Darquier, 186
Peltier, Martin, 215, 246
Perego, Francesco, 30, 254
Peyrefitte, Alain, 92
Peschanski, Denis, 103, 140, 202, 252, 255,
257
Pétain, Philippe (Marechal), XXI, 98-100, 102-
104, 111, 113, 119, 121, 126, 130, 131,
132-134, 137-141, 146, 147, 164, 171, 173,
175, 179, 183, 185, 179, 242-244, 255,
264.
Planté, Louis, 177, 257
Pochet-Lagaye, M. 135, 243
Pomian, Krzysztof, 101, 124, 125, 138, 257
Poster, Mark, 143, 257

R

Rabinowitz, Nancy, 30, 257
Ratzel, Friedrich, 61
Rémond, René, 202, 203, 257
Restellini, Patrick, 54-56, 253
Revel, Jacques, 31, 257
Reynaud, Paul, 98
Rocheport, Henri, 80
Ricoeur, Paul, 71, 258
Roman, Yves, 79, 92, 257
Rosanvalln, Pierre, 202
Reinerth, Hans, 64, 65
Renan, Ernest, 70, 241

Rolland, Romin, 227, 246
Rousso, Henry, 141, 202, 255, 257
Roussy, Gustave, 176, 181
Royo, Manuel, 49-51, 257

S

Sallois, Jacques, 122, 258
Sanromán, Diego, 234, 236, 258
Sartre, Jean-Paul, 114, 161, 249
Schiavone, Aldo, 29, 258
Schnapp, Allain, 30, 45, 60, 62, 64, 147, 148,
177, 258
Sergent, Bernard, 210, 258
Silva, G.J, 30, 253, 259
Simon, André, 78, 80, 86, 90, 93, 228, 258
Singer, Paul, 183, 258
Sirinelli, Jean-François, 201, 248, 251, 258
Siéyès, Emmanuel-Joseph, 84, 85, 241
Speer, Albert, 56-58
Stalin, Josep, 45, 58
Stirbois, Marie-France, 221

T

Taguieff, Pierre-André, 206, 208, 209, 213,
258
Taillefer, Michel, 29, 83, 259
Teillard, Jean, 136, 137, 264
Thiesse, Anne-Marie, 151, 222, 259
Trigger, Bruce G., 65, 143, 259

V

Venner, Dominique, 205-207, 230, 236, 246
Vercingetórix, XX, XXI, 70, 71, 77-81, 83, 86,
88-93, 113, 114, 119, 119-121, 124, 125,
126, 128, 130-140, 146, 214, 222, 234,
240, 251, 253, 255, 257, 264
Veyne, Paul-Marie, XIX, 144, 209
Vial, Pierre, XXIII, 207, 212, 230-238, 246-
248
Vidal-Naquet, Pierre, 39, 41, 43, 74, 259
Villard, Pierre, 30, 57, 59, 259

W

Weil, Simone, 63, 259
White, Hayden, 17
Winock, Michel, 214, 259

Z

Zay, Jean, 188

ANEXOS

Lista de figuras

Figura I – *Vercingetórix*, de Aimé Millet.

Figura II – Divisão territorial da França após a derrota de 1940. Reproduzido da obra de Henri Michel, *La Seconde Guerre mondiale*. Paris: PUF, 1977. p. 190

Figura III – *Révolution Nationale* - Cartaz de R. Vachet, 1942. Centre de Propagande de la Révolution National d'Avignon.

Figura IV – *Dieu bénit les familles nombreuses...*, desenho de propaganda. Reproduzido da obra de Christian Delporte, *Les crayons de la propagande. dessinateurs et dessin politique sous l'occupation*. Paris: CNRS, 1993.

Figura V – *Êtes-vous plus français que lui?* Propaganda de culto à personalidade, 1940; imagem disponibilizada pelo Mémorial de Caen – França.

Figura VI – Capa do manual escolar *Vive la France*, de Pierre Jalabert - 1942.

Figura VII – Monumento aos gauleses, de Jean Teillard. Reproduzido do texto de Antoniette Ehard, *Vercingetórix contre Gergovie?* (Ref. completa na bibliografia citada).

Figura VIII – *2^e Anniversaire de Légion*. Cartaz de divulgação, 1942; imagem disponibilizada pelo Mémorial de Caen – França.

Figura IX – *Vercingetórix*, de Bartholdi.

Figura X – Representação da francisca em cartaz de propaganda; s.d. Imagem disponibilizada pelo Mémorial de Caen – França.

Figura XI – Representação da francisca em cartaz de propaganda, 1942; imagem disponibilizada pelo Mémorial de Caen – França.

Figura XII – *France Nouvelle*, Representação da francisca em cartazes de propaganda para a juventude; s.d. Imagem disponibilizada pelo Mémorial de Caen – França.

Figura XIII – Moeda de 5 francos, com efígie de Pétain e da Francisca, 1941.

Figura XIV – Representação da francisca em cartaz de propaganda; s.d. Imagem disponibilizada pelo Mémorial de Caen – França.

Figura XV – *France Toujours* – Cartaz de Eric, 1940-1944. Imagem disponibilizada pelo Mémorial de Caen – França.

Figura XVI – *Suivez-Moi! Gardez votre confiance dans la France Éternelle*. Propaganda de culto à personalidade, 1940; reproduzido do texto de Françoise Cachin, *Le paysage du peintre*, p.958. (Ref. completa na bibliografia citada).

Figura XVII – Cartaz do F.N., a defesa da identidade nacional associada à juventude francesa e à imagem de um guerreiro gaulês. Reproduzido do texto de Laurent Olivier – 1998b (Ref. completa na bibliografia citada)



Figura I.



Figura II



Figura III

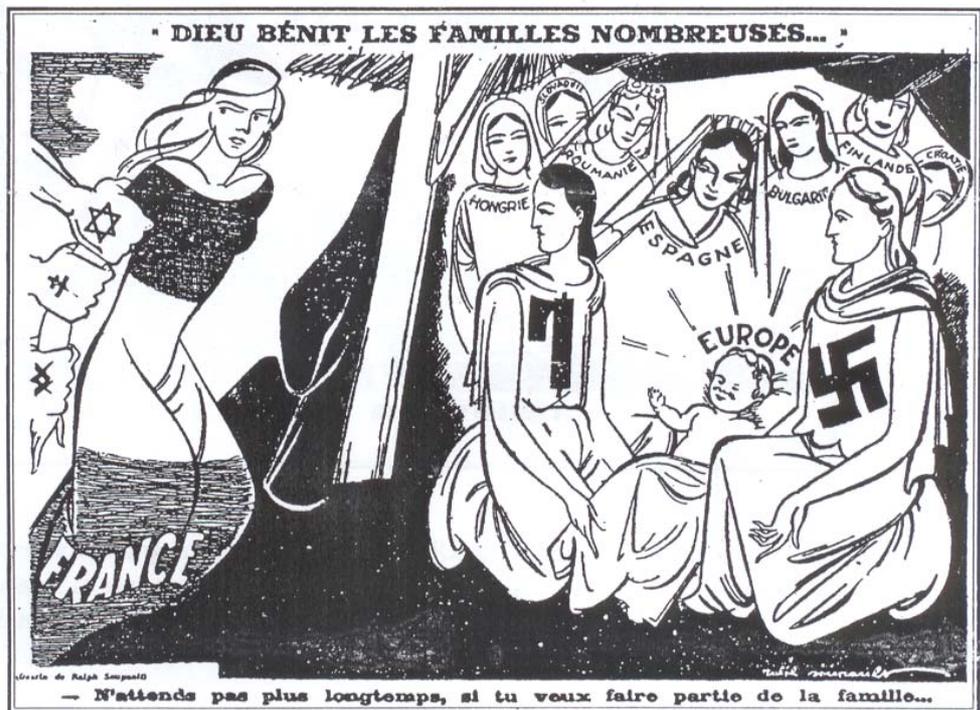


Figura IV

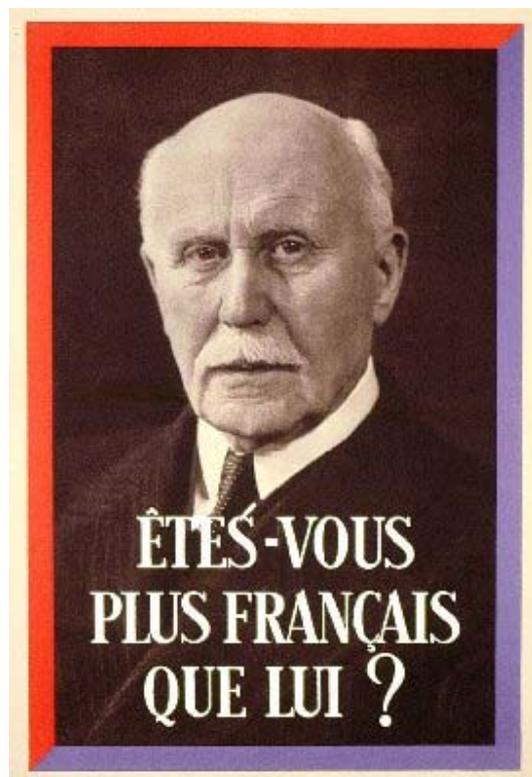


Figura V

P. JALABERT

VIVE LA FRANCE

ÉDITIONS F. N. PARIS



Figura VI



Figura VII

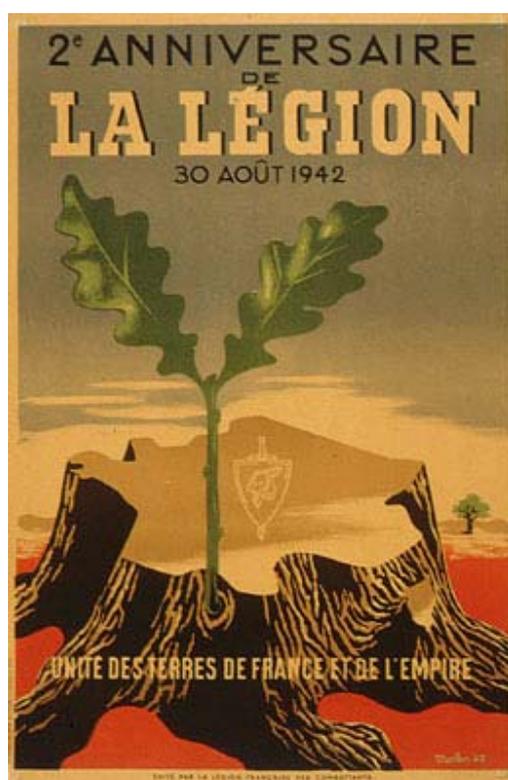


Figura VIII



Figura IX

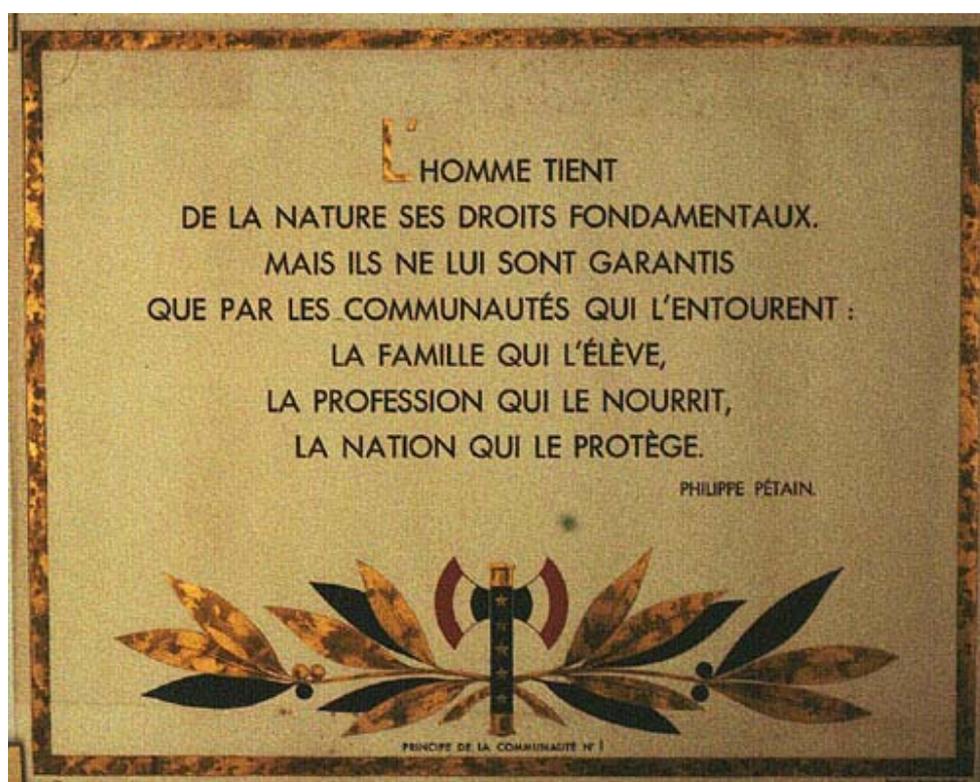


Figura X

L'ÉCOLE EST LE PROLONGEMENT DE LA FAMILLE.
ELLE DOIT FAIRE COMPRENDRE A L'ENFANT LES BIENFAITS
DE L'ORDRE HUMAIN QUI L'ENCADRE ET LE SOUTIENT.
ELLE DOIT LE RENDRE SENSIBLE A LA BEAUTÉ,
A LA GRANDEUR, A LA CONTINUITÉ DE LA PATRIE.
ELLE DOIT LUI ENSEIGNER
LE RESPECT DES CROYANCES MORALES ET RELIGIEUSES,
EN PARTICULIER DE CELLES QUE LA FRANCE PROFESSE
DEPUIS LES ORIGINES DE SON EXISTENCE NATIONALE.

PHILIPPE PÉTAÏN.



PRINCIPE DE LA COMMUNALTE N° XII

Figura XI



Figura XII



Figura XIII



Figura XIV



Figura XV



Figura XVI

FRONT NATIONAL SOIS FIER de ton IDENTITE



FRONT NATIONAL / MOISTY LE SEC MOISTY SERVICES 31 rue Jean Jaurès - 93130 N. La Sec - 48 91.21.63 / 48 46 42 61
Tous vos tracts : Cartes (avec flamm couleur) MARQUES et BRICQUETS à vos NOMS (sur sections) / Ensembles etc...
Impressions sur tous supports (plusieurs couleurs). Détails hyper - rapides (PROBLEME : FRONT NATIONAL)

et PROTEGE LA...

Ne restez plus isolés il est temps de nous rejoindre

Figura XVII